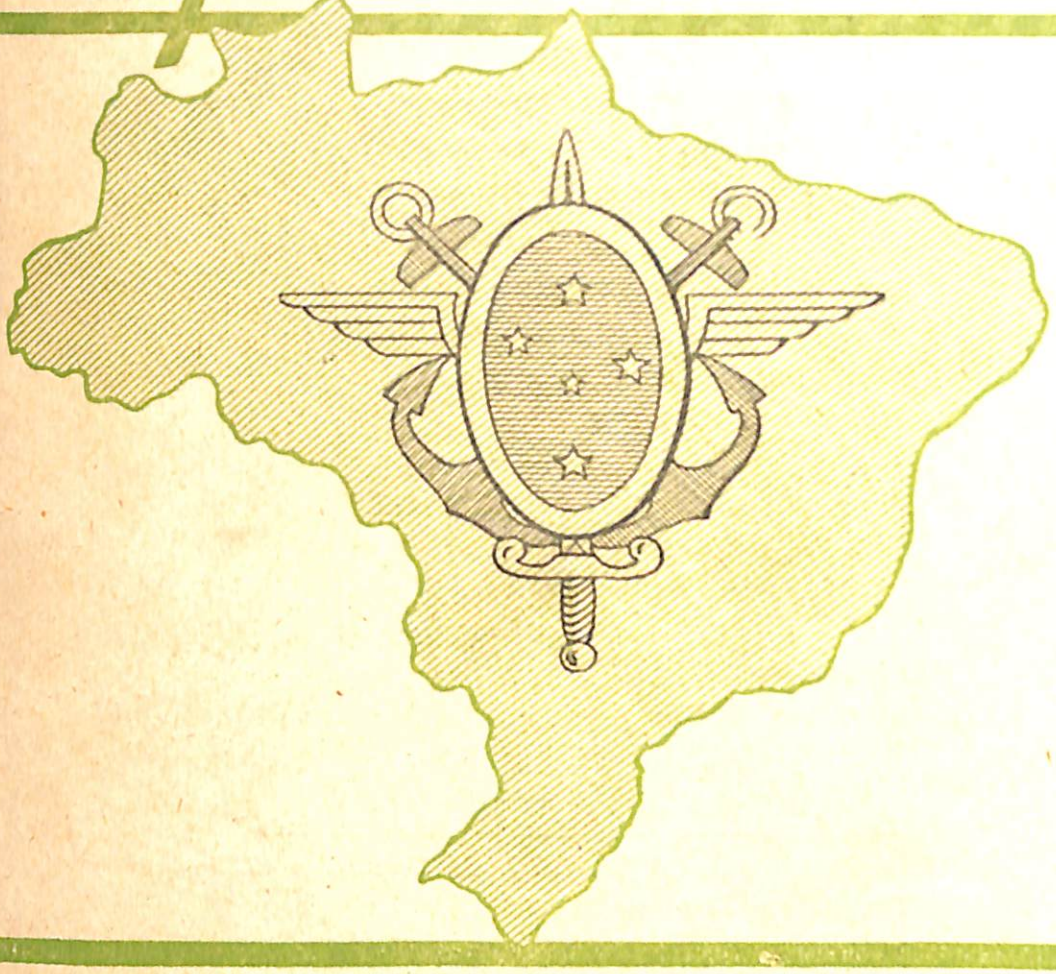
A Defesa Nacional



REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA

GEOGRAFIA — HISTÓRIA — GEOPOLÍTICA

CIÊNCIA E TÉCNICA

N. 549

RIO DE JANEIRO BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1958/1960

Diretor-Presidente

Gen João Baptista de Mattos

Diretor-Secretário

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

Diretor-Gerente

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu
Maj Octavio Tosta da Silva

Conselho Fiscal

General Armando Batista Gonçalves
Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga
Major Nilton Freixinho

Suplentes

General José Salles
Coronel João Batista Peixoto
Major Jayme Rolemberg de Lima

Chefias

De expedição — Maj Dario Ribeiro Machado
De publicidade — Ten-Cel J. de Abreu Lins (S. Paulo)
Maj Lauro Lima dos Santos (Rio)
Cap Diógenes Vieira da Silva (Paraná)

PEDE-SE PERMUTA

PIDESE CANJE
SI RICHIEDE LO SCAMBIO
WE ASK FOR EXCHANGE
ON DÉMANDE L'ÉCHANGE
ONI PETAS INTERSAGON
MAN BITTET UM AUSTAUSCH

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLVII | BRASIL — RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 1960 | N. 549

SUMÁRIO

ASSUNTOS MILITARES

Págs.

Poderia Acontecer — William J. Brink 3

EXÉRCITO

I — O Soldado Pára-quedista — Major Octávio Alves Velho..... 11

II — Do Fuzil aos Misseis — Capitão Álvaro Fernandes F. Galvão Pereira 21

III — O Problema da Defesa Antiaérea — O Impacto dos Projetis Dirigidos na sua Solução — Tenente-Coronel A.G. Paula Couto..... 31

IV — Cavalaria 1960 — Trad. Tenente-Coronel C. Evaristo..... 37

A Luta Contra a Sêca..... 45

Candidato à ECEME — Questões do Concurso de 1959..... 53

MARINHA

O Bloqueio — Para vencer Sem Matar..... 59

AERONÁUTICA

E o Avião Não Decolou — Coronel Ayrton de Freitas..... 69

ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES

I — Direito Espacial — Jean Rivoire..... 77

II — O Japão e os Misseis..... 85

DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA

I — Bases Filosóficas — General de Aviação L.M. Chassim..... 89

II — Organização — Major Amerino Raposo Filho..... 109

GEOGRAFIA

Págs.

I — Algumas Impressões Sôbre o Japão — Capitão-de-Mar-e-Guerra Ernesto de Mello Baptista..... 119

II — O Equador, uma Economia Colonial — Pimentel Gomes..... 127

HISTÓRIA

Missão de Paz a Canudos — General João Pereira de Oliveira..... 131

GEOPOLÍTICA

I — Doutrina — Coronel Golbery do Couto e Silva..... 147

II — Estudos e Ensaios — Tenente-Coronel Carlos de Meira Mattos.... 153

III — Fronteiras — Major Octávio Tosta..... 161

IV — Artigo Estrangeiro — Trad. Sargento Osvaldo Oliveira Santos..... 173

CIÊNCIA E TÉCNICA

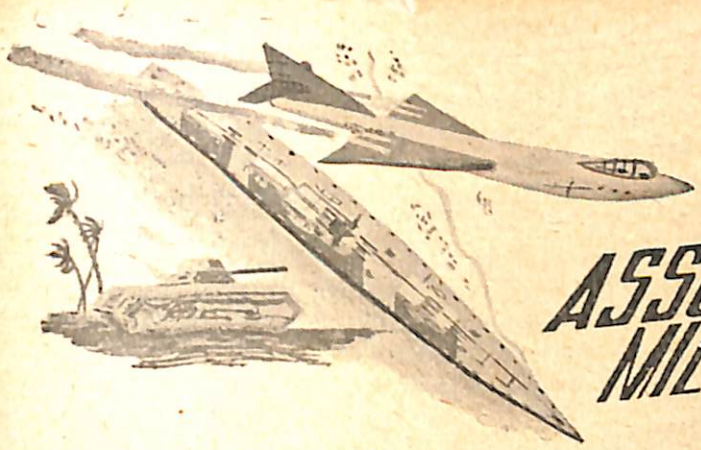
I — Nós e a Energia Nuclear..... 181

II — Anel de Hidrogênio 187

ASSUNTOS DIVERSOS

I — O Primeiro Burocrata — Major Celso S. Meyer..... 191

II — Brasilianas — Coordenador: Major Cláudio Leig..... 193



ASSUNTOS MILITARES

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

PODERIA ACONTECER...

WILLIAM J. BRINK

Primeiramente, o encouraçado dominava os mares, a seguir, o porta-aviões. Agora, o submarino vem surgindo em desafio à supremacia do porta-aviões.

As dramáticas viagens do "Nautilus" e do "Skate" sob a calôta glacial através o Pólo Norte foram sòmente as precursoras de futuras sensações. Os engenhos deram, também, uma nova dimensão aos submarinos.

Na reportagem especial que se segue em tradução, o editor de "Neewskeek Associate" — William J. Brink descreve a revolução que se vem fazendo sentir na guerra submarina.

Numa noite escura, sem lua, um submarino russo da classe Z vem à superfície a muitas milhas fora da saliência de Long Island. Vultos indistintos aparecem no convés, uma rampa de lançamento aponta para o céu e um engenho alado entra em posição. Vomitando fogo e fumaça, o engenho ribomba pelo espaço; o submarino volta ràpidamente para debaixo dágua.

À distância, enorme bola de fogo, de uma explosão atômica, estoura sôbre cidade de New York.

Poderia isso acontecer — hoje? Sim. A Marinha dos EE.UU admite, certamente que poderia. "Não vejo o que poderíamos fazer para evitá-lo", diz um almirante. A Marinha apressa-se em acrescentar, por certo, que não está esperando um tal ataque; um engenho nuclear disparado sôbre New York pressupõe que a Rússia esteja iniciando a III Guerra Mundial, assim acionando tôdas as nossas fôrças retaliatórias.

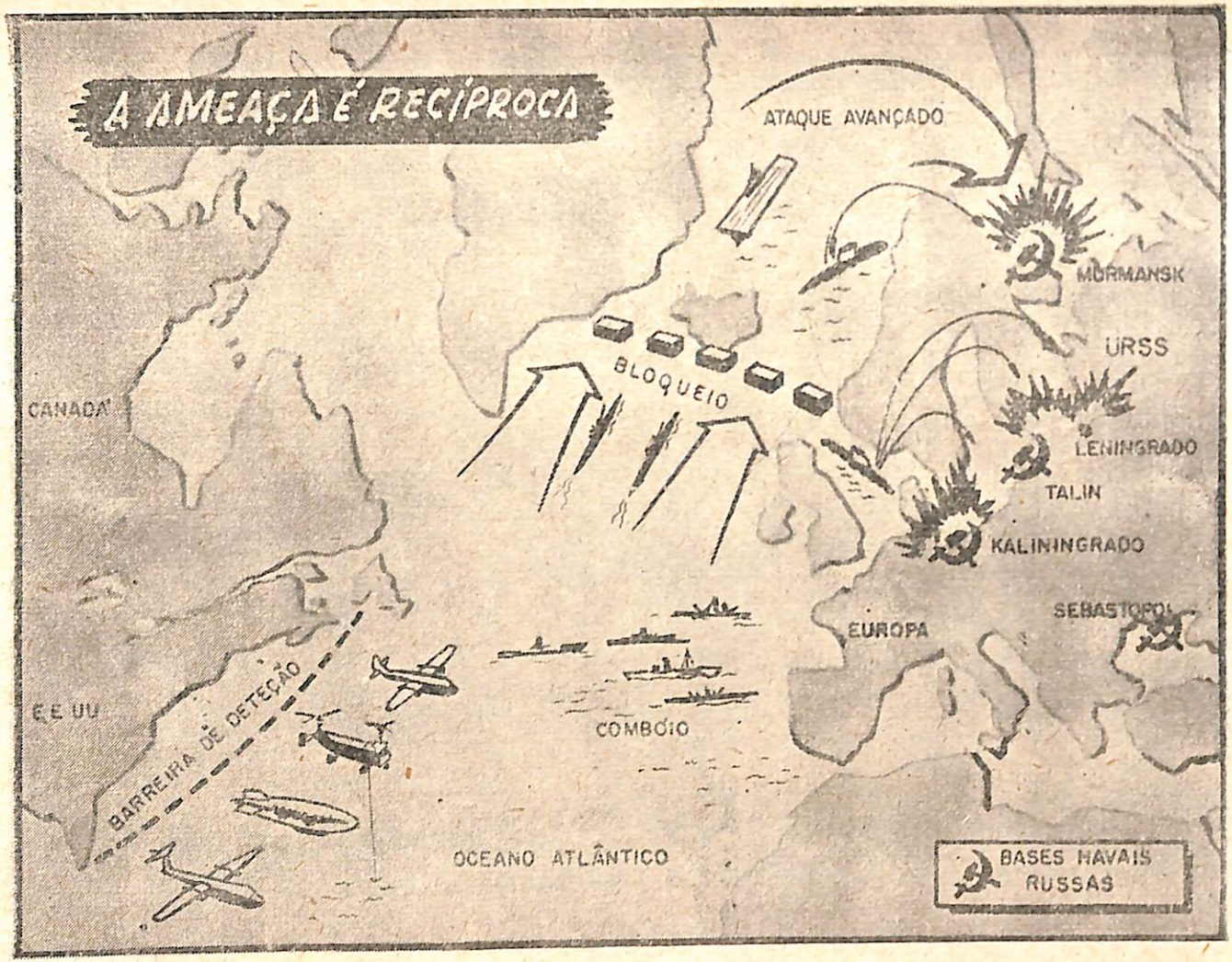
Diz a Marinha, quando muito, apenas alguns submarinos soviéticos ultrapassam suas defesas anti-submarinas.

Todavia, a Marinha não desconhece que mesmo um único submarino inimigo lançador de engenhos, ao longo das costas dos Estados Unidos, já seria **demais** (para o que dez dêles poderiam fazer, vide mapa). A Marinha sabe, ainda, que a ameaça só poderá piorar, pois o medonho patinho submarino está ràpidamente tornando-se um supernavio de guerra.

A DIFERENÇA ESTÁ NO PODER ATÔMICO — Na II Guerra Mundial, o submarino convencional constituía uma ameaça mortífera contra a navegação de superfície, limitada porém em raio de ação, velocidade, e pela perigosa necessidade de emergir freqüentemente para a recarga das baterias. Com o poder nuclear, os submarinos podem mergulhar a grandes profundidades, deslocar-se com maiores velocidades, cruzar longas distâncias e permanecer submerso tanto tempo quanto a guarnição possa suportar. Armado de projetis dirigidos (engenhos), o submarino constitui ameaça a curta distância, e de precisão, para alvos marítimos ou costeiros. E quando equipado com um engenho balístico de maior alcance, como o "Polaris", de 1.500 milhas, da Marinha, que êle lança quando submerso, será realmente uma arma da idade do espaço.

O Contra-Almirante Hyman G. Rickover, o pai previdente do submarino nuclear, disse acreditar ser perfeitamente possível que todos os navios de guerra venham um dia a deslocar-se debaixo d'água. Foi Rickover quem previu quando submarinos polares poderiam mover-se furtivamente sob a capa de gêlo polar, prontos a subir de repente através os lagos de água clara que se formam no gêlo, como marcas de varíola, para lançar seus engenhos. Que isso seria factível ficou claramente demonstrado ao mundo inteiro, quando o "Nautilus" e o "Skate" atravessaram o Pólo Norte sob a capa de gêlo polar. Certamente a Marinha está explorando ao máximo o futuro do submarino. Provàvelmente poucas pessoas compreendem isso, mas a Marinha vem testando o lançamento de engenhos de bordo de submarinos, desde 1955. Os pioneiros nesse campo são os submarinos "Barbero" e "Tunny", ambos convencionais dotados de Snorkel, modificados para levar o engenho subsônico de 500 milhas, "Regulus I", da Chance Vought, em meias canas instaladas no convés. Embora êsses submarinos lançadores de mísseis primitivos, indicaram decididamente o caminho do futuro. O "Barbero" pode vir à superfície, lançar seu engenho e submergir novamente dentro de dez minutos. Êle arroga-se um elevado grau de sucesso em acertar no alvo, e o seu comandante, Capitão-de-Corveta Carlos Dew, comenta: "Eu diria que a nossa capacidade para escapar à detecção é muito boa". Êste ano, a Marinha lançou o "Grayback" e o "Growler", submarinos de propulsão convencional, com melhor perfil, podendo disparar o engenho supersônico "Regulus II", de 1.000 milhas. Mais quatro submarinos "Regulus", todos de propulsão nuclear, estão em fase de construção ou programados

O QUE ESTÁ PARA VIR — Além do mais, a Marinha está incrementando seu programa Polaris tão vigorosamente, que êsse engenho


A AMEAÇA É RECÍPROCA
ATAQUE AVANÇADO
MURMANSK
URSS
BLOQUEIO
CANADÁ
LENINGRADO
TALIN
KALININGRADO
SEBASTOPOL
EUROPA
E.E.UU.
BARREIRA DE DETEÇÃO
COMBÓIO
OCEANO ATLÂNTICO
BASES NAVAIS RUSSAS

da Lockheed poderá estar terminado por volta de 1960 e inteiramente operacional, em 1962; e, também, lançando submarinos nucleares a tôda fôrça numa proporção nunca vista. Além disso, o "Nautilus", o "Seawolf" e o "Skate", estão já em serviço, e o "Sargo", "Skipjack", "Swordfish" e "Sea Dragon" foram lançados ao mar para os ajustes finais. O "Triton", o maior submarino do mundo e ao mesmo tempo o primeiro submarino atômico de piquête radar, já foi lançado em Groton, Conn.

Vinte outros submarinos nucleares (custo: acima de US$110 milhões cada um) estão em construção ou autorizados, sendo que nove dêles destinados a disparar o Polaris.

Como os russos se contrapõem a isso?

Até onde sabemos, a Rússia ainda não tem um submarino nuclear. Também não se tem notícia de que ela possua um engenho balístico do tipo Polaris. É quase certo que tenha engenhos guiados (idênticos ao hipotético atirado sôbre New York) e a capacidade de adaptá-los aos submarinos convencionais, como fizemos com o nosso "Barbero". A vantagem dos EE.UU em submarinos nucleares é, deveras, muito real; pensam alguns, possa ela ser a maior liderança singular que êste país possua sôbre os vermelhos. Não obstante, a Marinha está bem a par de que qualquer ruptura no equilíbrio tecnológico será uma faca de dois gumes; o outro lado poderá também fazer a mesma coisa. Alguns almirantes acreditam que os soviéticos produzirão um submarino nuclear em dois ou três anos. Outros crêem que isso será muito mais demorado. Certamente que o progresso russo em engenhos com base em terra, faz crer que ela terá uma frota de engenhos balísticos como o Polaris, já pronta para seus submarinos nucleares. A Rússia, além disso, tem alguma coisa que diz respeito muito mais de perto às defesas dos EE.UU: A maior frota de submarinos convencionais que o mundo jamais conheceu.

PODER SOVIÉTICO — A União Soviética tem atualmente mais de 500 submarinos, mais de metade dos quais dotados dos modernos Sorkel das classes W e Z e, pelo menos 125 dêles são de longo raio de ação, capazes de cruzar as costas dos EE.UU. — Em contraste os EE.UU têm 110 submarinos em serviço: Hitler começou a II Guerra Mundial com 58 e nunca teve mais do que 166 operacionais, quando seus U-Boats estavam afundando cêrca de 14 milhões de toneladas da navegação aliada no Atlântico. As experiências colhidas dessa maciça frota submarina não foram perdidas pela Marinha: o que Hitler fêz, os Vermelhos evidentemente raciocinaram e poderão fazer melhor.

O Almirante Arleigh Burke, chefe das Operações Navais, disse: "Hoje em dia, a fôrça submarina soviética é, inquestionàvelmente a mais forte ameaça naval ao Mundo Ocidental".

Tão grave, de fato, é o perigo considerado, que a campanha antisubmarina da Marinha (ASW), tornou-se um dos esforços mais prodigiosos de sua história. Todos os navios dos EE.UU (200) e todos os homens (630.000) no Atlântico, exceto as fôrças anfíbias, dedicam-se

à contenção da frota submarina soviética e, se necessário, à sua destruição (a ameaça também existe no Pacífico; mas, os principais aliados dos EE.UU acham-se através do Atlântico e a maior parte dos submarinos russos têm base nessa área). As frotas de sete países da OTAN (Inglaterra, França, Canadá, Holanda, Noruega, Dinamarca e Alemanha Ocidental) estão associadas nessa tarefa. No começo de 1958, Burke instalou um serviço especial no Pentágono, sob a direção do Contra-Almirante Charles E. Weakley, para coordenar todos os esforços da guerra anti-submarina.

Como poderão ser contidos os Vermelhos?

No seu Q.G. pontilhado de mapas, na base naval de Norfolk, VA, o Almirante Jerauld Wright, o qual não é sòmente Comandante Supremo das fôrças da OTAN no Atlântico (SACLANT), mas também Comandante-em-chefe da frota Atlântica dos EE.UU (CINCLANT), dedicou grande parte de meditação e planejamento a êsse problema: Defesa em profundidade, além da antiquada noção de que uma boa ofensiva é a melhor defensiva. Frotas vermelhas baseadas no Báltico e no Mar Negro estão em grande parte engarrafadas por detrás de passagens estreitas que conduzem ao mar aberto; mas, a fôrça submarina soviética em Murmansk, **sem dúvida a maior,** não tem tal problema (vide mapa). Em caso de guerra, portanto, os comandos dos EE.UU e da OTAN estão preparados para dirigir forte ataque de fôrças tarefas **deslocando-se** rumo Norte para destruir tantos submarinos inimigos quanto possível, em suas bases. Essas fôrças estão agrupadas em tôrno do super porta-aviões de 60.000 tons. da classe "Forrestal", com seus aviões atômicos de ataque, cruzadores com engenhos dirigidos, como o "Boston", contratorpedeiros e dos submarinos nucleares dos EE.UU.

CAÇA E DESTRUIÇÃO — Desde que a OTAN não deva esperar a possibilidade de impedir que todos os submarinos soviéticos alcancem o Atlântico, o passo seguinte na estratégia é procurar fechar os estreitos, relativamente apertados, de cada lado da Finlândia, por onde êles deverão passar.

A principal arma nesse caso: grupos rápidos de caça-destruição (HUK) organizados em tôrno de menores porta-aviões e armados de tôda sorte de equipamentos e armas anti-submarinos. Pelo menos, seis dêstes, estão programados e um, o Grupo Tarefa Alfa, sob a enérgica direção do Contra-Almirante John S. Thach, está normalmente realizando experiências intensivas de técnicas anti-submarinas (ASW). Ao largo do Atlântico, a Marinha calcula ter que escoltar comboios aliados como o fêz na II Guerra Mundial, enquanto em solo pátrio alinhou uma impressionante formação de navios e aviões para guardar as costas dos EE.UU.

Uma nova e super secreta adição: Uma barreira de detecção sonar (SOM) ao longo da costa, que se avalia capaz de localizar submarinos no mar a 300 milhas. A Marinha também possui atualmente um impressionante arsenal de armas anti-submarinas, nunca visto nos dias da

II Grande Guerra, época das simples cargas de profundidade. Entre essas armas, citam-se:

"Mark 43": um torpedo direcional que busca o alvo pelo som e o perfura para matar;

"Rat": um torpedo direcional auxiliado por um engenho que é lançado no ar por um navio de superfície, e desce sustentado por pára-quedas, perseguindo sua caça debaixo d'água;

"Subroc": um torpedo direcional, ainda em fase de desenvolvimento, que será disparado de tubos lança-torpedos de submarinos, aparecendo repentinamente no ar, numa trajetória balística, e descendo em seguida para mergulhar na água;

"Betty" e "Lulu": as poderosas novas cargas atômicas de profundidade.

Não obstante, tôda a evidência pressupõe que a arte da guerra anti-submarina (ASW) — está se deixando ficar para trás das possibilidades cada vez maiores da prêsa.

O Almirante Weakley diz positivamente: "Poderíamos produzir melhores armas, atualmente, do que as que produzimos. Necessitamos de maior desenvolvimento quanto à detecção e identificação".

Do que aconteceu, conclui-se que o submarino nuclear apareceu para multiplicar todos os problemas da guerra anti-submarina (ASW); tornando-os muito mais complexos.

O nascimento do "Nautilus" acrescentou uma nova dimensão à guerra submarina: realizou um verdadeiro submersível, que era essencialmente um navio de superfície capaz de submergir. Alguns almirantes vão a ponto de chamá-lo um "quantum jump" comparável ao salto da vela ao vapor.

O grande fato é que a Marinha neste momento, não sabe como se defender do submarino nuclear. "Nós, simplesmente, não o podemos fazer, diz o "Vice-Almirante Frank Watkins, um veterano submarinista, o qual até recentemente foi chefe da Defesa Anti-submarina (ASW) no Atlântico. Mas a Marinha sabe muito disso: ela deve aprender a lidar com o submarino nuclear, e fazer isso enquanto mantém a presente frota submarina soviética contida, e ultrapassando os vermelhos no desenvolvimento dos engenhos. Ninguém na Marinha nega que isso seja uma grande tarefa.

TAPEÇARIA BRÜMILLER

TAPÊTES, CORTINAS, TECIDOS, MÓVEIS, DECORAÇÕES, ETC.

JOÃO BRÜMILLER FRAY

Avenida Campos Sales, 651 — Fone 2642 — Campinas — S. P.

REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES

CONJUNTO INDUSTRIAL

O Parque Industrial da Refinaria Presidente Bernardes compõe-se de:

— Unidades de Processo;
— Fábrica de Asfalto;
— Fábrica de Fertilizantes.

As unidades de processo operam quer isoladas, quer em conjunto, dando à Refinaria a necessária flexibilidade para modificar, dentro de certos limites, a distribuição percentual dos produtos finais, de acôrdo com as variações de demanda do mercado.

A Refinaria em 1959, processou 30.250.000 barris de petróleo, assim distribuídos:

Petróleo	*Barris*	*BPDC*	*%*
Árabe	7.200.000	19.730	22,0
Baiano	9.470.000	25.950	30,0
Recon	10.370.000	28.410	32,9
Recon-Shell	1.190.000	3.260	3,8
Lago Médio	1.640.000	4.490	5,2
Russo	380.000	1.040	1,2
Total	30.250.000	82.880	96,6

Os resultados da produção de derivados do petróleo, realizados nas diversas Unidades de Processo, foram os seguintes:

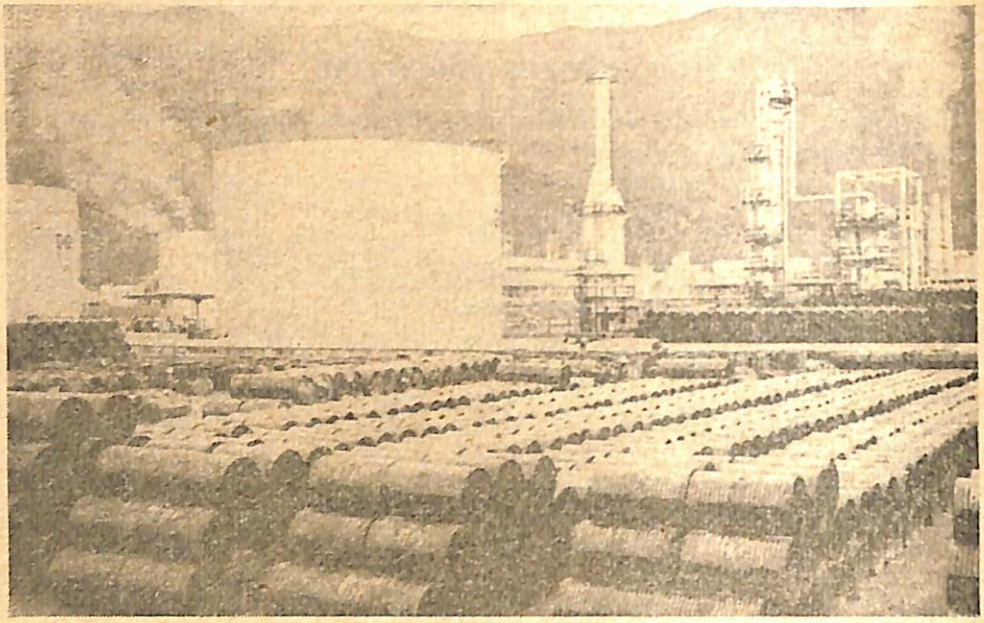
Produtos vendáveis	*Barris*	*BPDC*
Gás liquefeito (GLP)	1.290.000	3.530
Gasolina regular	7.530.000	20.630
Gasolina extra (azul)	490.000	1.340
Produtos vendáveis	*Barris*	*BPDC*
Querosene	1.510.000	4.140
Diesel	5.660.000	15.510
Óleo combustível	12.220.000	33.480
Resíduos aromáticos	410.000	1.120
Hexano Aguarrás mineral	170.000	470
Hexano	40.000	110
Solvente de borracha	45.000	120
Eteno	80.000	220
Propeno	12.000	33
Gás para fertilizantes	13.800.000m³	37.800m³/dia

Observações:

1º — O barril corresponde a 160 litros, aproximadamente.
2º — O *Resíduo Aromático* é vendido à COPEBRÁS para a fabricação do *negro do fumo* (pó de sapato), utilizado na indústria de pneumáticos.
3º — O *Hexano* é um solvente muito empregado na extração de óleo do caroço do algodão.
4º — O *Eteno* é utilizado na indústria de plásticos.
5º — O *Propeno* é empregado na fabricação de acetona.

O faturamento bruto correspondente a essa produção atingiu o total de Cr$ 23.400.000.000,00, proporcionando uma ecenomia de divisas de 30.000.000,00 de dólares.

A Fábrica de Asfalto tem capacidade de 3.500 barris de óleo cru por dia de operação.



PRODUÇÃO DE ASFALTO

O Óleo cru empregado, chamado petróleo Boscan, procedente da Venezuela, é transportado em petroleiros até o pôrto de Santos (Valongo), de onde segue para a Refinaria, embarcado em vagões da E.F.S.J., com capacidade de 310 barris cada vagão.

Em 1959, a Fábrica de Asfalto processou 1.270.000 barris de petróleo Boscan, ou sejam 3.480 barris de petróleo por dia de operação (4% do total de petróleo processado na Refinaria).

A produção da Fábrica compreende:

Produtos vendáveis:

Cimentos Asfálticos	145.000 ton	397 ton/dia
Asfaltos Líquidos	27.000 ton	74 ton/dia

O faturamento bruto atingiu o total de Cr$ 500.000.000,00, proporcionando economia de divisas no valor de 9.200.000 dólares.

A Fábrica de Fertilizantes produzindo em 1959, cêrca de 43.000 toneladas de Nitrocálcio, no valor de Cr$ 145.000.000,00, proporcionou economia de divisas que somaram 2.000.000 de dólares.

O Conjunto Industrial de Cubatão em 1959 concorreu, portanto, com um faturamento bruto de 24 bilhões de cruzeiros, produzindo economias de divisas no valor de 41 milhões de dólares.

A Refinaria possui ainda outras utilidades complementares, tais como:

— Casa de Bombas do Rio Cubatão, para captação de água de refrigeração.
— Casa de Fôrça, para geração de vapor, energia elétrica e ar comprimido.
— Unidade de Tratamento de Água, para utilização na Casa de Fôrça, e,
— Subestações transformadoras, etc.



EXÉRCITO

COORDENADOR — TEN-CEL HUGO DE ANDRADE ABREU

I — O SOLDADO PÁRA-QUEDISTA

Major OCTAVIO ALVES VELHO

Muitos e variados são os meios empregados nas operações aeroterrestres: o mais formidável, contudo, é o **Soldado Pára-quedista.** O avião, o pára-quedas, o equipamento especializado, a organização peculiar — nada disso caracteriza tão bem a tropa aeroterrestre quanto a qualidade de seu soldado. É êle quem, em última análise, decide do sucesso de um assalto aeroterrestre. E, para bem operar, tal e qual sucede com seu material, precisa ser perfeitamente compreendido e constantemente mantido em forma para o combate.

Quem é o soldado pára-quedista? Em que difere êle dos demais combatentes? Quais são os seus problemas mais comuns? Como podem ser êstes evitados ou solucionados?

Em 1950, um distinto oficial médico do Exército Norte-americano, veterano do pára-quedismo e então Chefe do Serviço de Saúde da 82ª Divisão Aeroterrestre daquela nação irmã, realizou minucioso estudo a êsse respeito. No período de maio a dezembro daquele ano, entrevistou e examinou 582 soldados encaminhados à Clínica de Higiene Mental da Divisão, devido à problemas de natureza médica ou personalógica. Conquanto não fôsse especializado em psiquiatria, nem se tratasse de um psicoterapeuta, o Ten-Cel Spulgeon H. Neel Júnior possuia grande cultura profissional, longo tirocínio como médico militar, experiência de combate (durante a 2ª Guerra Mundial, fôra condecorado duas vêzes com a "Medalha de Bronze", equivalente a nossa "Cruz de Combate de 2ª Classe", e uma com a **Purple Heart,** por ter sido ferido em ação) e conhecimento pessoal das emoções vividas pelo pára-quedista militar, além de elevados sentimentos de solidariedade humana ("empatia") e de espírito-de-corpo. Tudo isso assegurou-lhe

as bases necessárias para a consecução de espléndidos resultados em sua interessante e útil investigação. No ano seguinte, já aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em Fort Leavenworth, publicou um relato de suas conclusões na revista "Combat Forces Journal", número de dezembro de 1951.

Seria deveras ideal se dispuséssemos no Brasil dos recursos em pessoal e material especializados, para levarmos a cabo, nós mesmos, uma pesquisa análoga. Enquanto, porém, tal não pudermos fazer, julgamos lícito tomar como ponto de partida o estudo acima citado, fazendo as indispensáveis adaptações, já que outras são as condições brasileiras. Lembremos, sem embargo, que as reações individuais não variam muito devido a razões de ordem biológica ou psicológica, mas tão sòmente por contingências culturais — tomando-se aqui "cultura" em sua acepção sociológica, isto é, como "um sistema de idéias, de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma determinada sociedade.

As condições de aceitação dos candidatos à tropa aeroterrestre não são puramente clínicas e físicas, senão também referentes à vivacidade mental, ao equilíbrio emocional, ao autodomínio e à agressividade (sendo esta considerada no sentido de "combatividade"). Antes de procurarmos apreciar alguns dos problemas específicos dos pára-quedistas, cumpre esboçarmos certos traços comuns de sua psicologia.

Todo pára-quedista militar é voluntário. Êle escolhe a tropa aeroterrestre, mas esta, por sua vez, também o escolhe. Êste processo de seleção mútua serve de base a tôda sua futura formação e aperfeiçoamento. Após severos exames e testes e uma vigorosa preparação física, realizada no decorrer da Instrução Básica Militar, os recrutas vão para a área de Instrução Básica Aeroterrestre. Ali, ao lado de oficiais e de praças antigos, também voluntários ao pára-quedismo, são submetidos a acurado treinamento técnico, sem quaisquer privilégios ou favoritismo, e que é coroado por cinco saltos de um avião em vôo. Êsse início em comum — na provação e na comprovação de sua robustez e tenacidade — proporciona uma identificação entre oficiais e praças não encontrada em nenhuma outra tropa, e que, prosseguindo através de tôda sua atividade aeroterrestre, constitui o fundamento das relações de comando e subordinação.

Os voluntários para o pára-quedismo provêem de todos os Estados e Territórios da Federação e de tôdas as classes sociais e atividades profissionais. Ali são representados todos os credos religiosos, origens étnicas, graus de instrução. Até hoje nada há, nos EE.UU ou no Brasil, que possa caracterizar determinado grupo como sendo o que dá melhores pára-quedistas.

Muitas são as razões que levam o homem a procurar voluntàriamente servir na tropa aeroterrestre, examinando-as, podemos vislumbrar o tipo e o grau de sua motivação. A compreensão desta, outrossim, permite predizer a personalidade básica do soldado pára-que-

dista, quais os seus objetivos na vida, quais os problemas individuais com que provàvelmente se defrontará. Para facilidade de discussão, as motivações para servir na tropa aeroterrestre podem ser divididas em dois grupos principais:

— O grupo maior é o agressivo — os que pertencem a êste, procuram progredir e conquistar um lugar na vida. O serviço aeroterrestre oferece-lhes uma oportunidade para filiarem-se a um grupo exclusivamente de voluntários rigorosamente selecionados, com uma tradição magnífica e um futuro promissor. A gratificação de salto e o uniforme que distingue o pára-quedista são um outro incentivo, porém devem ser tomados em sua devida perspectiva, ao lado de fatôres menos concretos, como sejam o moral individual e o espírito-de-corpo. Os homens dêste grupo dão bons pára-quedistas e, em compensação, alcançam um meio socialmente aceitável de expressar sua agressividade e sua necessidade de reconhecimento, ao buscarem realizar-se em meio ao prosaísmo e à chatice do mundo de hoje. São raros, entre êles, os problemas disciplinares e de personalidade.

— O outro grupo, bem mais reduzido, é constituído pelos "escapistas". Geralmente procuram a vida militar, tentando escapar a certa responsabilidades desagradáveis da vida civil, apenas para descobrir que terão essas mesmas responsabilidades no Exército, e ainda por cima dentro de um sistema social mais rígido. São atraídos para a tropa aeroterrestre pelo prestígio desta e pelas maiores vantagens financeiras. É apreciável o número dos que se apresentam impulsionados por motivações tão precárias e alguns chegam mesmo a qualificarem-se pára-quedistas, sòmente para constatar que suas responsabilidades são multiplicadas e que se passa a esperar muito mais da parte dêles. Para êstes, a tropa aeroterrestre representa como que a idéia de "Legião Estrangeira", tão comum há alguns anos, e uma vez pertencentes a ela, não mais lhes parece possível escapar.

Um corolário interessante desta concepção ocorreu nos Estados Unidos, tempos atrás, quando foi aberto o voluntariado para as então recém-criadas Companhias de **Rangers** (correspondentes aos **Commandos** britânicos): uma percentagem relativamente alta dêsses homens desajustados procurou evadir-se uma vez mais, apresentando-se como candidatos àquelas unidades de escól. O Exército Norte-americano envidou esforços sérios, através de cuidadoso estudo das alterações e das fichas disciplinares dos voluntários, isso após severíssima seleção psicotécnica, a fim de identificar êsses homens e conservá-los em sùas unidades de origem, ónde poderiam ser recuperados e convertidos em soldados eficientes. Uma subdivisão particularmente nociva dêste grupo de "escapistas" é a dos que deliberadamente se aproveitam da possibilidade de tranferência da tropa aeroterrestre para outras unidades, com o fito de fugirem qualquer situação militar incômoda ou que requeira dêles o cumprimento de responsabilidades bem definidas. Trata-se de maus pára-quedistas militares, só interessados no aspecto esportivo e aventureiro do pára-quedismo, e demandam enorme trabalho por

parte dos escalões de comando e do Serviço de Saúde. Assim, uma minoria bem pequena de pára-quedistas é responsável pela maioria dos problemas enfrentados pelos comandantes da tropa aeroterrestre.

O soldado aeroterrestre é jovem, não só por fôrça da Lei do Serviço Militar, como igualmente pela natureza de suas atividades normais. Daí se conclui logo a respeito de seu estado civil e de seus interêsses sociais, o que é mais importante, isso indica uma reação contra a autoridade, sua necessidade de liderança forte (paternal), e os seus sentimentos para com os camaradas (irmãos-de-armas) e para com o chefe (o "velho"). Afirmar que o soldado pára-quedista geralmente é imaturo, seria um êrro. Êle é apenas um jovem, mal saído da adolescência (às vêzes, nem isso), porém sua maturidade emocional e mental é a própria de sua idade. É, via de regra, impressionável e visionário, mas não um sonhador que viva em um mundo de fantasia: o pára-quedismo é uma realidade mental e física bem nítida. A maneira pela qual êle se ajusta ao estilo de vida aeroterrestre depende sobretudo do ponto-de-vista "jovem" com que aceita suas responsabilidades individuais, que estão em permanente mudança, seja na instrução, seja no combate. Sua flexibilidade de atitudes e de inteligência é tão importante quanto a de suas articulações: são os jovens no coração e na mentalidade que dão os melhores pára-quedistas.

O soldado pára-quedista é agressivo, e é a intensidade desta característica que o distingue acima de qualquer outra coisa. A agressividade, todavia, é uma espada de dois gumes: embora explique a grande eficiência do pára-quedista em combate, é também responsável por muitos dos problemas pessoais e disciplinares, máxime em tempo de paz. Ser agressivo não é o mesmo que ser anti-social. No primeiro caso, trata-se de uma fôrça salutar de extraordinário valor tanto para o indivíduo quanto para o Exército, ao passo que no segundo o que se faz sentir é um ímpeto anárquico, destruidor e pervertido, que age em detrimento do homem e da coletividade. A agressividade só é sadia quando se volta contra um adversário ou contra qualquer situação difícil; é indesejável quando dirigida contra a unidade ou corporação do indivíduo, e patológica quando se volta contra o próprio eu. A "manutenção preventiva" do soldado pára-quedista, sob o aspecto de higiene mental, consiste, em grande parte, em proporcionar-lhe metas valiosas e socialmente aceitáveis para sua agressividade natural — o inimigo, objetivos a atingir na instrução e no serviço, competições desportivas. A energia está presente no homem e não pode ser negada nem discutida: tem de ser dissipada ou sublimada.

O soldado pára-quedista tem brio e grande amor-próprio; passou por uma rigorosa triagem e provou do que é capaz. Vangloria-se de seus próprios feitos e dos de seus antecessores. Foi selecionado e instruído tendo em vista padrões perfeccionistas, e espera que êstes sejam satisfeitos pelos demais. É intolerante para com todos quantos não correspondam às expectativas dêle. Suas botas de salto, seu brevê e os distintivos que ostenta no braço e no gorro são símbolos de sua posição

social (status), e para êle sintetizam a honra pessoal e o pundonor profissionail. Ufana-se dêles não por mero exibicionismo, mas sim porque condensam certos sentimentos profundos e intangíveis.

O soldado pára-quedista, mais do que qualquer outro, é dotado de espírito de clã. Não só proclama aos quatro ventos sua condição de pára-quedista, como faz questão de citar a unidade ou subunidade a que pertence. Tôda a preocupação que se nota com pormenores relativos a diversos tipos de brevê, côr do gorro, distintivos, etc., nada mais exprime do que a tentativa de materializar essas identificações estreitas dos pequenos grupos, onde os contatos predominantes são do tipo "face-a-face". Êstes poderosos elos de afeição entre os pára-quedistas, dentro das subunidades e mesmo frações, é que respondem pela comprovada eficiência dos elementos aeroterrestres em situações de isolamento e em operações independentes. O respeito mútuo existente entre o soldado pára-quedista e os "seus" oficiais e sargentos, deriva da instrução básica em que juntos sofreram e dos contatos cerrados que têm a partir daí — principalmente por ocasião dos saltos, quando comungam das mesmas emoções e perigos e quando cada um dêles verifica o equipamento do companheiro da frente ou da retaguarda (sem olhar a pôsto ou graduação), dando-lhes o "Pronto". Nos Estados Unidos, onde já é grande o número de unidades independentes e de Grandes Unidades Aeroterrestres, o soldado pára-quedista resiste tenazmente à idéia de ser transferido de uma para outra; uma vez, porém, que isso seja fato consumado, ràpidamente transfere sua lealdade para a nova organização, e em breve afirma, novamente, que pertence "à melhor unidade do Exército". Quando um camarada morre, quer em combate, quer na instrução, a intensa emoção sentida por êle transforma-se em sincera tristeza, chegando muitas vêzes a assumir características neuróticas e a exigir cuidados médicos.

Essa é, a grosso modo, a psicologia do soldado pára-quedista: êle é jovem no espírito e no corpo, agressivo, e muito apegado ao grupo. Êstes atributos psicológicos são elementos indispensáveis do pára-quedismo militar. Ao mesmo passo que determinam a eficiência em combate do soldado pára-quedista, tornam-no mais exposto à certas dificuldades de ordem pessoal e disciplinar, em tempo de paz e nos intervalos entre operações de guerra. Ao analisarmos qualquer pessoa, devemos sempre levar em conta o seu ambiente, pois, como dizem Rumney e Maier "tôda a psicologia é, em grande parte, social, já que não se conhece o homem isolado de seus semelhantes: a natureza humana é intrìnsecamente social... Por outro lado, todos os fenômenos sociais são, até certo ponto, psicológicos, visto como se alicerçam nos desejos, emoções e aspirações dos homens". Durante a instrução, e mais especialmente em combate, o pára-quedista é ensinado a respeitar a fôrça e a desprezar a fraqueza sob qualquer aspecto. Vê-se rodeado de outros homens iguais a si e comandado por oficiais e sargentos animados por motivações e ideais semelhantes aos seus. Seu treinamento é árduo e freqüentemente realizado em condições assaz realistas, desenvolvendo nêle um vivo gôsto pelas atividades e prazeres físicos. É

americana, baseada em amostra representativa, atesta que só é possível recuperar homens cuja personalidade básica é normal, e que se desajustaram tão só por terem sido submetidos a tensões invulgares ou excessivas. As tensões que mais amiúde precipitam desajustamentos de situação, vêm a ser as seguintes:

1º. — Dificuldades na vida doméstica, associadas ou não à atividade aeroterrestre;

2º. — Deficiências do sistema de seleção, qualificação, promoção e classificação, que levam indivíduos não habilitados a exercer funções ou a ocupar postos acima de suas possibilidades;

3º. — Conflitos de personalidade entre o indivíduo e seus camaradas ou seus chefes imediatos, devido a preconceitos ou a razões pessoais. (Isto é menos freqüente no Brasil que nos Estados Unidos);

4º. — Exigências excessivas, de trabalho em paz ou tensões na guerra, resultantes do mau vêzo de se sobrecarregar os bons elementos, poupando aos que não o são.

Os três problemas disciplinares gerais, considerados como de maior interêsse para os comandantes aeroterrestres pelo pesquisador norte-americano, são a ausência, as doenças venéreas e o ânimo francamente briguento. No Brasil, parece-nos devermos acrescentar as questões correlatas do casamento das praças e do reconhecimento de filhos ilegítimos.

A ausência não é, entre os pára-quedistas, o mais das vêzes, uma evasão a serviços pesados ou arriscados, mas antes uma forma de "ataque" contra situações desinteressantes ou enfadonhas. É menor o número de ausentes, e até mesmo de simples faltosos, em época de grande atividade de saltos, exercícios táticos, manobras, competições desportivas, etc., do que nos intervalos em que predominam as sessões em sala ou os trabalhos de faxina. No Exército norte-americano, por outro lado, observou-se durante a guerra que era comum pára-quedistas terem alta por evasão dos hospitais onde estavam convalescendo para regressarem a suas unidades na linha de frente.

As doenças venéreas são um flagelo da mocidade, fruto da organização social na cultura ocidental, da má educação sexual, de defeitos de orientação pessoal e de outros fatôres fora da órbita de nosso artigo. Embora deploráveis, são um outro meio de satisfação das tendências agressivas é possível minorar seus efeitos por meio de uma adequada orientação espiritual, assistência médica e educação sexual racional.

Muito de perto ligados às doenças venéreas estão as questões acima citadas do casamento dos praças e do reconhecimento de filhos ilegítimos. Nesta última, cabe a ação decisiva do líder militar como educador, já que a imensa maioria de nossos recrutas chega à caserna sem a necessária preparação para enfrentar tais problemas. Quanto à primeira depende-se do Alto Comando do Exército para ser introduzida uma atualização na legislação a respeito. Parece-nos que já é tempo de cogitarmos de rever o "Estatuto dos Militares" e outras leis básicas,

atendendo-se à evolução das condições sociais e econômicas, ao espírito da Constituição vigente e aos ditames da Moral e da Razão. Devemos estimular, e não reprimir os anseios dos jovens que preferem constituir legalmente família a viverem na promiscuidade sexual, a esbanjarem sua saúde e a perverterem-se em ligações fáceis e aventuras em que se conspurcam os mais nobres sentimentos do homem. Cabe à Família e ao Estado — quando aquela falta, conforme tão desgraçadamente se vê hoje — ampararem seus novos membros que querem unir-se, em vez de forçá-los a procurarem soluções inferiores, degradantes e arriscadas, para seus naturais desejos de criar raízes e de expressar-se sexualmente.

Quanto à má conduta, freqüentemente sob a forma de brigas e badernas no meio civil, é igualmente encontrada e indesejável, a despeito de todos os esforços: isso reflete, também, a agressividade, o amor-próprio e o amor ao grupo. Talvez o efeito secundário mais desagradável da seleção e instrução rigorosas dos pára-quedistas seja a tendência de alguns dêstes para olharem como inferiores aos demais soldados, que não passaram por êsse processo de filtragem, e a que desdenhosamente alcunham de "pés pretos".

Qual é a solução para êstes problemas que nos deixam perplexos? Será que a tropa aeroterrestre terá sempre de suportar a praga destas dificuldades disciplinares para que possa manter-se em forma para o combate?

A maioria dos problemas apontados podem ser reduzidos a um denominador comum: "Liderança". Não é fácil comandar pára-quedistas: é um desafio à capacidade de chefia de todos os que são distinguidos com semelhante honra.

Malgrado a rígida disciplina que caracteriza a tropa aeroterrestre, dificilmente os pára-quedistas seguirão um chefe fraco e ineficiente, e que não tenha demonstrado seu valor por fatos concretos. O oficial ou sargento pára-quedista não pode confiar apenas em seu pôsto ou graduação e em sua função: êle tem de "conquistar" seu direito ao comando, graças à capacidade pessoal. O soldado pára-quedista percebe ràpidamente as "máscaras", o "farol", as falsas fachadas: êle espera perfeccionismo por parte de seus superiores.

O Ten-Cel Neel, parafraseando o notável líder militar que foi o General George S. Patton, Júnior, diz: "Comandar uma unidade aeroterrestre é como comer espaguete. Não se pode empurrá-lo por detrás: é mister puxá-lo pela frente". Tal e qual o oficial pára-quedista lidera sua equipe na porta do avião, deve fazê-lo igualmente em tôdas as situações, dando-lhe o adequado exemplo moral, social e intelectual: seus homens serão o que êle fôr. A despeito de sua eventual juventude, o oficial pára-quedista tem que reconhecer e gostar de ocupar sua posição "paternal", exercendo seus deveres de forma firme, justa, sincera e amadurecida. Deve saber manter sua dignidade pessoal e respeitar a de todos os seus homens.

Jamais deve procurar fazer demagogia ou mimar seus subordinados, pois isto será logo devidamente reconhecido como fraqueza de sua parte. Os soldados pára-quedistas detestam qualquer fraqueza, sobretudo em um chefe; nunca deverá, sem embargo, confundir energia com falta de educação. Compete aos oficiais e sargentos a criação e a manutenção de um bom clima de relações humanas na unidade: estas, como já foi dito alhures, são sempre "uma rua com duas mãos de direção".

A instrução deve ser progressiva e vivificada por uma imaginação fértil em recursos. Devem ser exploradas ao máximo a energia e a agressividade dos soldados, inclusive em atividades recreativas, onde também os chefes deverão dar o exemplo. O pára-quedista, jovem e impressionável, seguirá os líderes até o combate, à igreja, a um jôgo, ou a outras atividades não tão sadias ou produtivas.

O soldado pára-quedista é um recurso humano de valor militar inapreciável. Bem comandado, corretamente esclarecido e orientado, não só ganhará a guerra, mas também vencerá quaisquer maus impulsos que porventura tenha.



II — DO FUZIL AOS MÍSSEIS

Cap Álvaro Fernandes F. Galvão Pereira

Condensado de um Trabalho do Maj-Gen J. H. Hinrichs, publicado na Revista "Army Information Digest".

SEGUNDA PARTE

6 — NOVAS ARMAS

Durante 15 anos os cientistas e engenheiros têm estado desenvolvendo novas armas as quais conservarão o Exército a par das exigências da nova era de projéteis dirigidos, foguetes e explosivos nucleares. O mais espetacular tem sido o desenvolvimento dos foguetes livres e mísseis dirigidos superfície-ar e superfície-superfície, porém o trabalho em armas especiais, embora não muito divulgado, tem progredido muito. Os primeiros dois mísseis operacionais produzidos pelo Exército são o Nike-Ajax e o Corporal.

O NIKE-AJAX é o primeiro míssel dirigido supersônico do Mundo Livre para a defesa aérea, disparado de terra para interceptar e destruir um avião inimigo independentemente de qualquer ação evasiva. As unidades de Nike-Ajax há muitos anos acham-se localizadas em tôrno de indústrias vitais e aéreas estratègicamente importantes dos Estados Unidos.

O NIKE-HÉRCULES, o segundo míssil dirigido superfície-ar instalado no país, com combustível sólido, está atualmente sendo introduzido no sistema de defesa aérea. É capaz de enfrentar e destruir um avião a maiores distâncias e altitudes do que o Nike-Ajax e pode ser equipado com ogiva atômica. Dispositivos internos de segurança impedem uma detonação atômica a uma altitude suficientemente baixa para causar danos às regiões circunvizinhas. (Figura 8)

O CORPORAL, um míssil dirigido (de artilharia) superfície-superfície, equipado tanto com ogiva convencional de alto explosivo como atômica, é capaz de atingir alvos táticos além de 75 milhas. Esta arma proporciona grande potência de fogo ao comandante das fôrças terrestres no campo de batalha e permite bombardear alvos distantes no território inimigo. Utilizando um motor de combustível líquido, percorre uma trajetória balística durante a maior parte do seu vôo supersônico para o alvo. Na Europa Ocidental acham-se estacionados Grupos Corporal. (Figura 9)

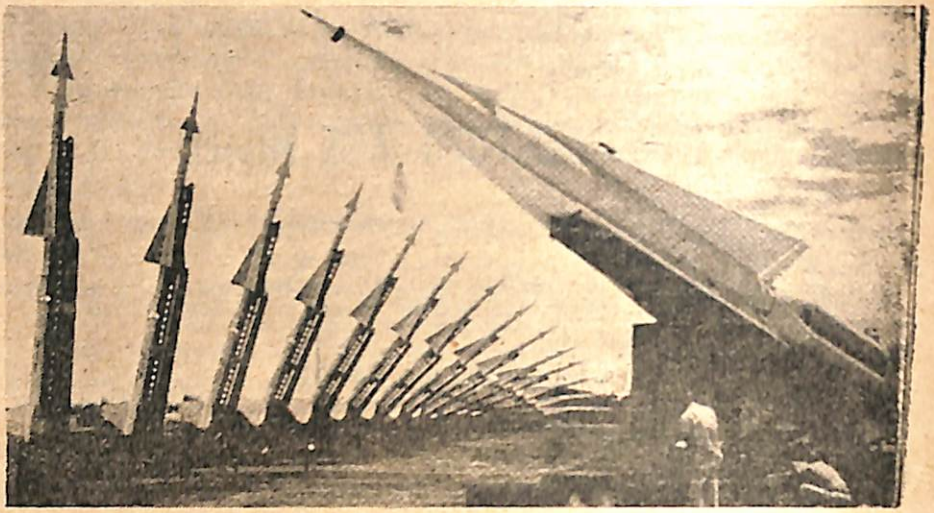


Figura 8 — Nike-Hércules, à direita e Nike-Ajax, em linha à esquerda

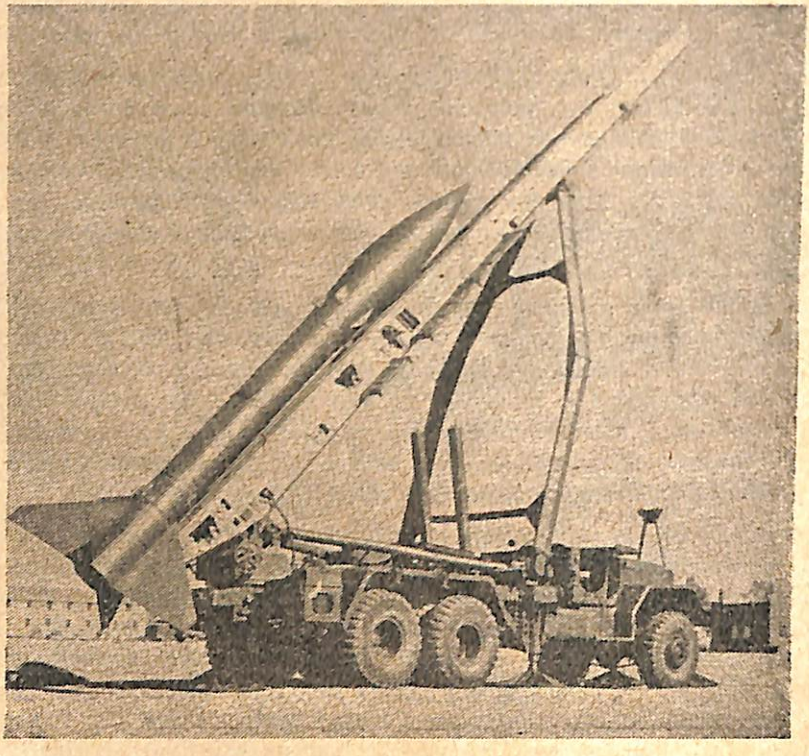


Figura 9 — Corporal

O HONEST JOHN é outra nova arma do Exército que já se acha integrada nas unidades de combate americanas de além-mar. Capaz de conduzir ou ogiva de alto explosivo ou ogiva atômica, será empregado na missão de ação de conjunto (artilharia) nas operações terrestres. Constitui uma arma de construção e operação simples uma vez que não possui contrôles eletrônicos. O Honest John tem alcance semelhante à artilharia média e pesada, porém um único foguete produz muito maior efeito destruidor no alvo do que centenas de granadas de artilharia. Sua plataforma de lançamento, autopropulsada, é dotada de grande mobilidade, mais do que as peças de artilharia convencional. (Figura 10)

O LITTLE JOHN é um foguete de cêrca de 4 metros. De construção simples, dotado de motor a combustível sólido, tem maior poder

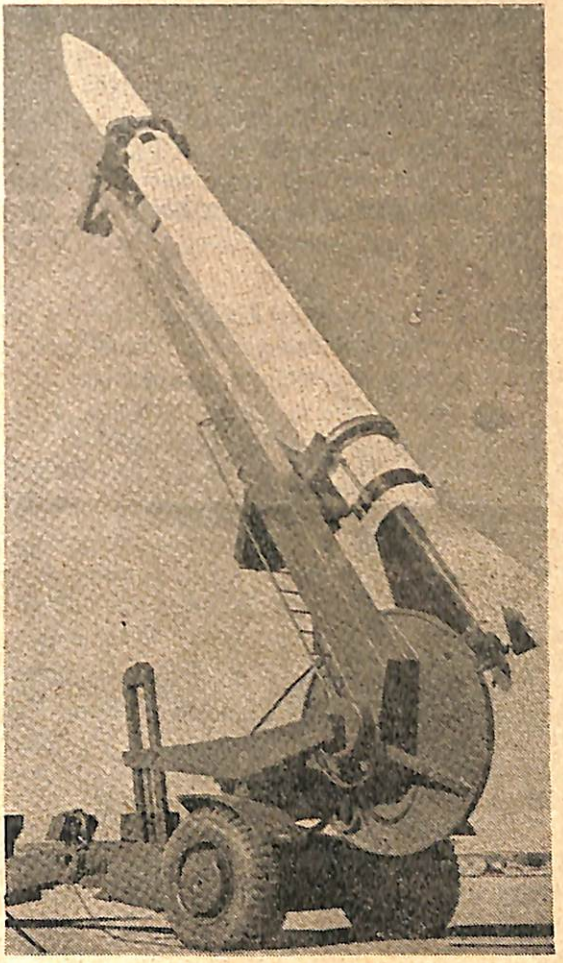


Figura 10 — Honest John

explosivo do que a artilharia pesada. O diminuto pêso do equipamento e da plataforma de lançamento permitem grande mobilidade e facilitam o lançamento em pára-quedas. O Little John foi distribuído à 101ª D Ae Ter, em For Campbell, Kentucky, para fins de instrução e aperfeiçoamento das técnicas de combate. (Figura 11)

O LACROSSE, míssil dirigido de artilharia de campanha para ação de conjunto, de grande precisão, pode ser empregado também com a missão de apoio direto às tropas em campanha. Míssil dirigido para "qualquer tempo", capaz de conduzir uma ogiva de efeitos destruidores altamente eficaz, é suficientemente preciso para destruir até pequenos pontos fortes. Pode substituir ou suplementar a artilharia convencional. (Figura 12)

O SERGEANT, um novo míssel dirigido superfície-superfície, substituirá o Corporal, já com 4 anos de idade. Êste míssil dirigido de cêrca de 10 metros de comprimento, a combustível sólido, é muito superior ao seu predecessor em potência, alcance e precisão; pode conduzir uma carga atômica ao interior do território inimigo e é invulnerável a qualquer contra-medida de defesa conhecida. Dotado de maior mobilidade do que o Corporal, o Sergeant pode ser estocado mais fàcilmente e pode ser pôsto em ação com maior rapidez. É transportável pelo ar e pode, ràpidamente, entrar em posição e atirar acionado por uma pequena guarnição sob quase tôdas as condições de terreno ou tempo.

O REDSTONE, o maior míssil dirigido balístico americano, superfície-superfície, pronto para utilização operacional em campanha, suplementa e aumenta o alcance dos maiores canhões de artilharia. Está apto a lançar cargas de alto explosivo ou atômicas a mais de 150 milhas. Unidades Redstone foram, recentemente, testadas em exercícios em campanha no Polígono de Tiro de White Sands, Novo México, e despachadas para a Europa, onde ajudarão a reforçar as defesas da NATO.

O PERSHING é o míssil balístico de combustível sólido escolhido para substituir o Redstone a combustível líquido. O novo míssil será menor, mais leve e dotado de maior mobilidade que o Redstone, e fornecerá ao Exército uma arma mais versátil e flexível para o campo de batalha do futuro.

O JÚPITER é um míssil balístico de alcance intermediário, com base em terra, desenvolvido pelo Departamento de Mísseis Balísticos do Exército, no Arsenal de Redstone, Alabama, de acôrdo com um projeto de grande prioridade iniciado em princípios de 1956. Uma vez que caberá à Fôrça Aérea utilizá-lo, o pessoal da Aeronáutica começou a ser instruído sôbre o Júpiter na Escola de Mísseis Dirigidos de Material Bélico do Exército, em fevereiro de 1958 e já foi entregue à Fôrça Aérea o primeiro míssil operacional.

Uma das maiores necessidades do Exército está em vias de ser satisfeita pelo novo HAWK — um míssel dirigido de cêrca de 6 metros de

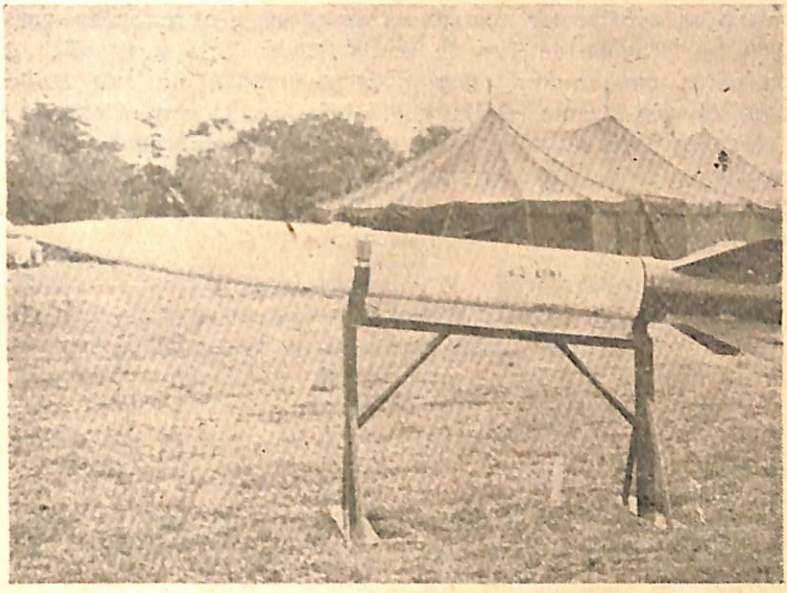


Figura 11 — Little John

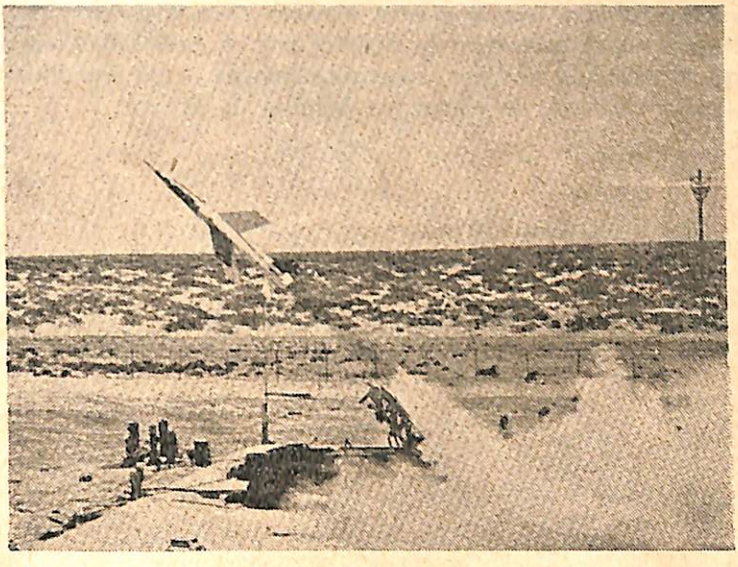


Figura 12 — Lacrosse

comprimento por 30 centímetros de diâmetro, a combustível sólido — que alcançou espetacular sucesso na demonstração realizada em junho de 1958, no Polígono de Tiro de White Sands. Esta novíssima arma de defesa aérea conduz uma ogiva moderna e pode destruir aviões que ataquem um vôo razante. O Hawk preencherá a lacuna existente na defesa aérea de baixa altitude. Além de poder ser empregado na proteção de instalações fixas, pode ser utilizado junto com as mais velozes tropas de campanha. Está, também, prevista a sua adoção pelo Corpo de Fuzileiros Navais para combates terrestres.

Mais para o futuro acham-se dois mísseis anti-míssil — NIKE-ZEUS e PLATO. O primeiro está sendo desenvolvido com a finalidade de permitir a defesa contra mísseis balísticos intercontinentais armados com ogiva nuclear. O Plato, como parte de um sistema móvel anti-míssil para emprêgo no exterior, a fim de proteger as instalações e os exércitos dos Estados Unidos e dos seus aliados. Atirará um míssil Zeus, modificado.

Com uma tal gama de armamento, é evidente que aumentou tremendamente, desde os últimos dias da 2ª Guerra Mundial, o custo de lançamento em campanha de um exército moderno. Porém, como foi acentuado inicialmente, ao Exército dos Estados Unidos só é permitido possuir o que há de mais novo e melhor, numa combinação adequada de armamento ultramoderno e convencional.

Refletindo esta necessidade vital, o Serviço de Material Bélico do Exército está, atualmente, esticando ao máximo os recursos de que dispõe a fim de prover um conjunto amplo de armas eficazes, desde o armamento individual até os grandes mísseis. Agora, mais do que nunca, o arsenal americano tem que estar repleto de armas modernas que o capacitem a cobrir o campo de batalha com a precisão, com a massa, ou com os engenhos atômicos, acompanhando as condições incertas e as necessidades variáveis do campo de batalha do futuro.

POTÊNCIA DE FOGO

Para Divisão, Corpo e Exército

	ARMA	ALCANCE ÚTIL	ARMA ESPECIAL	ALVOS	DOTAÇÃO DE	OBSERVAÇÕES
OBUSEIROS	105 mm	12.200 Jds	—	Reunião de pessoal, abrigos, carros de combate, pontes, viaturas, pontos fortes localizados	A D	Autorebocado ou autopropulsado
	155 mm	16.300 Jds	—	Idem do 105	A D	M 44, modêlo A P. Também modelos AR
	8 pol	18.500 Jds	X	Idem do 105	AD-ACEx	Pode atirar granada atômica de 8 pol.
CANHÕES	76 mm	17.000 Jds	—	Idem do 105	Unidade de reconhecimento	Em CC leve
	90 mm	21.000 Jds	—	Idem do 105	Unidades Blindadas	Em CC médio. M56, canhão AP
	155 mm	25.700 Jds	—	Idem do 105	A C Ex	
	175 mm	35.000 Jds	—	Idem do 105	A C Ex	
	280 mm	35.000 Jds	X	Idem do 105	A Ex	Será brevemente substituído por mísseis dirigidos

ARMAMENTO

Companhia de Fuzileiros — Grupamento de Combate

	ARMA	ALCANCE ÚTIL	ALVOS	DOTAÇÃO DE	OBSERVAÇÕES
Individual	M 1	600 Jds	Pessoal	Fuzileiros	Fuzil Ml, .30, padrão na maioria das Unidades do Exército
	M 14	600 Jds	Pessoal		Atualmente em produção experimental. Substituirá o Ml
	M 15	600 Jds	Pessoal		Do tipo do M 14, com cano reforçado. Substituirá o fuzil automático Browning
	F A Browning	600 Jds	Pessoal		
	Carabina	200 Jds	Pessoal		

Metralhadora	.30	2.000 Jds	Pessoal	*Companhia de*	M 60 de 7.62 mm substituirá os 3 tipos existentes de 0.30
	.50	2.000 Jds	Pessoal		
	M 60 7.62 mm	2.000 Jds	Pessoal		
Lança-Rojão	3.5 pol	250 Jds	Carro de combate, abrigo de concreto		Introduzida durante a Guerra da Coréia
Canhão sem recuo	75 mm	1.000 Jds	Idem do lança-rojão		
	90 mm (M 67) (T2 19)	600 Jds	Idem do lança-rojão		Está sendo padronizado
	106 mm	1.500 Jds	Idem do lança-rojão	Cia Fz e Gpt Comb	Padronizado como sistema M40
Morteiro	81 mm	2.500 Jds	Pessoal	Cia Fz	
	4.2 pol	4.300 Jds	Pessoal	Gpt Comb	

MÍSSEIS E FOGUETES DO EXÉRCITO

ARMA		ALCANCE ÚTIL	ALVOS	DOTAÇÃO DE	OBSERVAÇÕES
Lacrosse		O da artilharia média	Os mesmos da artilharia	A C Ex	Grande precisão nas distâncias de apoio da artilharia. Em fase experimental
Corporal		75 milhas	Pontos fortes e concentração de tropas distantes	A C Ex	
Sergeant		Idem do Corporal	Idem do Corporal	A C Ex	Em desenvolvimento. Substituirá o Corporal
Redstone		Cêrca de 200 milhas	Fortificações longínquas, grandes concentrações de tropa	A Ex	Em uso
Pershing		mais de 200 milhas	Idem do Redstone	A Ex	Em desenvolvimento
Little John		O da artilharia média	Artilharia	A D	Ambos são foguetes livres. O Honest John já está sendo empregado na tropa
Honest John		O da artilharia média e pesada	Artilharia	A D	
Nike	Ajax	—	Aviões em vôo alto	Unidades anti-aéreas	O Ajax vem sendo suplementado ou substituído pelo Hércules
	Hércules	—	Idem do Ajax	Unidades anti-aéreas	
Hawk		—	Aviões em vôo baixo		O Hawk está sendo testado. O protótipo está em produção

III — O PROBLEMA DA DEFESA ANTIAÉREA. O IMPACTO DOS PROJETIS DIRIGIDOS NA SUA SOLUÇÃO

(Observações colhidas numa visita a instalações militares dos EE.UU)

Ten-Cel A. J. PAULA COUTO

As impressões e informações que passaremos a expor no presente trabalho, foram colhidas durante uma visita feita por um grupo de oficiais brasileiros, entre os quais figurava o autor, a instalações militares dos EE.UU. É nosso objetivo, ao publicá-las, difundir conhecimentos que julgamos altamente interessantes para todos os oficiais, nesta fase de acelerada evolução dos meios e dos processos de combate.

Se bem que, em sua essência, possam não constituir novidade para aquêles que labutam nas diversas escolas das Fôrças Armadas, que procuram manter seus currículos atualizados, estamos certos de que oferecerão motivo de alto interêsse para a grande maioria dos oficiais.

a. **Generalidades:**

Até o ano de 1958, as publicações das escolas do Exército Norte-americano faziam constar na dotação de armas antiaéreas, além do NIKE Ajax, — êste na proporção de um agrupamento por exército tipo — os canhões automáticos de 40 mm e os canhões de 75 e 90 mm. O canhão de 120 mm já tinha sido abandonado.

Daí para cá, levando em conta a velocidade, a altitude de vôo e o aperfeiçoamento dos processos de bombardeio dos modernos aviões a jato, a defesa por canhões entrou ràpidamente em estado de obsolência.

A introdução do NIKE, projetil dirigido superfície-ar (SA), veio sanar êste inconveniente para a defesa contra aviões voando a mais de 10.000 pés de altura, continuando a cargo dos canhões a ação contra os que voavam abaixo daquela altura, devido às limitações do radar do sistema NIKE.

O conjunto da defesa, estabelecido da maneira esquemàticamente exposta na figura 1, sofria, pois, desta deficiência na defesa contra aviões em vôo baixo.

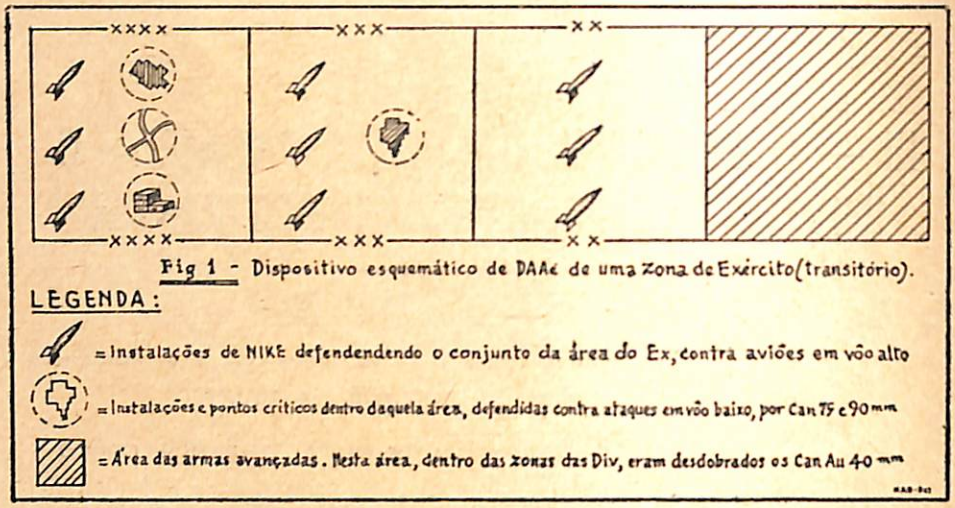


Fig 1 - Dispositivo esquemático de DAAé de uma Zona de Exército (transitório).

Com o aperfeiçoamento e entrada em operação do novo projetil dirigido SA denominado HAWK (Homing All the Way Killer), que se destina a atacar aviões em vôo baixo, inclusive vôo rasante, todos os canhões antiaéreos estão em vias de ser por êle substituídos, realizando-se, então, o sistema de defesa da área do exército (escalão de comando) inteiramente à base de projetis dirigidos.

b. **A palavra autorizada de Fort Bliss:**

Apresentamos em Fort Bliss uma série de perguntas, organizadas na Secção de Artilharia da EsCEME, as quais foram respondidas por escrito e são a seguir apresentadas, após devidamente traduzidas. Permitem elas melhor apreciar a transição que se opera da defesa por canhões para a defesa integralmente realizada por projetis dirigidos. Apresentam-nos, também, outros aspectos interessantes do problema da defesa antiaérea. Eis as perguntas, com as respectivas respostas:

P1 — Por que foi mudado o nome de "antiaircraft artillery" para "air defense artillery"?

R1 — Nossas armas de hoje destróem qualquer objeto que voe. As aeronaves (aircrafts) são veículos sustentados pelo ar. Se a denominação indicasse apenas uma capacidade "antiaeronave" (antiaircraft), daria uma concepção errônea de nossas atuais possibilidades.

Por outro lado, "defesa aérea" (air defense) significa defesa contra qualquer objeto no ar e é, portanto, a denominação apropriada para a nossa artilharia.

Observação do autor — O que a Escola quer dizer, em resumo, é que a denominação antiga abrangia apenas a defesa contra aviões, enquanto que a atual, de caráter mais geral, inclui também a defesa contra os projetis dirigidos.

P2 — Quais são as funções normais dos três agrupamentos de artilharia de defesa aérea existentes no Exército tipo: o Agpt de canhões automáticos, o Agpt de canhões de 75 e 90 mm e o Agpt de NIKE?

R2 — O NIKE é desdobrado através de tôda a área do Exército, numa defesa em profundidade, com apoio mútuo entre as armas. As unidades de canhões de 75, 90 mm e de canhões automáticos, são desdobradas para proteger certas localidades e instalações críticas, tais como aeroportos, depósitos de suprimentos e centros de comunicações. Estas defesas de pontos críticos são integradas no conjunto da defesa aérea, com particular ênfase na utilização da capacidade de baixa altitude dos canhões. Tal tipo de defesa força os aviões inimigos a se elevarem mais no espaço aéreo, onde se tornam mais vulneráveis ao NIKE.

P3 — O canhão de 120 mm foi abandonado?

R3 — Sim; atualmente só há duas baterias em serviço, ambas no Panamá.

P4 — Quais as missões normais dos dois agrupamentos de artilharia de defesa aérea existentes na artilharia de Corpo? Está certa a suposição de que o primeiro dêles, o de canhões automáticos, se destine principalmente a reforçar as divisões?

R4 — Normalmente a artilharia de defesa aérea do Corpo de Exército será desdobrada na defesa de instalações críticas, inclusive da artilharia de Corpo. As unidades de canhões automáticos podem reforçar as divisões, para a proteção das AD, aeroportos ou outras instalações críticas, contra ataques de aviões em vôo baixo. Não devemos esquecer que o longo alcance do NIKE se estende sôbre a zona de ação das Divisões, contra alvos que voem dentro do horizonte do radar. À medida que as unidades de 75 mm forem substituídas pelo HAWK, as unidades de HAWK do Corpo e as de NIKE do Exército serão desdobradas numa defesa integrada, de modo a dar melhor cobertura a tôda a área do Exército.

P5 — Sendo hoje normal o emprêgo de baterias independentes de artilharia de campanha, particularmente as de obuses de 8" e as de Honest John, como se pretende protegê-las contra os ataques aéreos inimigos?

R5 — A quantidade de artilharia de defesa aérea destinada a esta finalidade vai depender das prioridades estabelecidas pelo Comandante do Corpo e do número de armas disponíveis. Quando

os canhões forem substituídos pelo NIKE e pelo HAWK, a defesa cobrirá por inteiro a área do Exército e assim a artilharia estará protegida.

P6 — É verdade que há hoje a tendência de substituir todos os canhões por projetis dirigidos (NIKE e HAWK) na defesa aérea? Seria possível a defesa aérea da área do Exército como um todo, empregando os projetis dirigidos e despreocupando-se da defesa de pontos críticos?

Observação do autor — Esta pergunta já foi respondida antes, como vimos. Entretanto, quisemos conservá-la aqui para poder reproduzir a resposta de Fort Bliss, contendo novos argumentos.

R6 — Sim, é verdade. O NIKE, o HAWK e um novo sistema de mísseis autopropulsados de defesa aérea, destinado a substituir o canhão automático de 40 mm, equiparão os futuros Exércitos com uma "família" de armas de defesa aérea, constituída inteiramente de projetis dirigidos. Quando o NIKE e o HAWK forem disponíveis em quantidade suficiente, nós não usaremos mais a defesa de pontos.

P7 — Como é concebida a defesa dos elementos de uma divisão pentômica contra os ataques aéreos do inimigo?

R7 — O NIKE e o HAWK serão desdobrados numa defesa em profundidade, que cobrirá tôda a área do Exército. A medida que êste se desloca, a defesa aérea se deslocará por escalões, de modo comparável ao salto da rã, proporcionando, desta forma, uma cobertura contínua. As armas da "área avançada" (forward area weapons) — atualmente constituída pelos canhões automáticos de 40 mm e futuramente, pelo sistema de mísseis autopropulsados — serão desdobrados em pontos críticos ou sôbre vias de acesso, de modo a proporcionar a defesa dos elementos mais avançados contra aviões em vôo baixo. Se estas unidades forem desdobradas com suficiente densidade ao longo de tôda a área, o inimigo poderá ser forçado às altitudes cobertas pelo NIKE Hércules. Os sistemas de armas se complementam recìprocamente, de modo a proporcionar uma defesa que tende a interditar a penetração inimiga no espaço aéreo.

P8 — Qual será o papel da Fôrça Aérea na defesa aérea do território dos EE.UU?

R8 — O papel da Fôrça Aérea neste sentido é muito grande. É ela responsável por um sistema de alerta e pelas missões de identificação e reconhecimento de alvos. O Comando de Defesa Aérea da Fôrça Aérea possui também muitos caças de 1ª classe, armados com projetis dirigidos e foguetes ar-ar. Os aviões de caça têm alcance maior do que o dos projetis dirigidos do Exér-

cito e engajam normalmente o inimigo fora do alcance dos referidos projetis; rompem o contato quando os aviões inimigos penetram dentro dêste alcance, de modo a permitir que o Exército destrua os alvos sem causar danos aos aviões amigos.

c. **A transição na defesa continental dos EE.UU:**

Fenômeno semelhante ao que apresentamos para a defesa aérea da zona de combate, se passa na defesa do território continental. Todos os grandes centros e instalações importantes vão tendo sua defesa organizada por um conjunto de baterias NIKE, sendo que em muitas delas já se substitui o NIKE Ajax pelo NIKE Hércules, membro mais moderno e mais poderoso da família. As últimas defesas existentes à base de canhões vão sendo ràpidamente substituídas pelo sistema NIKE.

Tivemos a oportunidade de visitar uma destas baterias, desdobradas no denominado **Norton Nike Site.** Constitui ela uma das 20 posições de desdobramento de baterias NIKE em tôrno da área de Washington-Baltimore. Esta área, de forma aproximadamente elíptica, tem as dimensões de 75 x 50 milhas, respectivamente, para o eixo maior e o eixo menor. O comando de defesa da área é exercido por uma Brigada de Defesa Aérea, subdividida em dois agrupamentos, um com dois grupos e outro com três. Cada grupo tem quatro baterias, sendo que quatro delas são duplas, inclusive a que visitamos, o que perfaz um valor total de 24 baterias para a defesa daquela área vital.

A situação desta bateria, como a de qualquer outra do sistema de defesa, é de permanente prontidão, podendo ser acionada a qualquer momento.

d. **O "Fire unit integration system":**

Não podemos deixar de fazer referência ao "Fire unit integration system", que é o sistema que permite às diversas baterias de um conjunto de defesa, saber quando um determinado alvo já foi apanhado antes pelo radar de uma outra bateria, de modo a que possa se despreocupar dêste alvo, evitando as duplicações. Neste caso, no radar da primeira bateria que o apanhar, o sinal do alvo aparece normalmente, enquanto que nas telas dos radares das baterias que o apanharem posteriormente, o referido sinal aparece circunscrito por um círculo, indicando que o alvo "já tem dono".

Maiores detalhes sôbre êste assunto aparecem no interessante artigo "Missile Monitor", publicado no "Army", de janeiro de 1959.

e) **Conclusão:**

Para os oficiais não especializados em artilharia antiaérea, a quem principalmente se destina êste trabalho, a grande conclusão a tirar é

a da rápida entrada em obsolência do canhão antiaéreo e sua gradativa substituição pelos projetis dirigidos e, como uma conseqüência do grande alcance dêstes últimos, a tendência do abandono da defesa dos pontos críticos, em benefício da defesa do conjunto das grandes áreas que os abarcam. Nota-se, ainda, a persistência do papel da Fôrça Aérea na missão de defesa aérea, apenas aliviada pelo maior alcance e precisão dos meios terrestres.

No que se refere aos oficiais especializados, êste trabalho servirá apenas como um ponto de partida para maiores estudos e investigações, dada a superficialidade que o caracteriza, que é bem o reflexo de uma visita também superficial, feita por oficiais não especializados, a quem não moveu a preocupação da exatidão e do detalhe.

*
* *

CASA NOSSA SENHORA APARECIDA

ARTIGOS RELIGIOSOS, ARMAS E MUNIÇÕES

ANTONIO SAMAHÁ

INSCRIÇÃO N. 21

PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA, 72 — TELEFONE 134

CASA ITAGUASSÚ

Artigos Religiosos, Jóias, Relógios, Armas e Munições, Cutelaria, Bijouteria e Miudeza em geral

HANI KHOURI

ARTIGOS FINOS PARA PRESENTE

PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA, 59 — TELEFONE 287

APARECIDA — INSCRIÇÃO 1279 — ESTADO DE SÃO PAULO

IV — CAVALARIA 1960

Tradução do Ten-Cel de Cav C. EVARISTO

Não há mais dúvidas, no cérebro de qualquer homem de raciocínio normal, que sob o ponto de vista militar, nossa maior segurança reside em continuarmos a ter a possibilidade de desferir um golpe nuclear esmagador em quem quer venha a propiciar uma guerra geral. Êste "deterrente" básico, essencial à estratégia ocidental, é proporcionado, hoje, pela Fôrça Aérea Americana, e de uma tal forma que não parece provável uma troca de golpes nucleares. Todos os americanos e, na realidade, todos os membros do Mundo Livre, devem um voto de agradecimento aos nossos rapazes da fôrça aérea pelo magnífico trabalho que vêm realizando há vários anos.

Aceitando a proposição acima como um axioma, os pensadores militares de visão larga estão concordes em que a área mais provável de emprêgo das fôrças militares americanas, em futuro previsível, estará compreendida dentro do bastante amplo "spectrum" do que é por vêzes denominado guerra limitada. Êsse tipo de guerra só pode ser definido pelos seus extremos, um dos quais já citado acima — guerra limitada é algo menos que uma troca de golpes nucleares gerais entre as maiores potências. O outro extremo é menos claro em sua definição. Para os efeitos dêste artigo consideremos que êsse segundo extremo inclua uma ação militar semelhante a que teve lugar no Líbano em 1958. É, então, entre êsses dois extremos, que se situa a área a que nós, do Exército, devemos devotar uma atenção cuidadosa e detalhada no desempenho de nossas responsabilidades na condução de operações terrestres.

Ninguém pode afirmá-lo com segurança, mas parece a muitos que a área mais provável de operações militares limitadas é o arco, em forma aproximada de crescente, que abarca a periferia sul e sudoeste da União Soviética. Referimo-nos, aqui, ao sudeste da Ásia, incluindo o Laos, Vietnam, Tailândia e Birmânia, prolongando-se pelas costas norte do Oceano Índico e, mais para oeste, pela Turquia e seus vizinhos. A África do Norte não deve, também, ser excluída dessas considerações geográficas.

Nas áreas acima parece haver duas considerações militares principais a que devemos dispensar o máximo de atenção. A primeira é a rêde de transportes de superfície, a qual é falha em sua maioria e primitiva em grande parte. Como sabemos, nossa organização atual, com suas vastas necessidades logísticas, aconselha o emprêgo das fôrças

militares americanas em áreas que disponham de um sistema de transportes extremamente desenvolvido. O segundo ponto a ser mantido em nossas mentes é que às fôrças militares contra as quais poderemos ter que nos bater serão, provàvelmente, um tanto simples, isto é, terão uma organização determinada, os meios de transportes serão básicos e o armamento se limitará a armas de pequeno porte e às de menor calibre para os fogos indiretos. Isto não quer dizer que, dentro de uma ou duas gerações, nossos possíveis antagonistas não estejam equipados com material mais avançado e treinados para o seu emprêgo. Cingimo-nos, agora, ao presente e aos próximos 10 ou 15 anos. Parece improvável, dentro dêsse período, que fôrças militares, organizadas ou subversivas, na área considerada, evoluam para uma organização militar mais complexa.

Prosseguindo nessa linha de pensamento, seríamos temerários se não previssemos um tipo de operações fluidas, exigindo um grau de mobilidade desconhecido das armas americanas desde os dias da Guerra Civil. Talvez convenha uma ligeira pausa para esclarecer alguns mal-entendidos com relação a essa expressão, que existem atualmente. Mobilidade é, simplesmente, a possibilidade de se deslocar com maior rapidez e objetividade do que nosso oponente, no campo de batalha, sendo, sempre, uma proposição comparativa. Deve-se ter em mente que, quaisquer que sejam os defeitos possam ter, nossos adversários potenciais possuem uma mobilidade desenvolvida a um grau surpreendente. Na realidade, quase pode dizer-se que sua sobrevivência se deva, principalmente, ao exercício de sua superior mobilidade. Basta que se olhe a situação de hoje, na Argélia, para que se verifique a veracidade dessa assertiva. Indochina e Coréia são exemplos históricos anteriores.

Nosso problema básico é, então, aperfeiçoar a capacidade de deslocar o "poder de fogo decisivo" para a região onde possa ser empregado com mais eficiência. O assustador adiantamento da tecnologia americana pouco valerá se não puder responder a essa necessidade.

Parece, então, que devemos aperfeiçoar e organizar, tão rápido quanto possível, uma fôrça de Cavalaria que possa reconhecer e dar segurança às nossas unidades de "poder de fogo decisivo".

O núcleo de uma tal fôrça encontra-se, atualmente, sendo submetido a experiências em Fort Stewart, Georgia. Para diferençá-la da mal sucedida "Cavalaria do Céu", cujo conceito não encarou o poder de fogo orgânico a ser proporcionado, o conjunto ora em experiência é denominado "Esquadrão de Segurança e Reconhecimento Aéreo", ou, abreviadamente, Esqd SRA.

Baseado na doutrina estudada na Escola de Blindados do Exército Americano, o primeiro Esqd SRA foi organizado em setembro de 1959, sendo seus homens retirados do efetivo da 2ª DI americana, de Fort Benning, Georgia. Êsses homens, em agôsto, eram apenas recrutas em treinamento na DI — polícias militares, fuzileiros dos Grupamentos

de Combate, e aviadores da Cia de Aviação da Divisão. Não havia, no no lote, ninguém "experimentado". Nos quatro meses seguintes, êsse grupo tem sido amalgamado em um bem treinado conjunto de peritos cavalarianos alados. A única liga para êsse amalgamento é um "espírito" e um sentimento de pressa, por parte de cada componente do Esquadrão. Visitá-los e conversar com êles é o bastante para reacender a fé até nos mais desiludidos.

Fundamentalmente, o Esqd SRA é uma tropa de cavalaria que se utiliza de veículos aéreos armados em substituição aos veículos terrestres, e se desloca acima do solo, a uma altura variável entre 1,5 e 3,0 m, em lugar de se deslocar na superfície. Tem sido um pouco difícil, para alguns observadores, compreender êste conceito fundamental. Como a unidade dispõe de helicópteros há quem lhe atribua missões que são, mais adequadamente, encargo da Cia de Aviação da Divisão. Tal raciocínio é, òbviamente, falso, pois, do ponto de vista de emprêgo tático, confundir o Esqd SRA com a Cia de Aviação da Divisão seria pior do que confundir o esquadrão de reconhecimento do grupo de cavalaria da divisão com uma companhia de carros de combate de um batalhão de carros.

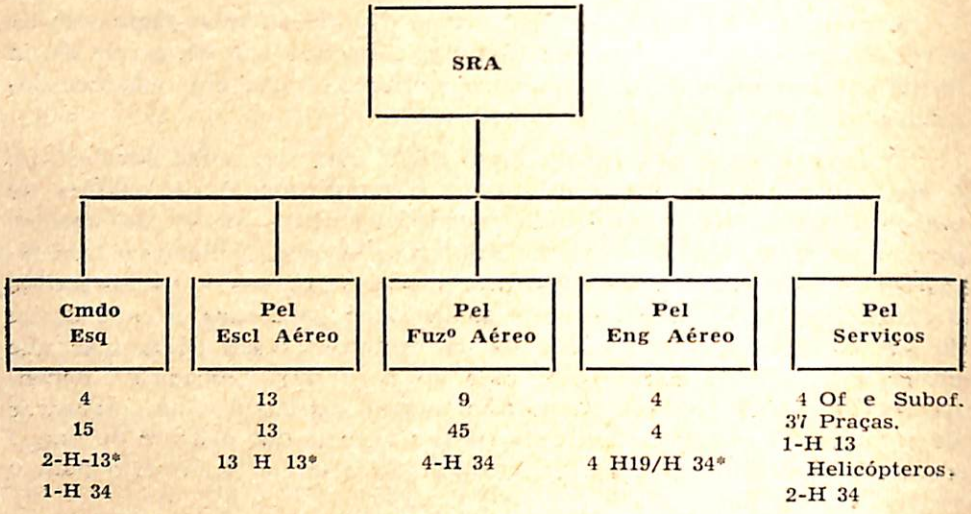
A presença de um Esqd SRA numa divisão ou num regimento de cavalaria não anula, de forma alguma, a necessidade da permanência de uma companhia de aviação para utilização vária em qualquer daquelas unidades.

O aspecto mais notável do Esqd SRA, para um velho cavalariano, é sua autonomia muito ampla para o cumprimento de missões no tempo e no espaço. Possuindo, verdadeiramente, poder de choque, devido às metralhadoras dos helicópteros de esclarecimento e aos foguetes de seus veículos de engenhos, apoiados por um ou vários grupos de fuzileiros, o Esqd SRA pode se deslocar para uma área a 30 ou 40 km de distância, em cêrca de 25 minutos. Além disso, logo que chega, está pronto para o combate ou para uma "olhadela", dependendo das circunstâncias. A mesma missão, atribuída a um esquadrão de reconhecimento terrestre, exigiria muito mais que o dôbro do tempo para ser cumprida. E não foi considerado o tempo necessário para o regresso, se fôsse o caso.

Outro exemplo: êste observador teve ocasião, recentemente, de visitar o Esqd SRA durante um exercício de treinamento antecedendo a uma experiência. O comandante do Esquadrão, um tipo tão ousado de cavalariano quanto se poderia desejar, estava nos prestando esclarecimentos sôbre sua missão. Delimitando, cuidadosamente, a área de reconhecimento que lhe fôra atribuída, com cêrca de 8 por 32 km, reclamou: "O único problema é que uma área tão pequena não me dá a oportunidade sequer de empregar todo meu pelotão de esclarecedores a um mesmo tempo. Podemos cobrir essa área como um lençol, com uma seção de helicópteros de esclarecimento, e deslocar os pelotões de fuzileiros ou de engenhos, no todo ou em parte, para qualquer ponto, dentro de 15 minutos. O que necessitamos é uma área suficientemente

ampla para empregar todo o Esqd simultâneamente". Lembrem-se de que êle falara de uma área de cêrca de 250 km2, inteiramente cortada por estradas, trilhas e caminhos.

De maneira que foi organizado para experiência o Esqd SRA se compõe de 35 oficiais e suboficiais aviadores e 115 praças, para cujo transporte são utilizados 16 helicópteros de reconhecimento e 11 de transporte de carga ou de material. Todos os helicópteros de reconhecimento, com exceção da ambulância aérea, são dotados de duas metralhadoras fixas conjugadas. Os veículos do pelotão de engenhos, 4 dos helicópteros de transporte, acham-se armados, cada, com 32 foguetes de 4,5 polegadas, além de conjuntos de metralhadoras. Os restantes helicópteros maiores não dispõem de armamento, na sua forma atual, conquanto se considere já a possibilidade de equipá-los, ainda que ligeiramente, armando-os, no mínimo, com metralhadoras móveis. Há, ainda, uma tralha terrestre de veículos sôbre rodas, usados, principalmente, com objetivos administrativos, de rancho e de suprimentos. Apresentamos, a b a i x o, um organograma ultra-simplificado, do Esqd SRA.



(*) Armados.

O estado de treinamento do Esqd, após, apenas, 15 semanas de trabalho, e, assim mesmo, prejudicado por inúmeros problemas de falta de equipamento, é quase miraculoso. Chefes de guarnição de pelotão de esclarecedores, que, quatro meses antes só conheciam de tática a manobra dos cabos das ferramentas, estão se comportando de maneira notável como observadores aéreos. Além de servirem como navegadores para os pilotos, observam e informam a retaguarda sôbre o terreno e o inimigo, com tanta correção que mesmo os mais experimentados sargentos, mestres no assunto, se sentem entusiasmados. Admitem, no entanto, que haja nisso motivos egoísticos — autopre-

servação. Não só os helicópteros de esclarecimento, como o restante do Esqd, operam a uma altura normal de 3 m, ou menos, acima do nível do solo. O pilôto se ocupa inteiramente em livrar seu aparelho de obstruções tais como fios, ramos de árvores, etc., além de controlá-lo de forma a permitir uma exposição mínima à observação inimiga. Deve, ainda, estar voando em uma situação tal que lhe permita abrir fogo com suas armas sôbre objetivos inopinados, o que tem sido descrito como algo muito semelhante com fazer pontaria e atirar com uma arma livre, trepado numa esfera e sacudindo uma batedeira de coquetéis com uma das mãos. Assim, grande parte depende do tripulante do assento da direita — mecânico da tripulação, encarregado da navegação e da observação e radioperador, tudo investido da pessoa de um mesmo cavalariano alado.

Os componentes do pelotão de fuzileiros têm, também, sua parcela de louvor, como, aliás, todos os integrantes da organização. Êsse grupo de homens, oficiais e praças, estão perfeitamente convictos de que se acham participando de uma experiência tão importante, dentro do Exército, nos últimos anos, como tôdas as outras, no que diz respeito à mobilidade.

Na realidade há, ainda, alguns "furos" a serem tapados, o que é um dos principais objetivos da experiência, pois o conceito fundamental de uma unidade de reconhecimento aéreo armado já foi compreendido por todos os pensadores militares, como sendo um imperativo essencial na guerra moderna.

Uma deficiência significativa é a reduzida capacidade do atual Esqd numa eventual destruição de carros de combate. Sob algumas condições ideais os foguetes do pelotão de engenhos poderiam obter resultados satisfatórios contra blindados, o que se aplica, também, ao grupo de foguetes da esquadra ou apoio do pelotão de fuzileiros, mas, de um modo geral, o Esqd não tem possibilidades anticarro digna de relêvo. Uma solução imediata para essa deficiência poderia ser a utilização de mísseis anticarros, tais como os franceses SS-10 e SS-11, em metade dos helicópteros, bem como reforçando o pelotão de engenhos. É quase certo que a experiência fará ressaltar êsse aspecto.

O problema das comunicações que o Esqd tem que encarar atinge as raias do fantástico. Com necessidades de contato pela voz ar-ar, ar-terra e terra-terra, usando aparelhagem FM e AF, levando-se em conta ainda as exigências de equipamento de navegação, e sem citar a aparelhagem imprescindível aos vôos não de combate, em tempo de paz, num espaço disponível controlado pelo Departamento de Aviação Federal, a combinação de necessidade desafia a imaginação. Torna-se necessário um conjunto eletrônico que possa atender razoàvelmente às exigências e ser, ainda, bastante leve e eficaz para o uso de ambos os componentes da unidade — os elementos aéreos e os elementos terrestres. Há, nesse ponto, uma necessidade de correção urgente e oportuna.

O "furo" final, se assim podemos dizer, é o que os estudantes de algumas escolas chamam de "falta de poder de permanência", que tem o esquadrão. Êste aspecto parece ser mais uma questão de instrução do que outra coisa. Mesmo porque, nenhuma fração de uma arma combatente gosta de ser considerada como uma organização "caçula assanhado" que se desloca ràpidamente até encontrar uma luta séria quando, então, apela para o "irmão mais velho", o que, gostem ou não, é exatamente o que fazem tôdas as frações de Cavalaria, na maioria das vêzes. A razão de sua existência é poupar ao "irmão mais velho" o tempo e a energia que seriam gastos na busca e na fixação do inimigo, de forma tal que, quando chega a ocasião de ser executada a última fase da famosa trilogia, o "irmão mais velho" não se acha demasiado exausto pelas fases anteriores, podendo, assim, realizar um belo serviço na vítima. O Esqd SRA não é uma exceção; seu equipamento complexo e seus altamente treinados especialistas, os cavalarianos alados, não devem ser malbaratados pelo emprêgo em missões outras que não as de reconhecimento e segurança e ações de retardamento, a não ser que não haja qualquer outra alternativa e a siutação exija o emprêgo de todos os meios. Se tal situação se apresentar, e quando se apresentar, podemos confiar que os cavalarianos do SRA lutarão conosco ombro a ombro, pelo tempo que fôr necessário.

Já havendo tocado, embora ligeiramente, naquilo que, na nossa opinião, parece precisar de melhoras no Esqd SRA, há necessidade de citar, apenas, alguns outros aspectos adicionais, a saber, a vulnerabilidade, o equipamento e a organização. Não entraremos em detalhes, limitando-nos ao que, esperamos, seja o suficiente para estimular a imaginação criadora do leitor.

Certos "donos da verdade" previram que a idéia do SRA seria desastrosa, baseando-se na grande vulnerabilidade do helicóptero aos fogos do inimigo, o que tornaria impossível sua vida no que é denominado "moderno campo de batalha". Conquanto essa previsão pudesse, de fato, ter alguma base anteriormente, quando se suponha que a altura ótima para o emprêgo de aeronaves do Exército, fôsse até cêrca de 150 m acima do solo, a idéia torna-se plausível quando se considera a técnica de vôo dêsse Esqd. Um jovem tenente aviador do mesmo ilustrou êsse ponto, recentemente, num dos raros momentos de lazer, quando falava sôbre o regresso, ao Aeroporto Lawson, do Exército, que atende a Fort Benning, após uma sessão de vôo tático no seu helicóptero de esclarecimento: "Ficamos aqui em baixo, durante tanto tempo, procurando nos desviar de tocos e vacas, que tôdas as vêzes que subo para os níveis normais de tráfego, eu temo vir a ter uma hemorragia nasal das grandes altitudes". Sôbre o mesmo assunto, como citamos anteriormente, temos muito o que aprender com as experiências militares dos franceses na Argélia. Desde novembro de 1959, o Exército Francês acusa mais de 35.000 horas de vôo em missões de combate com seus aparelhos na Argélia; durante êsse período, menos de meia dúzia de helicópteros foram destruídos pelo fogo terrestre do

inimigo! Como observação final sôbre o assunto podemos citar um ditado local: "A caça aos patos não seria tão engraçada se os patos também atirassem". Além disso, não vimos nenhum dos "donos da verdade", a que nos referimos neste parágrafo, em Fort Stewart, nas últimas semanas.

Com relação ao equipamento, têrmo que usamos aqui num sentido restrito, abrangendo apenas o equipamento de vôo, admite-se que o H-13 Sioux e o H-34 Choctaw têm ponderáveis limitações, enquanto o H-19 Chickasaw é um aparelho obsoleto. Êsse foi o melhor equipamento de que pôde dispor o esquadrão, dentro dos limitados recursos que lhe foram dados para sua preparação e treinamento. O conceito de um Esqd SRA não chegou provàvelmente, a passar pelas cabeças daqueles inteligentes e dedicados companheiros que definiram, há cêrca de 10 anos, as características que deveriam possuir essas aeronaves. Mas há um helicóptero, que atualmente está sendo entregue às tropas, o qual proporcionará um avanço substancial no campo do equipamento — é o HU1 Iroquois, cuja forma atual o indica como o tipo ideal de helicóptero de esclarecimento e de engenhos. Prevê-se um aperfeiçoamento, em futuro próximo, que permitirá ao HU-1 transportar tanto quanto 12 fuzileiros com equipamento de combate, e êste modêlo satisfará as necessidades do pelotão de fuzileiros. São muitas as vantagens operacionais e logísticas de se ter uma unidade dessa espécie dispondo de um único tipo de aparelhos. A evolução dêsse aspecto merece ser observada.

Temos, finalmente, a organização. Como vimos acima, o esquadrão acha-se organizado, atualmente, à base de pelotões de um mesmo tipo — esclarecedores, fuzileiros e engenhos, sistema que permite, na verdade, um muito bom rendimento. Existem, por outro lado, argumentos razoáveis para a integração dos recursos do esquadrão no nível pelotão, organizando-o à base de três pelotões de fuzileiros, por exemplo, cada um dêles dispondo de elementos de esclarecedores, de fuzileiros e de engenhos. Esta discussão sôbre nível de integração tem se prolongado nos refeitórios do esquadrão e nos cassinos, sem citar outras salas apinhadas da Escola de Blindados, desde muito tempo. No final de contas, enquanto o esquadrão puder operar com eficiência com qualquer das organizações — pelotões simples ou pelotões integrados — no cumprimento das missões, a decisão sôbre qual a estrutura básica a ser adotada é relativamente acadêmica.

Quanto à subordinação do Esqd SRA, tôdas as razões parecem indicar deva êle ser orgânico do Grupo de Cavalaria. Conquanto haja muitos argumentos ponderáveis em contrário, a razão e a lógica parecem favorecer definitivamente a idéia acima em lugar da criação do Esqd como uma unidade isolada de um escalão superior.

Expusemos assim, o que é a nossa última contribuição à arte das operações em veículos. O conceito do SRA é, indiscutìvelmente, correto. Os equívocos em sua organização e doutrina, quaisquer sejam

êles, serão corrigidos como um resultado da experiência que ora se realiza. Ainda assim, mesmo com posteriores modificações, não será atingida a perfeição até que organizemos e treinemos um número substancial de esquadrões, juntamente com as outras fôrças táticas.

Trabalhando dentro da moldura da estrutura de combate do Exército, suas arestas serão desbastadas. Mais importante ainda, é que aquêles dentre nós que precisam da mercadoria que o Esqd SRA tem à venda — reconhecimento, preciso e rápido, e segurança para as unidades do Exército com "poder de fogo decisivo" — aprenderãoa tirar dêle o máximo de proveito. O resultado será uma fôrça terrestre de maior mobilidade, capaz de se deslocar mais rápida e objetivamente do que qualquer outro exército do mundo, regular ou irregular. Enquanto esperamos que as engrenagens do progresso remoam êste vital assunto, cabe-nos pensar, e pensar com afinco, sôbre como explorar essa nova potencialidade.

FÁBRICA DE CLORATO DE POTÁSSIO — CLORATO DE SÓDIO
NITRATO DE POTÁSSIO — PRODUTOS ERVICIDAS

CIA. ELETROQUIMICA PAULISTA

FÁBRICA EM JUNDIAÍ (SP)

Escritório:
RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 36 - 13º and.
Caixa Postal 3827 — Fone : 33-6040
SÃO PAULO

A LUTA CONTRA A SÊCA

N.R. — Ao presente artigo, publicado na Revista ESSO, 4º trimestre de 1959, ressalta:

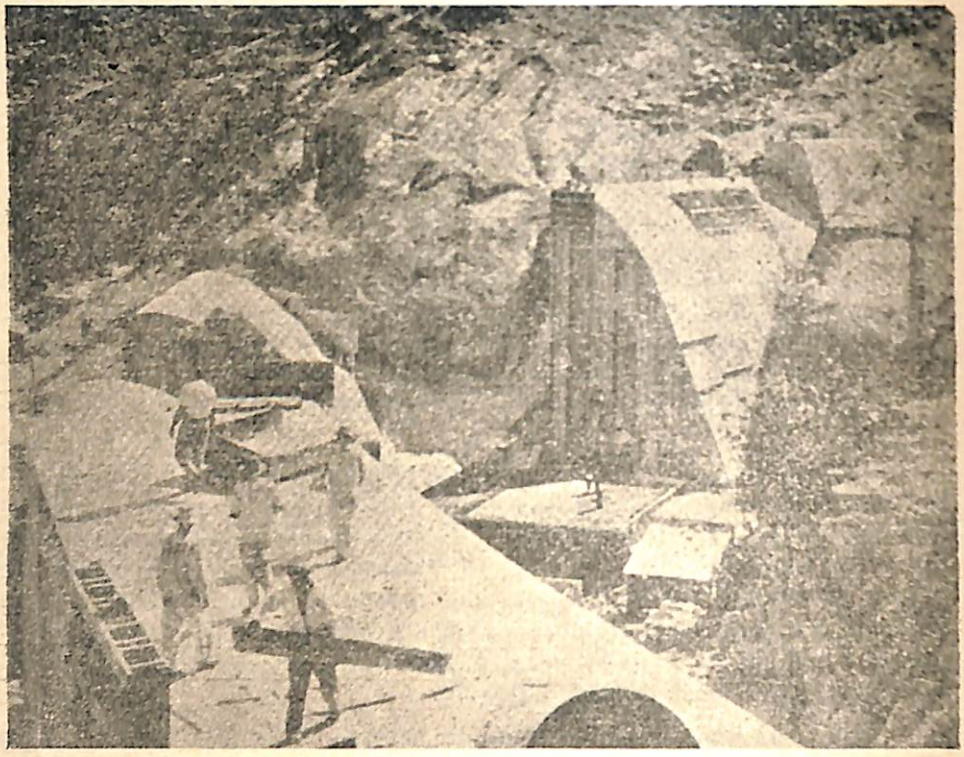
— a grande repercussão no meio civil da obra silenciosa que o Exército, através de sua Engenharia, realiza no Nordeste.

— uma bela reportagem da equipe da Revista Esso, mostrando ao povo brasileiro os grandes empreendimentos de nosso País.

Sentado, confortàvelmente, em sua poltrona predileta, o brasileiro do Sul leu sem emoção maior a notícia. E leu, porque mesmo as fôlhas importantes das Capitais deram o fato na primeira página, quase sempre um telegrama sem qualquer clichê. Talvez só por isso. No entanto, se algum dia tivesse estado em Acari e rodado os quatro quilômetros que separam a cidade do Gargalheiras, leria a nota com outro interêsse e — por quê não dizer? — com satisfação. Seria preciso conhecer o local para sentir a importância do fato.

Acari está em pleno coração do Seridó, região das mais sêcas do Nordeste, onde em 1958 o índice de chuvas atingiu a sòmente 199mm. A população da cidade — e mesmo do Município que também se chama Acari — talvez não chegue a 6.000 habitantes. Fica no Rio Grande do Norte. A história teve início em 1908, quando se começou a pensar sèriamente na promoção de obras de açudagem no Nordeste. Projetou-se um açude na bacia do Rio Acauã e de acôrdo com a orientação seguida na época — fechar os boqueirões para acumular água — resolveu-se o levantamento da barragem no boqueirão conhecido por Gargalheiras. A partir de 1909, ano em que se iniciou a construção, houve marchas e contramarchas. Gargalheiras foi por várias vêzes julgado de grande interêsse para a região, mas em outras tantas, de total ineficiência. Sucederam-se projetos.

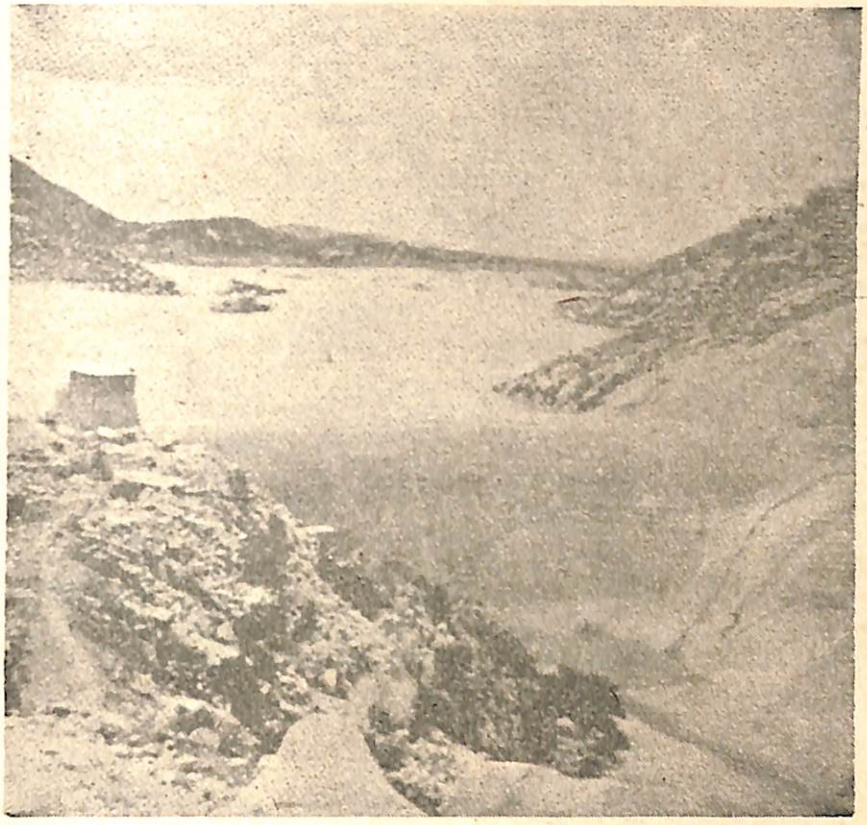
Em 1955, os Ministérios da Guerra e da Viação e Obras Públicas acertaram em convênio que Comissões e Unidades militares executem no Nordeste obras rodo-ferroviárias e outras contra os efeitos da sêca. Na mesma oportunidade, criou-se também o 1º Grupamento de Engenharia, com sede em João Pessoa. Gargalheiras figurou entre as missões que a Unidade recebeu. O projeto previa a construção em duas etapas: a primeira visava ao abastecimento d'água da cidade de Acari e a fixação da população do Município através o aproveitamento das vazantes e da piscicultura; a segunda, ao aproveitamento hidrelétrico e irrigação. Em 27 de abril de 1959, o 1º Grupamento de Engenharia completou seu quarto aniversário. Não recebeu presente; deu. Com a presença do



Gargalheiras, dezembro de 1957...

Governador do Estado do Rio Grande do Norte, do Comandante do IV Exército e outras autoridades, o Açude Marechal Dutra (ex-Gargalheiras) foi finalmente inaugurado. Acari esperou meio século mas hoje tem à sua disposição 40 milhões de metros cúbicos d'água. Mesmo as fôlhas importantes deram o fato.

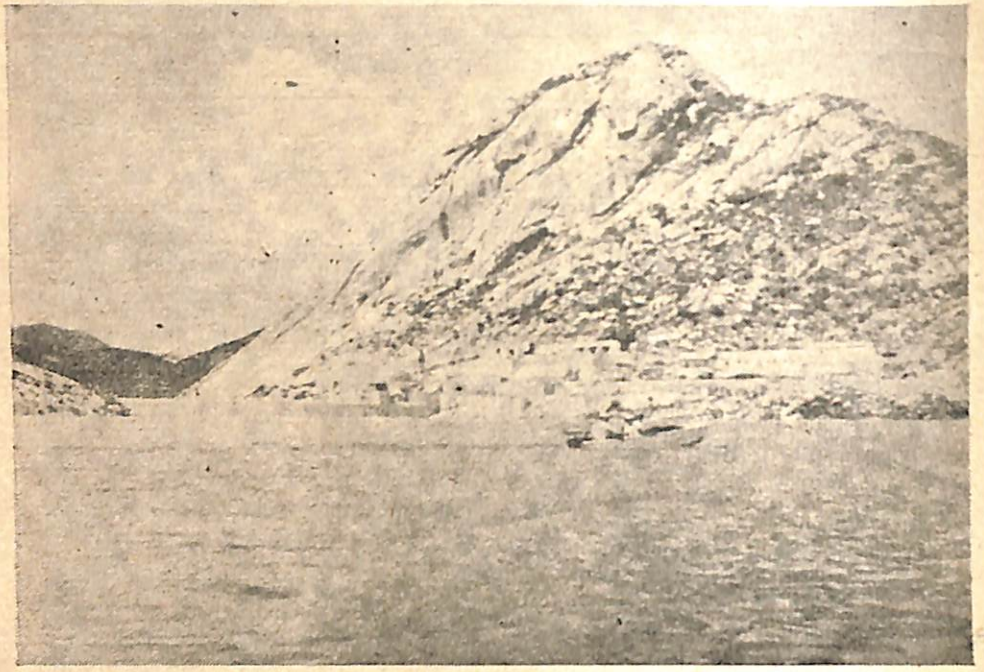
Gargalheiras exibe grandeza correspondente à da região em que se situa. Construída sôbre rocha tìpicamente granítica, a barragem tem, acima das fundações, altura de 32,5m e comprimento de 174m. Outrossim, a bacia hidrográfica do Rio Acauã, onde está o açude, tem cêrca de 240.000ha, enquanto a descarga média anual no boqueirão atinge a 63 milhões de metros cúbicos d'água. O conjunto, positivamente, deslumbra o visitante e destaca o fato de o Homem ter ali, mais do que nunca, superado os obstáculos da Natureza com os próprios recursos que esta lhe oferecia. Quando o 1º Grupamento de Engenharia chegou, isto em 1955, tratou da adaptação das instalações de pessoal e da recuperação do equipamento existente. A construção de uma escola e sessenta e três residências para operários foi concluída em meados do ano seguinte. Preocupação permanente foi dotar a obra de meios que oferecessem o



...E abril de 1959 com...

máximo de auto-suficiência, graças às boas oficinas, o que permitia o reparo de equipamento e confecção de peças e elementos diversos no próprio local. E mais: o abastecimento do pessoal ficou a cargo da própria administração da obra, tendo funcionado um Serviço de Assistência Social que proporcionou à população do Gargalheiras (mil habitantes) assistência médica, dentária, recreativa, religiosa e educacional. A última caçamba de concreto foi lançada na barragem em 26 de outubro de 1958. Os seis meses seguintes foram consumidos pelos serviços complementares para em 27 de abril de 1959 a população da árida região do Seridó ver afinal concretizada a obra e atingido o primeiro dos seus objetivos.

Talvez o fato não seja novidade para você, mas Gargalheiras é só um exemplo dessa atividade extramilitar do Exército, decorrente do convênio de 1955. Porque ao falado 1º Grupamento de Engenharia estão também subordinados o 1º Batalhão Rodoviário e os 3º e 4º Ferroviários, criados com a missão de executar serviços técnicos rodo-ferroviários e de obras contra os efeitos das sêcas.



...Quarenta milhões de metros cúbicos d'água

Por ser o centro de gravidade de sua zona de trabalho e terceira cidade do Estado, Caicó, no Rio Grande do Norte, foi escolhida para sede do 1º Batalhão Rodoviário. Você pode sentir muito calor nessa cidade simpática de 10.000 habitantes, mas, em troca, beberá um caldo-de-cana famoso e tomará aquêle que o viajante considera o melhor banho de chuveiro do Nordeste.

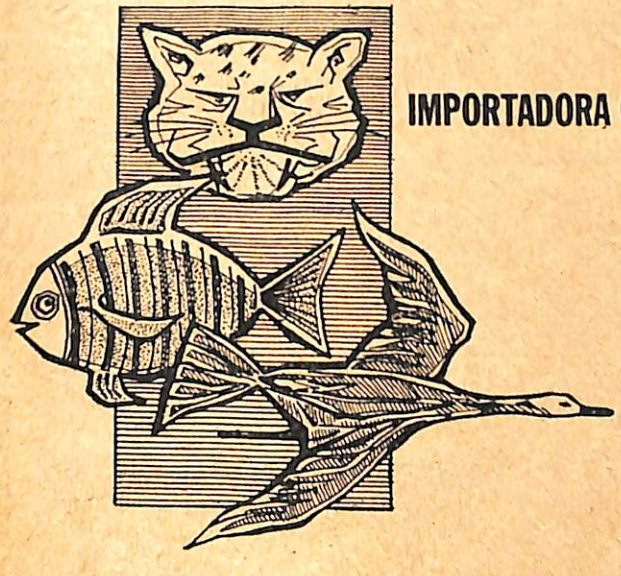
Para você aquilatar a importância da missão, bastaria revelar que o plano de trabalho do 1º Batalhão está estimado para conclusão num período de 15 a 18 anos. Dêsse plano, consta a construção das rodovias Macau — Jucurutu (250km), Catolé do Rocha — Patu — Brejo da Cruz (65km), Catolé do Rocha — Alexandria — Pau dos Ferros (88km), Caicó — Jucurutu — Florânia (84km), Caicó — Serra Negra — Pombal (61km), Caicó — São João do Sabuji — Patos (80km), Patos — Santa Luzia (43km), Patos — Mauriti (218km), Jardim do Seridó — Ouro Branco (22km), Parelhas — Santa Luzia (27km) e Santana do Matos — Jucurutu (41km), entre outras. Essas onze rodovias estão na área de ação do Batalhão, que compreende os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba além de pequeno trecho do Ceará, totalizando mais ou menos 20.000km^2.

Não só essas, mas tôdas as rodovias constantes do seu plano de trabalho, o Batalhão as recebe projetadas do órgão de origem, que pode

ser o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS) ou Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Cada rodovia corresponde a uma verba anual, votada pelo Congresso Nacional e recebida através do DNOCS ou do DNER conforme o caso.

Vejamos como funciona o mecanismo. Tomemos, por exemplo, a rodovia X com verba aprovada pelo DNOCS. O primeiro passo é verificar se a missão está dentro da jurisdição do 1º Batalhão Rodoviário; segundo, consultar o 1º Grupamento de Engenharia para que êste aceite a missão. Feito o entendimento, verba da rodovia "X" é posta à disposição do Batalhão, cujo Escritório Técnico faz o planejamento do emprêgo dessa mesma verba. Êste aprovado, tem início o trabalho.

Ao lado dos órgãos especializados, o Exército tem tido participação ponderável na grande luta contra os calamitosos efeitos das sêcas no Nordeste brasileiro.

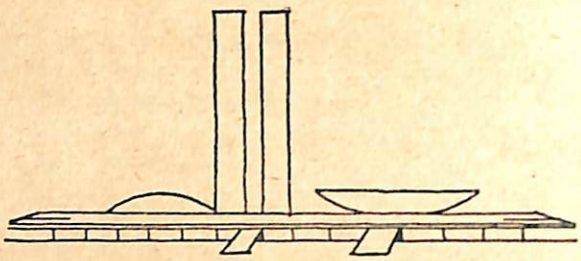


IMPORTADORA OMAR ZIMMERMANN & CIA. LTDA.

armas, munições
artigos para caça, pesca,
praia e campo
cutelaria, ferragens
consertos
niquelação oxidação

CASA Bayard

RUA LÍBERO BADARÓ, 578 - Tel. 34-7569 - End. Teleg. "TIROCERTO" - São Paulo

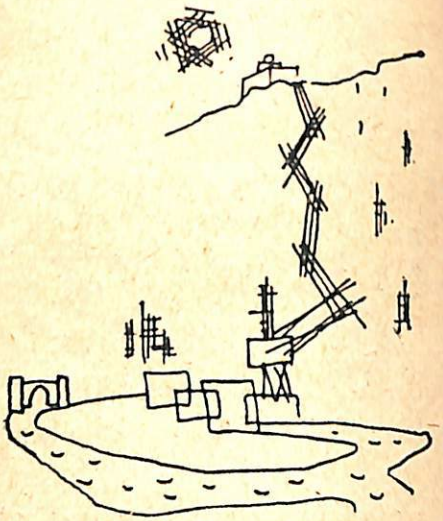


Palácio do Congresso Nacional

As duas grandes metas do
Presidente Juscelino Kubitschek,
o da integração nacional
e o do desenvolvimento industrial,
fundiram-se
na construção de Brasília.

Não seria possível construir
a metrópole que simbolisa
o pioneirismo
e a ousadia do Brasil de hoje
sem o concurso
da indústria nacional.

As Cias. Associadas Light
orgulham-se
de sua contribuição
— a energia elétrica
que movimenta
o maior parque industrial
da América Latina
— o principal supridor
dos materiais
e equipamentos empregados
na edificação de Brasília.



Usina Hidrelétrica de Cubatão: 864.000 kW

AMERICANA

ESTADO DE SÃO PAULO

Próspero município do Estado de São Paulo, atualmente sob a administração do Sr. Cid de Azevedo Marques, abriga uma população de 40.000 habitantes em seus 146 quilômetros quadrados. Encontra-se em franco desenvolvimento, com uma renda prevista de Cr$ 54.000.000,00. Tem como fontes de produção: indústria têxtil 230 tecelagens de rayon e algodão com 6.000 teares e 8.000 operários, fábrica de máquinas agrícolas e têxteis e fábrica de aparelhos elétricos.

No setor educacional conta o município: com Ginásio Estadual — curso ginasial e colegial, Escola Normal Oficial, Ginásio Oficial noturno, Colégio das Irmãs Salvatorianas — primário e ginásio, Escola Técnica de Comércio, Escola Artesanal e 5 grupos escolares.

A assistência social é mantida por um Pôsto de Puericultura, Centro de Saúde, Hospital São Francisco e Serviço de Merenda Escolar.

Conta Americana com uma estação de radiotransmissão Z Y R — 32, 1 jornal bi-semanal e 1 semanal setor de imprensa. Para manter sua vida social e cultural possui o Rio Branco F. C., Casa de Cultura, Sociedade Italiana e Biblioteca Pública Municipal.

Comunica-se com a capital pela Via Anhanguera (asfaltada) e pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro (eletrificada).

Programa da atual administração: Plano Diretor, Racionalização dos Serviços Administrativos em geral, Reforma da Iluminação Pública, Conclusão do Serviço de Águas e Esgotos e Retificação do Ribeirão do Quilombo.

IMPORTADORA TIROCERTO LTDA.

ARMAS — MUNIÇÕES — CUTELARIA — ARTIGOS PARA CAÇA E PESCA — CONSERTOS — NIQUELAÇÃO E OXIDAÇÃO — FERRAGENS

★

AO TIRO CERTO

★

INSCRIÇÃO N. 399.757
RUA MAÚA, 386 — ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: "PESCAÇA"
FONE: 34-0141 — SÃO PAULO

CIA. PAULISTA DE ARTEFATOS DE METAL "COPAM"

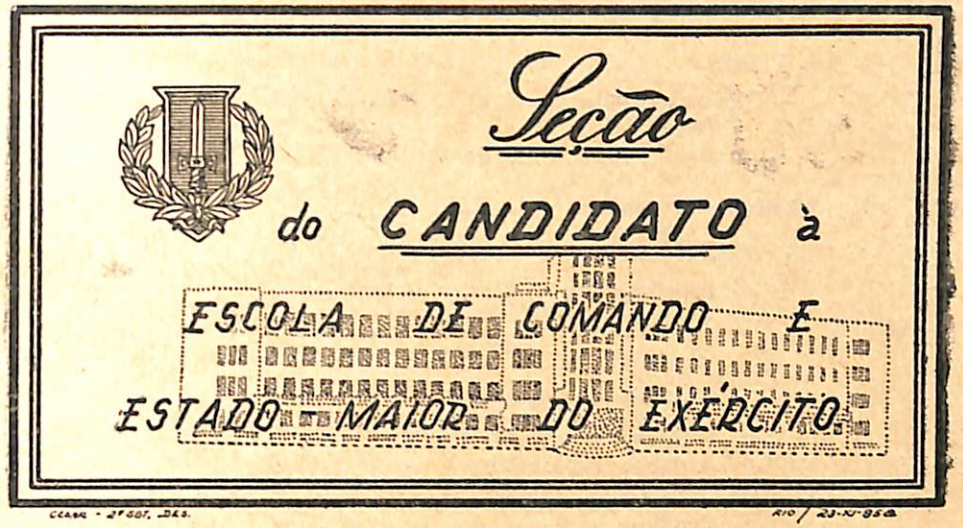
SÃO CAETANO DO SUL — ESTADO DE SÃO PAULO

RUA 28 DE JULHO, 468

TELEGRAMAS: "FRAMES" SÃO PAULO

ENDERÊÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: CAIXA POSTAL 22
SÃO CAETANO DO SUL — ESTADO DE SÃO PAULO

INDÚSTRIA DE ARMAÇÕES PARA ÓCULOS



N. 4-60

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA

QUESTÕES DO CONCURSO DE 1959

I — HISTÓRIA

2ª QUESTÃO

Apreciar a atuação do Brasil no cenário platino, durante o século XIX, caracterizando os principais acontecimentos e os problemas decorrentes.

1 — Análise da Questão:

a. *Compreensão do problema*:

Trata-se de configurar o Brasil Platino no último quartel do século XVIII e durante o século XIX, apreciando os principais acontecimentos e suas diferentes interferências e decorrências desde o advento do Vice-Reinado do Rio da Prata.

b. *Situação no tempo e no espaço*:

— Tempo: 1800/1899:

Brasil Platino (Rio Grande do Sul).

— Espaço:

Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai).

c. *Antecedentes*:

— Prata:

— Criação do Vice-Reinado do Prata (1776).
— Situação até o final do século XVIII.

— Brasil:

— Transferência do Centro Político para o Rio de Janeiro (1763).

— Situação até o final do século XVIII.

d. *Atuação durante o século XIX*:

(1) Brasil:

— Intervenções na Banda Oriental:

— Campanha da Cisplatina.

— Guerra de 1851/52.

— Guerras do Prata:

— Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

— Atuação Diplomática.

— Revolução Farroupilha.

— Problemas decorrente, de ordem

— política.

— econômica.

— geográfica.

— militar.

(2) Prata:

— Política Platina até Rosas.

— Política Platina durante a segunda metade do século XIX.

— Problemas decorrentes, de ordem:

— política.

— econômica.

— geográfica.

— militar.

2 — Maneiras de resolver o problema:

a. de forma cronológica;

b. por fases;

c. por períodos;

d. por fatos.

3 — Esquema:

a. *Introdução.*

b. *Antecedentes*:

— Ambiente existente no Vice-Reinado do Rio da Prata e no Brasil, no último quartel do século XVIII.

— Problemas existentes.

c. *Atuação do Brasil durante o século XIX*:

— Operações de 1801.

— Incorporação da Banda Oriental:

— Política de D. Carlota Joaquina.

— Intervenções 1811/12 e 16/19.

— Incorporação da Província Oriental do Uruguai.

— Campanha da Cisplatina:
  — Preliminares.
  — Operações Militares.
  — Conseqüências.
— Revolução Farroupilha:
  — Ambiente interno.
  — República do Piratinim.
— Problemas de Limites e Navegação.
— Guerra de 1851/52:
  — Preliminares.
  — Operações Militares.
  — Conseqüências.
— Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai:
  — Preliminares.
  — Operações Militares.
  — Conseqüências.
— Problemas de Limites e Navegação.

d. *Atuação do Prata durante o século XIX*:
— Posição do Prata no início do século.
— Política do Rio da Prata no 1º quartel do século:
  — Atuação de Artigas.
  — Comportamento de Buenos Aires.
— Independência do Uruguai:
  — Preliminares.
  — Operações Militares.
  — Conseqüências.
— Época de Rosas.
— Guerra do Uruguai.
— Época de Lopez.
— Problemas de Limites e Navegação.

e. *Problemas decorrentes*:
— Para o Brasil, de ordem:
  — política;
  — econômica;
  — geográfica;
  Militar.
— Para o Prata, de ordem:
  — política;
  — econômica;
  — geográfica;
  — militar.

COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registrada sob n. 3.392 no S. E . R . e Sob n. 617 no D. A. C.
Inscrição Estadual 2942

SEDE: RUA RIACHUELO, 1312 — TELS.: 4208 e 4473

CAIXA POSTAL 115

PIRACICABA — ESTADO DE SÃO PAULO

ÁREA DE AÇÃO

Jau — Assis — Brotas — Araras — Itapira — Pontal — Birigui — Limeira — Pirajui — Marília — Guariba — Maracaí — Capivarí — Botucatu — Tabatinga — Macatuba — Penápolis — São Simão — Campinas — Bebedouro — Cravinhos — Itaturama — Tapiratiba — Cosmópolis — Araraquara — Santa Rita — São Manoel — Mogi Guassu — Porto Feliz — Sertãozinho — Jaboticabal — Santa Adélia — Pitangueiras — Pirassununga — Barra Bonita — Dois Córregos — Rio das Pedras — Ribeirão Prêto — Lençóis Paulista — Santa Bárbara D'Oeste

FUMAGALLI S. A.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PIONEIRAS NA FABRICAÇÃO DE RODAS PARA AUTOMÓVEIS

ESCRITÓRIO: RUA TIRADENTES, 295 — 1º S/6

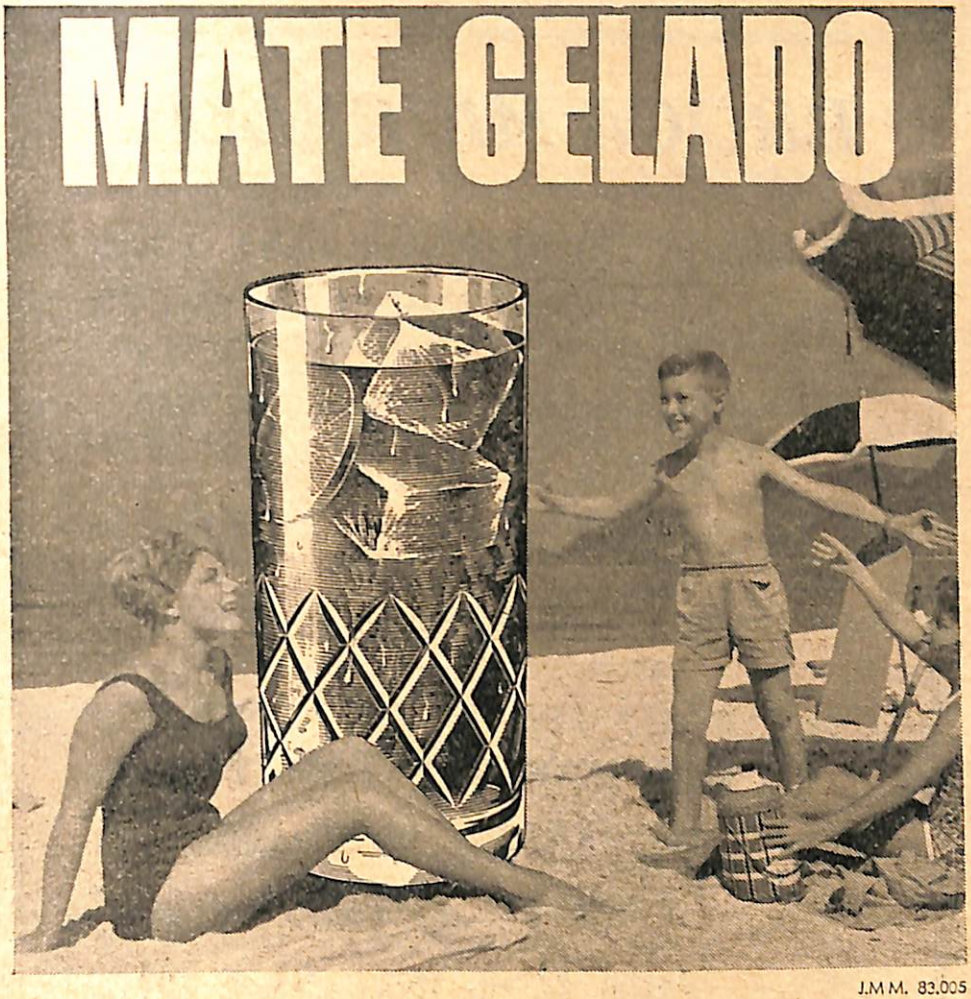
FONES: 2918 E 2919

FÁBRICA: RUA CARLOS GOMES, 1270

FONE: 1408

LIMEIRA — ESTADO DE SÃO PAULO

MATE GELADO



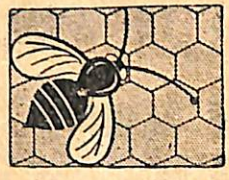
J.M.M. 83.005

Refrigera... Reconforta... Reanima!

Com mate gelado, o calor desaparece... a sensação de bem-estar é imediata... e você sente logo uma enorme disposição para o trabalho, para a vida! Síntese de ricos princípios tônicos, o mate elimina a fadiga e é um saboroso refrigério nos dias quentes. Bebe mate para ter mais saúde. Beba mate, que é nosso!



* Rondon, após terminar a épica travessia do norte mato-grossense, com Theodore Roosevelt, atribuiu ao mate a resistência incrível de todos os componentes daquele feito memorável.



* *Possuindo as Vitaminas A, B1, B2, C e E (da reprodução) e diversos minerais, o mate contém ainda o ácido pantotênico, princípio ativo da geléia real — uma extraordinária fonte de energia.*

EM CASA
Em vez de água, beba mate

NO TRABALHO
Com mate, você se sente melhor!

NA RUA
Você se refaz com mate!

— com mate você vai mais longe!

OS PRODUTORES E INDUSTRIAIS DO MATE — ATRAVÉS DO INSTITUTO NACIONAL DO MATE

BROCA MEIRELLES

FABRICAM E DISTRIBUEM PARA TODO O BRASIL:

Dinamite, Espolêta, Estopim, Pólvora de Mina e Pólvora de Caça

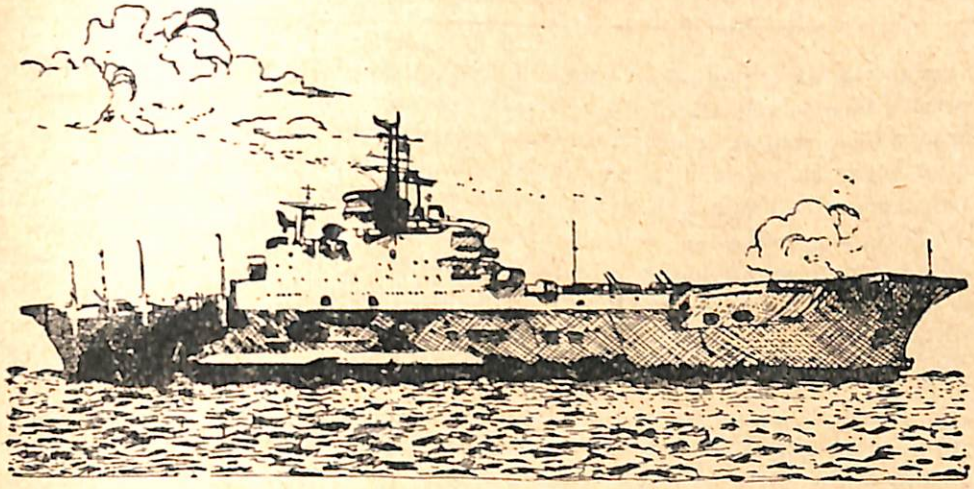
BROCA

O melhor explosivo nacional. Enderêço telegráfico: "Broca" - Guaratinguetá — Estado de São Paulo — Caixa Postal 27 — Tels.: 93 e 301

FILIAIS

SÃO PAULO — PRAÇA ANTÔNIO PRADO, 9 — 13º ANDAR — TEL.: 33-1746.

RIO DE JANEIRO — RUA ALVARO ALVIM, 33-37 — 7º ANDAR — TEL.: 42-7583.



MARINHA

Coordenador: Ten da Armada A. BRANDÃO DE FREITAS

O BLOQUEIO — PARA VENCER SEM MATAR

O Captain ROBERT D. POWERS, Jr., da Armada Norte-Americana escreveu êste interessante artigo na revista "Proceedings"

O bloqueio, desde o início das armadas nacionais, tem sido empregado com tanto êxito para tirar ao inimigo a capacidade de gurrear, que vem sendo freqüentemente apontado como a causa principal da vitória. Outras vêzes, em caso de necessidade, tem sido também aplicado para que o inimigo sem que se recorra à guerra, seja compelido a cumprir seus compromissos. Hoje em dia, à luz da situação mundial reinante, é muito razoável que suscitemos e tentemos responder a algumas interrogativas importantes sôbre o conceito e preceitos do bloqueio. É ainda o bloqueio uma craveira eficiente para ser usado pelos meios navais? Pode êle ser usado ainda hoje como um recurso para preservar a paz sem causar a luta pelas armas? Podem os submarinos manter um bloqueio? Seria legal, de acôrdo com o direito internacional, manter-se o bloqueio aéreo, se fôr viável um tal recurso? Trataremos, nos parágrafos que se seguem, de discorrer sôbre os usos passados e as possibilidades futuras da aplicação do bloqueio, na esperança de que as respostas dadas às perguntas feitas acima, possam conduzir a exames posteriores do assunto entre os leitores de o **Proceedings.**

Os EE.UU, em sua história antiga, nunca hesitaram em preparar sua diplomacia de forma a ajustar-se aos interêsses que mais con-

vinham, e nem pugnavam por alguma alteração nas normas do direito internacional, de forma a fazê-lo atender à situação do momento. Ainda hoje não podemos fazer isso, porque estamos numa época em que a guerra psicológica, ou guerra de palavras, pode ser antes um recurso permanente do que um processo transitório de conflito.

A maioria dos estrategistas acredita que, para obstar um desacôrdo, tôdas as nações manifestarão desagrado em terem que iniciar a guerra em que se empregue o armamento atômico e haja risco de destruição total. Resulta, então, que as guerras limitadas e as manobras para tomar posição sejam a estratégia admitida para a agressão. Com tal preceito, está-se tornando cada vez mais urgente a apreciação das normas costumeiras do direito internacional e a probabilidade de terem elas que ser alteradas para se adaptarem às condições que se modificarem.

O poder naval ainda é uma arma poderosa, e as nações que têm controlado os mares são as que mais se têm prestado para redigir as regras aceitas do direito internacional. A Grã-Bretanha ditou durante muitos anos, e em grande parte, a moldagem a ser dada aos assuntos que deveriam ingressar no campo do direito internacional, muito particularmente com os pontos de vista referentes ao mar livre e ao exercício do poder marítimo. Os dispositivos referentes ao bloqueio ilustram a adaptação das regras às condições mutáveis e às exigências de cada momento da história.

As regras de bloqueio que estão aceitas acham-se agora em estudo de evolução, e as que se encontram mencionadas na maioria dos compêndios e publicações navais de algumas nações, inclusive na "Law of Naval Warfare", da marinha norte-americana, são as que foram redigidas no início do Século XIX, e são portanto anteriores à era dos navios velozes e poderosos, dos submarinos, dos aeroplanos e dos teleguiados. Elas não satisfazem às condições resultantes da importância crescente dos fatores econômicos na guerra e na mobilização de todos os recursos de uma nação para o esfôrço de guerra, e nem tratam de estipular elementos para o emprêgo vasto do bloqueio como um agente preventivo da guerra, por meio da privação do comércio marítimo.

O mundo hodierno é econômicamente interdependente. Noventa e nove por cento do comércio mundial, conforme declarou recentemente o almirante Arleigh Burke, Chefe do Estado-Maior, faz-se por meio de navios. Na guerra, o bloqueio das fôrças navais pode privar eficientemente uma nação do comércio marítimo e reduzir assim seu potencial de guerra. Na paz, êle pode ser usado restritamente para impedir a uma nação de praticar um ato que faça perigar a concórdia mundial. De qualquer forma, uma resenha do avanço no sentido de se completarem as normas de bloqueio apoiará o ponto de vista que diz que há necessidade de, diante do progresso da técnica moderna e da premência das nações numa era em que a guerra envolve inevitàvelmente todos os cidadãos num esfôrço conjunto de luta, serem alteradas as normas vigentes.

Embora houvesse alguns exemplos de aplicação de medidas similares ao bloqueio nos tempos de antanho, o primeiro emprêgo de fôrças navais para o estabelecimento de um cêrco positivo de pôrto marítimo foi o do bloqueio da Flandres espanhola pelos Holandeses em 1630. Êsses bloqueios exigiram logo a publicação das medidas necessárias para que um cêrco fôsse reconhecido pelas nações neutras. Proclamados em editos e reforçados por freqüentes capturas de navios, eram do tipo que foi mais tarde apelidado de "bloqueio no papel" pois que não iam além do anúncio pela imprensa, solicitando sua legitimidade, e não eram robustecidos por uma fôrça bloqueadora adequada. Tais bloqueios podiam ser declarados por nações possuidoras de pouca fôrça naval e estavam em conflito com a doutrina, que já se revelava, da liberdade dos mares. As nações neutras não estavam dispostas a aceitar o princípio que dizia que o comércio das mesmas poderia ser proibido pela proclamação de um beligerante, e daí resultou não aceitarem a legalidade de um bloqueio no papel.

As nações neutras estavam prontas a aceitar a proposta para que seus navios pudessem ser impedidos, sob pena de captura, de entrar num pôrto que estivesse sob bloqueio por uma fôrça suficiente de navios de guerra e capaz de demonstrar o perigo evidente que correria quem quisesse investir para o ancoradouro. Resultou disso que tais condições de bloqueio efetivo, mais a exigência de notificação prévia às autoridades portuárias, se transformassem em lei por fôrça da praxe. Tanto os navios neutros como os inimigos que tentassem varar o bloqueio estavam igualmente sujeitos à captura e condenação.

Êsses princípios foram aceitos em 1806 pela Grã-Bretanha, França, Rússia, Estados Unidos e outras potências navais. O Secretário de Estado Madison esclareceu em 1801 que os "bloqueios no papel" não seriam reconhecidos pelos EE.UU. Escrevendo ao nosso ministro na Espanha, declarou Madison o seguinte: "A simples possibilidade de os navios neutros estarem sujeitos ao aprisionamento pelos cruzadores beligerantes que rondarem a costa, não pode constituir um bloqueio de um pôrto da referida costa".

As circunstâncias das guerras napoleônicas, contudo, trouxeram uma alteração na aplicação do bloqueio pela Grã-Bretanha. Na tentativa de negar a Napoleão os recursos vitais de guerra, a Inglaterra encetou um bloqueio da costa européia, o qual se estendeu de Brest até o Rio Elba; mas um cêrco tão extenso não podia ser aplicado com rigor pelos navios que estacionavam à vista entre si, conforme fôra estipulado e aceito como regra para o bloqueio de um pôrto.

A França protestou e alegou que sòmente as "praças fortes" poderiam ser legalmente bloqueadas, acrescentando que tais praças tinham que ser atacadas por terra e bloqueadas por mar. É óbvio que essa utopia era uma tentativa por parte da França para firmar um princípio de direito internacional que fôsse vantajoso para seus interêsses, pois as fôrças de Napoleão ocupavám as regiões em terra. Se êsse princípio tivesse sido aceito, teria sido impossível bloquear-se a França.

A Grã-Bretanha, sempre astuta em ajustar os princípio internacionais de acôrdo com seus interêsses, não aceitou um tal critério. Napoleão, embora não possuísse fôrças navais suficientes para garanti-lo, declarou o bloqueio de tôdas as Ilhas Britânicas. A Inglaterra vinga-se, respondendo com decretos declarando a França, seus aliados e colônias em estado de bloqueio, o que ultrapassava a capacidade da marinha britânica para torná-lo eficiente. E por ser também contrário aos princípios de bloqueio que a Inglaterra aplicara anteriormente, êsse "bloqueio a longa distância" não era inteiramente mantido pelos juízes dos Tribunais de Prêsas, os quais continuavam a dizer que um bloqueio para ser legal tem que existir de fato. A tentativa de fazer vigorar tais bloqueios tão extensos, também provocou protestos veementes por parte dos EE.UU, e estêve, até certo ponto, entre as causas da nossa guerra não declarada com a França e a guerra de 1812. O bloqueio feito pela Grã-Bretanha, embora questionável sob o ponto de vista das normas legais que vigoravam naquela época, cooperou para a inutilização do esfôrço bélico de Napoleão, e contribuiu finalmente para sua derrota.

Embora fôsse uma antecipação dos acontecimentos futuros no preparo da guerra econômica, a extensão do bloqueio, destinado a cobrir vastas regiões costeiras não eficientemente controladas por navios de guerra, não foi reconhecida como válida durante a primeira parte do Século XIX. As normas aceitas foram as apresentadas na Declaração de Londres em 1856, que dispunham que "os bloqueios para se tornarem embaraçadores, precisam ser efetivos, isto é, mantidos por uma fôrça realmente suficiente para impedir acesso ao litoral inimigo". Por essa definição, o direito, que cabia aos beligerantes de impedir que os navios de tôdas as nações entrassem num pôrto bloqueado, ficou reconhecido. As normas em vigor exigiam que a notificação do bloqueio e seus limites geográficos se fizesse por meio de proclamação através dos canais diplomáticos. A penalidade por quebra ou tentativa de rompimento de bloqueio era a de captura e condenação, porém a sujeição do navio à captura, por ter rompido o bloqueio, cessava ao fim da viagem do navio. Um bloqueio tinha que ser aplicado imparcialmente contra qualquer navio, mas os neutros que estivessem avariados tinham licença para entrar e sair do pôrto.

As regras, conforme se encontram redigidas na Declaração de Londres, não definem a expressão "fôrça suficiente". Os juízes nos casos de prêsa eram de parecer que ela implicava em fôrça "suficiente para dificultar entrada e saída, ou por outras palavras, exceto em casos especiais, tais como cerração, ventos fortes e mais outras ausências imperiosas, suficiente para tornar mais provável a captura de navios que tentassem entrar ou deixar o pôrto". Utilizando-se dessa definição, os EE.UU, em 1861, declararam o bloqueio de tôda a costa dos Estados Confederados.

O extenso bloqueio da União, que tinha 2.500 milhas náuticas de comprimento, foi mantido por 400 navios de vários tipos que se con-

servaram cruzando. É óbvio que êsses navios não podiam fundear, para que pudessem cobrir com fogo cruzado qualquer embarcação que tentasse alcançar o litoral, e até mesmo patrulharem conservando-se constantemente à vista uns dos outros. Contudo, o patrulhamento tornou mais provável o aprisionamento dos navios que tentassem varar o bloqueio. Tôdas as nações marítimas, que se conservaram neutras, reconheceram êste bloqueio como efetivo, embora a Inglaterra fizesse uma demonstração de protesto em contrário. Os historiadores têm lembrado que o bloqueio da União, mais do que qualquer outra medida simples, causou a derrota da Confederação. Sendo-lhe cortados os recursos de exportação de seus produtos, e negada a importação dos elementos necessários para a guerra e para viver, o Sul sucumbiu perante o Norte não bloqueado.

Êste bloqueio também contribuiu significativamente para a formulação das regras de bloqueio que ainda estão geralmente aceitas. Foi durante a Guerra Civil, por exemplo, que o princípio de viagem a continuar, ou o de destino último, foi sustentado para garantir um bloqueio. De acôrdo com êste princípio um navio podia ser aprisionado por tentar o rompimento de bloqueio, mesmo que estivesse viajando para um pôrto neutro, se ficasse comprovado que seu derradeiro pôrto de destino era de território bloqueado.

Durante o tempo decorrido entre a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial, as normas estabelecidas para um bloqueio não sofreram alteração. Os EE.UU insistiam em particular num bloqueio capaz de produzir resultado próprio, como condição para que êle pudesse ser reconhecido. Agindo de acôrdo com êsse critério, o Almirante Walker, em 1892, ordenou que o *Kearsarge* escoltasse o **Philadelphia** até Puerto Cabello, na Venezuela, embora êsse pôrto houvesse sido declarado sob bloqueio, por uma fôrça constituída por dois vapores inoperantes da Venezuela e que tentavam intermitentemente barrar a entrada de navios no pôrto. Sustentando o ato do Almirante Walker, o Departamento de Estado fêz ver que havia apenas um pretenso bloqueio. Deixando de reconhecê-lo, o Departamento declarou que "o bloqueio, para se tornar efetivo, tem que ser mantido contra todo o comércio, e não destinado a intervir esporàdicamente contra certos navios".

Novos fatôres influíram sôbre o conceito do bloqueio durante a Segunda Guerra Mundial. O submarino provou que era uma eficiente arma de guerra, e o aeroplano foi aperfeiçoado para o mesmo fim bélico. Grandes alterações patentearam-se na velocidade e no armamento dos navios. O telégrafo sem fio tornou as comunicações mais rápidas. Em adiantamento a êsses e outros aperfeiçoamentos técnicos, surgiu o conceito da guerra geral, que exigiu a completa mobilização nacional. A guerra econômica tornou-se um f a t o r de importância crescente.

A Grã-Bretanha conduziu a fôrça total de seu poder marítimo contra a Alemanha, e estabeleceu um bloqueio que obstruísse todos

os processos que facilitassem a entrada por mar naquele país. Temendo que o bloqueio não fôsse aceito pelos neutros, de acôrdo com as normas vigentes, a Inglaterra argumentou que a providência era uma represália justificada contra a guerra submarina irrestrita da Alemanha. Isso foi, de fato, uma lógica transformação do bloqueio como medida de guerra econômica, levando-se em consideração as novas armas e condições da arte da guerra. Isso foi convincentemente declarado por Sir Samuel Hoare nos debates do tribunal de prêsas com o **Leonora**, onde disse:

"O argumento e legítimo objetivo de um beligerante deve ser o de destruir ou arruninar o comércio do inimigo. O resultado, aliás inevitável, para os neutros, consistirá na intervenção no comércio dos mesmos. Na aplicação dêste princípio, os limites do direito das gentes se tem desentendido de tempos em tempos para se adaptar às novas e mutáveis situações. Êle necessita de espaço para expandir-se.... ....Na região bloqueada tem havido também alterações nas normas estabelecidas..... o que reconhecemos agora como bloqueios comerciais já está completamente firmado."

A história do bloqueio repetiu-se na Segunda Guerra Mundial. Na incerteza de que o princípio do bloqueio "a longa distância" ou bloqueio comercial fôsse aceito pelos EE.UU (potência neutra mais poderosa), a Inglaterra recorreu novamente, para justificar as represálias contra o serviço ilegal de minagem e a guerra submarina dos alemães, ao que ela declarava ser realmente um bloqueio econômico implacável. Êsse bloqueio, entretanto, nunca foi verdadeiramente apontado como tal, porquanto continha de permeio medidas relativas a contrabando, "navicerts", relação de artigos considerados contrabando de guerra, e medidas controladoras.

Não houve grandes objeções quanto às providências tomadas pela Inglaterra, muito embora algumas nações protestassem, e a Rússia e os EE.UU fizessem declarações para ressalva de seus direitos. Parecia haver um acôrdo geral quanto ao caso de um completo bloqueio econômico ser justificável numa guerra moderna. De fato, alguns jurisconsultos internacionais foram de parecer que se não poderia esperar que a Inglaterra travasse uma luta sem confiar no bloqueio comercial de longa amplitude. Isso pareceu ser um avanço no sentido de se reconhecer a necessidade como uma base válida para justificar as retificações dos princípios. Entretanto, nada mais houve do que o reconhecimento do fato de que a mudança do tempo também altera as medidas que devem ser amparadas lògicamente como aceitáveis na guerra total. No caso da Alemanha, os bloqueios comerciais aplicados em ambas as guerras foram extraordinàriamente eficazes e reduziram-lhe a capacidade de combater.

——oOo——

O bloqueio, embora seja um recurso usualmente empregado na guerra, também pode ter aplicação para a manutenção da paz. O

bloqueio pacífico, empregado sem a preocupação da luta pelas armas, tem sido aplicado por nações poderosas, isolada ou combinadamente com outras, contra nações marítimas muito mais fracas, e já cêrca de vinte vêzes. Em 1827, por exemplo, a Grã-Bretanha, a França e a Rússia bloquearam conjuntamente uma extensão do litoral grego, então sob ocupação turca, para compelir a Turquia a conceder independência aos gregos. Em 1902 a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Itália bloquearam a costa da Venezuela para obrigarem êsse país a pagar sua dívida pública. Êste bloqueio foi protestado pelos Estados Unidos como uma violação da doutrina de Monroe e a questão foi submetida ao arbitramento.

O bloqueio é uma providência de grande valor potencial na estratégia moderna. Êle poderia ter servido de recurso contra a China comunista a fim de obrigá-la a retirar seus "voluntários" da luta contra as fôrças das Nações Unidas, que se encontravam na Corêia. Uma ação dessa natureza é perfeitamente legal em se tratando de segurança coletiva, e de acôrdo com o artigo 42 da Carta das Nações Unidas, sôbre o que tornaremos a falar mais tarde.

Relacionado com o bloqueio pacífico, embora de modo distante, está a demonstração de fôrça naval. O Almirante Burke afirmou que, "quando a esquadra intervém e desfralda a bandeira, — dá descanso ao agressor". A ação praticada pela Sétima Esquadra dos EE.UU para neutralizar Taiwan foi daquela natureza, bem como a manobra de elementos da Sexta Esquadra na direção do Oriente Médio na primavera de 1957, do que resultou pôr-se um fim na ameaça da intervenção Síria no levante da Jordânia.

A eficiência do bloqueio na estratégia naval tem sido demonstrada pela história. Nas duas grandes guerras do meio século passado ficou comprovado que um bloqueio de longa extensão pode ser empregado proveitosamente para estrangular o fluxo de suprimentos para um inimigo. Ficou evidenciado também que as regras clássicas de bloqueio podem ser alteradas, para que se adaptem à estratégia para a vitória das nações que dominam os mares. A importância inevitável dos fatôres econômicos na guerra moderna, e nas ameaças da mesma, dá ao bloqueio um valor ininterrupto, muito especialmente porque êle é uma arma poderosa que pode ser usada para impedir que um conflito limitado se transforme numa conflagração geral.

Por ser parte da estratégia, em época de guerra, para controlar os mares e o teto aéreo sôbre êle, a política naval do futuro terá muito provàvelmente que incluir nêle a interrupção total do comércio com o inimigo. Uma tal probabilidade sugere perguntas sôbre o tipo dos futuros bloqueios e a maneira de garantí-los.

——oOo——

O futuro bloqueio não será o do tipo "cerrado" do Século XIX. O aperfeiçoamento da artilharia de longo alcance, a aviação a jato, e os projéteis teleguiados permitem hoje que uma potência, dispondo

de exército poderoso, hostilize ou destrua uma fôrça naval que esteja bloqueando de perto um pôrto ou uma área reduzida, ao largo da costa. Por outro lado, um tal bloqueio limitado pouco poderia fazer em vista do aumento de velocidade e excelência não só dos navios de guerra mas também dos mercantes. No sentido de tentar impedir que qualquer espécie de utilidade chegue direta ou indiretamente às mãos inimigas, as nações possuidoras de grande poder naval usá-lo-ão de maneira que mais se preste para a completa execução de seus objetivos.

É de esperar que os métodos empregados para a manutenção do bloqueio não sejam alterados, e os submarinos e campos minados sejam empregados. Daí a razão por que os escritores chegam a declarar que um navio de guerra é o mínimo necessário para manter um bloqueio legal. Contudo, visto visto a rádio-comunicação e o rador acharem-se à disposição dos submarinos atômicos tipo **Nautilus**, parece não haver razão para os submarinos não estabelecerem um bloqueio. Uma nação como a Rússia, que é forte naqueles barcos, por certo iria utilizá-los com a mesma finalidade. Os aparelhos de procura e revelação, instalados a bordo dos submarinos, permitirão que se mantenha vigilância sôbre uma vasta área. Além disso, os submarinos podem despachar os velozes navios de superfície, ou os ainda mais rápidos aviões, a fim de interceptarem os supostos varadores de bloqueio.

Os submarinos de propulsão atômica, que transportam carga, constituem hoje a possibilidade presente. Se um submarino de tal natureza tentar romper um bloqueio na superfície, êle será tratado como navio de superfície. Se êle fôr presentido em imersão, não é aceitável a opção de tratá-lo como agressivo.

Os aviões que operam de um porta-aviões de ataque podem ser utilizados na manutenção de um bloqueio de uma vasta região. O contrôle dos navios de superfície que se aproximarem da zona bloqueada poderá ser feito pelo rádio. Os navios, por exemplo, podem ser orientados por um avião para que mudem de rumo, de forma a encontrarem um navio de superfície da potência bloqueadora. Os grandes hidroplanos podem reforçar um bloqueio dessa forma, ou talvez pousar livremente junto de um navio e desembarcar a seu bordo uma tripulação de prêsa. Tais aviões podem até transportar uma plataforma que possibilite o desembarque a bordo. É fora de dúvida que se os navios deixarem de obedecer às ordens emanadas do avião, êles serão atacados.

Os grandes e pequenos aviões de carga, impelidos pela propulsão nuclear, constituem uma possibilidade em separado. Tais aviões podem servir futuramente para iludir as limitações impostas ao bloqueio, e os aviões supersônicos a jato podem agora até ser empregados no transporte de quantidades pequenas de carga de alto valor. A velocidade de um aeroplano a jato, e provàvelmente a do futuro avião de carga com propulsão nuclear, é tão grande que não há oportunidade para desafio para a luta. O aeroplano evadir-se-á nesse tempo das fôrças bloqueadoras e alcançará seu destino. Não havendo então um

modo prático de capturar um avião, o que tentar romper um bloqueio precisa ser abatido. É óbvio, pois, ser pouco provável que algum pilôto cometa a loucura de entrar numa região bloqueada, depois que seja feita a notificação disso e, se tal acontecer, êle será tratado como um violador de bloqueio. Devem ser tomadas providências para que um avião, que esteja claramente em perigo e arvorando o sinal de situação difícil, tenha permissão para pousar ou para seus passageiros saltarem em pára-quedas. Considerações de humanidade podem justificar a resolução de correr o risco de uma decepção, a menos que se tenha prèviamente abusado da imunidade.

Conforme referimos anteriormente, um dos possíveis e interessantes empregos do bloqueio repousa na sua aplicação para a segurança nacional, medida que o art. 42 da Carta das Nações Unidas autoriza particularizadamente. Um tal bloqueio poderá ter uma finalidade limitada, sendo assim comparado a um "bloqueio pacífico". Nas condições modernas, porém, êle será completamente ineficaz se restringir apenas a entrada ou a saída de navios, do país bloqueado. Um bloqueio feito pelas Nações Unidas, embora aplicada sem guerra, teria provàvelmente que utilizar medidas normalmente usadas num bloqueio de estado de guerra. Parece não haver motivo para que as Nações Unidas, trabalhando pela segurança e paz mundial, fiquem restritas completamente pelas regras tradicionais de bloqueio. Poder-se-ia, por exemplo, instituir um bloqueio que se destinasse apenas a ser aplicável aos aparelhos de guerra, maquinária, óleo em geral, material nuclear, etc., mas que permitisse a entrada de alimento para impedir que a população morra de fome; poder-se-ia restringir o direito de saída ou entrada aos navios das Nações Unidas. Seria um misto de bloqueio onde valeria o certificado (navicert) que se costuma exigir daquilo que se considera contrabando de guerra. Todos os navios destinados aos portos sujeitos ao bloqueio pacífico seriam obrigados a permitir o exame de sua carga e receberiam um "navicert", além de ser registrado nos livros de quartos que a natureza da carga era a permitida a varar o bloqueio.

Embora tenha ficado estabelecido que o bloqueio pacífico unilateral não é mais permissível a um componente isolado das Nações Unidas, a possibilidade de isso acontecer não deve ser desprezada. A declaração unilateral do bloqueio pacífico, em que se afirme ser êle tomada no interêsse da paz mundial, que se justifique pelos atos da nação bloqueada, e que seja aceita pela opinião mundial, deve ser amparada. Se a nação bloqueada reclamar, o que provàvelmente fará, então a justificativa sôbre a aplicação do bloqueio constituirá assunto a ser julgado pelas Nações Unidas.

——oOo——

O Presidente Eisenhower já declarou que com os aperfeiçoamentos assombrosos da técnica no preparo do armamento bélico "não há mais alternativa de paz". Os chefes irrequietos ou agressivos de outras nações, que acreditam que os sinos do destino badalam chamando-os,

podem praticar atos que requeiram contra-medidas para a preservação da paz. Os Estados Unidos, por serem o mais forte campeão da paz e da liberdade, têm que preparar antecipadamente a doutrina de estratégia, de forma que a contra-ação seja baseada em planos, e não no pânico que se segue a uma surprêsa. O uso inteligente e seguro do bloqueio, usado como recurso bélico sem o emprêgo da luta armada, deve ser incluído nos nossos planos.

Nossos planejamentos têm que levar em consideração o uso futuro do bloqueio, tendo-se em mente três finalidades, a saber: 1) O bloqueio deve ser usado de modo completo e firme para preservação da paz. Poderemos conseguir êsse "desideratum" recorrendo ao bloqueio econômico contra uma nação que ameaça o sossêgo mundial; 2) O bloqueio é eficacíssimo na guerra limitada, onde pode ser empregado para se negarem os recursos essenciais de guerra a uma nação contra a qual uma ação com armas seja necessária. O uso do bloqueio pode atenuar o sacrifício de homens e consumo de dinheiro, e reduzir o mal que precisa ser infligido à nação ofensora. É de esperar que, em ambos os casos, a ação seja o resultado de um ato aprovado pelas Nações Unidas ou por um grupo de nações como a NATO ou SEATO, e muito raramente instituído por um país único; 3) O bloqueio precisa ser tratado levando-se em conta a mobilização total e o adiantamento técnico, com alterações nas normas que darão os devidos descontos para seu uso eficaz nas modernas condições de guerra. Tais alterações envolvem necessàriamente planos para um completo bloqueio econômico por parte de uma nação que possa suportá-lo, usando os avanços mais científicos em navios, submarinos, aviões e comunicações.

Os lançamentos de satélites e o aperfeiçoamento dos projéteis de longo alcance acentuam a importância das pesquisas científicas e a amplidão das mesmas. Enquanto os cientistas preparam armas para a guerra, os diplomatas e planejadores precisam pensar na maneira de usá-las em benefício da cortinuidade da dignidade e da liberdade do homem. Os Estados Unidos, poderosos em terra, mar e ar, devem permanecer agora e futuramente em estado de alerta para instruir-se nas normas aprovadas de proceder nas relações internacionais que sustentarão a causa da paz, da liberdade e da justiça para tôda a humanidade.

FÁBRICA DE BOTÕES

BOTÕES DE CONCHAS NACIONAIS

ERMENA & PASQUAL LTDA.

R. BUENO DE ANDRADE, 2 e Trav. DA HELOISA PAMPLONA, 335

Fone 42-1925 — São Caetano do Sul



Quando um pilôto está prestes a fazer decolar o avião, sabe que sua vida depende da precisão dos cálculos feitos para o plano de vôo. Tratando-se de aviões a jato, os erros, por pequenos que sejam, podem ser fatais.

Beirne Lay Júnior, aviador veterano, coronel do Comando Aéreo Estratégico, conta-nos um caso que os pilotos devem conhecer, pois sabemos que os pequenos erros podem provocar grandes desastres.

Em RUMO-ZERO, NOVE, ZERO !!!, artigo que publicamos em nosso número 542, mostramos como pequenos erros levaram uma flotilha americana, de quatorze contratorpedeiros, ao desastre. Sabemos que o referido artigo foi muito apreciado entre os jovens oficiais de nossa Marinha. O presente trabalho é dedicado aos camaradas da Fôrça Aérea Brasileira.

E O AVIÃO NÃO DECOLOU...

(Adaptação de um artigo da "Harper's Magazine")

Coronel AYRTON FREITAS
Ex-Instrutor da ECEMAR

O "313", caça a jato, acabara de receber autorização para decolar. Seu pilôto, um jovem major, rolou o aparelho até a extremidade da pista, apertou o cinto, calcou nos freios e acelerou o motor, até o má-

ximo de revoluções por minuto. Logo depois foi soltando os freios e as rodas avançaram a primeira polegada do percurso.

Ao percorrer aquela primeira polegada, o avião iniciava o percurso com destino ao desastre e o pilôto subscrevia sua própria sentença de morte.

Por que o "313" já estava destinado ao fracasso?

Por que a decolagem era fatal?

Por que os minutos de vida do pilôto já estavam contados?

Por quê? Se a longa pista de concreto media 8.000 pés de comprimento e o "313" necessitava, sòmente, de 6.700 pés para a decolagem?

Por quê? Se as condições meteorológicas eram excelentes, naquela manhã cheia de sol radiante?

Por quê? Se os ventos de superfície não passavam de uma brisa amena, representando, para os problemas de vôo, quase uma insignificância?

Não era o pilôto, devido à sua grande experiência, um dos melhores oficiais da Base e por sua parícia e conhecimentos técnicos, aspirante aos altos postos hierárquicos?

O planejamento de vôo não havia sido feito de acôrdo com as prescrições *da Fôrça Aérea*? Não se havia calculado, até a última libra o pêso bruto que teria o aparelho no momento da decolagem?

A temperatura da pista, a velocidade dos ventos e todos os demais fatôres não foram calculados para se ter a segurança de que as rodas do "313" levantar-se-iam da pista, após percorrerem os 6.700 pés?

Sim! Tudo havia sido feito, mas...

Mas, uma coisa, sòmente, não estava certa...

Uma série de erros havia sido cometida. Nenhum dêles era fatal, mas o somatório era suficiente para produzir um desastre inevitável.

Mas, como era possível que isso acontecesse em uma Base tida como uma das mais bem organizadas dos Estados Unidos e de onde, diàriamente, levantavam vôo mais de uma centena de aviões a jato?

Parte da resposta a tal pergunta poderia ser dada considerando-se que, a decolagem de um avião a jato é uma operação muito mais delicada que a de um avião comum. É como se fôsse o triunfo, que se vai conseguindo, aos poucos, sem nunca chegar ao término, sôbre um inimigo invisível.

Parece-nos que a forma mais simples de explicar a situação criada para o "313" é comparar os 8.000 pés de que êle dispunha, para decolar, com a conta-corrente depositada em um Banco.

Assim, do depósito de 8.000 o pilôto do "313" só necessitava de 6.700 para decolar. Restava-lhe, então, uma margem de segurança de 1.300 pés, logo ,enquanto dispusesse de uma fração ou de todos os 1.300 pés, seu saldo seria favorável, ou melhor, seria um *saldo prêto*. Quando gastasse todos os 1.300 pés, ou quando uma série de pequenos furtos, sem importância, consumissem os 1.300 pés, o "313" ficaria com *saldo vermelho*.

Quatro pequenos furtos além de outros fatôres insignificantes, contribuíram para o desastre.

Primeiro (Vento) — No momento em que o jato "taxeava", a tôrre de contrôle comunicou a existência de vento-zero, conforme prognosticava o plano de vôo. Todavia, no momento em que o avião iniciou a decolagem, soprava um vento de cauda de quatro nós. A mudança era tão pequena que o operador da tôrre não a considerou, deixando de comunicá-la ao pilôto. Mas, o certo é que, aquêles quatro nós correspondiam a mais 310 pés de rolamento, antes de alçar vôo. Assim, pelo primeiro furto, o saldo do pilôto passou a ser de 990 pés.

Segundo (Temperatura) — O planejamento havia sido preparado de tal forma que a decolagem deveria processar-se às 11,15 horas, quando então a temperatura da pista seria de 97°-F. Àquela hora a temperatura era, de fato, de 97°F, mas o "313", devido à necessidade de mudar um acessório da luz indicadora de incêndio, demorou trinta minutos. Caso a demora fôsse maior, digamos, de uma hora, teria sido necessário corrigir o plano de vôo, mas, para uma diferença de sòmente trinta minutos o pilôto resolveu seguir o procedimento comum e continuou a considerar os mesmos dados. Ora, durante os trinta minutos decorridos, entre 11,15 e 11,45, a temperatura elevou-se de 97°-F para 101°-F acarretando, assim, um furto de 190 pés no saldo de pista que o pilôto ainda tinha, isto porque, dentro do ar mais quente e mais fino, o motor a jato desenvolve menor impulsão e se exige, portanto, maior velocidade para a decolagem.

O saldo bancário do pilôto, foi, em vista da mudança de temperatura, rebaixado para 800 pés.

Terceiro (Pista) — O pilôto, embora com longa prática em aviões do tipo do "313", havia chegado, poucos dias antes naquela Base. Não estava, ainda familiarizado com a pista que, em virtude da existência das montanhas que lhe ficavam ao fundo, dava a impressão de oferecer um leve declive. Pura ilusão de ótica, pois tal declive não existia e, até pelo contrário, a diferença de nível entre as duas extremidades acusava um aclive, estando a cabeceira mais distante, elevada de 260 pés. Tal circunstância, de acôrdo com as condições do momento, exigia cêrca de 550 pés para a decolagem.

O saldo do pilôto estava, assim, reduzido a 250 pés, ou seja, quase na bancarrota.

Quarto (Pilôto) — Considerando que nos dois últimos dias havia chovido e que, provàvelmente continuaria a chover no terceiro dia, o pilôto resolvera divertir-se um pouco na cidade. Levantou-se, após três horas de sono, quando então foi notificado que o tempo melhorara inesperadamente.

Não é possível saltar para a cabina de um caça supersônico e decolar, sem mais nem menos, a não ser que se trate de um pilôto da interceptação, quando em serviço de alerta. A missão do pilôto em questão era de navegação e requeria cuidadoso plano de vôo e tôda a atenção à lista de comprovantes. Ora, quando na manhã daquele dia chegou à Base, o pilôto constatou que o oficial de operações, seu velho amigo, com intenção de auxiliá-lo, já havia calculado o pêso do combustível existente nos tanques, baseando-se em dados colhidos na noite anterior, quando o "313" regressara de um exercício. Agora, pela manhã, o combustível mais frio pesava, em cada galão, mais uma fração de libra. Ao calcular o pêso, o oficial de operações entrou em consideração com a temperatura, mas, distraìdamente, subtraiu a fração correspondente ao total, em vez de somá-la. Ao chegar, o pilôto olhou os cálculos feitos por seu companheiro, mas devido, em parte, à noite mal dormida, não notou o êrro grosseiro cometido pelo amigo.

Assim, quando as rodas do "313" avançaram a primeira polegada, o avião pesava um pouco mais do que julgava o pilôto, excesso êsse que exigia mais 350 pés de distância a percorrer, antes de decolar.

Tirando dos 250 pés que restavam ao pilôto, os 350 pés devido à diferença de pêso, vamos encontrar 100 pés de *saldo vermelho*.

Para sustar sua sentença de morte só restavam ao pilôto duas alternativas.

Se sentisse em tempo a impossibilidade de decolar, o pilôto poderia soltar os tanques das asas, diminuindo a carga em uma tonelada.

Ao chegar a determinado ponto da pista, sem alcançar a velocidade necessária, poderia acionar o acelerador à ré e frustrar oportunamente a decolagem, detendo o avião em forma segura.

A segunda alternativa, o pilôto já havia perdido, desde o início, em virtude de êrro cometido por outra pessoa. É que a pista que media, anteriormente, 7.600 pés, havia sido prolongada, recentemente, de 400 pés na região em que o "313", havia começado a decolar. A marcação da pista, feita de mil em mil pés, encontrava-se, ainda, nas posições originais. Estava programada a mudança dos letreiros para os locais certos, mas o trabalho deveria ser executado na tarde daquele dia fatídico, para o "313" e seu pilôto.

Lançando fumo pela cauda, o "313" iniciou sua carreira, fazendo seu ruído característico, chocando-se contra os edifícios próximos à linha de vôo. Quando o pilôto passou pela primeira marca de 1.000 pés, estava realmente a 1.400 pés e esta mesma marcação errada continuou acompanhando-o.

Conseguiu a velocidade máxima de 106 nós, ao passar pela marcação de 4.000 pés. Ainda podia, naquele momento, desistir da decolagem, mas ao verificar que a diferença de velocidade era de, sòmente, dois nós, para a velocidade calculada, continuou em sua carreira para a morte.

A extremidade da pista avançava ràpidamente em sua direção. Sentindo que não conseguiria decolar apertou o botão, para liberar os tanques das asas. Nada aconteceu, por defeito no circuito. Consumindo seus preciosos segundos recorreu ao mecanismo manual e os tanques caíram. Mas o "313" estava, ainda, com velocidade inferior à mínima de decolagem. Desesperadamente o pilôto levou os contrôles para atrás. O avião deu uns saltos para o ar, mas entrou logo em perda, caindo um pouco além da pista e arando o solo a 140 nós de velocidade. Logo depois sobreveio a explosão que terminou solucionando o problema, impôsto ao pilôto, vítima de um somatório de pequenos erros que, isoladamente, pouco influiriam na decolagem.

CASA SÃO JOSÉ

Sempre novidades — Roupas feitas, Calçados, Armarinhos, Tecidos, Guarda-Chuva, Harmônica de 8 a 120 Baixos, Violões, Violas, Jóias, Relógios de tôdas as marcas — Artigos religiosos em geral

JOSÉ IBRAIM

RUA MONTE CARMELO, 177 — FONE 379

FILIAL: CASA SÃO JORGE

RUA MONTE CARMELO, 225 — FONE 364 — APARECIDA

ARMAZÉM

RIBEIRO & FILHOS

SECOS E MOLHADOS, BEBIDAS, DOCES, SALGADOS, ETC.

AVENIDA DR. JULIO PRESTES, 2

APARECIDA — ESTADO DE SÃO PAULO

ALFAIATARIA CIVIL E MILITAR
de
Maria Nubia Cabral



O máximo de zêlo da era moderna em

ROUPAS CIVIS
E MILITARES

Sempre em dia com os mais modernos figurinos e com os últimos regulamentos de uniformes

Roupas profissionais em geral, Japonas, Distintivos Divisas e Miudezas em geral





E o CREDI-CI-MI facilita tudo

ALFAIATARIA CIVIL E MILITAR

ROUPAS SOB MEDIDAS, IDEAL PARA OS HOMENS MODERNOS

AVENIDA Dr. CAMPOS SALLES, 495

Campinas — Estado de São Paulo

SERRARIA IRIS

Indústria e Comércio de Madeiras — Fábrica de Esquadrias

J. F. BARROS & CIA. LTDA.

Ferragens, Tintas, Louças e Materias em geral para Construção

RUA ÁLVARO DE MIRANDA N. 15

Telefones : 29-0229 e 48-2257

RIO DE JANEIRO

FITAS MARCA **SCOTCH**

MÁQUINAS COPIADORAS MARCA **Thermo-Fax**

3M

PELÍCULA REFLETORA MARCA "SCOTCHLITE"

LIXAS MARCA 3M

ADESIVOS MARCA 3M

REVESTIMENTO MARCA **UNDERSEAL**

MARCAS QUE GARANTEM QUALIDADE!



MINNESOTA MANUFATUREIRA E MERCANTIL LTDA.

FÁBRICA E MATRIZ: Parada 3M – Via Anhanguera – km 110 – Tel. 3-670 – Cx. Postal 123 – CAMPINAS – Est. de S. Paulo

FILIAIS:

SÃO PAULO: Av. Paulista, 2.073 – Conjunto 29 (Edifício Conjunto Nacional) – Caixa Postal 22.060 – Tel. 80-2137

RIO DE JANEIRO: Av. Gomes Freire, 559 – sobreloja – Caixa Postal 4.903 – Telefone 32-9874

PÔRTO ALEGRE: Rua Pinto Bandeira, 357 – 5.º andar – Caixa Postal 727 – Telefone 5-414

CASA INDIANA

CAÇA E PESCA — ARMAS e MUNIÇÕES — BICICLETAS E ACESSÓRIOS

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS DOS AFAMADOS FOGOS C A R A MU R Ú

★

JOÃO BREGLIA

★

RUA PRUDENTE DE MORAES, 791
PIRACICABA — ESTADO DE SÃO PAULO

LIXAS "ONÇA"

PARA TODOS OS FINS. EM FÔLHAS, ROLOS, ROLITOS, CINTAS COLADAS, ETC.

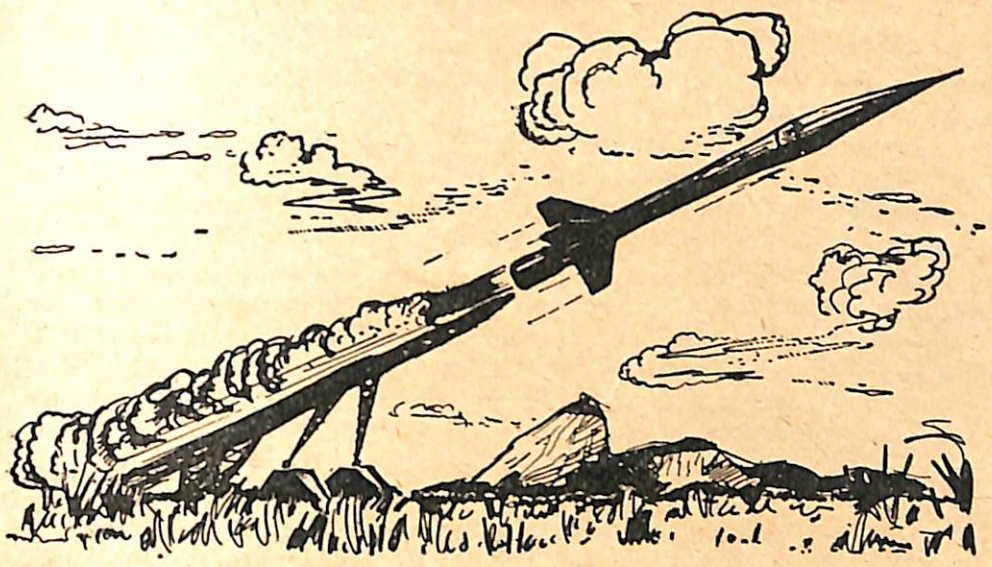
A EXPERIÊNCIA DE MAIS DE 45 ANOS NO RAMO, GARANTE A QUALIDADE EXCELENTE DA PIONEIRA DA INDÚSTRIA NACIONAL DE LIXAS

FÁBRICA DE PAPEL "N. S. APARECIDA" S. A.

R. SANTO AFONSO, 176 — APARECIDA — S. PAULO
TELEFONES 28 e 58

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO
RUA ALMIRANTE BALTAZAR, 205 — TELEFONE: 48-4876

ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO
RUA D. FRANCISCO DE SOUZA, 147 — TELEFONE: 35-1483



N. 4-60 Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES

I — DIREITO ESPACIAL

JEAN RIVOIRE

Quando, em 1955, o govêrno dos Estados Unidos anunciou a intenção de lançar satélites artificiais da Terra, como contribuição para as pesquisas do Ano Geofísico Internacional, não se ouviu protesto algum. A União Soviética, por seu turno, planejou a mesma coisa, sempre sem suscitar reação. Naquela época, a opinião pública encarava tais projetos com ceticismo, senão com indiferença.

A situação devia modificar-se, profundamente, quando, nos fins de 1957 e começo de 1958, os primeiros satélites começaram a girar em volta da Terra e essas façanhas apresentavam-se sob o signo de uma viva competição entre Leste e Oeste. Juntou-se à admiração geral um sentimento de receio a que, infelizmente, não faltavam justificativas.

Desde então, dentre os reconhecimentos obtidos pelos satélites, podem alguns, sem dúvida, ser de alguma utilidade estratégica. Mais tarde, quando fôr resolvido o problema do regresso à baixa atmosfera, será, então, possível transportar cargas termonucleares para depois lançá-las sôbre a Terra no local e no momento considerado oportunos, bastando para desfechar o ataque, uma ordem transmitida pelo rádio.

Nessas condições, os satélites constituíram permanentes bases de agressão, ao abrigo de qualquer revide.

Ninguem ficaria admirado se alguns países, tomando conhecimento dessas perspectivas inquietadoras, se opusessem ao "sobrevôo" de seus territórios por satélites artificiais estrangeiros. Não obstante, essa atitude nos parece fútil, por motivos de fato e de direito.

Na realidade, não haveria garantia para um país, senão fora da trajetória dos satélites. Se algum dêsses engenhos caísse novamente sôbre a Terra, inteiro ou em pedaços, certamente, não seguiria a trajetória normal em sua queda, levando em conta a altitude e a velocidade iniciais, poderia, pràticamente, vir a se chocar com um ponto qualquer do globo terrestre.

De direito, qualquer país tem justificativa para proibir a passagem de um satélite artificial sôbre seu território? Nada menos certo do que isso. Um jurista soviético, em outubro de 1957, chamou a atenção para o fato de que não é o satélite que penetra no espaço de certos países, mas, sim, os territórios dêsses países que, temporàriamente, se situam sob a órbita do satélite, devido à rotação da Terra. Encontra-se aí, mais que um capricho, assunto para estudo: alguns dos nossos pensamentos e idéias habituais não mais têm razão de ser em um mundo extraterreno; a astronáutica, penetrando em novos espaços, faz surgir novos problemas.

Depois dos satélites artificiais, conheceremos, em breve, as ligações entre a Terra e a Lua e, mais tarde, sem dúvida, as ligações interplanetárias.

Aqui, a própria noção do espaço sobrevoado não tem mais sentido algum. Seria, evidentemente, absurdo reconhecer direitos privados ao Estado para que a lua passe o zênite em determinado momento...

Dever-se-á admitir, por exemplo, que algum Estado tendo lançado um foguete à Lua reivindique soberania ou propriedade sôbre êsse astro, a título de primeiro ocupante? Outrora, quando um explorador descobria um país ou continente desconhecido, não se apropriava do mesmo, mas oferecia-o a seu rei, a seu país; invertendo a escala, tem-se que admitir que, se o direito de primeiro ocupante podia ser invocado em relação à Lua, não o seria em favor dos primeiros sêres humanos que ali tomassem pé, nem mesmo em favor de seu país, mas de tôda a humanidade.

Seja-nos permitido estabelecer uma comparação. Se a França houvesse reivindicado o domínio das grandes profundidades do oceano sob o pretexto de que os franceses foram os primeiros a ali penetrar em batiscafo, tal atitude teria sido taxada de tolice. Não menos destituídas de senso seriam as pretensões de qualquer Estado sôbre um planêta.

As poucas reflexões que acabamos de formular fazem antever a originalidade dos problemas jurídicos suscitados pelo desenvolvimento da astronáutica.

Uma solução adequada terá de intervir ràpidamente, e não poderia basear-se em sentenças judiciárias. Aguardar que os conflitos se manifestem, na esperança de que a sua solução firme jurisprudência seria, no caso, expor-se a riscos inadmissíveis.

A conclusão de um acôrdo internacional parece, portanto, indispensável. Várias personalidades, especialmente russas e americanas, declararam-se em várias circunstâncias, favoráveis a êsse princípio. Em 9 de dezembro de 1957, Sir Leslie Munro, presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, declarou que a Assembléia deveria, talvez, reunir-se em sessão extraordinária durante o ano de 1958, a fim de estudar os problemas dos engenhos interplanetários. No dia 2 de junho último, em Washington, a Câmara dos Deputados votou uma resolução solicitando que os Estados Unidos propusessem a assinatura de um acôrdo internacional relativo à utilização do Espaço com objetivos pacíficos.

Mas, em que poderia consistir êsse acôrdo? Fórmulas bem diversas foram propostas pelos juristas, como, de maneira excelente, demonstrou o Comandante Guillaume em artigo intitulado: "O espaço interplanetário e o Direito Internacional". Qualquer das fórmulas apresentadas até o momento, mostra-se sedutora por certos aspectos mas, quando examinadas, verifica-se que é admissível.

Pareceu-nos que a melhor solução seria a que satisfizesse simultâneamente às diversas exigências que se seguem:

— não ocasionar qualquer entrave ao progresso astronáutico, assegurando, porém, a sua utilização para fins exclusivamente pacíficos;

— corresponder tanto às exigências da ciência quanto aos princípios fundamentais do Direito;

— ater-se a algumas regras simples e claras, tendo, porém, bastante flexibilidade para se adaptar às condições técnicas em rápida evolução;

— harmonizar-se, com os acôrdos, convenções e outros textos jurídicos atualmente em vigor; especialmente, não invadindo o domínio do Direito Aeronáutico.

Agora que se encontra aberto o caminho para penetração em um domínio inteiramente novo, urge que, para regê-lo, seja criado um ramo novo do Direito. Os detalhes só mais tarde poderão ser regulados, à medida que as circunstâncias assim o exigirem. Seria ilusório pretender fixá-los por antecipação. Entretanto, seria conveniente traçar desde já o quadro e as diretrizes, procurando conciliar as exigências que acabamos de formular.

Ao novo ramo do Direito desejaríamos dar a denominação de "Direito Espacial" em vez de "Direito Astronáutico" o qual pareceria restringir seu alcance apenas à "navegação" deixando de lado os espaços e os astros.

Diferenças sensíveis surgem, imediatamente, entre o Direito Espacial, de um lado e o Direito Marítimo, e o Direito Aeronáutico do outro.

Os Estados são soberanos sôbre o seu território, suas águas territoriais e a camada atmosférica que os cobre. Temos visto, portanto, que essa soberania perde a razão de ser no domínio da astronáutica.

No que respeita ao alto mar e à camada atmosférica sôbre o mesmo, constituem um domínio no qual cada um pode penetrar livremente, mediante a ressalva de que sejam respeitadas certas regras internacionais. Um regime análogo seria ineficaz para a astronáutica. Aqui, em verdade, não basta que a coletividade internacional estabeleça regras e sancione o não cumprimeito das mesmas; dada a natureza dos problemas que se apresentam, sòmente um órgão que possua, a um tempo, a competência técnica e a capacidade jurídica indispensáveis poderá definir em cada caso particular as condições para aplicação de regras gerais e, quando fôr o caso, constatar a sua inobservância.

Somos, portanto, levados à concepção de um órgão dotado de meios de ação eficazes, que nem atue em nome do Estado que lançou o engenho em questão, nem dos Estados pelo mesmo "sobrevoados". Êsse órgão, a que chamaremos de "Administração do Espaço", teria os podêres de uma autoridade internacional que nos parece dever ser, naturalmente, a Organização das Nações Unidas; teria, entretanto, jurisdição sôbre um domínio para o qual a própria idéia de nação perderia sua razão de ser. Acreditamos, também, ser oportuno — recorrendo a um neologismo — qualificar sua destinação de "extranacional" e não "internacional".

O objetivo essencial do Direito Espacial e, por conseguinte, a missão fundamental da Administração do Espaço, deveriam consistir em salvaguardar seu caráter "extranacional". Tratar-se-ia de observar que o lançamento dos satélites ou o estabelecimento das relações interplanetárias se efetuasse dentro de condições da maior utilidade para a ciência, do maior benefício para o conjunto da humanidade; evitar que certos Estados, senhores de seu progresso técnico "colonizassem" o Espaço ùnicamente em seu proveito ou o utilizassem para fins militares; finalmente opor-se a qualquer espécie de divisão internacional do Espaço.

Êsse têrmo Espaço é, evidentemente, bem vago. Apresenta-se, pois, o primeiro problema: delimitar, de maneira precisa, o domínio do Direito Espacial.

Convém seja estabelecida uma demarcação clara entre:

— o domínio do Direito Aeronáutico, pelo qual é exercida a soberania dos Estados;

— o domínio do Direito Espacial, destinado a ser submetido, apenas, à Administração do Espaço.

O Direito Aeronáutico Internacional é regido, agora essencialmente, pela Convenção de Chicago de 7 de dezembro de 1944, cujo art. 1º determina: "Os Estados contratantes reconhecem que cada Es-

tado possui completa e exclusiva soberania sôbre o espaço aéreo que cobre o seu território".

Segundo os Srs. Eugène Pépin e John C. Cooper, respectivamente diretor e ex-diretor do Instituto de Direito Aeronáutico Internacional da Universidade Mac Gill, em Montreal, a expressão "espaço aéreo" só deve ser entendida pela porção de atmosfera suficientemente densa para suportar um avião ou um balão. Até que altitude se entende essa camada? Não é possível, tanto quanto se sabe até agora, fixar um limite exato, baseado em fenômenos físicos indiscutíveis. O Sr. Oscar Schachter, Diretor da Divisão Jurídica Geral, da Secretaria das Nações Unidas, localiza-a em cêrca de quarenta milhas (65 km) de altitude.

A definição de "aeronave", à qual se aplica a Convenção de Chicago, não foi dada pela própria convenção, mas por texto ulterior da Organização da Aviação Civil Internacional: "Aeronave é um aparelho capaz de se manter na atmosfera graças às reações do ar". Essa definição compreende os balões, dirigíveis, aviões, helicópteros, mas exclui os satélites, os foguetes (teleguiados ou não) e os aviões-foguetes.

É, portanto, incontestável, que o atual Diretor Aeronáutico põe à margem tudo o que diz respeito a astronáutica, e até mais do que isso. É verdade que a Assembléia da Organização de Aviação Civil Internacional, reunida em Caracas, em julho de 1956, proclamou que os problemas dos "espaços superiores" dependiam, essencialmente de sua competência, mas esta tomada de posição puramente gratuita, não tinha como base as leis físicas, ou textos jurídicos.

Desde que o limite do Direito Espacial seja fixado em pouco mais de algumas dezenas de quilômetros de altitude, pode-se estar certo de que a sua instituição não violará o Direito Aeronáutico vigente.

Nessas condições, qual o limite a ser escolhido? A questão é suscetível de dar margem a longos debates. Propomos, de nossa parte, a altitude de 300 quilômetros, que é a altitude além da qual devem, pràticamente, ser colocados os satélites artificiais, a fim de que seja mantido seu aquecimento e frenagem dentro de limites razoáveis. Todos os engenhos que se encontrassem acima de 300 quilômetros de altitude dependeriam, portanto, do Direito Espacial, inclusive os que, não atingindo a velocidade de satelização, estivessem fadados a cair novamente à Terra.

Do ponto de vista físico, não se exclui a possibilidade de que engenhos constituídos com materiais muito resistentes ao calor possam ser "satelizados" em altitudes inferiores a 300 quilômetros. Êsses engenhos deveriam, portanto, estar sujeitos ao Direito Espacial, porque um satélite, seja qual fôr sua altitude, apresenta características que o prendem, incontestàvelmente, ao domínio da astronáutica.

Assim, o Direito Espacial aplicar-se-ia:

— de um lado, a tudo o que se encontrasse acima de 300 quilômetros de altitude;

— do outro lado, aos engenhos tornados satelizados, independente de sua altitude.

Longe de dever ser reduzido, o domínio do Direito Aeronáutico Internacional poderia ser ampliado até êsses limites. De um lado, determinar-se-ia que o espaço aéreo mencionado no art. 1º da Convenção de Chicago deveria estender-se até à altitude de 300 quilômetros. Por outro lado, adotar-se-ia nova definição de aeronave, como seja:

"Considera-se como aeronave qualquer engenho capaz de se manter ou efetuar evoluções no espaço aéreo. Deixa, porém, o engenho de ser considerado aeronave, seja quando se eleva acima de 300 quilômetros, seja quando possui um movimento contínuo."

Pràticamente, sempre que um Estado ou qualquer outro órgão, civil ou militar, desejasse lançar ao espaço um satélite artificial ou um foguete destinado a elevar-se além de 300 quilômetros de altitude, teria de fazer declaração prévia à Administração do Espaço. Essa entidade, efetuaria tôdas as verificações desejáveis, fixaria os comprimentos de onda a serem utilizadas para as comunicações radioelétricas, as condições de lançamento a serem observadas, levando em conta os demais engenhos já lançados, etc. Qualquer falha na declaração, qualquer violação das regras fixadas pela Administração seriam consideradas como atentatórias ao direito internacional e punidas como tais pela Organização das Nações Unidas.

Enquanto o engenho não tivesse atingido a altitude de 300 quilômetros ou se satelizado, estaria sujeito às mesmas normas que um avião. Se, no início de sua rota tivesse de passar no espaço aéreo de outro Estado, seria indispensável o expresso consentimento do mesmo.

Por outro lado, logo que um engenho normalmente lançado atingisse ou ultrapassasse 300 quilômetros ou fôsse colocado em órbita, ficaria "a cargo" da Administração do Espaço. Esta seria, então, responsável pelos danos eventuais causados, por exemplo, por colisões de engenhos espaciais, queda à Terra de fragmentos de satélites desintegrados, etc. ...

Os engenhos que não excedessem a altitude de 300 quilômetros ou a velocidade média de 7.000 km h (velocidade aquém, da qual nenhum engenho se pode tornar satélite em altitudes inferiores a 300 quilômetros) de forma alguma seriam afetados pelo Direito Espacial. Êsses engenhos seriam os projetis da artilharia, os aviões (inclusive os impulsionados por foguetes e efetuando "vôos balísticos"), e a maioria dos foguetes.

Por outro lado, os foguetes de longo alcance, cuja trajetória termine a mais de 300 quilômetros de altitude, ficariam subordinados ao contrôle da Administração do Espaço.

É possível que as preocupações estratégicas de certos Estados os façam julgar inadmissível essa perspectiva. Assim sendo, poder-se-ia

ser levado a estender o limite do Direito Espacial de 300 a 1.500 quilômetros de altitude (nada se alterando quanto aos satélites, que permaneceriam incluídos, em qualquer altitude, no domínio do Direito Espacial). Não é necessário, naturalmente, que um foguete, seja qual fôr o seu alcance, ultrapasse uma altitude de ordem de 1.300 quilômetros. O limite de 1.500 quilômetros deixaria, portanto, aos Estados a possibilidade de experimentar engenhos militares intercontinentais nas mesmas condições que hoje, sem prejuízo de um eventual acôrdo de desarmamento.

Os progressos da astronáutica, cedo ou tarde, tornarão inevitável a criação de um Direito Espacial. Atualmente, podem ser lançadas as bases do mesmo sem modificar as disposições existentes do Direito Internacional e sem afetar o equilíbrio dos armamentos mundiais. É necessário agir desde já, sem esperar que a astronáutica tenha sido utilizada por um ou mais países visando a supremacia política ou militar.

O melhor método consistiria, talvez, em reunir políticos, técnicos e juristas de várias nações, os quais submeteriam então seus pareceres à Assembléia Geral das Nações Unidas.

Trata-se, especialmente, de organizar uma Administração do Espaço subordinada à Organização das Nações Unidas, fixar suas prerrogativas, estabelecer entendimentos sôbre os meios de contrôle e as sanções de que a mesma poderia aplicar e delimitar o domínio do Direito Espacial. Tudo isso pode dar margem a demoradas controvérsias, mas a importância do assunto em jôgo merece sejam feitas concessões de parte a parte.

IND. CAMPINEIRA DE SABÃO E GLICERINA S. A.

FÁBRICA EM ANHUMAS C. M.

Sabão "Jequitibá" e "Paulista" — Glicerina — Sabão de Côco "FCS"
Farmacopéia, Dinamite e industrial — Estearinas — Ácidos Graxos
Oleinas — Sabões para Indústrias

ESCRITÓRIO E VENDAS: RUA PROENÇA, 983 — CAMPINAS
Fone 5074 — Caixa Postal, 316 — Estado de São Paulo

CASA DO CUNHA

ESPECIALIZADA EM ARTIGOS DE PESCA E CAÇA
INSCRIÇÃO N. 3623

Barbantes para rêdes, tarrafas, etc — Facas, canivetes, facões nacionais e estrangeiros — Fumo em corda Bairrinho extra, Poço Fundo, Barbosa, etc.

Lampiões a carbureto e querosene, Isqueiros, cachimbos, Carbureto, Sementes de hortaliças e flôres, Miudezas em geral

EZEQUIEL ALVES DA CUNHA

RUA UM, 1907 — ENTRE AS AVENIDAS 16 E 18

RIO CLARO — ESTADO DE SÃO PAULO

CHARUTARIA CAMARGO

DE

MÁRIO C. X. CAMARGO

Especialista em fumos de cordas das exclusivas marcas: Tietê Extra, Rio das Pedras e Flor de Ouro do Rio Grande do Sul (embalagem direta do Fabricante) e ainda do Sul de Minas

Variado estoque em Armas, Munições e Pesca, Cutelaria em geral
Atende-se pelo reembôlso postal

RUA UM n. 1127 — CAIXA POSTAL 77

RIO CLARO — ESTADO DE SÃO PAULO

Comercial Importadora de Veículos e Máquinas Guaratinguetá S. A.

"CIVEMA"

ESTOQUE DE PEÇAS GENUÍNAS "FORD" E ACESSÓRIOS
ESTOQUE DE PNEUS E CÂMARAS DE TÔDAS AS MARCAS
Enderêço Telegráfico "Forja" — Telefone, 258 — Inscrição, 374
OFICINA MECÂNICA — LAVAGENS — LUBRIFICAÇÕES

RUA MARECHAL DEODORO, 165

GUARATINGUETÁ —— E. S. PAULO

II — O JAPÃO E OS MÍSSEIS

A defesa japonêsa fêz planos para o envio de 250 oficiais e praças aos Estados Unidos, durante 2 anos, com o fim de estudar o míssil NIKE-AJAX. A instrução será feita nos anos fiscais de 1960 e 1961.

O pessoal depois de instruído irá constituir o núcleo de 2 batalhões NIKE-AJAX para a defesa aérea de grande altitude do Japão. Em 1965 acredita-se que 4 batalhões do mesmo tipo estarão ativados.

— Várias armas militares estão sendo produzidas pela indústria de defesa do Japão, na expectativa de encomendas mais numerosas. A lista dessas armas está encabeçada por mísseis, carros blindados, morteiros e fuzis. Entre os mísseis citam-se os dos tipos superfície-ar, ar-ar e superfície-superfície anticarro.

Em 1958 o Japão despendeu 154 milhões de dólares em encomendas de defesa, o maior gasto em 5 anos.

— News & World Report, 28 Set 59 — Dados do míssil Russo que atingiu a Lua no dia 13 do corrente mês e ano:

Tipo: Foguete de estágio múltiplo. Esfera de metal, conduzida no nariz, atingiu a Lua.

Pêso: Do último estágio com esfera, 4.183lb, sem combustível. A esfera pesa sòmente 858,4lb.

Potência: 600.000 a 800.000lb de empuxo, cêrca de 2 vêzes a potência do maior míssil americano.

Distância percorrida: Cêrca de 236.875 milhas.

Tempo de vôo: 35 horas.

Velocidade: Média de 6.800 milhas por hora.

Data de pouso: Dia 13 de setembro, às 09h02m (Hora de Greenwich).

Local do pouso: Cêrca de 270 milhas do centro da face da Lua, em um triângulo formado por três depressões conhecidas como os Mares da Tranqüilidade, da Serenidade e dos Vapôres.

Carga útil: Rádios, instrumentos diversos e bolas metálicas gravadas com emblemas russos. Supõe-se que a esfera se espatifou ao chocar-se com a superfície da Lua, à velocidade de 7.500mph. Os emblemas podem ter sobrevivido ao impacto. O míssil russo foi observado em seu vôo pela estação experimental Jodrell Bank, Ceshire, England, onde está localizado o radiotelescópio mais poderoso do Mundo. O aparelho pegou os sinais do satélite 2 horas depois de lançado e acompanhou-os até o impacto com a Lua.

SERRARIA DO NORTE

CASTRO COELHO & CIA.

RUA JOÃO DE CASTRO COELHO, 170
TELEFONE, 90 — INSCRIÇÃO 96
MADEIRAS E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO
DISTRIBUIDORES DOS
Produtos São Caetano — Ladrilhos — Tijolos — Telhas, etc.
Produtos "Brasilit" — Caixas para Água — Tubos — Telhas, etc
GUARATINGUETÁ — ESTADO DE SÃO PAULO

NIQUELADORA CATEDRAL

Galvanoplastia — Metalúrgica — Acessórios para Automóveis — Bagageiros e Protetores para Automóveis

A MAIOR CROMEAÇÃO DO INTERIOR DO ESTADO
BRANCO JÚNIOR & FILHOS LTDA.

INSCRIÇÃO N. 2360

Loja e Escritório: Rua Benjamin Constant, 1188
Oficina prédio próprio: R. Exp. Paulo Tancini, 125 — Tel.: 6-1-4-8
CAMPINAS — ESTADO DE SÃO PAULO

ELETRO TÉCNICA

DE

JOÃO PEDRO LUIZ SCHNEIDER

Enrolamento de Motores, Dínamos e Transformadores — Instalações de Usinas Elétricas — Materiais do Ramo

Inscrição, 1945 — Reg. Crea. n. 2640 — LP

RUA CORONEL TAMARINDO, 80/86

GUARATINGUETÁ — ESTADO DE SÃO PAULO



N. 2-60

Coordenador: Major AMERINO RAPOSO FILHO,
Instrutor da ECEME

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

IDÉIAS PARA UMA DOUTRINA DE GUERRA
Gen L. M. Chassin, do Ex Francês
(Traduzido de "Forces Aériennes Françaises").

II — ORGANIZAÇÃO

1. A REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO
Major Amerino Raposo Filho

2. A "REICHSWEHR" DE VON SEECKT
Ten-Cel Henrique Oscar Wiederspahn.

TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, sòmente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

IDÉIAS PARA UMA DOUTRINA DE GUERRA

General de Aviação L. M. CHASSIN, da França
Extraído de "Forces Aériennes Françaises"

NOTA DO REDATOR

Sem ambargo de se tratar do depoimento de um General dos mais eminentes no campo do moderno pensamento militar — envolvendo a análise do problema doutrinário francês, melhor seria dizer da Comunidade Ocidental, diante duma Hipótese de Guerra contra o Bloco Vermelho — não há dúvida que muito valimento terá para nós, tal estudo. Não apenas pela soma dos conceitos filosóficos emitidos, que bem situam o trabalho em nível elevado relativamente às bases duma Doutrina de Guerra; mas, sobretudo, porque considera aspectos os quais, como não poderia deixar de ser, são comuns a tôdas as Fôrças Militares. Vejamos, pois, algumas idéias.

Com fundamento nas lições que a História Militar enseja, para poder extrapolar objetivamente — emergindo a metralhadora e a fortificação de campanha, das guerras de 1870/71 e russo-japonêsa, para se afirmarem elementos decisivos no campo de batalha em 1914/18; o carro de combate e o avião aflorando em 14/18, para se glorificarem "os gigantes de 39/45". E, por fim, relativamente ao que sugere a guerra de 1939/45, isto é, sublimando a Técnica e o Homem e, de permeio, o Transporte Aéreo — mostra o Gen CHASSIN a necessidade de se considerar a atual Defesa Nacional, tendo em vista o tríplice aspecto:

— da Guerra Técnica;

— da Guerra Ideológica;

— do Transporte Aéreo.

Assinala, por outro lado, que urge uma reestruturação das Fôrças Terrestres, por forma a enfrentar:

— a Guerra Geral (Atômica ou Não);

— a Guerra Revolucionária.

Indo ao ponto de esclarecer que "Nosso Exército deverá se habilitar para fazer frente, simultâneamente, a dois tipos de guerra absolutamente diferentes".

Depois de chamar a atenção para a necessidade de se rever a organização da Defesa Nacional (aí compreendidos recrutamento, mobilização e organização do Exército), entende o Gen CHASSIN que o futuro Exército Francês deverá ser capaz de conduzir:

— "uma ação defensiva na superfície, com um Exército Tècnicamente moderno;

— uma ação defensiva na retaguarda, com um Exército de guerrilhas, apoiado por reforços lançados de pára-quedas".

Devendo, para tanto, possuir alta mobilidade e máximo de dispersão das Fôrças. Mas o quadro das Fôrças Terrestres se precisa melhor, quando o articulista discorre sôbre a Preparação para a Guerra, que exige, a seu ver, dois tipos de Exército:

— um Pequeno Exército Profissional, "ao qual será necessário dar o devido relêvo, para que não emigre para o meio civil (como se verifica atualmente nos EUA e CANADÁ)";

— um Exército Nacional, não tanto especializado e de tempo de serviço militar mais curto.

Demais, também a Mobilização deverá modernizar-se, abreviando "os prazos e cuidando da mobilização de grupamentos de combate de Contra-Guerrilha, que deverá, ser regional e instantânea'", em condições de viver à base duma logística simples.

* * *

Em verdade, o tema desenvolvido pelo Gen CHASSIN, em que pêse sua fundamentação ao campo doutrinário geral sugere, aos que indagamos relativamente à Doutrina Militar Brasileira, algumas perguntas:

1 — Como reformular o Problema Militar Brasileiro, tendo em vista os fatôres decisivos dum futuro conflito, isto é: a Técnica, o Homem e o Transporte Aéreo?

2 — Como as Fôrças Terrestres deverão estruturar-se, para o atendimento às Formas de Guerra: Regular (Geral ou Limitada, Atômica ou Convencional) e Revolucionária, destacadas, como de existência simultânea na mesma área operacional, pelo menos de nível estratégico?

3 — Não se impõe, gritante e urgentemente, a necessidade dum reexame do problema organizacional do nosso Exército, em têrmos que realmente atendam às modernas operações militares e às ações de guerrilhas, dentro e fora do território nacional?

4 — Devemos evoluir inteiramente para o Exército Profissional, de pequeno efetivo mas altamente especializado e de quadros com grande adestramento, em conformidade com as diferentes áreas geo-estratégicas de atuação provável? Ou ao contrário, será o caso da manutenção de dois tipos de estrutura, uma permanente e outra de renovação anual ou bienal?

5 — Não será o caso de nossos quadros mergulharem mais profundamente no problema da Guerra Revolucionária, nos seus aspectos conceptuais ideológicos, assim como no campo operacional das guerrilhas, das ações irregulares?

6 — Já não é tempo de estudarmos as peculiaridades do Homem Brasileiro, no quadro da Comunidade Nacional e em cada uma das Áreas Geo-Estratégicas, com vistas ao seu pleno aproveitamento na solução do Problema Militar Brasileiro, para a Guerra Ortodoxa e, sobretudo, Revolucionária? Suas virtudes, seus defeitos, principalmente suas reações emocionais não deverão merecer destacada apreciação, quando se pensar na Doutrina Militar Brasileira, na Organização e no Equipamento das Fôrças?

7 — O entrosamento da Técnica Militar e do Estado-Maior, em vários níveis, talvez mesmo descendo até o escalão Exército, não será uma necessidade imperiosa, tendo em vista melhor ajustar as possibilidades de nosso campo técnico-científico às imposições doutrinárias? Que pedir, em última análise, às equipes de pesquisa técnico-operacionais, visando à solução do Problema Militar Brasileiro?

Maj A. RAPOSO FILHO

Os militares jamais concordam em abandonar seus velhos brinquedos. Em 1553, quase três séculos depois do advento das primeiras armas de fogo, o inglês John Smyth tornava-se ainda o campeão de arco e flecha, privado, do Rei. Em 1625, Neade voltou à carga. E, por mais extraordinário que isso possa parecer, em 1798, meio milênio após a entrada da humanidade na "era da pólvora", Richard Mason publicava suas "Considerações sôbre as Razões que existem para a volta ao serviço do arco e da lança". E melhor ainda, talvez, o arco e a lança tenham conservado seus defensores na Inglaterra até 1850!

Nós vimos, nas vésperas da guerra de 1939, generais franceses publicarem artigos relativos à superioridade certa dos cavalos sôbre os carros de combate. Mais recentemente ainda, apesar das numerosas advertências que haviam recebido dos aviadores, os marinheiros de tôdas as nações obstinaram-se em construir encouraçados, até o dia em que êsses gigantes inúteis morreram sùbitamente, e para sempre.

Certamente que consentimos em aceitar os brinquedos novos... mas abrir mão dos antigos, isso não. Ora, os brinquedos custam cada vez mais caro. Desde que se tratasse de guardar apenas um arco ou uma lança, podia-se ainda aceitar essa inflação. Mas hoje, trata-se de conservar a panóplia mais eficaz. Quando uma arma nova entrar em ação, é necessário suprimir ou variar as antigas. Senão, o país afunda sob o pêso das cargas financeiras. Eis uma verdade de que gostaríamos todo mundo ficasse bem convencido.

Mas a questão torna-se difícil quando se trata de escolher a sua panóplia, isto é, promover um programa de fabricação de material. Ora, um programa dêsses não deve ser, como infelizmente muitas vêzes é, o resultado do desenvolvimento anárquico de antigas tendências à evolução para o gigantismo.

Um programa de material deve corresponder essencialmente a uma doutrina de guerra, e uma doutrina de guerra não pode ser fundada senão numa aposta.

A guerra é um jôgo trágico em que o ganhador é o que tem mais imaginação e vontade. Imaginação primeiramente: é necessário ser capaz de "adivinhar" o que será a próxima guerra, e isso é dificílimo, como todo mundo sabe. Em seguida, vontade: uma vez que se imaginou uma certa forma de conflito, é necessário preparar-se para êle e, sobretudo, ser bastante forte para impor essa forma ao adversário.

O primeiro ato, aquêle de que tudo decorre, tanto na organização do Exército quanto na fabricação das armas, é pois a aposta sob a forma da luta futura: aposta que constitui pròpriamente a doutrina de guerra do país ou do grupo de países considerado.

A natureza não dá saltos e, na busca de uma "previsão" tão formidável, o método histórico deve permanecer como o melhor guia.

Êle nos mostra que as grandes revoluções na arte militar fazem-se sempre *durante* os conflitos. O que se segue começa com armamentos já conhecidos. Trata-se de saber quais, isto é, extrair lições da história e de extrapolar inteligentemente, descobrir, entre as armas empregadas, as que darão uma linhagem, as que se tornarão, aperfeiçoadas e desenvolvidas, as armas dominantes no novo conflito. Do mesmo modo o conservantismo, o mêdo do risco, o desejo de segurança impedem, muitas vêzes, os militares mais inteligentes de serem clarividentes.

Portanto, os franceses de 1914 deveriam ter previsto a importância da metralhadora que êles próprios haviam utilizado com êxito em 1870, e a das fortificações de campanha que tinham despertado tanto interêsse durante a guerra russo-japonêsa. Foi no período de 1914/18 que apareceram o carro de combate e o avião, que deveriam ser os gigantes de 1939/45. É tão difícil assim descobrir as armas dominantes de amanhã?

De 1939/45 sobressaem dois ensinamentos contraditórios: "os dois extremos", de que já falamos aqui. De um lado, o enorme desenvolvimento da técnica que dá ênfase aos projetis teleguiados, dos quais o V-2 foi o proclamador e a bomba atômica de Hiroshima a realizadora ter-

rível; e do outro, a reabilitação do homem com o advento dos movimentos ideológicos de resistência na categoria de arma maior. Entre os dois, fazendo-se de qualquer maneira ligação, pode-se assinalar a importância sempre crescente do transporte aéreo.

É, pois, sôbre êste triângulo: guerra técnica, guerra ideológica, transporte aéreo, que devemos procurar construir nossas hipóteses. Porque é bem certo que, pelo menos no início de um próximo conflito, êstes três elementos desempenharão um papel capital.

A primeira questão a ser apresentada é a seguinte: levando-se em conta a pouca probabilidade de um conflito atômico, será necessário que nos preparemos para êle ou entraremos num beco sem saída sôbre uma forma de guerra que custe terrìvelmente caro e que conduziria, se se verificasse, ao aniquilamento de tôda a nossa civilização? Não parece que a questão possa sèriamente ser apresentada, pelo menos num país que deseja continuar a passar por uma grande potência no mundo. Porque bastaria então ao adversário preparar-se para a guerra atômica, para vencê-la sem vibrar um golpe.

A primeira conclusão a que chegamos é, pois, a seguinte: qualquer que seja o grau de improbabilidade de uma guerra atômica, devemos preparar-nos para ela. E preparar-nos para ela quer dizer duas coisas: primeiramente, fabricar armas atômicas e, em seguida, organizar nossas fôrças armadas em função dessas armas novas.

Encontramo-nos em seguida diante do segundo fato eminente da guerra 1939/45 cujos conflitos periféricos recentes confirmaram a importância crescente das guerra ideológicas, o que jamais foi tão claramente trazido à luz como agora. Certamente, tínhamos tido na França as guerras de religião, durante as quais os "Ligueurs" (*) uniram-se ao rei católico da Espanha, e os protestantes procuraram socorro entre seus correligionários, os príncipes alemães.

Mas por fim, desde há séculos, as nações haviam adquirido uma homogeneidade no sentimento nacional que tornava inconcebível que, durante uma guerra, uma parte importante da população fôsse capaz, por motivos de "fé", de se pôr às ordens do adversário. Hoje, infelizmente, é uma hipótese que não se deve negligenciar. Ela trabalhará por nós ou contra nós, conforme o grau de patriotismo que a educação tenha sabido inculcar no povo.

De fato, encontramo-nos já em nosso império colonial, às voltas com a mais perigosa forma da guerra ideológica: a que é caracterizada pelas ações clandestinas de guerrilha e pelo método de apodrecimento da retaguarda.

Sòmente o fato de que temos de lutar na África em uma guerra ideológica, mostra-nos a necessidade de nos organizarmos militarmente em função dêsse gênero de luta.

(*) Elementos da Liga ao tempo dos reis Henrique III e Henrique V da França.

Mas, não podemos nós imaginar que mesmo em caso de conflito europeu estaríamos expostos a tais dificuldades?

Sem dúvida. O nosso futuro exército deverá estar habilitado a fazer frente *simultâneamente* a dois tipos de guerra absolutamente diferentes.

Experimentemos agora imaginar como se apresentaria um conflito futuro, atômico e de solapamento, ao mesmo tempo.

Uma coisa é mais ou menos certa, sendo poucos os que a negam: é que êsse conflito começaria por um ataque atômico aéreo, maciço e súbito. Com efeito, a aliança ocidental declarou oficialmente que, tendo em vista sua inferioridade do ponto-de-vista de armamentos clássicos e do número de divisões empenhadas, qualquer ato de hostilidade inimiga, mesmo não atômico, desencadearia de sua parte uma resposta atômica. O inimigo, devidamente prevenido, acha-se pois induzido a dar ao seu ato de hostilidade inicial a forma de um ataque aéreo atômico tão violento quanto possível.

O Ocidente, por sua vez, deve-se preparar para responder à altura, porque é com a superioridade aérea que êle conta essencialmente para conquistar a vitória. É necessário, de início, que êle seja prevenido o mais ràpidamente possível para que suas fôrças de contra-ataque não sejam esmagadas em seu ninho e, em seguida, levante em tôrno de suas fronteiras uma defesa aérea eficaz, para sofrer o menor número de golpes possível. Observemos, de passagem, que a Europa Ocidental, colada à Cortina de Ferro, se encontra evidentemente nas piores condições, neste particular.

Em primeiro lugar, como não podemos fazer decolar os nossos caças antes que a fronteira tenha sido transposta, o tempo de decolagem e o de subida à altitude do adversário definem uma faixa de terreno que não pode ser defendida senão pelos projetis teleguiados ou canhões. Em segundo lugar, poder-se-ia imaginar que o inimigo desejará sincronizar todos os seus ataques e fazer cair simultâneamente suas bombas atômicas sôbre Londres, Nova York, Paris e Chicago. De fato, esta hipótese é admissível e, sem dúvida alguma, seremos os primeiros a ser atacados. Com efeito, a simultaneidade do ataque conduziria o adversário a transpor as cortinas radar do Grande Norte Canadense, a dos Constellations R.C.121 do Atlântico e do Pacífico mais de uma hora antes da Cortina de Ferro. Como a Alliança dispõe hoje de um sistema de transmissão rápido e seguro, e estaríamos imediatamente prevenidos e, de conformidade com o Pacto do Atlântico, lançaríamos imediatamente as fôrças de contra-ataque estacionadas na Europa. Resultaria daí êsse paradoxo de que as nossas bombas atômicas cairiam primeiro em território inimigo.

Vê-se evidentemente que o adversário será automàticamente conduzido a transpor simultâneamente as cortinas radar: a Europa Ocidental será, pois, a primeira a receber os golpes. Isto terá uma vantagem enorme para a aliança, de vez que o Canadá e os Estados Unidos gozarão de um aviso prévio importante, de algumas horas, que lhes permi-

tirá proceder às evacuações parciais, às prontidões, às dispersões, e, sobretudo, à decolagem sem incômodos de tôdas as suas fôrças de contra-ataque. De tôda maneira, o inimigo se encontra diante de um dilema.

Começará, pois, a guerra aérea atômica. Ela será muito provàvelmente decisiva e terrìvelmente destruidora. E será ganha pelo país que dispuser dos seguintes trunfos:

I) Uma rêde de alerta e de transmissões funcionando sem falhas no tempo e no espaço.

II) Uma fôrça de ataque estratégica poderosa e treinada que disponha de um estoque pràticamente inesgotável de bombas nucleares.

III) Uma organização de preparação de condições que ofereça a menor vulnerabilidade possível (proteção civil), desenvolvida ao máximo.

IV) Uma defesa aérea capaz de fazer o adversário sofrer perdas superiores às que o adversário infligir à nossa aviação estratégica.

Enquanto esta guerra está sendo travada nos ares, que se passará à superfície? Podemos imaginar sem dificuldade os poderosos ataques terrestres simultâneos visando nosso flanco esquerdo, a Noruega, no centro a Alemanha e as nações ocidentais, inclusive a Inglaterra, no nosso flanco direito, e finalmente a Turquia e as regiões petrolíferas do Oriente Médio (Iraque, Irão, etc.). Êsses ataques hiperbólicos seriam conjugados com ações de solapamento moral na nossa retaguarda, desfechadas inicialmente pelos grupos ideològicamente simpatizantes, apoiados e abastecidos pelos desembarques aerotransportados.

De nosso lado, procuraremos evidentemente empenhar-nos ações defensivas, esperando que uma vitória aérea tenha feito curvar a vontade do inimigo.

Em verdade, de nada serviria, pelo menos em nosso escalão europeu, conquistar uma vitória nos ares se, durante êsse tempo, o adversário se encontrasse em condições de passar por cima das defesas e ocupar inteiramente a Europa Ocidental.

A primeira questão que se apresenta, pois, é realizar um dispositivo suficientemente guarnecido para permitir "ganhar tempo". Ora (e já se escreveu o bastante sôbre êste assunto, sendo inútil insistir), a arma atômica favorece, sem dúvida alguma, a defensiva, porque ela é evidentemente muito mais eficaz sôbre uma formação concentrada e a descoberto do que sôbre uma dispersa e protegida. Contra a infiltração, êsse processo insidioso e perigoso, impõe-se uma defesa contínua. Mas os meios atômicos atuais a tornam muito mais fácil de organizar que no passado.

Não podemos, com efeito, escolher nosso campo de batalha e prepará-lo? É-nos interdito conceber, por trás de um obstáculo importante, batido pelos fogos atômicos possantes, uma faixa de terreno tôda prestes a ser envenenada pelas poeiras atômicas, de modo que a tra-

vessia dessa zona de morte se torne absolutamente impossível, mesmo com os engenhos rápidos?

Não podemos nós instalar aí tranqüilamente à frente, pronta a funcionar, sob o dedo de um só homem, uma rêde completa de bombas termonucleares de carcaça de cobalto ou sódio, que, graças a explosões subterrâneas, conteriam irremediàvelmente todo ataque maciço e mesmo tôda infiltração? O arsenal atual da defesa atômica é tão vasto e tão variado com as suas bombas-veneno e suas areias radioativas que se pode imaginar, sem ser tachado de louco, que finalmente — nesta forma de guerra pelo menos — a técnica vai sobrepujar o número. E não há necessidade, sem dúvida, de reçorrer a centrais termonucleares gigantes "situadas a centenas de quilômetros da fronteira e alimentando algumas dezenas de postos de preparação e distribuição de radioisótopos em estado concentrado". Mas, se se tornasse necessário, teríamos também essa solução.

Por agora, bastar-nos-á enterrar profundamente no solo os nossos canhões e bombas, e realizar uma rêde de "fortes" subterrâneos entre os quais não poderiam passar as raras formações que saíssem de nossa "zona de morte".

Seria interessante, e até fácil, aliás, proceder ao estudo da organização defensiva à superfície, a realizar na zona avançada. A única coisa que temos a realçar aqui é que uma guerra ofensiva é quase inconcebível de nosso lado, pelo menos na primeira fase da guerra, e, além do mais, uma manobra defensiva tem atualmente grandes probabilidades de ser vencedora, mesmo que seja efetuada com uma inferioridade numérica considerável, ainda que de 1 para 10.

Apesar dessa enorme inferioridade, e que parecia até agora condenar-nos a uma derrota irremediável, nós conseguiremos estabilizar nossa frente, ficando os dois exércitos paralisados de um lado e do outro da zona de defesa, não tendo o nosso nem os meios nem o desejo de atravessá-la, nem o adversário a possibilidade de o fazer. Mas nós podemos não nos contentar com êste "match" empatado. Não poderemos levar o adversário a retirar-se, dizimando-o pelos nossos fogos aéreos diretos, e fazendo-o ficar esfomeado mediante os ataques e a destruição de todos os abastecimentos que lhe chegam da retaguarda. São estas as constatações de que deveremos tirar as conclusões na hora das conseqüências.

Resta a questão do "apodrecimento" (solapamento). É certo que, enquanto não pudermos refazer em nossa população um moral unânime, enquanto uma parte dos nossos fôr vítima de uma subversão intelectual ou efetiva cuja potência somos obrigados a constatar, apesar de seus absurdos, suas contradições e as ridículas pantomimas de seus chefes, aos quais, sem dúvida alguma, outra doutrina não resistiria, deveremos preparar-nos para nos batermos e, pela primeira vez em nossa história, à retaguarda da linha de fogo. Isso exige, e todo mundo sabe, uma re-

organização total de nosso dispositivo e de nossos hábitos militares. Devemos fazer frente simultâneamente aos "dois extremos".

Analisemos agora, ligeiramente, o caso da guerra no mar. Em uma guerra nuclear, como se sabe, as probabilidades dos navios de superfície atuais tornam-se cada vez mais fracas, e a espantosa vulnerabilidade dos portos obrigará os navios a dispersarem-se o mais ràpidamente possível, logo que tiver soado o primeiro sinal de alarme. Nenhuma concentração de navios poderá resistir a um ataque por meio de bombas termonucleares. É certo que o porta-aviões é uma "base naval", mas em face da velocidade dos aviões atuais, essa mobilidade é a do caracol ou da tartaruga. O argumento da "mobilidade" não tem valor. O advento dos meios termonucleares não pode senão reforçar a tese muitas vêzes exposta, aqui e ali.

No mar, como na terra, a resposta não pode ser senão a dispersão ou o enterramento. Certamente que o papel de uma marinha atômica será, e nós o veremos, mais poderoso do que jamais o foi em todos os tempos. Agora, falta que, da doutrina, sejam extraídas conclusões aproveitáveis.

Pode-se aceitar ou não o esquema acima. Reconhecer-se-á, pelo menos, que uma parte do que descrevemos antes, a guerra de guerrilha ideológica, já se acha inscrita nos fatos. Mas temos que mostrar em que fazer nossa aposta. Supondo, pois, o esquema inteiramente válido, resta-nos procurar que conseqüências tirar nos diversos domínios da Defesa Nacional: organização da nação para a guerra, isto é, recrutamento e mobilização, organização do exército, ou sejam: comando, estratégia, tática e, para terminar, orçamento, estudos e definição do material a construir.

Comecemos pelo exército.

O exército de terra deve ser capaz de:

a) conduzir uma ação defensiva na superfície contra um exército técnico moderno;

b) conduzir uma ação defensiva na retaguarda contra um exército de guerrilhas apoiado por reforços lançados de pára-quedas.

Primeira observação: os choques entre corpos de batalha não existem mais. Pràticamente, todo movimento de material pesado é suprimido no campo de batalha, onde, saltando de abrigo em abrigo, evitando se puder as zonas atomizadas, o homem se desloca sòzinho, munido apenas das armas que puder transportar. À sua frente, o defensor estará abrigado em seus fortes atômicos, protegidos por centenas de metros de pedra.

Se formos ao extremo de nossas idéias, temos de concluir pelo desaparecimento total das formações blindadas e de todos os "grupamentos táticos" (combat teams) que já conhecemos em 1945. Por mais leve e por mais articulada que seja, uma divisão mecânica não poderá resistir ao trovão termonuclear convenientemente desencadeado. Aliás, ela

é inútil e concentrada é vulnerável. O fenômeno da paralisia na superfície organizada em "terra de ninguém" a condena, como condena todos os transportes de superfície por mais leves que sejam. Que nos restará pois como exército de terra na zona da frente? De um lado, guarnições à base de artilharia atômica, protegidas e camufladas. Do outro, unidades de vigilância e observação, organizadas em comandos muito móveis, isto é, a pé, e munidos de um armamento leve. Elas se manterão à retaguarda da "zona de morte" e serão largamente dispersas. Disporão, para seus deslocamentos, de aviões leves ou helicópteros. E deverão, com efeito, estar aptas, sobretudo, a repelir tôdas as tentativas dos pára-quedistas inimigos de efetuar o envolvimento vertical de nossa linha de defesa. Em suma, além de nossa rêde de praças atômicas subterrânea defendidas por punhados de técnicos, exércitos de profissionais, teremos ainda necessidade do tipo de unidades e de homens que serão necessários para lutar na retaguarda.

Nosso exército de terra voltará a encontrar sua unidade.

Desembaraçado do impedimento, das armas inúteis que são os carros de combate e os canhões de campanha, êle poderá reconstruir-se à moda "colonial moderna", se assim se pode dizer.

Atentemos para o fato de que, no domínio da miniaturização atômica, os técnicos não disseram ainda sua última palavra, e que talvez a pistola atômica, com que os nossos filhos tanto se familiarizaram através das leituras infantis ilustradas, venha a tornar-se uma realidade. Não nos veio já, do outro lado do Atlântico, a notícia de que existe um engenho atômico explosivo de um quilo, transportável por um homem? Eis o que vai transformar as possibilidades das tropas lançadas de pára-quedas e dos comandos de guerrilheiros. O seu poder de destruição vai ser imensamente aumentado.

Aliás, essa é uma das leis de guerra mais bem estabelecidas. Se as possibilidades de construção do homem aumentaram consideràvelmente, as possibilidades de destruição o fizeram em uma proporção infinitamente mais forte. Outrora, era demorado e difícil construir pirâmides. Mas, se se tivesse desejado demoli-las, isso teria sido quase tão difícil e tão demorado.

Mesma observação (em menor grau) para o Coliseu e a Ponte du Guard. Mais perto de nós, a destruição de um castelo da Idade-Média era ainda uma tarefa difícil, mesmo com canhões. Com o advento dos explosivos modernos, as coisas se modificaram de forma singular, mas que medida comum existe entre a plasticidade dos elementos maquis da Resistência e as 1.000 toneladas de trotil que o soldado de amanhã vai poder levar ao pé de uma obra d'arte? Isto não tende a provar que a guerra da retaguarda terá tanta importância como a da superfície e a aérea? De tôdas as formas, isto põe em evidência, por contragolpe, a importância capital do fator humano e do moral, mesmo na época nuclear. Porque êste engenho atômico de 1 Kiloton terá de ser colocado, custe o que custar, no lugar oportuno.

A própria Fôrça Aérea terá de se adaptar também ao "new look". Tendo desaparecido a batalha na frente, entre corpos aeroterrestres, êle deverá suprimir suas fôrças aéreas técnicas. Êle disporá, pois, para a batalha atômica, de:

a) uma fôrça de represália;

b) uma fôrça de defesa aérea.

Essas duas fôrças serão constituídas do porta-explosivos atômicos mais moderno e mais seguro. Por conseqüência, não é necessário que os aviadores se agarrem mais que os outros a seus velhos brinquedos. Dentro de muito pouco os aviões estarão superados. Cumpre apostar no projetil nos dois domínios. Apostar no projetil quer dizer dedicar a maior parte dos créditos, dos estudos e das experiências aos mesmos e a todo o seu sistema de orientação e navegação. Apostar no projetil não quer dizer que de hoje para amanhã os aviões de bombardeio ou de caça sem visibilidade, do tipo Vautour, vão desaparecer.

É necessário que os aviadores se desabituem dos aviões convencionais; e os infantes deverão desabituar-se da guerra clássica entre corpos terrestres e, por outro lado, habituarem-se a pensar em uma guerra subterrânea na frente e uma guerra de guerrilheiros na retaguarda. Certamente, e nós o sabemos bem, "a luta ao longo da trajetória", que sem dúvida será decisiva, travar-se-á em 3 tempos: avião contra avião, projetil contra avião e, finalmente, projetil contra projetil. É nesta terceira fase, sem dúvida alguma a mais difícil, que se deve pensar imediatamente e, sendo a tarefa que é, cumpre que nos apeguemos a ela sem rebuços. Sabemos também que uma escada deve ter degraus, e que, se desejarmos transpor um número demasiado dêles, nos arriscaremos a uma queda grave e a ficarmos desprovidos de recursos no momento decisivo. Do mesmo modo, sublinhemos dois argumentos: primeiramente, que os estudos como aquêles de que falamos são demorados, difíceis e dispendiosos; em segundo lugar, que fazemos parte de uma aliança em que temos de colocar antes de tudo, à falta de potência industrial e demografia, uma das últimas coisas que nos restam: nossos cérebros, que valem tanto quanto os que mais valem neste planêta.

Eis porque estamos absolutamente de acôrdo com o Sr. Glaser quando escreve: "É-nos indispensável renovar constantemente e progredir sem a menor solução de continuidade. Acredito que o esfôrço despendido para os estudos e os protótipos não seja insuficiente, atualmente. Em vista do fato de que nenhuma emprêsa pode, sòmente com seus recursos, apontar aparelhos novos, devido às despesas e aos riscos de tais operações, só o Estado pode financiar êsse esfôrço. Ora, as verbas de estudos do Ministério do Ar não parecem crescer na proporção dos problemas cada vez mais complexos que deverão ser tratados. Tomemos cuidado: essa insuficiência por um lado, e, por outro, a falta de técnicos e especialistas são de molde a provocar conseqüências graves. Para colhêr é necessário semear.

Ora, êsses créditos para estudo não podemos nós obtê-los suprimindo, de um só golpe, planos inteiros, já superados, de nosso sistema atual? Suprimindo os aparelhos táticos, aéreos, destinados a apoiar uma batalha terrestre que não será travada, e eis com que estabelecer uma rêde de radar sempre necessária, criar uma fôrça de defesa e uma de contra-ataque. Há, aliás, outras economias a fazer — sob a condição, bem entendido, de que a questão das guerras periféricas não venha a manter em nosso flanco uma ferida aberta que acabará por nos tornar exangüe.

É inútil insistir aqui na necessidade que a França tem de possuir o explosivo atômico: tôda a nossa argumentação é baseada nisso. O capitão-de-mar-e-guerra Ballande, de regresso de Bikini, dizia já, após as primeiras experiências do "pós-guerra": "As nações que não possuírem o explosivo nuclear riscar-se-ão por si mesmas da lista das grandes potências"; vemos hoje os inglêses, que compreenderam o "new look" antes de nós, preparando-se para diminuir suas fôrças aeroterrestres na Alemanha, e evitando fazer economias nas pesquisas nucleares e em sua fôrça de defesa.

A fôrça de contra-ataque e a fôrça de defesa serão sempre, diga-se o que se disser, indispensáveis, porque representam a tradução das duas faces do Janus guerreiro: a ofensiva e a defensiva. Ocorre dizer que somos defensores resolutos das bases inteiramente subterrâneas, fazendo votos por que a possibilidade de decolar e aterrar verticalmente venha logo suprimir a pista, único elemento "à superfície" que seríamos forçados a deixar subsistir hoje. As bases subterrâneas são, evidentemente, mais onerosas — e ainda o aumento do seu preço é muito menor do que geralmente se supõe. Mais vale construir duas bases subterrâneas que terão probabilidade de subsistir aos bombardeios atômicos, do que quatro bases à superfície, condenadas de antemão, com ou sem dispersão. O drama no pensamento militar é que êle pára, muito freqüentemente, a meio caminho. Em cinco anos, construímos mais de 100 campos "OTAN" concentrados à maravilha, e de tal forma que se poderia pensar que os nossos arquitetos vinham do lado do adversário. Ao cabo de cinco anos, lembramo-nos de um perigo já assinalado desde Hiroshima por numerosos pensadores e, para atender a isso, torna-se regulamentar a dispersão, no momento preciso em que a banalização da bomba termonuclear e sobretudo o conhecimento dos perigos do "fall out" (queda dos materiais radioativos após a explosão de uma bomba nuclear) tornam essa solução absolutamente inoperante. Portanto, as usinas das V2 alemães, os hangares suecos e trabalhos suíços, bem conhecidos, mostram à evidência onde está a única solução válida na era do envenenamento da superfície.

Aliás, as bases subterrâneas transformar-se-ão automàticamente em bases de projetis tôda vez que a precisão do tiro tornar inaceitáveis as móveis, isto é, no caso dos projetis de grande raio de ação e, também, nos de defesa a curta distância, destinados a substituir os nossos caças atuais.

Por conseguinte, temos de planificar uma mudança completa dos meios de transporte, tanto em nosso material aéreo, quanto na nossa infra-estrutura. Estamos certos de que muitos dos bons elementos capazes já puseram mãos à obra. Tomemos cuidado sòmente para que não receiem ser tachados de futuristas. O futurismo de hoje, é, ràpidamente às vêzes, o conservantismo de amanhã. Não se diz que o próprio General Le May faz ressaltar os defeitos dos projetis dirigidos e se agarra a um SAC (Strategic Air Command) que começa a sentir o bolor?

A tarefa da aviação não terminou com o combate "para a frente". E nós vamo-nos encontrar aqui diante de uma dificuldade que seria deplorável se não pudesse ser superada dentro de pouco; é a da polivalência da aviação. Atualmente, com efeito, somos obrigados a manter dois sistemas quase inteiramente diferentes: um para o apoio do corpo de batalha terrestre atualmente estacionado na Alemanha, e o outro para a guerra periférica em que nos achamos empenhados na África do Norte. Se, a rigor, um caça a jato pode ser utilizado (em condições bem pouco satisfatórias, aliás) na Argélia, um T-6 ou um Bearcat não podem, evidentemente, ser empregados numa frente européia.

Observemos que as coisas se apresentam para a aviação como para o Exército de terra. Necessitaremos essencialmente de um exército "técnico" na frente, e de um exército "rústico" na retaguarda de nossas linhas. A aviação que preparamos, finalmente, para a África do Norte — e que teríamos podido possuir há muito tempo sem os erros deploráveis de direção de pensamento — poderá evidentemente servir para o exército da retaguarda. A aviação da frente será ràpidamente uma aviação à base de projetis dirigidos. É sòmente durante o período de transição que teremos a pagar duas espécies de aviões diferentes, mas ambas são necessárias.

A aviação da retaguarda será uma aviação leve cujas características capitais serão primeiramente a permanência e, em seguida, a possibilidade de utilizar qualquer pista sumária, enfim atirar contra todo o inimigo que seja detectado. Um Potez 25 T.O.E. ligeiramente melhorado desempenharia perfeitamente essa missão, e eu sustento isso, muito embora sinta o sorriso nos lábios de certos leitores, divertindo-se em ver tal afirmação sair da pena de um futurista revolucionário. Notemos que a miniaturização de explosivo nuclear vai transformar as possibilidades do avião ligeiro como a do guerrilheiro. Mas será necessário ver que êle não seja a primeira vítima de sua bomba.

Tenho pôsto em dúvida e duvido ainda da utilidade do reconhecimento, na primeira fase de uma guerra do futuro. Se não sabemos onde estão os objetivos, não será, certamente, o momento de ir procurá-los. E ainda será necessário conhecer os resultados obtidos. Os aparelhos de bombardeio desempenharão muito bem essa tarefa. Na era dos "robots", será necessário, sem dúvida, haver "robots" de reconhecimento. Ir e vir, porque os "robots" de bombardeio não voltam mais.

Quanto à aviação de transporte, o seu papel na batalha da frente, desde a primeira fase do conflito, será nulo. Bater-nos-emos com os

homens e os estoques de que dispusermos, mas, num país devastado, ela poderá, partindo das zonas onde ainda existem campos de pouso, vir lançar pára-quedas aos sobreviventes da superfície, aquilo de que necessitam para não morrer, se fôr possível. Ela desempenhará igualmente um papel decisivo na batalha de solapamento (ou apodrecimento) da retaguarda, lançando de pára-quedas reforços, armas e munições sôbre os núcleos centrais no seio do território inimigo. Na defensiva, ela poderá executar em nosso benefício transportes de tropas de uma zona para outra. Contudo, é indispensável conservá-la e desenvolvê-la, ainda que não fôsse pelo papel capital que ela desempenha atualmente na guerra periférica.

A Marinha também deve deduzir as conseqüências da entrada da arma atômica em ação, em grande escala. Essas conseqüências são drásticas, pois condenam quase por completo todos os navios de superfície e fazem do submarino armado atômicamente o navio capital das esquadras do futuro.

Com efeito, a idéia ilusória de adaptar ao perigo novo as armas antigas e as antigas organizações, é aqui, como ali, condenada. Ùnicamente pelo deslocamento de ar (sôpro), a bomba termonuclear atingiria entre os navios distâncias de dispersão tais, que realmente não se poderia mais falar em fôrça organizada. Mas o efeito térmico, por si só, permitirá reduzir os navios mais rebeldes a uma fogueira, sem contar a possibilidade de envenenar as águas das enseadas e portos e interditar às marinhas tôda escala e todo reabastecimento.

Certamente que se pode presumir que o emprêgo da energia atômica poderá permitir aos navios abastecerem-se nas bases durante um espaço de tempo bastante longo, pelo menos da ordem do da primeira fase decisiva de uma futura guerra. Mas, acossados pelos aviões munidos de projetil ar-terra, expostos aos ataques de longe dos projetos de grande alcance disparados do solo, ou aos de um submarino de raio de ação tão grande como o seu e a uma velocidade da mesma natureza, perguntamos a nós mesmos que poderiam fazer os navios de superfície senão vaguear como os cruzadores alemães de 1914, antes de se submeterem ao holocausto final.

Sim, todos os navios de superfície estão condenados, e o porta-aviões é o primeiro. Porque os aviões que êle transporta jamais impedirão os ataques por projetis terra-terra ou ar-terra a partir do momento em que êsses ataques nucleares puderem ser desfechados de algumas centenas de quilômetros de distância, fora do raio de ação tático dos aviões de proteção. Detectados pelos Super-Constellation do tipo "Pregnant Goose" (Gansa Prenhe), êles próprios serão atacados antes que tenham podido atingir o ponto favorável ao lançamento de seus engenhos de ataque. Talvez possamos imaginar que serão capazes de lançar com êxito uma primeira vaga. Se podemos calcular que um radar que tiver dado o primeiro sinal de alerta pagou também seu preço, é difícil de sustentar a mesma coisa quando se trata de um navio capital do tipo

"Forrestal". Assim, a carência total de portos e de amplas enseadas, a baixa velocidade dos navios em relação à de seus inimigos aéreos, o alcance futuro dos projetis alerta pagou também seu preço, é explosivo, que permite desprezar a precisão, condenam as marinhas ao ocultamento debaixo dágua, tal como a terra é a única protetora do combatente do futuro.

Aqui, o submarino será o rei. É êle que irá colocar-se em posição à entrada do Gôlfo Pérsico, do Mar Branco ou — "mutatis mutandis" — da Mancha ou do Rio Hudson, que emergirá ràpidamente, lançará seu projetil termonuclear e desaparecerá para ir recomeçar em qualquer outro lugar. Seu raio de ação quase ilimitado lhe permitirá realizar campanhas proveitosas. E graças a êle, como o dissemos antes, o papel da Marinha será, nas guerras futuras, mais importante do que jamais o foi. Porque, pela primeira vez desde o início da história do mundo, o navio poderá agir profundamente no interior dos territórios, fora da estreita zona litorânea. Tenhamos o cuidado, sòmente, de não recomeçar com o submarino os erros do gigantismo. Porque, navio capital de amanhã, não duvidemos de que ainda o veremos aumentar de tamanho e tornar-se um dia monstruoso e morrer.

Que acontecerá, na era nuclear, ao transporte marítimo, que tem desempenhado papel tão importante nas guerras do passado? Se a guerra fôr curta, o que é provável, porque será a primeira de uma grande família, (1) ela se travará com aquilo de que se dispuser "in loco", e o transporte não terá que entrar em jôgo.

Será necessário, pois, dispersar ao máximo os navios mercantes, nos países neutros, se os houver, nas enseadas mais secretas e mais acolhedoras. Mas se a guerra se prolongasse, não há dúvida de que se teria de renunciar aos transportes de superfície e recorrer aí, também, aos dois outros domínios: o do ar e o das profundezas do mar. Daí a construção provável de frotas de aviões de transporte e submarinos que a propulsão atômica, que virá amanhã, vai tornar senão fácil, pelo menos realizável para as grandes potências.

Uma última questão pode-se apresentar aqui ou em qualquer outro lugar: a da polivalência. Para as guerras periféricas, a marinha do "new look" que acabamos de evocar seria utilizável, apropriada e suscetível de dar resultados compensadores? Como no caso da aviação, é necessário ter a coragem de reconhecer que não. Será que a marinha clássica vai encontrar nessas espécies de emprêgo uma utilidade que lhe permita conservar sua estrutura atual? Não, sem dúvida, porque cumpre reconhecê-lo, o papel da marinha, fora do transporte, é sobretudo simbólico e destinado a provar que êsse velho corpo é sempre

(1) Depois das guerras com lança, arco e flecha, pólvora e petróleo, eis que chegam por fim as guerras nucleares. Ora, parece que as primeiras de uma nova família de guerras são geralmente as mais curtas, porque a gente ainda não sabe comportar-se bem diante delas e, muitas vêzes, um adversário consegue pôr o outro a K. O. no primeiro "round".

igualmente corajoso, igualmente disciplinado e igualmente eficaz, sejam quais forem as condições de combate em que seja colocado. E aqui temos a satisfação de proclamar bem alto que, essa prova, a marinha, a faz por tôda a parte onde é empregado. Constitui isso uma razão para não se proceder a uma revisão dos programas navais, para não se suprimirem os porta-aviões condenados de antemão, sobretudo num mar interior como o Mediterrâneo, os cruzadores e até os comboios, acêrca dos quais, como já se disse, que a cabeça chegaria a Alger quando a cauda mal estava saindo de Toulon? Nós não o cremos. A Marinha deve, como as outras fôrças armadas, fazer o seu exame de consciência.

Assim, uma revista rápida das três armas mostra-nos um certo número de constantes, das quais ainda será necessário ter na mais alta conta que a primeira e mais importante é a falta de conformidade considerável da superfície (da terra ou da água) na época da arma termonuclear. Depois de se haverem batido à superfície durante séculos, os homens têm feito fracas tentativas para se baterem por cima e por baixo. E, agora, êles vão ser obrigados a isso. O processo por "afundamento" nos ares, na terra ou nas profundezas do mar, aparece como o único válido.

O segundo é a certeza de destruições espantosas — tanto de bens materiais quanto de vidas humanas — que conduziriam muito provàvelmente a um enfraquecimento rápido da vontade do combatente, o menos bem armado moralmente. Em conseqüência: guerra curta, que se fará com o que se tiver à mão, literalmente, um quarto de hora mais que o outro, guerra enfim em que a proteção civil adquire uma importância jamais imaginada até aqui.

Pode-se extrair destas considerações um certo número de conclusões sôbre o plano da preparação para a guerra: não se deve ter mêdo de ir até o fundo dessas idéias. A primeira é relativa à forma que deve assumir o nosso aparelho militar. Se raciocinarmos bem, acreditamos que êle deve compor-se de duas partes essenciais: um pequeno corpo de técnicos especialistas, encarregado de fazer a guerra técnica, e um grande corpo de guerrilha que terá mais necessidade de um moral de ferro do que de uma grande especialização. Deduz-se daí que necessitamos de um pequeno exército de profissionais ao qual será necessário dar o relêvo necessário para que não emigre para o meio civil (como se verifica atualmente nos Estados Unidos e Canadá) e um exército nacional que, não tendo necessidade de uma grande especialização, poderá efetuar um serviço militar mais curto. Entrevê-se aqui, com a supressão de todos os materiais tornados obsoletos, uma nova fonte de economia. A probabilidade de uma guerra curta, que se fará com o que se tiver à mão, conduzirá também à revisão de nossas idéias sôbre a mobilização. De que serve mobilizar divisões que não poderão estar nos devidos lugares senão no dia D+30, no momento em que tudo estará terminado? É o exército profissional que manterá a superfície, com meios técnicos altamente especializados. É êle que desempenhará o papel de

Leônidas nas Termópilas. Na retaguarda, a mobilização dos grupos de comandos para a guerra de contraguerrilha será regional e instantânea. Nosso rumo de pensamento deve ser aproximar-nos do sistema suíço tanto quanto o permitir o valor patriótico de nossa população. É certo que há regiões inteiras na França onde o sistema de unidade suíça poderia ser pôsto em vigor, até mesmo na distribuição de armas aos cidadãos soldados.

Finalmente, a guerra que imaginamos deve permitir uma diminuição considerável dos serviços que se hipertrofiam de forma tão considerável, que muitas vêzes tiraram ao próprio exército todo o seu sentido e sua vitalidade. Poderei recordar aqui que uma divisão de infantaria norte-americana moderna comporta mais elementos do Serviço de Saúde do que fuzileiros? O corpo de batalha que defende a superfície deve ser capaz de se manter sem reabastecimento. Tudo, ou quase tudo, deve estar pré-estocado nas praças de armas atômicas.

Quanto aos comandos de contra-guerrilhas, deverão poder adaptar-se a uma logística simples, imitada da que pudemos estudar na China, mais tarde na Indochina, e agora na África do Norte entre nossos adversários.

Antes de terminar, é necessário dizer uma palavra acêrca das grandes questões de organização geral das fôrças armadas e do comando. A "fusão" está sendo discutida mais uma vez na América, e muitos calculam que a uma revolução no armamento deve corresponder uma revolução na organização. A supressão dos corpos de batalha aeroterrestres clássicos, o aparecimento dos projetis dirigidos nos três domínios clássicos devem impedir a unificação de tudo o que houver de técnico, enquanto que tudo o que restar de mais "humano" na retaguarda deve poder ser igualmente unificado. Êste conceito simples resolve a questão dos projetis dirigidos que devem pertencer, incontestàvelmente, ao que substituirá a aviação de hoje. E além do mais, a diversificação da arma nova será tal, que a classificação atual em projetis táticos ou estratégicos arriscar-se a ser bizantina e inaplicável. Sejamos simples — por vêzes, é necessário. Certamente que, durante muito tempo, seremos obrigados a conservar a divisão clássica dos três domínios — Ar, Terra e Mar. Mas será capital evitar a confusão que leva hoje aviadores a formarem companhias de infantaria e soldados de infantaria a armarem esquadrilhas de aviões. O princípio a adotar, quando uma arma tem necessidade, para cumprir sua missão, de elementos pertencentes à uma outra, é o princípio da colocação à disposição para emprêgo. Acrescentamos que, no escalão superior, o Ministro da Defesa Nacional deve velar por que o Exército, que põe uma parte de suas fôrças à disposição do outro, não vá fazer o impasse a essa missão, à qual consagra o material e o pessoal necessários. Assim, tudo o que vai ao ar, para os aviadores, tudo o que está por cima ou por baixo da terra aos terrestres, e tudo o que fica à superfície ou por baixo da água, aos marinheiros. Esta é uma teoria simplista, certamente, mas estamos certos de

que seja menos eficaz que as combinações complicadas e ilógicas que temos visto desde há anos?

Por cima dos três Comandos, nós permanecemos fiéis mais do que nunca à concepção de um Estado-Maior de Defesa Nacional, cívico-militar, instrumento de trabalho de um Vice-Presidente do Conselho, Ministro da Defesa Nacional. Com efeito, nenhuma tarefa de preparação para a guerra é totalmente militar ou totalmente civil. A separação da função militar pura e da função de coordenação com os Ministérios civis é, a nosso ver, um êrro. É no seio dos próprios gabinetes de um só Grande Estado-Maior que devem ser efetuados os estudos por civis e militares estreitamente combinados, conhecendo-se bem e desejosos de trazer a lume as questões importantes.

Por cima de todos êsses grandes problemas encontra-se o da Aliança Atlântica. Atualmente, muitas vêzes se denunciam as fraquezas.

Um dos princípios de nossa doutrina de guerra é que, na época atômica mais do que nunca, nenhuma nação será capaz de se defender sòzinha — mesmo as maiores e as mais fortes. A união, mais do que nunca, faz a fôrça. Devemos, pois, conduzir-nos de tal sorte que os laços da Aliança não se desfaçam, antes, pelo contrário, se tornem cada dia mais apertados. Devemos, ao mesmo tempo, procurar dar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que é nossa principal garantia de paz e de sobrevivência, mais eficácia e mais dinamismo. Mas afasto-me do terreno militar, que não desejo deixar.

Finalmente, após esta longa análise do horizonte, gostaria de assinalar, para os leitores de "Forces Aériennes Françaises", algumas reflexões:

— Estamos no limiar de uma revolução na arte da guerra, de uma amplidão jamais conhecida, desde o aparecimento do fogo.

— Tôda revolução na técnica exige uma revolução na organização, na estratégia e na tática.

— As conclusões a que se chega, ao analisar todos os dados de um problema, devem ser seguidas com rigor, por mais revolucionárias que possam parecer. É necessário ir sempre ao fundo de suas idéias. As acomodações são sempre más: é necessário evitá-las corajosamente.

— Pràticamente, as guerras nucleares arriscam-se a tornarem-se insuportáveis para os homens à superfície do solo e das águas: a vida e, portanto, a guerra emigrarão para as profundezas da terra e dos oceanos, permanecendo os céus como o apanágio dos "robots".

— As possibilidades de destruição postas à disposição de um infante tenderão a dar à guerra de guerrilha a amplidão de uma guerra técnica.

— Por tôdas estas razões, é provável que o inimigo se abstenha de desencadear uma guerra atômica, preferindo cercar-nos pouco a pouco,

vencendo, na periferia, guerras de guerrilha não atômicas, como já começou a fazer na Ásia Sudeste, e como tenta fazer na África do Norte.

— Na imensa mudança de rumo que tem a efetuar, a aviação, se deseja subsistir, deve ganhar a corrida em que se acha empenhada com os projetis. Tôda nossa atividade científica e industrial deve tender a êsse resultado. Um país sem moral não pode ganhar uma guerra, ainda que disponha de um armamento atômico excelente. Um país decidido a defender-se até o fim será muito fàcilmente vencido, mesmo pela bomba. É necessário, pois, para que nosso país permaneça uma grande nação, que encontre novamente o moral dos "poilus" de 1914, que construa ràpidamente um armamento nuclear e que, por fim, não perca as guerras periféricas em que se acha empenhado.

Podemos atingir êsses três objetivos se realmente o desejarmos, isto é, se tivermos uma doutrina centralizada no patriotismo e na vontade de sobreviver.

NECESSIDADE DUMA DOUTRINA

"Para arrostar com a guerra, não é suficiente possuir seus "eternos princípios", nem ter feito planos para as primeiras horas, os primeiros dias ou as primeiras semanas. É preciso uma Doutrina. De que forma, sem Doutrina, poder-se-ia eficazmente adaptar princípios e ensinamentos à realidade, tal como ela se apresenta? Como, sem Doutrina, obter essa disciplina intelectual, que, só ela, pode assegurar a unidade de ação, desde o comandante-chefe até o mais humilde dos subordinados? Como, sem Doutrina, conduzir a instrução, principalmente a dos quadros e dos homens da reserva, que não podem consagrar tôda sua atividade e tôda sua meditação ao estudo dos problemas militares de seus respectivos escalões? É preciso uma Doutrina tão objetiva quanto possível, apesar de tôdas incertezas presentes".

Cel Nemo, do Ex Francês

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA :

1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.

2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Gal Tasso Fragoso.

3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.

4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragoso.

5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.

6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.

7 — DO RECÔNCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.

8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.

9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.

10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.

11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragoso.

12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionísio Cerqueira.

13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.

14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.

15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benício da Silva.

16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.

17 — CAXIAS E NOSSA DOUTRINA MILITAR — Maj Amerino Raposo Filho.

II — ORGANIZAÇÃO

1. A REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Major AMERINO RAPOSO FILHO

1 — Ainda não é desta feita, que pretendemos discorrer especìficamente sôbre tema tão significativo para nossas Fôrças Terrestres, embora, desde há um ano, tenham as colunas de nossa Seção se constituído em ponto de convergência de inúmeras advertências relativamente a vários aspectos doutrinários da organização de nossas fôrças. Bastaria, aliás, citar entre outros, os seguintes trabalhos, todos fartos de ensinamentos e conceitos dignos de profunda meditação, pelas idéias que encerram:

— A Guerra Moderna e a organização Militar Brasileira, do Cel A.L. Arêas;

— Princípios Gerais de Organização do Cel A.L. Arêas;

— Qual o Caminho a Seguir? do Ten-Cel H.O. Wiederspahn;

— A Cavalaria Soviética, do Ten-Cel Obino Alvares;

— O "Exército Profissional de Charles De Gaulle, do Ten-Cel H.O. Wiederspahn;

— A "Reichswehr" de Von Seeckt, do Ten-Cel H.O. Wiederspahn;

Por sinal, na apresentação que vimos fazendo de todos êsses excelentes estudos, tecemos breves comentários com vistas, sobretudo, ao Problema Militar Brasileiro, no que interfere com a estruturação de nossa Instituição.

2 — Entendemos, porém, já ser oportuno formular um apêlo a todos os camaradas, das Escolas, dos Estados-Maiores e da Tropa, no sentido de que colaborem conosco, nessa verdadeira cruzada de recuperação institucional, digamos assim, comentando e sugerindo medidas, providências; escrevendo artigos para nossa Seção. Enfim, envidando todos os esforços, para que nosso Exército reencontre seu destino profissional consoante as necessidades da Guerra Moderna e dentro da Realidade Militar Brasileira. Um Exército verdadeiramente atualizado, profissional, reduzido e pobre que seja, mas apto a cumprir as Missões que lhe impõe a Carta Magna e, ademais, em condições de participar de compromissos no campo Mundial.

3 — Dizíamos nós, em números anteriores, quando focalizamos aspectos relativos às reestruturações de nossas Fôrças Terrestres em Bases mo-

dernas flexíveis, em coformidade com as recentes possibilidades da Ciência e da Técnica e da Indústria no Brasil, mas, sobretudo, tendo em vista, as peculiaridades do nosso Homem e das Áreas Geoestratégicas de atuação provável, dentro e fora do território nacional; dizíamos nós:

a. Como atenderemos às missões constitucionais, de manutenção da ordem interna e defesa do país contra qualquer agressão externa, ampliado o conceito pelos compromissos (regionais) e no quadro do mundo ocidental?

b. Para que estruturas organizacionais evoluir, nos sul-americanos? Diretamente para o que entendem as potências mais industrializadas, ou, ao contrário, para uma solução doméstica, regional, que ràpidamente possa evoluir para outras bases mais poderosas?

c. Se, dadas as condições particulares de nossos teatros de Operações (imensidade territorial, grandes áreas ilhadas, adversidade e diversidade de clima em cada uma das áreas geoestratégicas e entre elas e singularidade das linhas de transporte), não apelamos para a massa, a potência, os grandes efetivos; GU e Unidades volumosas e ricamente dotadas em meios poderosos; como devemos entender e equacionar o problema das GU e Unidades de "pé de paz" e "de pé de guerra"?

d. As DI, por exemplo, deverão ser daquele tipo FEB (norte-americana), pesada, de 15 a 18.000 homens (tipo I), de fatia divisionária de 68.000 homens e exigindo 600 toneladas diárias de suprimentos, custando 300 milhões de dólares por ano? Ou a DI leve dos russos (também da 2a GM), de 11.000 homens, de fatia divisionária de 23.000 homens; e exigindo um consumo de 150 toneladas diárias e seu custo, oscilando pelos 60 milhões de dólares por ano? Ou, a alemã, ainda mais reduzida, manobreira e econômica? Ou, mesmo, como se apresenta a DI Pentômica norte-americana atual (13 000 homens)? Ou a solução será buscada nos tipos mais leves propostos pelos franceses, alemães ou suíços? Onde, em alguns casos se busca uma DI ideal, de 6.000 homens, inspiração numérica daquele efetivo das melhores estruturas de todos os tempos, a legião romana (6.000) e a Divisão napoleônica (6.000)?

e. Não tem sido à base de estruturas leves, de efetivos extremamente reduzidos (2.500 a 3.500 homens) que têm operado nossas Divisões de Infantaria nas campanhas em que tomamos parte em TO sul-americano?

f. Não visa "Doutrina Militar Brasileira" a se constituir em tribuna para debate dos diferentes aspectos que interferem com a concepção da Guerra, de modo geral, mas, sobretudo, à indagação, à pesquisa, e confessêmo-lo — ao estabelecimento das bases filosófico-militares para a estruturação doutrinária de uma maneira de ser, de pensar, mas principalmente de agir, em conformidade com as verdadeiras Finalidades Constitucionais de nossas Fôrças Terrestres?

g. Para isso, há que cerrar o pensamento, conduzi-lo ao instrumento de emprêgo, aos meios, e de nenhum valimento será qualquer trabalho

nesse sentido, se o complexo edifício da "arte essencialmente prática e de pura execução", não conhecer organizações estruturais essencialmente objetivas e condizentes com as missões precípuas que se impuserem às Fôrças Terrestres.

h. Já podemos, portanto, enfrentar, mais de perto o problema das estruturas organizacionais que melhor convém às Fôrças Terrestres do Brasil, e isso porque destacadas foram:

— as Formas da Guerra Moderna, suas características e peculiaridades;

— as aquisições no campo técnico-científico-industrial;

— as tendências doutrinárias do pensamento militar atual;

— a valorização, como nunca, do Homem Brasileiro e compreensão de suas reações emocionais, sobretudo para enfrentar a guerra Revolucionária.

5. Já podemos, pois, meditar mais objetivamente sôbre alguns aspectos organizacionais das estruturas que vão aplicar a Doutrina Militar Brasileira. Que se ampliem os estudos, os debates e, sobretudo, que se divulguem essas idéias nas colunas de "Doutrina Militar Brasileira", para que se constituem em subsídios, em cooperação espontânea aos Chefes e ao Estado-Maior, no sentido de com êles cerrar fileira na reformulação do Problema Militar Brasileiro e conseqüente reestruturação de nossas Fôrças Terrestres, para o pleno atendimento às necessidades da Guerra Moderna (Regular e Revolucionária), para que, finalmente, nossa Ordem de Batalha atenda, em verdade àquelas três Missões que se impõem às Fôrças Terrestres e portanto:

— que exista, em cada área geoestratégica-militar um conjunto de fôrças, recrutadas, organizadas, equipadas e adestradas para aí operar, em conformidade com as diferentes características do espaço operacional e aproveitando, ao máximo, as peculiaridades do Homem dessas regiões;

— que o núcleo de fôrças aí colocado, esteja em condições de realizar operações regulares e irregulares;

— que se disponha, além disso, de um núcleo central de fôrças, constituídas por Unidades profissionais (quadros e tropas, estas com tempo de serviço militar nunca inferior a 3 anos), altamente especializadas, de grande mobilidade, sobretudo estratégica, para acorrer a qualquer das áreas em crise e aí atuar, em curto prazo, como Fôrça Decisiva, em Ações Regulares ou Irregulares.

— finalmente, que se venha, oportunamente a constituir um outro núcleo mas aí para as necessidades "de exportação" em face de compromissos assumidos no campo internacional e consoante, naturalmente, não tanto à Doutrina essencialmente nacional, mas possìvelmente, da procurada pela OTAN...

2. A "REICHSWEHR" DE VON SEECKT

Ten-Cel HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN

(Continuação do número anterior)

Os que, depois de 1945,...

Os que, depois de 1945, criticariam von Seeckt e sua obra, por haver organizado a "Reichswehr" sôbre bases apolíticas, como é lógico e mesmo normal em todos os exércitos nacionais permanentes, tanto monárquicos como republicanos, falseiam a verdade por omissão, voluntária ou não, da influência e dos méritos do então presidente Friedrich Erbert e das circunstâncias do momento. Foi o próprio Ebert, presidente civil e não "militarista", político social-democrata e não "reacionário", de origem humilde, antigo seleiro, e não da burguesia enriquecida ou da pequena nobreza rural prussiana, chefe sindical e promotor de uma greve geral do operariado da indústria bélica durante a guerra e não dos círculos de novos ricos e "profiteurs" econômicos da época, quem deu a von Seeckt plena autoridade e um máximo de confiança e prestígio quanto à seleção e ao preparo dos quadros da nova "Reichswehr", inclusive em seus esforços apolíticos, como o único meio para obter da mesma um apoio nacional acima dos partidos e da politicagem reinante.

Tôda a gestão de von Seeckt, como comandante por delegação presidencial ou "chefe da direção do exército" (Chef der Heeresleitung), coincidiria com os dois períodos presidenciais exercidos efetivamente por Ebert. Sòmente após a morte dêste, em 1925, e a eleição de von Hindenburg como seu sucessor, é que von Seeckt deixaria o cargo em 1926. E, como em sã conciência, ninguém ousaria taxar Ebert e seu govêrno de antidemocrático, nem mesmo o seu ministro da Defesa Nacional Gessler, sucessor de Noske em 1920, devemos concluir que a "Reichswehr" apolítica de von Seeckt foi obra exclusiva da república social-democrata alemã de então!

Liddel Hart, um dos que repetem em seus livros as mesmas acusações a von Seeckt quanto aos esforços dêste em manter a "Reichswehr" como um "rocher de bronce" (rochedo de bronze) dentro do ambiente caótico reinante então na Alemanha daquele pós-guerra, cujos governos parlamentaristas sòmente se constituíam à base de coalisões partidárias de existência precária, geralmente entre social-democratas e elementos do centro cristão e católico, a ponto de assinalarem 8 chefes governamentais (chanceleres do Estado ou do Reich) entre 1919 e 1925, nos períodos presidenciais de Ebert, e outros 7 daí até a nomeação de Hitler para o cargo, em 1933, talvez, como "bom inglês" se acostumara ao regimem pátrio tradicional bi-partidário (na Alemanha existiam para

mais de 16 partidos concorrendo às eleições gerais), esquecendo a posição do exército real britânico inteiramente apolítico e profissional também. Fora disto exaltaria von Seeckt por haver desenvolvido e imposto um conjunto de idéias novas que insuflaria uma vida nova e progressista ao seu exército, conduzindo-o de modo tal que o recuperaria inteiramente, mais do ponto de vista qualificativo que quantitativo.

Aproveitando bem das chicanas constantes dos membros da comissão de contrôle inter-aliada, cujas intervenções se orientavam mais para as aparências antiquadas que para a essência das idéias novas, soube aproveitar ao máximo os melhores elementos do antigo exército, mesmo aquêles não chamados para o serviço ativo, facilitando-lhes missões e experiências técnicas no estrangeiro, com contratos pessoais no Japão, na China, na Rússia soviética, nos Estados do Báltico e mesmo em nossas repúblicas sul-americanas. Os aviadores foram aproveitados em serviços civis nas mais variadas emprêsas de aviação. Outros ainda preencheriam cargos civis, como funcionários nos departamentos militares, e assim cooperavam com os colegas uniformizados.

Foi von Seeckt que deu à "Reichswehr" suas características fundamentais de extrema mobilidade, considerando que um exército assim organizado e capaz de agir ràpidamente, dotado de efetivos pequenos mas tènicamente bem instruída e treinada para tal fim, poderá perfeitamente envolver e destruir efetivos bem maiores que continuem obedecendo aos sistemas usuais em voga no teste no final da guerra anterior e que, assim, se apresentem mais morosos e menos maneáveis. É o que se depreende dos textos baixados então para orientar a instrução e o preparo técnico da "Reichswehr" de 100.000 homens, apesar das limitações materiais impostas pelas cláusulas do tratado de Versailles, pois, naqueles surge sempre o preceito da surprêsa como fundamental em todos os atos de guerra futuros. Sem o fator surprêsa a "Reichswehr" dificilmente teria capacidade para levar a bom têrmo qualquer missão operativa, no que precisaria também adotar um máximo de mobilidade e de maneabilidade quanto ao emprêgo das reservas, tanto táticas como estratégicas, mesmo que para uma completa exploração do êxito fôsse necessário deslocar ràpidamente o centro do esfôrço principal (Schwerpunkt) anteriormente planejado.

Mas, para conseguir êstes objetivos de um máximo de maneabilidade operativa, tratou-se de dotar as unidades da "Reichswehr", embora de acôrdo com as restrições impostas pelos vencedores de 1918, de numerosos meios de transmissões e comunicações, tècnicamente os mais modernos e perfeitos, cada vez mais aperfeiçoados. Comparando êstes meios e seus serviços técnicos aos orgânicos ainda nos grandes e perfeitamente armados dos exércitos vizinhos, na França, na Bélgica, na Polônia e na Tcheco-Eslováquia e mesmo na Iugoslavia, chegariam a parecer algo exagerados. Ao mesmo tempo passou-se a exigir dos comandos de todos os postos hierárquicos, do general ao capitão, que acompanhassem sempre as operações guerreiras muito mais de perto que o normal ante-

riormente, o mais próximo ao combate, afim de sentirem melhor e mais ràpidamente as variações normais surgidas durante a ação, para lhes facilitar intervenções pessoais imediatas em proveito da continuidade operativa visada!

Procurando, assim, obter um máximo das 7 divisões de infantaria e 3 de cavalaria (21 regimentos de infantaria e 18 de cavalaria, além das respectivas unidades orgânicas de artilharia de campanha leve, bem como desta proporção estranha imposta pelos vencedores de 1918, von Seeckt declararia que, obrigatòriamente, teria que construir sôbre êstes meios limitados, mas que suas diretrizes e regulamentos procuravam "corresponder aos de uma potência militar moderna e não apenas ao do exército alemão de 100.000 homens como fôra organizado de acôrdo com as determinações do tratado de paz". (6) Seus sucessores no alto pôsto de "chefe da direção do exército" depois de 1926 todos nomeados pessoalmente pelo novo presidente von Hindenburg tanto o general Willelm Heye, entre 1926 e 1930, general barão Kurt von Hammerstein Equord, entre 1930 e 1934, e mesmo o general barão Werner von Fritsch, entre 1934 e 1938, continuariam no mesmo sentido, principalmente este último após o restabelecimento do serviço militar obrigatório na Alemanha de Hitler, e com a reorganização da "Reichswehr" fora das anteriores delimitações, auxiliado pelo novo ministro da Guerra general Werner von Blomberg, simultâneamente comandante supremo das fôrças armadas, e acessorado pelo meticuloso e culto general Ludwig Beck como novo chefe do Estado-Maior do Exército.

De acôrdo com suas idéias pessoais sôbre o exército do futuro, embora procurando manter-se estritamente dentro das delimitações do tratado de Versailles, afim de evitar novas intervenções da comissão inter-aliada de contrôle, von Seeckt abriria caminho para a reorganização do futuro exército sob bases novas. Seu livro "PENSAMENTOS DE UM SOLDADO" continua, a nosso ver, tão importante como o de 1934 divulgado por De Gaulle como "VERS L'ARMÉE DE MÉTIER" e os posteriores da autoria de Liddel Hart, desde que os consideramos do ponto de vista humano e fundamental das idéias perenes sôbre comando e psicologia da conduta da guerra, conservando o que é essencial e adaptando sempre o secundário e o variável, o tático resultante do emprêgo de novos meios técnicos e de novas armas, às circunstâncais impostas pelo progresso e pela evolução material!

Se von Seeckt pouco se refere em seu livro à arma blindada, em sua época ainda não suficientemente desenvolvida, dar-lhe-ia grande e poderoso impulso pela extrema mobilidade com que procurara dar às fôrças armadas de sua Pátria e o carinho com que procurara desenvolver a técnica das transmissões. Preferia um exército profissional, como o de Alexandre Magno em Arbelas, a um exército de massas e milhões, su-

(6) Captain L. H. Liddel Hart, THE OTHER SIDE OF THE HILL. — 3ª edição, de 1951. — Pág. 28.

màriamente instruído e que já naquela campanha do passado clássico fracassara por sua falta de maneabilidade. Um exército de massas fàcilmente escapa ao contrôle do alto comando, seus movimentos são por demais morosos e quando consegue vencer ao inimigo, o consegue exclusivamente por sufocamento e raramente pela manobra. Suas idéias a respeito se assemelham às de De Gaulle e de Liddel Hart, pois um exército de massas sumàriamente instruído sòmente poderá ser mantido ininterruptamente com os meios modernos em países superpovoados como a Rússia soviética, a China continental e quiçá a atual república da Índia!

Com a cavalaria numerosa imposta pelo tratado de Versailles tentou von Seeckt elevar também ao máximo o espírito inato à mesma arma, isto é, sua mobilidade e sua velha influência como fator decisivo na exploração do êxito, tal como se iria exigir depois da arma rápida de blindados. O preparo dos chefes na cavalaria sempre exigiu decisões muito mais rápidas, quase imediatas de suas unidades, que às normais nas demais, que na época ainda se achavam sob a influência da luta de trincheiras no Oeste. Não foi por outra razão que Liddel Hart vira nas campanhas rapidíssimas do terrível e sanguinário Gengis-Kan as bases táticas e estratégicas para o desenvolvimento de suas idéias operacionais dos futuros blindados como arma autônoma, nem que Guderian recorreria a um estudo cuidadoso da perseguição napoleôncia após a batalha de Iena. Uma leitura atenta das considerações de von Seeckt sôbre o que imaginava acêrca do "exército do futuro", de seu comando supremo e do emprêgo da cavalaria altamente desenvolvida e treinada exigirá apenas uma ligeira adaptação quanto à arma rápida blindada para coroar sua obra! Mas em tudo procura chamar a atenção daqueles que fàcilmente se entusiasmam pelos recursos materiais criados pela técnica em prejuízo da essência mesmo do homem, de seu espírito. "O material baseia-se em sua supremacia apenas sôbre a massa viva e mortal, nunca em relação ao espírito humano vivo e imortal!" (7)

Assim, o papel de von Seeckt como criador e instrutor da "Reichswehr" de 100.000 homens, voluntários profissionais altamente selecionados e treinados em seus 12 anos de serviço, seria como aquêle de von Schlieffen antes de 1906 quanto ao preparo e treinamento da oficialidade imperial alemã nos quadros de estado-maior, ambos chamando sempre a atenção pelo que há de perigoso no imobilismo mental da rotina e de idéias preconcebidas fixas. O aforisma com que von Schlieffen reagia à expressão de seus auxiliares e alunos frente a conceitos comprovados retrucando que "nada do comprovado é definitivo, muito menos o que é anacrônico", bem como as novas idéias operativas constantes de seu já citado memorial de 1912 para servir à elaboração de um novo plano de campanha contra a França em face das novas circunstâncias de então e que não aconselhavam mais as bases sôbre as quais se elaborara o famoso e tão discutido de 1905 de sua autoria, preconizando, em sua substitui-

(7) General Hans von Seeckt, GEDANKEN EINES SOLDATEN. — Pág. 91.

ção, uma ruptura estratégica, como a de Gorlice em 1915, a fim de provocar uma situação favorável ao envolvimento inimigo, tal como em 1940 se conseguiria com o emprêgo dos blindados de Guderian, levariam von Seeckt a resumir o pensamento schlieffeniano fundamental segundo os conceitos seguintes:

"A destruição do inimigo constitui a finalidade da guerra, mas muitos são os caminhos que conduzem a tal fim!"

"Tôda operação precisa orientar-se segundo uma idéia simples e clara. A esta idéia operativa devem subordinar-se todos e tudo!"

"Sôbre o ponto decisivo devemos impulsionar o potencial decisivo; sòmente ao preço de sacrifícios alcançar-se-á o sucessor!" (8)

Aluno e admirador de von Schlieffen, cuja personalidade ràpidamente passara a se transfigurar pela legenda, como quase todos os gênios reconhecidos como tal, von Seeckt também lutaria pela difusão e pela verdadeira compreensão da essência de suas idéias, atualmente incorporadas a tôda doutrina de guerra, tanto entre nós, como nos Estados Unidos e mesmo na Rússia Soviética! É através da sobrevivência de suas idéias, de sua obra, que os homens se tornam imortais, mesmo quando, como no caso de von Schlieffen estas idéias passam a bem comum universalizado e sem que se citem contìnuamente o nome do mestre!

Nesta sua luta contra a transformação das idéias schlieffenianas em "slogans" transfiguradores das mesmas, compreenderemos perfeitamente a maneira algo sarcástica com que von Seeckt começa seu livro editado inicialmente em 1929. Declarou, então, que "três" coisas existem contra as quais o espírito humano tem combatido em vão: a estupidez, a burocracia e o "slogan". Talvez se assemelhem tôdas três exatamente porque se nos pareçam necessárias. Eu desejaria deixar a outro contemporâneo mais arguto a luta inútil contra a estupidez; declaro-me inteiramente como um fracassado na luta contra a burocracia militar, e, apenas, tentaria esboçar uma luta contra alguns dos "slogans" mais em voga no nosso meio militar!" Contra a influência dos numerosos "slogans" que correm de bôca em bôca, verdadeiros "fantasmas", aconselha como "recurso mágico", o único meio capaz de reduzi-los às devidas proporções "uma mentalidade esclarecida!" (9)

Muito mais perigosos que muitas das citações de grandes homens quando mal empregadas ou truncadas em sua essência lógica, êstes "slogans" chegam a escravizar mentalidades temerosas ou pouco esclarecidas em proveito de aventuras políticas, econômicas e mesmo militares. Ainda hoje sofremos o impacto de alguns dêles, como "pacifismo", "imperialismo", "militarismo", "civilismo", "nacionalismo" e "guerra de

(8) General Hans von Seeckt, GEDANKEN EINES SOLDATEN. — Pág. 36.

(9) General Hans von Seeckt, GEDANKEN EINES SOLDATEN. — Págs. 9 e 26.

agressão", ligados a outros muito nossos conhecidos aqui no Brasil desde antes de 1930, como "reacionário", "revolucionário histórico", "continuísta", "bonapartista", "comunista", "facista", "nazista", "granfino", "entreguista", golpista", etc. E nem sempre seu verdadeiro significado se harmoniza com a realidade ou com os objetivos visados por quem proclama e emprega tais "slogans"! São simples armas demagógicas de ataque, de defesa e até mesmo de camuflagem farisaica pessoal ou coletiva!

Dêstes "slogans" aquêle que maiores atenções mereceria da parte de von Seeckt seria exatamente aquêle que se generalizara então entre seus companheiros de farda e até entre dirigentes políticos civis na Alemanha. A guerra perdida fizera da expressão schlieffeniana de "Cannae" (Canas) uma poderosa "fórmula mágica" de vitória militar malbaratada, um verdadeiro "slogan" e não uma designação simbólica da idéia fundamental ligada à batalha de aniquilamento, conseguida após o cêrco total do inimigo. Mas o ideal de uma "Cannae", o do aniquilamento pelo duplo envolvimento contrário, transformado em "slogan", ameaçava prejudicar todo faciocínio tático em muitos chefes subalternos dentro da "Reichswehr", que pensavam subordinar tôda manobra, tanto sôbre a carta, como no terreno, obrigatòriamente a um duplo envolvimento. Criticou von Seeckt estas tendências dogmáticas, estas idéias fixas que arrastavam sistemàticamente certas mentalidades a procurar envolver duplamente o adversário, a qualquer preço e sem medir a própria capacidade de meios para tal. Havia quem os alongasse com dispositivos, em ambos os flancos, diluindo-os em seu potencial de atacante, tal como após a batalha do Marne, em 1914, na França. "Cannae" como "slogan" operacional chegava a prejudicar fôssem reconhecidas possibilidades evidentes de um sucesso pela ruptura da frente adversa, desprezando até configurações do terreno. Daí von Seeckt insistir nas possibilidades de vitórias aniquiladoras após uma ruptura estratégica da frente inimiga, como preliminar do próprio envolvimento, traduzindo o ideal schlieffeniano em sua verdadeira essência, graças às experiências pessoais colhidas em Gorlice, contra os russos czaristas em 1916!

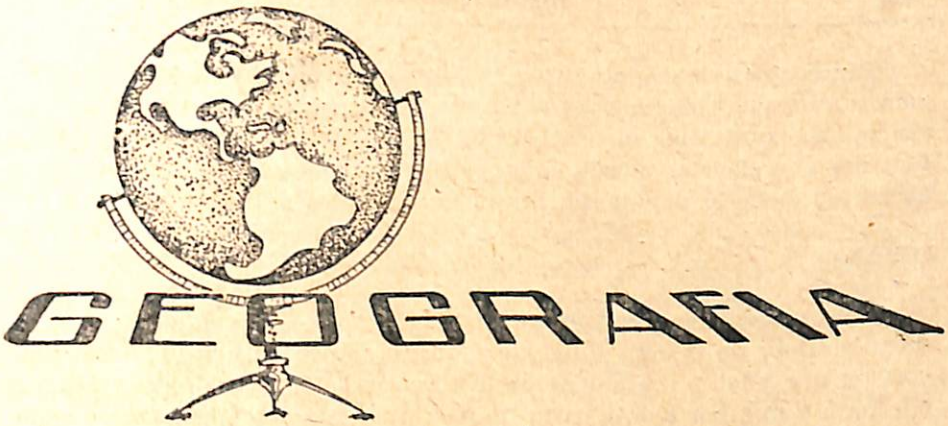
Árduo seria, pois, o seu trabalho neste sentido e no da preparação, aperfeiçoamento e atualização constantes dos quadros da nova "Reichswehr", já que as disposições do tratado de Versailles sòmente permitiram a existência de escolas de formação inicial básica para candidatos ao oficialato, uma para o exército, uma para a marinha e poucas outras para as armas especializadas terrestres e navais. Escolas de comando e estado-maior haviam sido expressamente interditadas. O tradicional e já centenário Grande Estado-Maior de Berlim, a obra fundamental de von Scharnhorst, fôra dissolvido pelos vencedores e sua reestruturação proibida. O único recurso seria o de manter viva a tradição aperfeiçoada pelo velho Moltke e por von Schlieffen através de cursos regimentais, de pequenas manobras de quadros e de um incentivo permanente e pessoal de oficiais selecionados, dando-lhes trabalhos táticos e estratégicos que se assemelhavam bastantes aos sistemas vigentes antes de 1914 para

a formação e recrutamento dos auxiliares de um grande estado-maior camuflado. O futuro mostraria que, mesmo sem a obrigatoriedade de possuir um diploma ou um curso completo de uma Academia de Guerra ou de uma Escola do Estado-Maior, o sistema educacional adotado pessoalmente por von Schlieffen para adestramento e aperfeiçoamento de seus auxiliares, previstos para exercerem responsabilidades de altos comandos e de chefia de estado-maior de grandes unidades, era apto para selecionar um quadro de estado-maior como aquêle da "Wehrmacht" alemã de 1939 a 1945, sucessora desta "Reichswehr" de von Seeckt e surgida de seu desdobramento, ordenado por Hitler, a partir de 1935.

Acusa-se, freqüentemente, von Seeckt de ter influído para que a oficialidade da nova "Reichswehr" se mantivesse afastada de todo interêsse por problemas relacionados tanto com a política nacional interna como externa, a exemplo do "grande mudo" francês surgido no exército republicano daquela "grand nation" desde a queda de Napoleão III e os desastres de 1870 e 1871. Se falha houve, não lhe coube culpa alguma, pois sempre foi notório o desinterêsse chocante da generalidade do povo alemão pelos problemas políticos, principalmente nas chamadas classes burguesas e até na pequena nobreza tradicional. Isto se comprova até entre nós, entre os brasileiros de origem ancestral teuta, os quais parecem contentar-se exclusivamente em cumprir o seu dever político votando nas eleições! Não seria, pois, de estranhar que por lá a politização popular começasse entre o proletariado e os menos favorecidos, em proveito dos partidos de tendências extremistas e demagógicas! Mas nada poderia proibir se interessassem individualmente os oficiais comandados por von Seeckt por assuntos extraprofissionais, inclusive aquêles mesmos problemas ideológicos e políticos, tanto internos como externos!

Como desde os tempos monárquicos, de antes de 1918, continuava-se atribuindo exclusivamente ao poder civil supremo, isto é, ao chefe do Estado e ao seu govêrno as responsabilidades não-militares, inclusive em sua política interna e externa. Em seu livro expõe claramente esta subordinação tradicional, bem como seus pontos de vista quanto à posição do "exército dentro do Estado", exigindo do exército compreensão e identificação pelo "Estado", mas, exigindo também dêste o necessário carinho pelo seu exército. Este "serve ao Estado, só ao Estado, porque êle representa o próprio Estado", motivo pelo qual "o exército deve ser político quanto à compreensão estrutural do Estado", mas "em hipótese alguma ligado à política dos partidos", sejam êstes governantes ou oposicionistas. (10)

(10) General Hans von Seeckt, GEDANKEN EINES SOLDATEN. — Págs. 102 a 116.



I — ALGUMAS IMPRESSÕES SÔBRE O JAPÃO

ERNESTO DE MELLO BAPTISTA
Capitão-de-Mar-e-Guerra

NO CAMINHO DO PROGRESSO

Há apenas um século que o Japão abriu francamente suas portas ao Ocidente. Desde então, seu progresso como fervoroso adepto da civilização ocidental tem sido notável. Hoje, treze anos após sua completa derrota na II Guerra Mundial, é incontestável que o Japão é o país mais industrializado no Extremo Oriente, ou melhor, em todo o continente asiático.

Há muitos pontos nos quais o Japão e o nosso país acham-se em antítese — na geografia, na cultura, na história, e assim por diante. Além de estar situado no hemisfério oposto, seu território equivale a um vigésimo do do Brasil, enquanto que sua população é uma vez e meia maior do que a nossa. Para fazer as coisas piores, essa estreita terra é tornada ainda mais estreita por extensas regiões montanhosas, de sorte que sòmente 14,8% da área total do país é arável (13.343.000 acres). Se se comparar com a Grã-Bretanha (243.428 km2), por exemplo, que é menor do que o Japão (369.664 km2) em área, mas tem muito elevada percentagem de terra cultivável, notar-se-á fàcilmente a superconcentração de população na área habitável do Japão. O solo é pobre em matérias-primas e a natureza é adversa, sujeito aos freqüentes terremotos e tufões.

Sob tais condições desfavoráveis, é natural indagar-se, como pôde o Japão alçar-se à sua presente posição entre os países mais desenvolvidos do mundo?

Tanto quanto pude perceber em dois anos e meio de estada nesse país, o fator mais responsável por êsse adiantamento está, eu penso, em seu próprio povo, que é, fora de dúvida, o único recurso que o Japão tem em abundância. Assim digo porque julgo que o admirável progresso do Japão é devido aos seguintes atributos de seu povo.

Atividade

Dentre todos os povos asiáticos, penso que o japonês pode reivindicar o título de o mais diligente. Muitos viajantes estrangeiros concordam que Tóquio é a cidade de maior atividade na Ásia; não apenas em Tóquio, mas por tôda a parte no país, quer nas fábricas quer no campo pode-se ver o japonês trabalhar intensamente, dia e noite, mesmo aos domingos. No estaleiro, onde observei por longo tempo, a sobra do tempo do almôço todos utilizam-na em esporte, mantêm-se sempre em atividade, nada de descansar; nada de exercitar a preguiça. A gente é, de fato, aplicada ao duro e intenso labor.

Solidariedade coletiva

Conquanto não tão cônscios quanto os alemães, os japonêses caracterizam-se pelo espírito de coletividade altamente desenvolvido e pela disposição para sacrificarem o prazer pessoal em benefício da comunidade

Êles parecem contentes com o seu modo de viver oriental, algo humilde, de pequena diferença entre o rico e o pobre. O padrão de vida é baixo em comparação com o das nações ocidentais, embora o país esteja ficando mais e mais ocidentalizado e esteja em nível bem acima do dos demais povos da Ásia. Mesmo a gente bem dotada não leva uma vida tão luxuosa como os nossos compatriotas, e o grande público é sábio bastante para usufruir a vida dentro dos limites de sua renda, aproveitando baratos, não obstante agradáveis, meios de recreação, — como sejam os encantos da natureza — a montanha, os parques, a primavera em flor, a praia — as instituições de uso coletivo — museus, aquários, exposições, mostras, inaugurações, etc. Dêste modo, o japonês está capacitado para utilizar seu escasso capital, poupado através de modesto uso dos bens de consumo, para o melhoramento e adiantamento da comunidade. Obras públicas, edificações e serviços públicos, são sóbrios de sorte que o custo de construção e o de manutenção permitem-no operá-los a baixo preço, o que os torna acessíveis ao grande público sequioso de educar-se nas universidades, nos teatros, — e de utilizar os meios de transporte, e assim por diante. O domicílio é pequenino, peças em reduzido número e para o uso versátil — de dia, um emprêgo, à noite, outro. Vendo-se uma casa grande, é certo: trata-se de uma escola.

Embora êsse desprendimento patriótico, muito mais decantado na era do Imperador Meiji, tenha-se atenuado por efeito da tremenda derrota na Guerra do Pacífico (é o nome japonês para a II Guerra

Mundial), ainda assim, creio, existe nos dias de hoje em conseqüência da disposição hereditária do japonês para a simplicidade.

Alta educação

A existência efetiva da educação de nível fundamental, e da de nível mais alto, é um dos mais admiráveis feitos do Japão. Não obstante as sérias dificuldades do sistema de escrita que usam — caracteres chineses, ideográficos — demasiadamente complicado em número e natureza, e da língua, de caráter aglutinante, não há, pràticamente falando, problema de analfabetismo entre os japonêses desde o tempo de Meiji. A educação é compulsória; na década de 1920 já 99% das crianças recebiam educação (instrução como nós dizemos) e após a II Guerra Mundial, a educação fundamental foi estendida de 6 para 9 anos. Consoante as estatísticas de 1952, já 99,7% das crianças usufruem essa educação fundamental.

É verdade que o alto padrão de instrução foi um dos principais fatôres que geraram o rápido progresso que o Japão tem experimentado desde a Restauração do Imperador Meiji. Contudo, como a maioria do público japonês hoje percebe, já um pouco tarde, especialmente depois do choque produzido pelo sucesso soviético do "Sputnik" fundado na adiantada educação científica da Rússia, há um atraso no sistema educacional japonês. O fato é que, parece que a organização e o ensino presentemente em vigor nas universidades e colégios têm sido pouco modificados para atender às cambiantes necessidades da sociedade, desde o seu estabelecimento, há muitos anos atrás, aos dias de hoje. Isto deve ser dito, porém, não há como deixar de reconhecer que a repercussão universal daquele sucesso mostrou ser por tôda a parte constatado êsse atraso, sem excetuar mesmo os mais adiantados países do globo.

Senso de hierarquia

Nota-se por tôda a parte o entranhado senso de hierarquia em tôda gente. Nesta consideração não me refiro a organizações militares, pois Fôrças Armadas hoje não existem no Império do Sol Nascente, e, mesmo, minha convivência foi na indústria privada; minha observação recaiu sôbre as pacíficas atividades do comércio e das relações sociais. Nas oficinas, nos escritórios, por tôda a parte, nota-se a indiscutida preeminência dos que estão mais alto na escala de direção. Mesmo as damas, reverenciam-se entre si com absoluta observância da posição de seus esposos; o que nos mostra que realmente é natural... lá... essa concepção.

O princípio básico, penso eu, que governa a ética social na sociedade japonêsa é o da hierarquia. Êste consiste na obediência do mais moderno ou subordinado para o mais antigo ou superior. Êste fato, pode-se inferir fàcilmente da linguagem, que é o meio da ex-

pressão pelo qual o homem comunica ao meio exterior — a sociedade — o que seu cérebro concebe, isto é, o que êle sente e pensa.

Na língua japonêsa não há conjugação de verbos no sentido das línguas européias, conforme o gênero, pessoa, etc. O único sucedâneo para essa função é o uso requintado de muitos têrmos honoríficos e muitas expressões sinônimas, graduadas em polidez e respeito, que empregam conforme a condição social do orador e do interlocutor.

Regularidade do clima

O clima no Japão é variado; no sul é tropical, no norte é muito frio. A chamada corrente do Japão torna a parte meridional mais aquecida do que a latitude indicaria; a corrente de Bhering, semelhantemente, esfria a parte setentrional do país. Há bastante precipitação pluviométrica, de sorte que o Japão pode produzir quase tudo que germina em localidades anàlogamente aquecidas. Há uma sucessão nìtidamente caracterizada e regular das estações do ano, o que acarreta benéficos efeitos sôbre a produção vegetal e animal e o apropriado ritmo das atividades humanas.

A INDÚSTRIA

Outrora os expansionistas militares japonêses procuravam justificar sua agressiva política insistindo em que, sem expansão territorial, o Japão seria inevitàvelmente levado à falência por efeito de sua ràpidamente crescente população.

Quando, todavia, o país, como resultado da Guerra do Pacífico, perdeu todos os seus territórios ultramarinos, o mundo viu que o Japão recuperou-se razoàvelmente bem pelos pacíficos meios do comércio, da indústria e dos negócios.

A recuperação do Japão após a guerra foi rápida e notável. A despeito das condições mundiais, que não lhe foram sempre favoráveis, em setembro de 1956, sua atividade industrial elevava-se a mais do dôbro do nível de antes da guerra; o nível de consumo da população, nas áreas urbanas, subia a 6% acima da marca de pré-guerra e, nas áreas rurais a tanto quanto 30% acima. O Japão ocupou o mais alto lugar, no mundo, em construção naval, nos anos de 1956 e 1957, deslocando, na competição, a Grã-Bretanha e a Alemanha Ocidental para 2º e 3º lugares, embora pareça certo que êste ano deixará essa honrosa posição. É fato, também que o Japão exporta grandes partidas de radio-transistores e automóveis para muitos países, inclusive para os Estados Unidos.

Infere-se, portanto, dêsses fatos que a estrutura industrial do país está evolucionando para um estágio de industrialização mais elevado. A essa transformação êle é impelido, e neste sentido emprega seu máximo esfôrço, para compensar o declínio em sua exportação de sêda crua — aqual era, no anteguerra, seu principal artigo de exportação — com produtos segundos e terceiros de sua indústria, tais como

navios, rádios, tecidos químicos, artefatos elétricos, plásticos, etc. Competir com países europeus no mercado internacional é empreendimento nada fácil para o Japão, considerando-se que sua carência de matérias primas fá-los extremamente vulnerável às mínimas flutuações nas condições mundiais dos negócios. Mesmo assim, êste é o único caminho aberto ao Japão, pois que o país depende vitalmente da exportação de sua produção manufatureira. E para sua sobrevivência econômica e política o Japão não dispõe de recursos outros, além do cérebro e das mãos de seus 90.000.000 de filhos, para nêles sustentar-se.

A despeito de seu notável adiantamento na industrialização, o mais importante fator na economia do Japão é a agricultura, na qual (incluindo a silvicultura) está empenhada mais de 40% do total da mão-de-obra do país. Graças à pressão da superpopulação o Japão pode-se considerar país de muito bons agricultores. Da técnica da policultura bem como da adiantada técnica de pesca, do Japão, estou certo de que muitas lições poderíamos colhêr.

O POVO E A CULTURA

O japonês comum que se encontra na rua, no escritório, ou em casa, nada tem daquele tipo cruel, bárbaro, que se vê no filme "anti-jap" da II Grande Guerra. Êle é de boa natureza, polido e amável, e um pouco acanhado no trato com os estrangeiros

Entre tôdas as suas qualidades, uma das que mais aprecio é a polidez. Não sei se isto deve-se tão-sòmente ao meu limitado conhecimento pessoal ou à sua excessiva cortesia para com os estrangeiros, pois ouvi, por vêzes, lastimar que os japonêses tivessem perdido, desde a guerra, muito do seu afamado senso de polidez, particularmente em ocasiões tais como a da "hora de apanhar o trem".

Em relação à polidez, entretanto, alguns estrangeiros julgam a atitude japonêsa muito subserviente.

Quanto a mim, não posso aprovar tal ponto de vista. Em minha opinião, os japonêses são um povo polido por natureza, porém seu senso de polidez é um pouco diferente do nosso. Nêles, é derivado da ética e das maneiras, tradicionais, que herdaram de seus antepassados, semifeudais ainda há pouco tempo; de sorte que é aplicável sòmente a um círculo muito limitado de suas relações de conhecimento, tal como o de família ou de amigos íntimos. Fora dêsse círculo, o mesmo japonês polido torna-se outra pessoa, assumindo atitude indiferente e mesmo rude, por vêzes, para com os estranhos.

Não tendo, destarte, costume estabelecido para o convívio geral e, por outro lado, faltando-lhe a experiência de sociedade (ao modo ocidental, é bem de ver), êle não está bem certo de como conduzir-se em público, "vis-a-vis" de pessoas e ambientes estranhos, em conseqüência do que êle mostra excessivas amabilidade e cortesia em uma ocasião e rude indiferença em outra, causando indesejado mal-enten-

dimento com estrangeiros. Tal é o meu entendimento dêsse estranho misto de polidez e indelicadeza observado no japonês médio.

Outra característica que notei no japonês é o seu amor pelos encantos da natureza. Admirava-me com freqüência de encontrar encantadora miniatura de paisagem em areia e pedra ou gracioso arranjo de flôres, artìsticamente disposto em um inesperado recanto de movimentado estabelecimento comercial.

O mais tradicional e favorito motivo da pintura japonêsa não é a romântica cena de amor nem o erótico nu, mas sim o calmo e tranqüilo cenário da natureza. Isto é também verdadeiro em relação a outros ramos da cultura japonêsa, como se vê, por exemplo, nos poemetos Waka e Haiku de sua predileção, na cerimônia do chá, nos arranjos de flôres.

Para resumir, seu gôsto é sempre em favor do simples e do natural. Êles amam muito mais o delicado, elaborado com simplicidade, do que a exuberância e a magnificência artificiais, como bem o demonstram sua arquitetura, sua arte decorativa e, mesmo, sua culinária.

Em certo sentido, o Japão do presente é um cadinho da civilização mundial, onde os costumes e culturas de todo o mundo misturam-se ainda em caos. Alguns vêem isto com simpatia, outros com desgôsto; de qualquer modo, pelo menos em parte, é resultado do tradicional conservantismo japonês.

A seguinte explicação pode servir a êste conceito. Os japonêses são bastante inteligentes para apreciar e aceitar uma inovação para benefício próprio, porém são algo tímidos, ou ainda imaturos, para inovarem êles próprios. Um dado modo de ver, uma vez fortemente estabelecido e tornado tradicional, poucos japonêses aventuram-se a rompê-lo. Idéias estrangeiras, que nada têm a ver com as tradicionais barreiras, são mais fàcilmente aceitas do que as inovações nascidas em sua própria sociedade.

Assim é que o japonês tem-se contentado em ser um mero seguidor das principais correntes de civilização estrangeiras — outrora a civilização chinesa, agora a ocidental — fielmente conservando-a e aplicando-a, no que, em verdade, tem revelado, pelo menos agora, extraordinária capacidade — sem tentar jamais o papel dominante ou revolucionário na história da civilização mundial.

O JAPÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Em têrmos de equilíbrio de poder, penso que o Japão detém no Extremo Oriente uma posição chave semelhante a da Alemanha na Europa.

Com o súbito advento da China Continental, é agora manifesto que a Rússia Soviética, a China Comunista e o Japão serão as grandes potências, nessa região do mundo, nos próximos 10 anos ou mais; e

se o mundo livre deseja manter sua influência aí, terá que apoiar o Japão como base e fortaleza suas. Isto seria para benefício mútuo, tanto do Japão quanto do Ocidente.

Embora o Japão tenha tentado tornar-se a nação líder e dominante, não sòmente no Extremo Oriente, mas também no Sueste da Ásia, hoje os próprios japonêses têm que admitir que o seu país continuará a ser o mais fraco dos três. É, portanto, proveitoso e necessário de sua parte, também, ter o apoio do Ocidente a fim de que êle possa manter-se a par com as outras duas poderosas potências.

Afortunadamente, o Japão é bem qualificado para uma aliança com o Ocidente a fim de desempenhar no futuro tão essencial papel. Isto porque, em primeiro lugar, como país mais ocidentalizado da Ásia que é, tem uma perfeita compreensão das nações ocidentais, e por nunca ter sofrido o impacto do colonialismo europeu não tem sérios motivos para ressentimentos, e, por outro lado, porque êle mantém funda simpatia para com os demais povos da Ásia. Em segundo lugar, em resultado da inculcação desde a era de Meiji, senão mesmo do conservantismo social, o grande público sente aversão ao Comunismo e a seus seguidores.

Nas últimas eleições gerais para a renovação da Dieta, realizadas na primavera de 1958, os conservadores conseguiram a maioria e o partido comunista conseguiu sòmente um lugar entre 467 assentos; em Tóquio, porém, os socialistas obtiveram mais votos do que os conservadores. Na composição anterior da Dieta havia dois representantes comunistas.

Não é prudente, todavia, superestimar êste sentimento popular, pois quanto mais nova a geração, maior a simpatia pelas ideologias da esquerda. Deve-se recordar, também, a posição geográfica do Japão, a qual obrigou-o a passar muitos séculos em seu longo regime feudal, que estendeu-se até a restauração do Imperador Meiji, no terceiro quartel do Século XIX, sob a influência da civilização continental.

Há vinte anos atrás, o Japão correu para a extrema direita, em expansão nacionalista ou agressão capitalista, como quer que seja denominada. Hoje aquêles que estão próximos para suceder aos militaristas dos dias passados não são os oficiais das Fôrças de Auto-Defesa (o Japão hoje não tem Fôrças Armadas convencionais — Exército, Marinha, Aviação — e sim uma pequenina Fôrça de Autodefesa) de aparência tão tímida, e sim os corifeus das uniões trabalhistas, que ora estão capacitados para, a seu bel-prazer, desferir um poderoso golpe em forma de greve geral; e ninguém pode estar seguro de que êsse país de considerável potência industrial não possa no futuro próximo passar para outro lado da cortina, mesmo a seu pesar, se fôr deixado lutando sòzinho com suas dificuldades, sem a oportuna e efetiva ajuda do Ocidente.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1958.

FERRAGENS — LOUÇAS E MÁQUINAS PARA LAVOURA
Vendas por atacado e a varejo

J. B. LIMA

RUA DR. WINTHER, 103 — TEL. 33
Caixa Postal 33
TAUBATÉ — ESTADO DE SÃO PAULO — EFCB

BRITADORA SÃO DOMINGOS LTDA.

PEDRA BRITADA EM GERAL

AVENIDA DR. ANTONIO LOBO, 445

FONE 1073 — CAIXA POSTAL N. 33

AMERICANA — C. P.

CEREALISTA ALMEIDA S. A.

Torrefação e moagem de café, beneficiamento de arroz e café, comércio de cereais por atacado

CAFÉ COCAIO

RUA MARECHAL DEODORO, 142/150 — TELEFONE: 364
GUARATINGUETÁ — ESTADO DE SÃO PAULO

II — O EQUADOR, UMA ECONOMIA COLONIAL

PIMENTEL GOMES

As três regiões fisiográficas do Equador: Serra, Costa, Oriente. O vale interandino, fértil, temperado, belíssimo, paradisíaco. Quito, a capital administrativa e intelectual. A Costa, plana, fértil, quente, quase sempre úmida Guaiaquil, a Pérola do Pacífico, a capital econômica. O Oriente, uma reserva para o futuro. Os produtos principais. As razões da falta de indústrias. O Brasil, ausente do mercado equatoriano. Não podemos esquecer o Equador.

O Equador é um país interessantíssimo. Atravessa-o a linha equinocial. A Cordilheira dos Andes percorre-o pelo centro, de norte a sul, da Colômbia ao Peru. Tem, em território equatoriano, uns 80 quilômetros de comprimento e 50 quilômetros de largura. Desdobra-se em duas cadeias de montanhas: a Oriental e a Ocidental. Nelas se encontram muitos picos nevados. Destacam-se o Chimborazo, com 6.270 metros de altitude; o Cotopaxi, com 5.900; o Caiambé com 5.790; o Antisana, com 5.700; o Altar, com 5.320; o Illiniza, com 5.260; o Sangai, com 5.230 e o Tunguragua, com 5.020 metros. Há um número considerável de vulcões. Entre as duas cadeias de montanhas — a Oriental e a Ocidental — se alonga um vale de 2.000 a 3.000 metros de altitude, dividido em várias bacias, por algumas serras transversais. O solo é formado por cinzas vulcânicas. É fertilíssimo. Clima temperado. Paisagens belíssimas. A "Sierra" equatoriana, ampla de talvez 82.000 quilômetros quadrados, é um dos trechos mais belos, mais fecundos e mais aprazíveis do planêta. É paradisíaca. Aí está Quito, cidade de 270.000 moradores, nas faldas do vulcão Pichincha. É a capital administrativa . É também a capital intelectual. Tem uma universidade, diversos institutos culturais, livraria editôras, jornais e revistas. Cuenca, com 67.000 habitantes, é terceira cidade do país. Ambato, com 44.000, é a quarta.

Entre os Andes e o Pacífico, a Costa, ampla de uns 70.000 quilômetros quadrados. Atravessei-a em grande parte. É baixa, plana, quente, bastante chuvosa em sua quase totalidade. Muitos rios. O Guaias, o maior dêles, longo de 400 quilômetros e com vários tributários caudalosos e navegáveis para pequenas embarcações, é uma miniatura do Amazonas. Guaiaquil, na embocadura, onde o Guaias é larguíssimo, é uma rica, próspera e movimentada cidade de 350.000 habitantes. Não

é apenas a maior cidade da República. É a mais dinâmica. É a capital econômica. Chamam-na "Perla del Pacífico".

A leste dos Andes, o Oriente, a Amazônia equatoriana. É quente, úmida, florestada, atravessada por muitos rios caudalosos todos tributários do Amazonas. É uma região quase virgem. É uma reserva para o futuro. Repete, em parte, a Costa e está muitos longe dos centros consumidores. Daí o seu atraso.

Há, para concluir, o arquipélago de Colón ou das Galápagos. Tem 7.800 quilômetros quadrados. Os mares que o cercam são muito piscosos.

O Equador tem 4.120.000 habitantes em 272.000 quilômetros quadrados. Não é, portanto, um país territorialmente pequeno. É três vêzes maior do que Portugal e maior do que a Itália continental. Tem pràticamente todos os climas e grande potencial econômico. É, porém, um país subdesenvolvido, de economia tìpicamente colonial. A grande indústria é desconhecida, salvo raríssimas exceções. É tão reduzida que pode ser desprezada. Ainda não influi no desenvolvimento equatoriano. O Equador vive de produtos primários. A mineração é pequena. Há algum petróleo na Costa, em Santa Helena. Não basta ao consumo. Existem minas de enxôfre, mercúrio, cobre, ouro, prata, carvão, mármore, etc. A explotação é insignificante. O Equador não é um país mineiro. Talvez tenha grande riqueza mineral ainda desconhecida. Nos Andes, cujo clima é temperado e até glacial, conforme a altitude, há principalmente trigo, cevada, batatinha, ervilha, feijão e alfafa. Os alfafais são pequenos mas numerosos. Há, nos pomares, maçãs, peras, pêssegos, ameixas, nêsperas. Na Costa, destacam-se o cacau, a banana, o arroz, o algodão, o café, a cana de açúcar. Há milho na Serra e na Costa. A balsa, madeira levíssima, característica das ainda extensas florestas da Costa, é o principal produto florestal. Há, ainda, a "tagua", o marfim vegetal, a nossa jarina, comum na Amazônia. O gado é escasso. Não basta para consumo. O Equador tem 1.216.000 bovinos, 104.000 eqüinos, 136.000 asininos, 86.000 muares, 1.350.000 ovinos, 136.000 caprinos e 693.000 suínos. Já existem bons plantéis de bovinos da raça Holandesa, na Serra. Vi alguns nas províncias de Pichincha, Cotopaxi, Tunguragua e Chimborazo.

Muitas e poderosas são as causas da falta de grandes e mesmo de médias indústrias. Há a escassez de energia elétrica, embora o Equador tenha tremento potencial hidréletrico. As cachoeiras ainda não são devidamente aproveitadas. Guaiaquil poderia ter energia hidrelétrica farta e baratíssima. Dispõe de uma usina térmica queimando combustível estrangeiro. É insuficiente. A eletricidade é cara. Os meios de transportes não são suficientes. Há escassez de técnicos e de operários especializados. Os capitais são escassos e medrosos. O mercado é pequeno. Em conseqüência, quase tudo que se encontra nas lojas é de proveniência estrangeira. Equatoriano, quase nada. Os produtos manufaturados chegam quase

sempre, dos Estados Unidos e da Europa. Chegam também, embora em escala mínima, do Peru e da Colômbia. E o contrabando é uma instituição. Vi pequenos contrabandistas em ação na província El Oro.

O comércio internacional é típico de país subdesenvolvido, de economia colonial. Em 1958, o Equador exportou 1.435.377.700 sucres. Um sucre vale aproximadamente Cr$ 10,00. A banana contribuiu com 528 milhões de sucres, em números redondos. Desprezei as frações de milhão. É o maior produto de exportação. Seguiram-se o café, com 398 milhões, e o cacau, com 310 milhões. O arroz rendeu 52 milhões de sucres. A balsa, 23 milhões. Todos os grandes produtos exportados são da Costa.

O Brasil está ausente do mercado equatoriano. Há razões para isto. Razões removíveis. Noutro artigo, voltarei ao assunto.

CASAS FONQUE

JOÃO B. FONDELLO

MATRIZ: PRAÇA CAMPOS SALES, 11/23 — FONE 1061
FILIAL: PRAÇA CAMPOS SALES, 81 — FONE 2290

CAIXA POSTAL 212

TAUBATÉ — ESTADO DE SÃO PAULO

ARREIOS — SANDÁLIAS — CHINELOS — CORTUME

TIMONI, IRMÃOS & CIA. LTDA.

INSCRIÇÃO ESTADUAL N. 940

RUA 1, n. 1375 — CANTO DA AVENIDA, 6

Telefones: Escritório, 1-8-9 — Cortume, 1-9-0 — Caixa Postal, n. 66

RIO CLARO — ESTADO DE SÃO PAULO

DEPÓSITO DE FERRO VELHO

DEPÓSITO: RUA 2 N. 2112

ARMANDO PINTO DE GODOY

Inscrição n. 4347

RESIDÊNCIA: RUA 1 N. 2123 — RIO CLARO

ESTADO DE SÃO PAULO

PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS

NO RAMO, TEMOS DE TUDO PARA TUDO

W. CARDOSO & IRMÃOS, LTDA.

TAUBATÉ — ESTADO DE SÃO PAULO

BAZAR RODOVIÁRIO

Discos — Instrumentos Musicais — Máquinas Fotográficas e Filmes
Artigos para caça e pesca — Miudeza em geral
Cutelaria — Isqueiros e Cigarreiras — Cachimbos, Piteiras, etc.

AGOSTINHO SOTO

RUA DR. DECDATO WERTHEIMER, 412 (Ed. Est. RODOVIÁRIA)
Mogi das Cruzes — Fone 1393 — Estado de São Paulo

HISTÓRIA

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

MISSÃO DE PAZ A CANUDOS

General JOÃO PEREIRA DE OLIVEIRA

Já os asseclas de Antônio Vicente Mendes Maciel — por cognome, o Conselheiro — haviam desbaratado, em 1893, forte diligência policial em Macête, e obrigado a retroceder de Serrinha, outra, de oitenta praças do Exército, quando, em 1895, por delegação do arcebispo, abalou da capital baiana, rumo feito a Canudos, com a missão de tentar o restabelecimento da paz e da ordem naquele recanto pátrio, ignorado e agro, o capuchinho frei João Evangelista do Monte-Marciano, devoto amigo de meu sempre memorado pai, a quem me foi dado conhecer, quando criança ainda, na velha cidade de Itabaiana, em Sergipe, onde nasci, e onde, também, estivera o Conselheiro, em 1874. Acompanhava-o, frei Caetano de S. Léo, outro missionário da mesma Ordem.

A partida, da veneranda cidade do Salvador, daqueles dois bravos religiosos, realizou-se em 26 de abril de 1895. Só aos 13 de maio, porém, passados, por conseguinte, dezessete dias, é que puderam êles alcançar Canudos. Ocasionara a delonga, permanência forçada no Cumbe, para obtenção de transporte e, por igual, de guias conhecedores perfeitos da região.

Conquanto entre a vila do Cumbe e o valhacouto dos conselheiristas estivesse ainda o largo espaço de dezoito léguas, já antes dela tinham tido aquêles dois abnegados missionários os mais vívidos prenúncios da indisciplina e anarquia que os aguardavam ao cabo daquela jornada cansativa e longa.

Cêrca de três léguas, com efeito, faltavam ainda para atingirem êles aquela pequenina e miseranda vila, a que ulteriores sucessos iriam fazer conhecida por tôda a parte, senão quando, postado à volta de rúbidas fogueiras crepitosas, divisaram forte grupo de crianças, mulheres e homens quase nus. Chegaram-se, então, a êles, respeitosos, e, depois de salvarem-nos à velha moda sertaneja, perguntou-lhes frei João Evangelista se era aquela mesma, em que estavam, a estrada

que ia ter ao Cumbe. Quando, porém, esperavam resposta obsequiosa à interrogação, o que fizeram os interrogados foi pegar das espingardas e facões, que perto tinham, e agruparem-se todos, em tôrno dêles, agressivos. Surpreendido com tão insólito procedimento, fêz-lhes ver frei João que eram dois simples missionários que se haviam desencaminhado e desejavam saber, apenas, se a freguesia do Cumbe ainda estava longe. De nada, entretanto, lhe valeu a explicação reverente com que buscou abonançar o ânimo daquela malta. Porque, por única resposta, a que tiveram foi:

— "Não sabemos; perguntem ali." E indicaram uma casa que se via próxima.

Aquela gente era uma guarda avançada do Conselheiro.

No domingo, 5 de maio, ainda no Cumbe, os missionários celebraram missa. E como, no seu transcurso, houvessem anunciado que dali seguiriam para Canudos, e, ainda, qual a missão que os levava até lá, não constituiu surprêsa para os conselheiristas, claro está, o aparecimento de ambos, às 10 horas do dia 13, naquele antro terrível da mangalaça e do fanatismo.

De chegada ali, àquela cidadela de casebres toscos, desarrumados, construídos de barro e cobertos de palha, de uma porta apenas, e sem janela alguma, dirigiram-se os missionários para a casa de propriedade do vigário do Cumbe, que os acompanhava, onde se aboletaram.

Antes, porém, de lhe pararem, à porta, já êles haviam podido aquilatar à justa o que era o propugnáculo do Conselheiro, pois o espetáculo que presenciaram, quando, atravessando o Ipiranga, ou Vasa-Barris, entraram na vasta praça, onde se alçavam, por exceção, doze casas de telha, que a ladeavam, e, nas extremidades, defrontando uma com a outra, a capela e a casa de residência do Conselheiro, foi o mais espantoso e desanimador possível.

Ali, na verdade, o que puderam apreciar seus olhos, com horror e lástima, ao invés de criaturas piedosas e inofensivas, foi "perto de mil homens armados de bacamarte, garrucha, facão, etc., dando aos Canudos a semelhança de uma praça de armas, ou, melhor, de um acampamento de beduínos", e, o que mais é, todos êles com "ar inquieto e olhar ao mesmo tempo indagador e sinistro", que bem "denunciavam consciências perturbadas e intenções hostis", no frasear do próprio frei João Evangelista, em seu famoso relatório, apresentado ao governador do arcebispado da Bahia, cônego Clarindo de Souza Aranha, o qual nos vai servindo de guia neste breve excurso.

Depois de instalados, e enquanto se refaziam da longa jornada de dezoito léguas, não foi mais animador o espetáculo que lhes ofereceram aquêles sequazes perigosos de um paranóico. E isto porque, em duas horas apenas em que estêve atento, pôde ver frei João Evangelista, com estupefação, a passagem, para sepultamento, de oito cadáveres, conduzidos por homens fortemente armados, sem sinal reli-



FREI JOÃO EVANGELISTA DO MONTE-MARCIANO

gioso algum, isto é, de mais oito vítimas da carência de higiene e alimentação, que imperava naquele amontoado de indivíduos rombos.

Assim que se sentiram algo recuperados daquela viajada extensa, a dorso de animais cavalares e sob o sol causticante do sertão baiano, encaminharam-se os religiosos para a capela, onde se encontrava, a assistir aos trabalhos de construção da igreja nova, o velho anacoreta cearense. Ao avistarem-nos, chusmas de homens, poderosamente armados, aglomeraram-se à porta da capela, e, quando êles passaram, disseram em côro:

— "Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!, saudação a que era de praxe responder-se assim:

— "Para sempre seja louvado tão bom Senhor!"

Entrando, então, no pequenino templo, acharam-se, logo, os religiosos, em presença do Conselheiro, que os acolheu de boa sombra e com a mesma saudação respeitosa dos apaniguados. "Vestia túnica de azulão, tinha a cabeça descoberta e empunhava um bordão; os cabelos crescidos, sem nenhum trato, a caírem sôbre os ombros; as hirsutas barbas grisalhas, mais para brancas; os olhos fundos, raras vêzes levantados para fitar alguém; o rosto comprido e de uma palidez quase cadavérica; o porte grave e ar penitente, davam-lhe ao todo uma aparência que não pouco teria contribuído para enganar e atrair o povo simples e ignorante dos nossos sertões."

Após rápidas palavras preambulares acêrca dos trabalhos que se levavam a efeito, convidou o Conselheiro os recém-vindos para visitá-los. E êle mesmo, com espanto, talvez, para os missionários, é que saiu a guiá-los, por tôdas as divisões da obra, apoiado em seu inseparável bordão de peregrino e num passo remorado de valetudinário.

Ao atingirem o côro, frei João aproveitou o ensejo de estarem quase desacompanhados para dizer-lhe que o fim que o levava a Canudos "era todo de paz, e que assim muito estranhava só enxergar ali homens armados, e não podia deixar de condenar que se reunissem em um lugar tão pobre tantas famílias, entregues à ociosidade e em um abandono e misérias tais que diàriamente se davam de 8 a 10 óbitos. Por isso, de ordem e, em nome do senhor arcebispo, ia abrir uma santa missão e aconselhar o povo a dispersar-se e a voltar aos lares e ao trabalho, no interêsse de cada um e para o bem geral".

Enquanto, porém, estáva frei João a remoer essas considerações, incôngruas para o momento, a capela e o côro começaram a replenar-se de prosélitos do anacoreta. De sorte que, ainda não acabara êle as suas observações, já os conselheiristas exclamavam, em uníssono:

— "Nós queremos acompanhar o nosso Conselheiro!!"

Era, não há dúvida, o tumulto a pique de desencadear-se. Mas, afortunadamente, fê-los calar o próprio asceta, que, voltando-se, depois, para o interlocutor, isto lhe disse, com mansuetude:

— É para minha defesa que tenho comigo êstes homens armados, porque V. Revma. há de saber que a polícia atacou-me e quis matar-me

no lugar chamado Macête, onde houve mortes de um e outro lado. No tempo da Monarquia, deixei-me prender, porque reconhecia o govêrno, hoje não, porque não reconheço a República."

Como a explicação, ainda que revestida de acatamento, não lhe satisfizesse, contraveio o missionário, imediatamente:

— "Senhor, se é católico, deve considerar que a Igreja condena as revoltas, e aceitando tôdas as formas de govêrno, ensina que os podêres constituídos regem os povos, em nome de Deus. É assim em tôda a parte: a França, que é uma das principais nações da Europa, foi monarquia por muitos séculos, mas há mais de 20 anos é república; e todo o povo, sem exceção dos monarquistas de lá, obedece às autoridades e às leis do govêrno. Nós mesmos aqui no Brasil, a principiar dos bispos até o último católico, reconhecemos o govêrno atual. Sòmente vós não vos quereis sujeitar? É mau pensar êsse, é uma doutrina muito errada a vossa."

Foi quanto bastou para que um da matula, atalhando-lhe o arrazoado, bradasse logo, petulantemente:

— "V. Revma. é quem tem doutrina falsa e não o nosso Conselheiro."

Ainda bem que, mais uma vez, êste impôs silêncio à grei, com um de seus gestos costumeiramente lentos. Depois, voltando-se para o missionário, disse:

— "Eu não desarmo a minha gente, mas também não estorvo a santa missão."

Diante dessa afirmação categórica do Conselheiro de que não desarmaria os seus sectários, mas, do mesmo passo, animado com a promessa de que a santa missão não sofreria impedimento algum, frei João Evangelista não insistiu mais no assunto, e saiu, com os outros religiosos, acompanhados da multidão, a fim de escolher local para a latada e tomar as providências necessárias ao comêço dos exercícios espirituais, no dia subseqüente.

No momento da retirada, os fanáticos ergueram estrepitosos vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo e a Antônio Conselheiro.

Sobrestemos, porém, aqui, por um momento, a narração, e vejamos, não só quem eram Antônio Conselheiro e seus principais adeptos, senão também algo da vida íntima de Canudos, consoante o relato do próprio frei João Evangelista.

Antônio Conselheiro, cujo nome de família era, como vimos, Antônio Vicente Mendes Maciel, nascera em Quixeramobim, no Ceará, e era "de côr branca tostada ao sol, magro, alto de estatura". Tinha, na época, "cêrca de 65 anos, e pouco vigor físico, parecendo sofrer de alguma afecção orgânica, por freqüentes e violentos acessos de tosse" que o torturavam.

Além da rigidez de costumes que lhe atribuíam, muito cooperavam para a curiosidade de que era alvo e o prestígio de que gozava, "úmas vagas, mas insistentes suposições da expiação rigorosa de um crime, cometido, aliás, em circunstâncias atenuantes".

A ninguém era dado falar-lhe a sós, porque os seus façanhudos pretorianos não o permitiam, "ou receando pela vida do chefe, ou para não lhes escapar nenhum de seus movimentos e resoluções".

Embora simulando zêlo religioso, disciplina e ortodoxia católica, o Conselheiro, a dar-se crédito ao que diz frei João, não possuía, realmente, nenhuma dessas virtudes, pois sabido era que, se isto lhe contrariasse os caprichos e as idéias, impugnava o ensino, violava as leis e ignorava, sem-cerimoniosamente, as autoridades eclesiásticas. E não fícava sòmente nisso a sua desenvoltura. Permitia, também, que os seus seguidores, sôbre lhe tributarem homenagens que equivaliam a verdadeiro culto, propagassem, em seu nome, doutrinas absolutamente subversoras da fé, da moral e da ordem.

As cerimônias do culto a que presidia, e que mais amiúde se realizavam entre os seus aderentes, eram sempre inquinadas de superstição e idolatria. Exemplo inquestionável disso era o denominado **beija** das imagens, que praticavam com grandes prostrações e culto igual a tôdas as outras, sem distinção alguma.

Com referência a deveres e práticas religiosas, o Conselheiro não se atribuía função sacerdotal alguma, é certo. Mas, também, nunca deu o exemplo de se importar, de qualquer sorte, com os sacramentos, para fazer crer, dessarte, que dêles não necessitava, nem do ministério dos padres.

Em certos dias, enfim, era costume seu congregar sua gente, para lhe dar **conselhos,** em que se manifestavam sempre o seu irredutível fanatismo em assuntos de religião e seu repúdio sistemático ao regime político instituído em 15 de novembro de 1889.

No que tange aos aliciadores da seita, o que se sabe é que tinham por obrigação persuadir o povo de que, quem se quisesse salvar, devia ir quanto antes para Canudos, porque, em tôdas as outras partes, a tudo contagiara e arruinara a República. Canudos era a terra da promissão. Ali, fluía um rio de leite, e eram os seus barrancos de cuscuz de milho. Por isso mesmo, a ninguém, que nela estivesse, era de mister afadigar-se em trabalhos, para alimentar-se. Aquêles que possuíssem bens, vendesse-os, e, o produto, desse-o ao Conselheiro, sem guardar para seu proveito mais que um vintém em cada cem mil réis. Em tendo imagens, levasse-as, para o santuário comum. Quem quer que atendesse, rigorosamente, a isto, gozaria do direito de receber ração e vestuário. E a verdade é que, com tais engodos, já êles haviam carreado para as hostes do Conselheiro tôda aquela multidão de homens, mulheres e crianças.

A missão das mulheres, naquele báratro do fanatismo e do cangaceirismo, era fazer a comida, costurar e ataviar os gorros de que usavam os homens. Mas, quando caía a noite, lá iam elas para a

latada, cantar **benditos,** cabendo-lhes, ainda, acender fogueiras, se fazia frio.

Os homens, além de se manterem constantemente armados, montavam guarda, dia e noite, ao Conselheiro. E, tôda vez que êste transpunha o limiar da casa em que residia, recebiam-no, para logo, com aplausos estrepitosos e os indefectíveis vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus e ao Divino Espírito Santo. Entre êles, figuravam diversos delinqüentes, e já alguns famosos, tais como João Abade, natural de Tucano, e réu de dois homicídios, que tinha ali o apelido de **chefe do povo,** e José Venâncio, sôbre cujos ombros, era voz corrente, pesava a culpa de dezoito mortes.

Mas, retomemos o fio da narrativa.

Iniciada a santa missão no dia 14 de maio, já nesse mesmo dia compareciam a ela cêrca, seguramente, de quatro mil pessoas. E nos dias subseqüentes não foi menor, senão, talvez maior, o comparecimento, mercê do afluxo a Canudos de moradores de todos os lugares circunjacentes. Dos partidários do Conselheiro, homens, mulheres e crianças, ninguém faltava aos atos religiosos, a não ser por motivos ponderabilíssimos. Os homens válidos, ainda que contrariando os sentimentos pacíficos dos missionários, apresentavam-se sempre armados, de cartucheira à cinta e gorro à cabeça, como se fôssem para um combate. As armas de fogo de que usavam eram, em geral, garruchas, pistolas, espingardas e bacamartes, e, as brancas, facas de ponta, compridas, quase, como espadas, e facões de fôlha larga, afiadíssimos, todos. O Conselheiro, pela sua parte, não faltava à pregação dos missionários. Ao revés, todos os dias lá estava êle, de bordão em punho, ao lado do altar, a ouvi-los impassível e atento. Fazia-o, porém, ao parecer, para fiscalizar as coisas. Tanto assim que, algumas vêzes, deixava traduzir-se, por gestos, a sua desaprovação, que os maiorais da súcia secundavam com protestos imediatos e desrespeitosos. E isso aconteceu de modo mais significativo um dia em que frei João esclarecia o que era e como se devia fazer o jejum. Observando, então, que êste tinha por objeto mortificar o corpo e moderar as paixões pela temperança, mas não o aniquilamento das fôrças por dilatada e inflexível privação de alimentos, mal acrescentou que "se podia jejuar, muitas vêzes, comendo carne ao jantar e tomando pela manhã uma chávena de café", o Conselheiro estendeu o lábio inferior e balançou negativamente a cabeça, dando lugar êsses gestos de reprovação a que os mais categorizados da grei rompessem logo em apartes, dentre os quais se salientou o de um, que exclamou enfático e irônico, imediatamente:

— "Ora, isto não é jejuar: é comer a fartar."

A não ser, porém, essas passageiras interposições, a santa missão transcorreu em ordem até ao quarto dia. Nesse dia, falando acêrca do dever de obediência à autoridade, observou frei João que, "sendo a República govêrno constituído no Brasil, os cidadãos, inclusive os que tivessem convicções contrárias, deviam reconhecê-lo"; acrescentou

"que neste sentido já se pronunciara o Sumo Pontífice, recomendando a concórdia dos católicos brasileiros com o poder civil"; e terminou por advertir que, "se persistissem em desobedecer e hostilizar um govêrno que o povo brasileiro quase na sua totalidade aceitava, não fizessem da religião pretexto ou capa de seus ódios e caprichos, porque a igreja católica não era nem seria nunca solidária com instrumentos de paixões e interêsses particulares ou com perturbadores da ordem pública" Ora, como era de esperar-se, estas palavras do missionário exacerbaram sobreposse o ânimo da maior parte. Falar nessas coisas naquele meio, era o mesmo que falar em corda em casa de enforcado. Por isso mesmo, desencadeou-se, de imediato, campanha tão violenta contra a predicação do padre **maçon, protestante e republicano,** como a frei João Evangelista — contra quem mais particularmente se exercia o seu fero ódio — apelidavam aquêles agitadores, que a missão entrou a perder o brilho dos primeiros dias. Chegavam até ao despropósito, os conselheiristas, de ameaçar de agressão, e mesmo de morte, o indefenso missionário, quando por êle passavam, e, ainda, do pé do púlpito, quando falava. Afinal, divulgaram a atoarda de que, sôbre ser êle enviado especial do govêrno, lhe estava reservada a incumbência de facilitar à tropa a sua entrada ali, de improviso, para aprisionar o Conselheiro e levar a todos a exterminação. E, com êsse pretexto, não tiveram dúvida em ocupar, com pessoal armado, todos os caminhos da povoação, de tal arte que a ninguém era lícito sair dali ou entrar ali, sem ser prèviamente identificado, tal qual se deu com o proprio vigário da freguesia, quando, após curta ausência por motivo justo, retornava, às 19 horas, à Tebaida do anacoreta bronco.

Em um dos dias subseqüentes, ocupando-se, em sua prédica, com o homicídio, entrou frei João — depois de umas tantas reflexões acêrca da maldade e irreparabilidade de tão feio crime — a mostrar que homicidas não eram apenas os que, por qualquer meio violento, tiravam a vida aos seus semelhantes, mas, também, de alguma sorte, os que induziam outros a segui-los nos erros e nos desatinos, para abandoná-los, em seguida, à morte, pelas enfermidades e pela fome. E como, por fecho de tôdas as suas considerações, perguntasse, alfim, a quem cabia a culpa, não só do desamparo e da penúria, mas, sobretudo, da espantosa mortalidade que se via ali, a resposta que teve, por uma voz saída, lamentosamente, do seio burburinhante daquele ajuntamento ilícito, foi simplesmente esta, que tão ao vivo atestava a ignorância e o fanatismo daquela pobre gente:

— "E o Bom Jesus que os manda para o céu."

E assim, de desentendimento em desentendimento entre o religioso e a matulagem insubordinada do Conselheiro, chegou-se, afinal, ao dia 20 de maio de 1895, sétimo da missão. Nesse dia, porém, já se não limitaram os conselheiristas a essas manifestações singulares. Fizeram mais. Por volta das 11 horas, João Abade, apelidado **o chefe do povo,** como vimos antes, entrou a percorrer a praça, a vibrar, estridulamente, um apito, e quando, ao meio-dia, já ela estava a regurgitar de gente,

lá se foram todos, num tumulto enorme e a queimar foguetes, rumo à capela, aos vivas ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo e ao Conselheiro, e, dali, até a casa dos missionários, aos gritos de repulsa a êstes, a quem continuavam a chamar **maçons, protestantes e republicanos.** E por duas horas andaram êles acima e abaixo, desatinadamente, aos berros, até que, enfim, se dispersaram, sem que levassem a efeito qualquer agressão pessoal aos missionários.

Frei João Evangelista, porém, apesar disso, não lhes perdoou a injúria. Na prédica do mesmo dia, à tarde, verberou-lhes, acrimoniosamente, o procedimento, e, dizendo-lhes que, como outrora os apóstolos às portas das cidades que os repeliam, sacudia ali mesmo o pó das sandálias, pôs têrmo à santa missão, e retirou-se.

Não podiam ser maiores, do que realmente foram, o abalo e o desapontamento irrogados pela resolução inopina do missionário aos que ali se encontravam, para ouvir-lhe a prática. Os que se não achavam ainda encorporados na **Companhia do Bom Jesus,** e que, portanto, não eram providos, pelo Conselheiro, de alimento e roupa, apoiaram o missionário na sua determinação, e, por sinal de desconformidade com os destemperos que acabavam de presenciar, entraram muitos a deixar, desencantados, aquêle abismo de incompreensões. E os outros, apreciando à justa todo o dano que adviria, para o prestígio da seita, aquela saída em massa, mandaram a correr, em nome do Conselheiro, uma delegação, composta justamente dos mais exaltados, ao predicador, para pedir-lhe o prosseguimento da santa missão. O propósito do missionário, porém, era irrevogável. A missão não continuaria.

Até êsse momento já se haviam feito "55 casamentos de amancebados, 102 batizados e mais de 400 confissões".

Não terminara, porém, com a santa missão, a série de provações daqueles desventurosos missionários. Estavam-lhes reservadas outras para o próprio dia em que deviam abandonar o falanstério do Conselheiro, onde tão adversa lhes correra a sorte.

Já, de feito, estavam êles prontos para a partida, quando, pela manhã, foram buscar frei João, para confessar um enfêrmo. Pôsto ainda ressentido com tudo quanto sofrera, saiu êle, sem demora, para atender à solicitação. Faziam-lhe companhia os mesmos homens armados por quem recebera o apêlo. Em chegando a casa da pessoa enfêrma, perguntou-lhe o missionário se tinha realmente a vontade de confessar-se. E como lhe fôsse a pergunta respondida afirmativamente, frei João pediu aos tais homens armados que se retirassem, para que não ouvissem a confissão. Êles, porém, não se mexeram. E, para maior agravamento, ainda, da desobediência, um dêles se perfilou e gritou, audaciosamente:

— "Custe o que custar, não saímos."

Advertindo, então, ao enfêrmo que, nem êle, confessor, podia ouvi-lo, nem êle, enfêrmo, tinha a obrigação de confessar-se em tais con-

dições, afastou-se frei João, sem mais delongas, a protestar, veementemente, "contra aquela afrontosa violação das leis da religião e da caridade".

Foi o suficiente para que maior, ainda, se fizesse a cólera daqueles energúmenos, e êles tratassem logo de ocupar a entrada da casa em que se alojara o missionário e onde já então se achava, a vozear imprecações, agravos e promessas de vindita séria.

Afortunadamente, já aí aguardavam os missionários, com animais arreados, nos fundos da habitação, seus companheiros de viagem. Em forma que foi só montarem e se porem em marcha. E quando chegaram, enfim, ao alto da Favela, pela estrada serpejante e pulverulosa, aberta nas encostas daquela colina desnuda e êrma, que tão famígera se tornou depois, e puseram os olhos, pela derradeira vez, naquele covil da cegueira e do bandoleirismo, diz frei João Evangelista do Monte Marciano que, compadecido de sua situação misérrima, tal como o Divino Mestre diante de Jerusalém, experimentou forte apêrto no coração e afigurou-se-lhe que podia também dirigir-lhe estas palavras:

— "Desconhecestes os emissários da verdade e da paz; repeliste a visita da salvação. Mas aí vêm tempos em que fôrças irresistíveis te sitiarão, braço poderoso te derribará e, arrasando as tuas trincheiras, desarmando os teus esbirros, dissolverá a seita impostora e malígna que te reduziu a seu jugo e aviltante."

O malôgro da missão de paz daqueles abnegados missionários aos domínios do Conselheiro era um mau prenúncio. Mas o govêrno não atentou nêle. De feição que, já no ano seguinte, se iniciava, com o recontro terrificante de Uauá, aquela guerra porfiosa e longa, em que se verteu a fluxo sangue generoso de nosso sofrido e denodado Exército.

LOJA CENTRAL
DE
ALBERTO GEBRAN CHAD
PRAÇA N. S. APARECIDA, 250 — TEL.: 104
APARECIDA — ESTADO DE SÃO PAULO

— Com transporte a tempo...

A SAFRA FOI ENTREGUE

Enquanto, de sol a sol, labuta nos campos antes da colheita, o que mais preocupa ao lavrador é o transporte.

Cada hora pode representar prejuízo irrecuperável e até a perda da safra!

Por isso, *antes da colheita,* é preciso providenciar transporte — rápido, seguro e econômico.

É preciso providenciar um caminhão *MERCEDES-BENZ* — seja o LP-331, para grandes cargas e longas distâncias, seja o LP-321, para chegar mais depressa!

O caminhão *MERCEDES-BENZ* proporciona o transporte mais rápido e mais econômico em qualquer estrada — porque o combustível é Diesel, o motor é possante, o chassis é robusto e a carroçaria pode ser muito mais ampla. As peças genuínas são encontráveis em tôda parte do país e — como já está provado — o custo de manutenção é o mais reduzido!

Para entregar em tempo a safra, é preciso mais do que um simples caminhão — é preciso um *MERCEDES-BENZ.*

MERCEDES-BENZ
DO BRASIL S. A.

SÃO BERNARDO DO CAMPO — SÃO PAULO

Fabricante do 1º caminhão com motor Diesel produzido no Brasil

FÁBRICA DE BOTÕES CAROZITA, S. A.

★

AVENIDA MARECHAL DEODORO, 689

Caixa Postal 62 — Telefone 315

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: COROZITA

TAUBATÉ — ESTADO DE SÃO PAULO

CASA MANARA

J. D. MANARA

RÁDIOS — TELEVISORES — ALTA FIDELIDADE — GELADEIRAS — LIQUIDIFICADORES — ENCERADEIRAS — BICICLETAS — FOGÕES A GÁS — MÁQUINAS DE COSTURA — PIANOS — COFRES — HARMÔNICAS

RUA CARNEIRO DE SOUZA, 136 — FONE 522

TAUBATÉ — ESTADO DE SÃO PAULO

CIA. SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA



AGÊNCIA DE SÃO PAULO

RUA LÍBERO BADARÓ, 293 — Conj 12-C

(Prédio Conde de Prates)

SEDE: SABARÁ (MINAS GERAIS) USINAS EM SIDERÚRGICA E MONLEVADE

TELEGR: "BELGOMINAS" — TELEFONE 33-2151

PRODUTOS

SEMIPRODUTOS

BILETES
PLACAS

LAMINADOS

FERROS REDONDOS
FIO MÁQUINA
FERROS QUADRADOS
FERROS CHATOS
FITAS DE AÇO
CHAPAS
CANTONEIRAS
FERROS T
FERRO ARCO
FERRO PARA FERRADURAS

TREFILADOS

ARAME ESTIRADO CLARO
ARAME RECOZIDO PRÊTO
ARAME RECOZIDO CLARO
ARAME PARA REBITES
ARAME PARA CORRENTES
ARAME PARA ELÉTRODOS
ARAME PARA FAB. DE PALHA DE LÃ DE AÇO
ARAME PARA CHAVETAS DE LATA
ARAME GALVANIZADO LISO
ARAME GALVANIZADO OVALADO
ARAME GALVANIZADO PARA MOLAS
"PATENTING B. M."
ARAME COBREADO
ARAME FARPADO PARA CÊRCAS E RESPECTIVOS GRAMPOS

TUBOS

TUBOS PRETOS
TUBOS GALVANIZADOS

AÇOS

DE TÔDAS AS QUALIDADES E PARA OS MAIS VARIADOS FINS.

COMPANHIA CELULOSE BRASILEIRA

INSCRIÇÃO N. 966

SEDE SOCIAL E FÁBRICA

RUA JOÃO APRIGIO COSTA, 7 — FONES:

Direção Técnica, 309 — Direção Comercial e Contabilidade, 293

APARECIDA

Escritório: RUA ALMIRANTE BALTAZAR 207 — Fone: 48-4876

RIO DE JANEIRO

Escritório: RUA DOM FRANCISCO DE SOUZA, 147

Fones: 35-1483 e 34-5549

SÃO PAULO

CASA CURY

O MAIOR E MAIS COMPLETO ESTOQUE
DE ARMAS E MUNIÇÕES

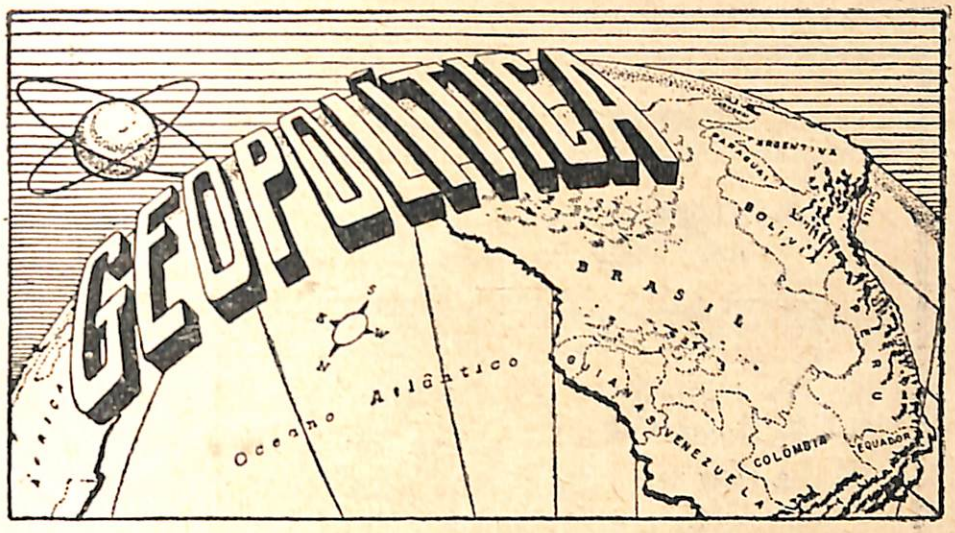
SEÇÃO DE CALÇADOS FINOS E POPULARES

★

RUA MONTE CARMELO, 182

TELEFONE 279

APARECIDA — ESTADO DE SÃO PAULO



ANO II — N. 10
(Abr 60)

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA
da Seção de Geografia e História do EME

SUMÁRIO DA SEÇÃO

I — DOUTRINA

"Esbôço de um Plano de Pesquisa Geopolítica" (1ª Parte) — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"O Brasil e o Despertar Afro-Asiático": 1. "Expressão Geográfica e Posição Relativa dos Continentes"; 2. "Posição Relativa do Território Brasileiro face ao Mundo Afro-Asiático"; 3. "O Chamado Mundo Afro-Asiático" — CARLOS DE MEIRA MATTOS, Ten-Cel.

III — FRONTEIRAS

"Brasil-Paraguai": "Salto das Sete-Quedas" — OCTÁVIO TOSTA, Maj.

IV — ARTIGO ESTRANGEIRO

"Geopolítica e Geoestratégia" (2ª Parte — concl. n. ant.) — LEPOTIER, Contr-Alm (Tr. da "Revue de Defense Nacionale", França, p. Osvaldo Oliveira Santos, 2º Sgt).

A **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO** já publicou as seguintes obras sôbre **GEOPOLÍTICA:**

1) GEOPOLÍTICA DO BRASIL — 1947 — Brigadeiro Lísias Rodrigues (Esg).
2) A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA — 1951 — Ten-Cel Jaime Ribeiro da Graça.
3) PROBLEMAS DO BRASIL — 1952 — Cel Adalardo Fialho.
4) GEOPOLÍTICA GERAL E DO BRASIL — 1952 — Everardo Backheuser.
5) FRONTEIRA EM MARCHA — 1956 — Renato de Mendonça.
6) ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL — 1957 — Ten-Cel Golbery do Couto e Silva.

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endôsso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na SEÇÃO pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA.** A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — "A Defesa Nacional" — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.

I — DOUTRINA

ESBOÇO DE UM PLANO DE PESQUISA GEOPOLÍTICA

Coordenado, na base de vários estudos e sugestões, pelo
Coronel GOLBERY DO COUTO E SILVA

1. A Pesquisa Básica terá em vista:

   a. a definição de uma *Doutrina Geopolítica Brasileira;*

   b. o estabelecimento de uma Metodologia a adotar no estudo de problemas geopolíticos;

   c. a formulação de um *Conceito Geopolítico Nacional* (diretrizes gerais para a ação geopolítica).

2. Ter-se-ão, assim, estabelecidas as bases doutrinárias, o método geral e, ademais, o quadro de conjunto da ação geopolítica, no qual se deverá enquadrar o estudo objetivo de qualquer problema geopolítico, bem assim tôdas as atividades visando a promover sua justa e oportuna solução.

   Por outro lado, resultará — em particular, do Conceito formulado — uma catalogação, por ordem de *prioridade,* dos principais problemas que deverão merecer a atenção da análise geopolítica, considerados em sua extensão geopolítica, grau de generalidade, interdependência e condicionamentos diversos.

3. *DOUTRINA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA*

   a. CONCEITUAÇÃO DE GEOPOLÍTICA

      (1). Geopolítica = "política feita em decorrência das condições geográficas" (Backeuser).

      A Geopolítica serve de fundamentação e propõe diretrizes de ação à Política.

      (2). A Geopolítica subordina-se à Política e aplica, a serviço desta, os conhecimentos da Ciência Geográfica.

      (3). Como o Estado-Nação é o organismo político soberano na atual quadra de evolução do mundo, a Geopolítica Nacional constitui-se em núcleo doutrinário fundamental.

      Só vale, para nós, a Geopolítica que fôr *nitidamente brasileira,* atenta às aspirações e realidades nacionais.

(4). Tôda Geopolítica Nacional visa:

(a). ao *bem-estar* coletivo do povo;

(b). à *segurança* da Nação.

O desenvolvimento econômico e social é fator primordial tanto ao bem-estar, quanto à segurança.

(5). Como a Estratégia (Política de Segurança Nacional) é o setor da Política dominado pelo fator "Segurança", a Geoestratégia é a parte da Geopolítica que fundamenta a Estratégia.

(6). Considerados os 4 campos fundamentais da Política:

(a). campo político (no sentido restrito da organização e funcionamento das instituições políticas);

(b). campo psico-social;

(c). campo econômico;

(d). campo militar;

também a Geopolítica — tanto quanto a Geoestratégia, em correlação com a Estratégia — admite idêntica repartição de seu domínio total.

No entanto, mantém-se em primeiro plano, sempre, a idéia da interdependência dêsses campos e, pois, da indispensável integração da ação geopolítica, tanto quanto da geoestratégica.

(7). Como o Estado-Nação se insere, mais ou menos voluntàriamente, em conjuntos políticos mais vastos — alianças, blocos, conjuntos continentais, pan-regiões, zonas culturais, etc. — a Geopolítica Nacional pode integrar-se numa Geopolítica aliada, numa Geopolítica continental, etc.

O grau de sua independência decorre do grau efetivo de soberania do Estado.

(8). As características fundamentais de uma Geopolítica Nacional decorrem das aspirações e interêsses da Nação e das realidades geopolíticas internas e externas. Sua identificação exige, pois, uma primeira análise geopolítica da conjuntura (internacional e interna).

(9). A Geopolítica Brasileira deve caracterizar-se, sobretudo, como:

(a). Geopolítica de *integração* e *valorização espaciais;*

(b). Geopolítica de *expansionismo para o interior* e, também, de *projeção pacífica no exterior;*

(c). Geopolítica de *contenção,* ao longo das linhas fronteiriças;

(d). Geopolítica de participação na defesa da Civilização Ocidental;

(e). Geopolítica de colaboração continental;

(f). Geopolítica de colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e além-mar;

(g). Geopolítica de segurança em face da dinâmica própria dos grandes centros externos do poder.

b. CONCEITOS GEOPOLÍTICOS BÁSICOS

(1). Espaço (extensão e forma) e Posição;

(2). Circulação;

(3). Outros.

Tarefa 1: Elaborar um Glossário.

c. LEIS E PRINCÍPIOS

(1). Leis da geografia política;

(2). Leis sociológicas (ecologia social, em particular);

(3). Leis da ciência política;

(4). Princípios geopolíticos:

(a). da integração;

(b). do objetivo;

(c). da concentração de esforços (dominância);

(d). da economia de meios (criticidade);

(e). da adaptação entre fins e meios (raio de ação geopolítica);

(f). outros.

(4a). Princípios geoestratégicos:

(a). segurança;

(b). surprêsa;

(c). ofensiva;

(d). outros.

Tarefa 2: Catalogar, em ordem prioritária.

d. CONTRIBUIÇÕES À GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

(1). de autores brasileiros;

(2). de autores estrangeiros.

Tarefa 3: Índice bibliográfico-crítico.

e. EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO

(1). na América do Sul;

(2). no restante do Continente (EUA, em particular);

(3). na Europa;

(4). etc.

Tarefa 4: Índice bibliográfico-crítico.

4. *METODOLOGIA GEOPOLÍTICA*

a. MÉTODO GERAL DE RACIOCÍNIO (e sua aplicação na solução de problemas).

MÉTODO			APLICAÇÃO (em trabalho de grupo)	
Etapas		**Fases**		
1	**Interpretação do Problema ou Tarefa** a. De que se trata? (1). natureza — problema? missão? juízo? tarefa? (2). essência — definição do problema ou tarefa. (3). campo em que se situa (delimitação provisória — condicionamentos e premissas existentes). b. Para quê? (finalidade, propósito, idéia de manobra ou missão enquadrantes).	Fase Preliminar	1. **Interpretação do Problema ou Tarefa.** a. Ver "Método". b. Ver "Método".	
2	**Análise** a. Idéia provisória de como resolver o problema, cumprir a tarefa ou missão, formular o juízo fundamental desejado (plano de ação). b. Decomposição em elementos, fases, partes ou hipóteses (se fôr o caso). c. Relacionamento de fatôres, dados, aspectos ou critérios de julgamento a considerar.		2. **Estabelecimento de um Roteiro de Trabalho** (para a pesquisa). a. Ver "Método". b. Ver "Método". c. Ver "Método". 3. **Fixação de um Calendário** — Repartição do tempo disponível pelas diversas Fases.	

3	**Síntese** a. Avaliação isolada dos fatôres, dados, aspectos ou critérios de julgamento relacionados. (1). seleção (por eliminação, conforme a estabilidade, valor, grau de confiança, etc.). (2). sistematização. (3). interpretação. (4). avaliação final. b. Conclusões parciais por grupos de fatôres ou aspectos (integração parcial). c. Comparação e crítica das conclusões parciais (eliminação, modificação ou estabelecimento de novas conclusões). d. Conclusões gerais (integração das parciais).	Fase de Pesquisa	1. **Levantamento dos fatôres ou dados.** 2. Avaliação isolada dos fatôres, dados, aspectos ou critérios de julgamentos relacionados. (1). Ver "Método". (2). Ver "Método". (3). Ver "Método". (4). Ver "Método".
4	**Formulação das Soluções Possíveis** (hipóteses — linhas de ação — juízos).	Fase da Discussão	1. **Integração de fatôres, dados, aspectos ou critérios de julgamentos.** a. Ver "Método" — b b. Ver "Método" — c c. Ver "Método" — d 2. **Formulação das Soluções Possíveis.** Ver "Método".
5	**Comparação e Avaliação das Soluções Possíveis** — validade e praticabilidade (vantagens e inconvenientes).		3. **Comparação e Avaliação das Soluções Possíveis.** Ver "Método".
6	**Escolha da Solução mais favorável**		4. **Escolha da Solução mais favorável.**
		Fase final	1. **Ultimação de um Relatório.**

O CARVÃO

O carvão é a fonte mais importante de energia no mundo atual. Cêrca de um bilhão e meio de toneladas de carvão betuminoso e antracitoso foi explorado em 1946. Embora parte do ônus atualmente suportado pelo carvão possa ser transferido para o petróleo, a madeira e para a fôrça hidráulica, as deficiências nesses três são tais que um acentuado declínio na produção do carvão, tal como o verificado na Inglaterra de pós-guerra, é provável ser desastroso para um país. É certo dizer-se que o carvão hoje é uma indispensável e insubstituível matéria-prima.

Além de seu maior uso como fonte de energia, o carvão pode ser utilizado como fonte de sucedâneos de petróleo. É também a base de muitos subprodutos essenciais à química industrial e à fabricação de explosivos.

As quatro principais nações produtoras de carvão são os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a URSS e a Alemanha. Os Estados Unidos é tanto o maior produtor — extrai quase a metade do carvão explorado no mundo cada ano — como o maior consumidor. Os quatro países reunidos controlam oitenta por cento da produção total de carvão do mundo. Os países orientais parecem ser pobres em depósitos de carvão, e ainda não fizeram a maior parte dêstes.

O PETRÓLEO

O mundo produz anualmente cêrca de dois bilhões de barris de petróleo. Em têrmos de volume, isto é, cêrca de um têrço da produção anual de carvão. Na guerra, os navios, os aviões, os tanques e os "jeeps" dependem do petróleo. Por isso, são necessários suprimentos suficientes de petróleo para a vitória militar.

Como acontece com o carvão e o ferro, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar na produção de petróleo. A URSS vem em seguida, mas ainda assim muito atrás de nós. Embora tenhamos quarenta por cento das reservas do mundo, o petróleo nos Estados Unidos tem sido mais eficazmente explorado do que em qualquer outro país, e está escoando ràpidamente suas reservas, de modo que nossa situação quanto ao petróleo para o futuro, também, não é tão firme como era de esperar.

Há grandes regiões petrolíferas na América Central e na do Sul — mais da metade das reservas conhecidas do mundo está no Hemisfério Ocidental — no Oriente Médio, nas Índias Orientais Holandesas e na União Soviética. Sòmente por causa de seu petróleo, os países do Oriente Médio, Arábia, Iraque e Irão têm sido por muito tempo prêsas do jôgo político do poder, e continuarão a ser até que a ciência modifique a posição de importância do petróleo em relação ao poder nacional. Durante ambas as guerras mundiais o contrôle dessas regiões foi um objetivo estratégico de ambos os lados. O primeiro grande litígio submetido às Nações Unidas foi o problema do Irão, e a raiz do problema era, naturalmente, o petróleo daquela região. O petróleo é também um fator importante no papel saliente da Palestina, e proporciona aos árabes sua única relevância na política mundial. A maioria das grandes potências dependem, para a aquisição do petróleo, de sua acessibilidade às quatro grandes áreas de reserva de petróleo, e aquela acessibilidade, por sua vez, depende do contrôle dessas áreas por si mesmas ou por potências amigas. Sòmente os Estados Unidos e a URSS, de tôdas as grandes potências, têm grandes reservas de petróleo dentro ou perto de suas fronteiras. Até que a produção de óleos sintéticos esteja grandemente desenvolvida ou seja descoberta uma fonte de energia substituta, podemos estar certos de que a luta pelo contrôle das reservas de petróleo continuará inalterável.

(Transcrito de "Fundamentos Geográficos do Poder Nacional" do Department of The Army Pamphlet, de Jul 51.)

II — ESTUDOS E ENSAIOS

(*) O BRASIL E O DESPERTAR AFRO-ASIÁTICO

Tenente-Coronel CARLOS DE MEIRA MATTOS

1ª PARTE

1 — EXPRESSÃO GEOGRÁFICA E POSIÇÃO RELATIVA DOS CONTINENTES

O Quadro abaixo, nos permitirá uma visão de conjunto da posição e expressão geográficas, relativas dos Continentes. Colocamos no mesmo, para feito de algumas comparações motivadoras do que em seguida vamos expor, o Brasil face aos Continentes e ao Mundo.

Especificação	Área (km2)	População	Densidade hab/km
América	42.043.000	333.100.000	8,8
Europa	10.050.000	550.000.000	54,8
Ásia	44.500.000	1.343.000.000	30,2
África	30.300.000	202.000.000	6,7
Oceania	8.431.000	7.700.000	2,0
Mundo (aprox.)...	135.000.000	2.500.000.000	18,0
BRASIL	8.500.000	62.000.000	7,3

Êste Quadro nos sugere algumas comparações. Em primeiro lugar, verificamos que a Ásia e a África juntas (74.800.000 km² e 1.545.000.000 de habitantes) ocupam mais da metade do território do planêta e abrigam os 3/5 de sua população. Esta constatação, por si só, patenteia a importância dêste "hoje" chamado Mundo Afro-Asiático no equacionamento de qualquer problema de âmbito mundial.

(*) Transcrito da "Revista da Universidade Católica de São Paulo", número de Dez 59.

Segundo a teoria geopolítica de Ratzel que pode ser sintetizada magistralmente na expressão singela — espaço é poder — seria êrro crasso tentar resolver os grandes problemas da humanidade, problemas de paz e de guerra, omitindo-se a existência dêsse imenso espaço e dessa enorme população. Entretanto, neste equívoco vinham incorrendo as grandes potências ocidentais, donas do mundo desde o século XV até a 2ª Guerra Mundial. No fim do século passado, surgiu o Japão, potência oriental, querendo pesar na balança mundial.

O resultado da 2ª Guerra Mundial liquidou com o Japão, mas consolidou a posição da URSS entre os "grandes", agora estruturada como potência euro-asiática e, posteriormente, permitiu o despontar de duas futuras estrêlas asiáticas no cenário das potências, Índia e China.

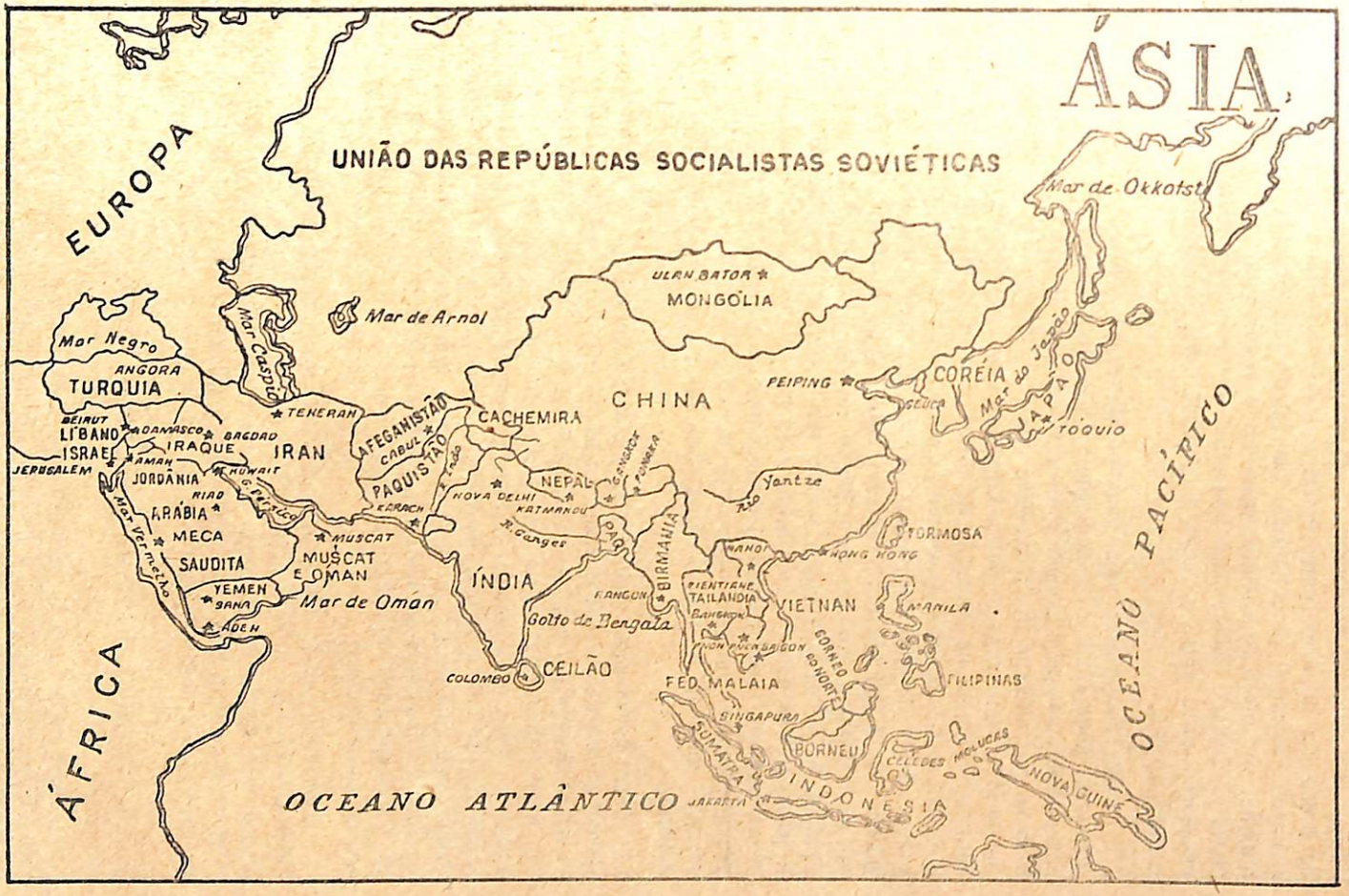
O Brasil, 4º país do globo em extensão territorial, ultrapassado apenas pela URSS, China e agora pelos Estados Unidos (dizemos agora porque é recentíssima a transformação do território do Alaska em Estado integrante da federação norte-americana e, sem o Alaska, os EE.UU. eram menores que o Brasil) e o 7º em população, superado pela China (600 milhões), Índia (331 milhões), União Soviética (210 milhões), Estados Unidos (170 milhões), Japão (90 milhões) e Indonésia (85 milhões).

Se a Alemanha (70 milhões), não estivesse politicamente dividida, seria o único país europeu que nos excederia em população e nós, então, passaríamos para o 8º lugar.

No tocante à valorização dos espaços geográficos, várias teorias têm sido levantadas desde o século passado, principalmente pelos geógrafos europeus (Huntington, Gobineau, Lapouge, Chamberlain). Hoje em dia, entretanto, é universalmente aceita a tese de que entre as áreas úteis podem ser acrescentadas as regiões de clima equatorial e tropical, cuja inadaptalidade ao trabalho produtivo do homem já foi superada pela ciência e técnica modernas. Em face disso, restam como "vazios ecumênicos" não superados pelo engenho humano, apenas os desertos e as regiões glaciais e subglaciais. Diante dêsse moderno critério de valorização dos espaços geográficos, o território brasileiro incorpora-se integralmente ao conjunto de "áreas úteis" do universo, vindo assim o nosso país figurar na posição de 2º do mundo, no tocante à extensão dessas áreas.

II — POSIÇÃO RELATIVA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO FACE AO MUNDO AFRO-ASIÁTICO

Debruçado sôbre o Atlântico Sul, servido por uma imensa costa de 7.408 km, o Brasil se articula com os Continentes Negro e Amarelo através das principais linhas de circulação marítima mundial — Rio — Recife — Gibraltar — Suez — Adem — Calcutá — Singapura — Hong-Kong — Yokchama e Rio — Captown — Jacarta — Singapura — Hong-Kong — Yokohama.


ÁSIA
UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
EUROPA
Mar de Okkotsk
ULAN BATOR
MONGÓLIA
Mar de Arnol
Mar Negro
Mar Cáspio
ANGORA
TURQUIA
PEIPING
COREIA
Mar do Japão
JAPÃO
BEIRUT
LÍBANO
DAMASCO
BAGDAD
ISRAEL
IRAQUE
IRAN
TENERAH
AFEGANISTÃO
CABUL
CACHEMIRA
CHINA
JERUSALEM
AMAN
KUWAIT
JORDÂNIA
RIAD
PAQUISTÃO
KARACHI
NOVA DELHI
NEPAL
KATMANDU
Yantze
Rio
ARÁBIA
MECA
SAUDITA
MUSCAT
MUSCAT E OMAN
Golfo Pérsico
Mar Vermelho
YEMEN
SANA
ADEN
Mar de Omán
ÍNDIA
R. Ganges
Golfo de Bengala
RANGUN
BIRMANIA
HANOI
TAILANDIA
BANGKOK
VIETNAN
SAIGON
FORMOSA
HONG KONG
MANILA
COLOMBO
CEILÃO
FED. MALAIA
CORNEO SETENTRIONAL
FILIPINAS
SINGAPURA
SUMATRA
BORNEU
CELEBES
MOLUCAS
NOVA GUINE
INDONESIA
JAKARTA
ÁFRICA
OCEANO ATLÂNTICO
OCEANO PACÍFICO

O litoral brasileiro confronta-se "vis a vis" com a costa atlântica da África. Os salientes nordestinos e do senegal, separados por pouco mais de 3.000 km do mar (entre Natal e Dakar), formam os extremos do chamado "estreito" do Atlântico, tão falado por ocasião da 2ª Guerra Mundial em que o Presidente Roosevelt o chamou de "ponte estratégica Natal — Dakar". Sôbre êsse "estreito" encontra-se o principal eixo de circulação aérea entre o Brasil e a África, daí irradiando para a Ásia e Europa.

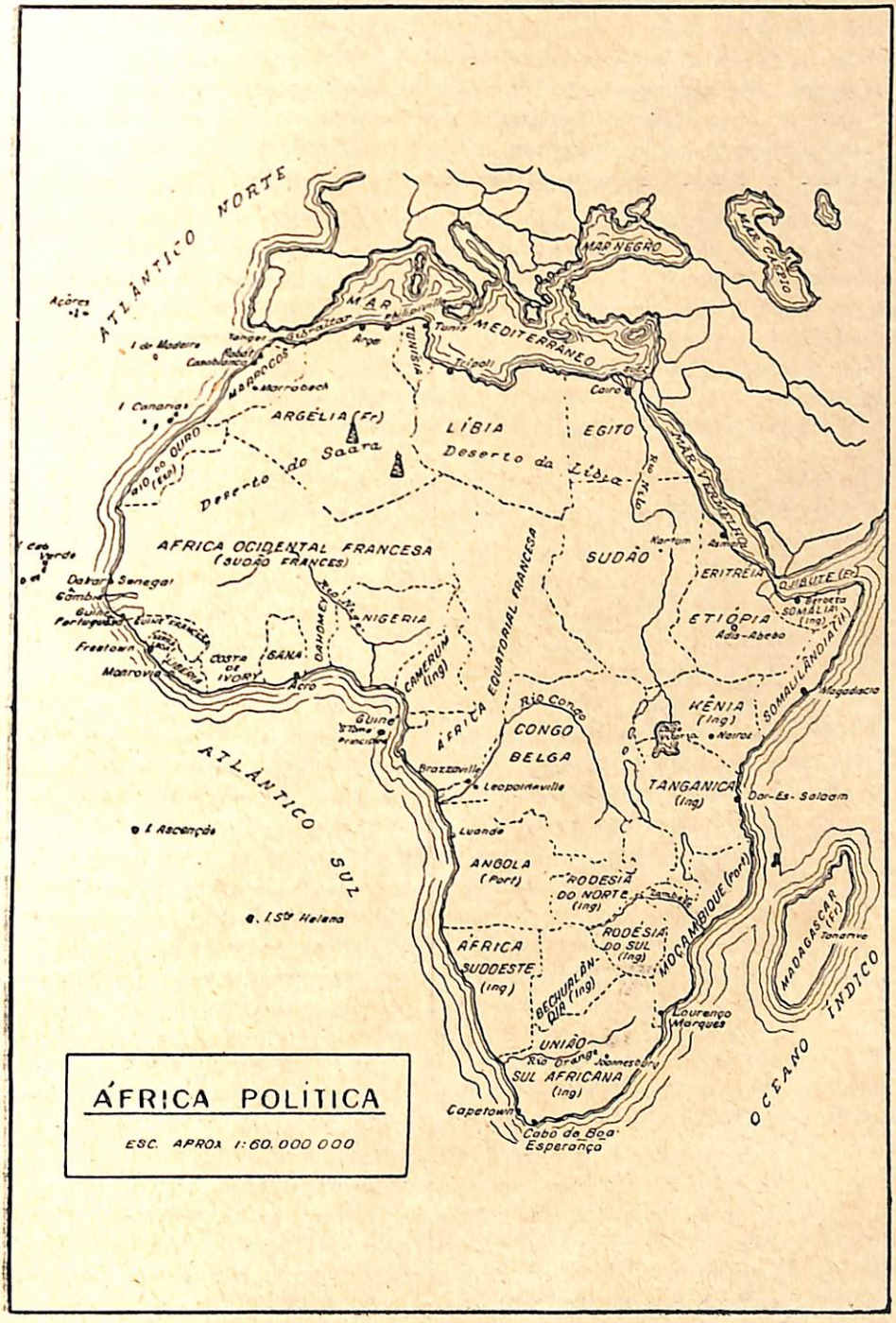
Desejo, aqui, fazer uma pequena digressão sôbre o problema das distâncias geográficas. Os modernos meios de transporte e de comunicação colocados pela ciência e pela técnica modernas à disposição do homem, nos obrigam a uma revisão dos já velhos conceitos "do longe e do perto". Não podemos mais, hoje em dia, considerar a África como continente longínquo separado do Brasil por um imenso oceano. Nem a África está longe nem o oceano é imenso. Essas distâncias se apequenaram diante da velocidade e do alcance dos modernos meios de transportes. Os 3.000 km que medeiam entre Natal e Dakar ou Freetown, ou os 6.000 km que separam Recife ou Salvador de Cabinda ou de Loanda, na África Portuguêsa, podem ser vencidos pelos modernos aviões a jato em três horas e seis horas respectivamente. Um míssil do tipo Atlas (foguete intercontinental norte-americano) cobriria essas distâncias respectivamente em sete e quatorze minutos. Quem nos garantirá que, amanhã, um "míssil" dêsses não poderá levar a bordo tripulantes e passageiros?

Essas novas e revolucionárias idéias sôbre espaço e distância não devem passar desapercebidas aos modernos estadistas e estrategistas brasileiros. Somos um país que o destino dotou de tôdas as condições para vir a se transformar numa das nações líderes do mundo. Se nós, ao invés de, com questiúnculas internas, pormos tropeços à realização de nosso destino de grandeza, soubermos ajudar essa marcha ascencional, estou certo, que dentro de meio século, no máximo, para atingirmos êsse escopo, é mister que as modernas gerações brasileiras, a elite intelectual do País, aprendam a pensar e a raciocinar em têrmos mundiais e não em escala provincial.

Encerrando essas idéias lançadas sôbre a posição relativa de nosso território face ao mundo afro-asiático, podemos concluir, dizendo que o Brasil está bem situado, geogràficamente, no tocante à sua articulação com as principais linhas de circulação marítima e aérea de contato com os continentes negro e amarelo.

III — O CHAMADO MUNDO AFRO-ASIÁTICO

A expressão "mundo afro-asiático" é de criação muito recente e de conceito predominantemente político. A expressão resultou, entre outros fatôres, da compreensão por parte dos principais líderes asiáticos dêsse fenômeno atual do "apequenamento" geográfico do mundo, a que nos


ÁFRICA POLÍTICA
ESC. APROX 1:60.000.000
ATLÂNTICO NORTE
ATLÂNTICO SUL
OCEANO ÍNDICO
MAR NEGRO
MAR CÁSPIO
MAR MEDITERRÂNEO
MAR VERMELHO
Açôres
I. da Madeira
Tanger
Gibraltar
Argel
Tunis
Tripoli
Cairo
Marrocos
Casablanca
Rabat
Marrocos
I. Canarias
ARGÉLIA (Fr.)
LÍBIA
EGITO
Deserto do Saara
Deserto da Líbia
Rio Nilo
Rio do OURO (Esp.)
Cabo Verde
AFRICA OCIDENTAL FRANCESA (SUDÃO FRANCES)
SUDÃO
Khartum
Asmara
ERITRÉIA
DJIBUTE (Fr.)
Dakar
Senegal
Gâmbia
Bissau
Portuguesa
Guiné Francesa
Freetown
Serra Leoa
Monrovia
Libéria
Costa de IVORY
GANA
Acra
DAHOMEY
Rio Niger
NIGERIA
CAMERUN (Ing.)
ÁFRICA EQUATORIAL FRANCESA
Rio Congo
ETIÓPIA
Adis-Abeba
Protect. SOMALILÂNDIA (Ing.)
Mogadiscio
SOMALILÂNDIA (It.)
Guiné Espanhola
S. Tomé e Príncipe
CONGO BELGA
Brazzaville
Leopoldville
KÊNIA (Ing.)
Nairobi
TANGANICA (Ing.)
Dar-Es-Salaam
I. Ascenção
Luanda
ANGOLA (Port.)
RODÉSIA DO NORTE (Ing.)
Zambeze
MOÇAMBIQUE (Port.)
I. Sta Helena
RODÉSIA DO SUL (Ing.)
MADAGASCAR (Fr.)
Tananive
ÁFRICA SUDOESTE (Ing.)
BECHUANALÂNDIA (Ing.)
Lourenço Marques
UNIÃO SUL AFRICANA (Ing.)
Rio Orange
Johannesburg
Capetown
Cabo da Boa Esperança

referimos anteriormente. Há 30 anos passados, seria uma heresia ou um pedantismo sem sentido, falar-se em mundo afro-asiático. Hoje, compreendemos que pode haver uma idéia de solidariedade capaz de integrar êsses 1 bilhão e meio de amarelos e negros, espalhados numa área superior à metade das terras do planêta, numa mesma comunidade de propósitos e de interêsses políticos e econômicos. Os transportes e as comunicações modernas tornaram possível êsse "milagre" de aproximação de áreas e gentes disseminadas em meia face do globo.

Vejamos porque surgiu essa idéia de solidariedade que busca a união dos povos de pele amarela e negra numa comunidade de interêsses políticos e econômicos. Em primeiro lugar, somos obrigados a reconhecer a existência de um motivo emocional que atua como verdadeira pan-idéia incentivadora dessa união, o despontar, nos povos asiáticos e africanos — alguns (como os hindus, chineses e egípcios), representantes de civilizações muito mais antigas do que os ocidentais — da convicção de que vêm sendo dominados rudemente pelos brancos ocidentais há cinco séculos.

Sôbre essa tese, vamos reproduzir aqui um trecho bastante elucidativo do historiador inglês, Arnold Toynbee no seu livro "El Mundo y el Occidente". Diz Toynbee:

> "No encontro entre o mundo e o Ocidente, que se vem desenvolvendo durante quatrocentos anos, o mundo, e não o Ocidente, é a parte que até êste momento, tem sofrido a experiência mais significativa. Não foi o Ocidente que foi atacado pelo mundo, mas o mundo que foi atacado, e atacado duramente, pelo Ocidente. Um ocidental que deseje meditar neste tema por alguns minutos, precisa antes despir-se da pele de ocidental e considerar o conflito entre o mundo e o Ocidente através dos olhos da grande maioria da humanidade não ocidental. Por diferentes que sejam êsses povos, em língua, raça, civilização e religião, se lhes fôr pedida sua opinião sôbre o Ocidente, darão todos a mesma resposta, sejam russos orientais, maometanos, hindus, chineses, japonêses. Responderão que o Ocidente tem sido o arquiagressor dos tempos modernos e cada um exporá sua própria experiência da agressão ocidental. Os russos se recordarão que o seu país foi invadido por exércitos ocidentais em 1610, 1709, 1812, 1915 e 1941; os povos da Ásia e da África recordarão que missionários ocidentais, comerciantes e soldados, cruzando os mares, têm ocupado as suas costas e os empurrado para o interior de suas terras, desde o século XV. Os asiáticos recordarão, também que, nessa mesma época, os ocidentais levaram "a parte do leão" nas últimas terras disponíveis do mundo — América, Austrália, Nova Zelândia e África (exceto a parte Norte). Os africanos se recordarão que foram escravizados e deportados para o outro lado do oceano, a fim de servir aos colonizadores europeus, nas Américas, como ferramentas vivas para prover a cobiça de riqueza dos seus amos ocidentais."

Estas palavras de Toynbee podem chocar, pode-se mesmo conjecturar que, como ocidentais, nós não deveríamos ventilá-las. O que não se pode, entretanto, é negá-las. Elas exprimem uma verdade histórica. Poderá se dizer que os ocidentais penetraram nessas terras em "missão civilizadora". Perguntamos nós: têm os hindus, chineses, japonêses, egípcios, mongólicos, motivos para aceitar esta justificativa?

Pintamos êsse quadro "toynbeano" apenas para comprovar que existe uma razão psicológica para essa solidariedade dos povos afro-asiáticos e que justifica o conteúdo antiocidental dêsse movimento. É preciso, entretanto, reconhecer outra realidade. Se o movimento afro-asiático, politicamente, tem um sentido antiocidental, espiritualmente não pode, senão buscar, apoio no Ocidente. No mundo de hoje, dividido entre duas ideologias — uma espiritualista e outra materialista — povos de profundas tradições religiosas e espiritualistas, como os hindus, os chineses e as nações maometanas, não podem encontrar afinidades reais com o materialismo histórico dos soviéticos. A posição do movimento afro-asiático, então, deveria ser a equidistância entre os dois blocos rivais.

Politicamente, essa equidistância se traduz em neutralismo.

A lógica do nosso raciocínio, entretanto, parece contundida pela realidade, que nos revela o quadro do crescente prestígio do comunismo e da Rússia nos continentes asiático e africano, particularmente no primeiro. Não há nada de ilógico nisto. O que há é que o movimento dos povos afro-asiáticos, no momento, é ainda uma aglutinação um tanto ou quanto desajustada, minada por inúmeros choques de interêsses e rivalidades locais, e que não pode, por si só, sintetizar-se e encontrar o rumo de sua plena realização. Terá que se apoiar num dos grandes blocos mundiais — ou no Ocidental ou no russo.

Os ocidentais têm contra si um passado recente de política colonialista nem sempre justa ou altruística. Os russos, portadores de uma ideologia de alto conteúdo emocional, usando insidiosa técnica revolucionária e sedutora dialética de propaganda de conteúdo eminentemente social e, sobretudo, isentos de responsabilidades diante da situação de atraso e da pobreza de que se queixam as populações asiáticas e africanas, conseguiram insinuar-se como seus amigos e defensores.

Após a 2ª Guerra Mundial, as potências européias, donas de territórios na Ásia e na África, sentiram a necessidade urgente de rever a sua política colonial num esfôrço para conservar seus territórios de ultramar. Nem sempre obtiveram êxito. A Inglaterra teve que se conformar com a independência da Índia, da Birmânia e do Egito. A Holanda, após anos de luta armada e inconformismo, acabou desistindo de governar as Índias Ocidentais, transformadas na República da Indonésia. A França vem se gastando numa sucessão de dificuldades coloniais, obrigada a se conformar com o desmembramento da Indochina, Marrocos e Tunísia. Outras libertações de antigas possessões e protetorados vêm se sucedendo no Oriente-Médio e na África.

Na Ásia, o colonialismo europeu está quase desaparecido. Restam algumas ilhas. No continente, apenas, poucos pontos de apoio em sítios estratégicos da costa do Mar Vermelho, Oceano Índico e Mar da China (Adem, Hong-Kong, Singapura) e pequenos baluartes remanescentes de expansão portuguêsa do século XV: Goa, Macau, Diu e Timor.

A África, cuja exploração interior começou há menos de um século, representa, na atualidade, principal reduto do colonialismo do século XX. Ali estão os britânicos, franceses, portuguêses, espanhóis e belgas.

Deve-se reconhecer que nestes últimos anos as potências européias realizaram significativos esforços no sentido de dar um impulso no desenvolvimento do território africano. Os governos de Londres, Paris, Bruxelas e Portugal inverteram importantes verbas em planos de infra-estrutura (transportes e energia) e em obras sociais (hospitais, escolas e construções de casas).

Com isto vem conseguindo, em parte, neutralizar os "argumentos de fôrça" dos partidos nacionalistas locais, que apóiam tôda sua propaganda emancipadora em campanhas populares de reivindicação de melhor padrão de vida para as populações locais e maior progresso material para o País.

Esbarram, entretanto, os propósitos elevados do govêrno metropolitano, com dificuldades às vêzes quase insuperáveis, oriundas da conduta de seus súditos nas colônias muito apegadas a certos preconceitos e a velhos privilégios.

Num rápido giro de horizonte vamos, em seguida, passar em revista, os principais problemas políticos, econômicos e sociais que afligem neste momento histórico as populações afro-asiáticas.

(Continua no próximo número)

A LUTA PELA POSSE DAS FONTES DE ENERGIA, ESPECIALMENTE DO CARVÃO E DO PETRÓLEO, DETERMINA O QUADRO GEO-POLÍTICO DO IMPERIALISMO MODERNO.

JAMES FAIRGRIEVE

III — FRONTEIRAS

FRONTEIRA BRASIL — PARAGUAI

SALTO DAS SETE QUEDAS

Major OCTAVIO TOSTA

I — ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A primeira linha de demarcação de limites entre o Brasil e o território hoje pertencente à República do Paraguai foi estabelecida em 1750 pelo TRATADO DE MADRI.

Pela parte final do art. V dêsse tratado a linha descrita a partir da bôca do rio Iguaçu *prosseguirá pelo álveo do Paraná acima até onde se lhe ajunta o Igureí pela sua margem ocidental.*

No dia 17 de janeiro de 1751 foi assinado em Madri um tratado com Instruções aos Comissários demarcadores. O art. X das INSTRUÇÕES rezava: *E porquanto em alguns mapas se acha mudado o nome e situação do rio Igureí, determinado para servir de fronteira na margem ocidental do Paraná, se declara que há de servir de fronteira o primeiro rio caudaloso que deságua no Paraná da banda do poente, acima do Salto Grande do mesmo Paraná.*

No TRATADO DE SANTO ILDEFONSO (1777) os têrmos pouco diferem:

Art. VIII ... e *continuando então* (da foz do Iguaçu, no rio Paraná) *águas acima do mesmo Paraná, até aonde se lhe ajunta o rio Igureí pela sua margem ocidental.*

Art. IX — *Desde a bôca ou entrada do Igureí, seguirá a raia águas acima até a sua origem principal;*

Durante as demarcações houve divergências entre os comissários espanhóis e portuguêses na caracterização dos rios Igureí e Corrientes.

A partir de 1844, o Brasil e o Paraguai, já independentes, fizeram diversas tentativas de fixação dos limites. Em uma dessas tentativas realizada em 1847 o govêrno paraguaio propôs por intermédio de D. Juan Andrés Gelly um tratado que seria de aliança, comércio, navegação e limites.

"Segundo o artigo 5º do projeto apresentado ao govêrno imperial a fronteira seguiria o Paraná da foz do Iguaçu ao Salto Grande; a serra de Amambaí e a de Maracaju, até as vertentes do rio Branco"... (1).

Como conseqüência da guerra iniciada em 1864 o Brasil celebrou com a Argentina e o Uruguai o TRATADO DE 1º DE MAIO DE 1865 cujo artigo 16 dizia o seguinte:

"O Império do Brasil se dividirá da República do Paraguai:

"Do lado do Paraná, pelo primeiro rio abaixo do Salto das Sete Quedas, que, segundo a recente carta de Mouchez, é o Igureí, e da foz do Igureí por êle acima a procurar as suas nascentes".

Com a terminação da guerra foram expedidas pelo govêrno imperial ao Visconde do Rio-Branco as INSTRUÇÕES RESERVADAS, de S. Vicente, de 12 de outubro de 1870 (2). Referindo-se aos limites do Brasil as Instruções determinavam:

"Pelo que respeita aos limites do Brasil, o Govêrno Imperial manteve a declaração já feita por V. Exa. em conferências verbais, e a que aludem suas notas e memorandos, de que, mostrando-se generoso o nosso Aliado, quanto aos méritos do Chaco, desistiremos da linha do Igureí, ficando como nossa divisa, do lado do Paraná, o salto das Sete Quedas, divisa já em outro tempo proposta pelo próprio Govêrno paraguaio".

II — O TRATADO DE 1872

As negociações separadas do Brasil com o Paraguai foram iniciadas em janeiro de 1872. Constam do protocolo das três primeiras conferências realizadas respectivamente a 4, 5 e 7 daquele mês as seguintes declarações de D. Carlos Loisaga, plenipotenciário paraguaio (3):

"no passo que dava o Sr. plenipotenciário brasileiro de não demorar os ajustes que devem restabelecer as boas relações que é do interêsse mútuo dos Estados manter e cultivar, (o plenipotenciário paraguaio) reconhece e aprecia a lealdade com que sempre há procedido o Império, e o interêsse constante que tem mostrado pela sorte da República".

O TRATADO DE PAZ E AMIZADE PERPÉTUA E DE LIMITES, assinado no dia 9 de janeiro (1872) estabelecia em seu art. 2º — *Os limites do Império do Brasil com a República do Paraguai serão ajustados e definidos em tratado especial, o qual constituirá ato distinto do presente, mas será assinado simultâneamente com êste, e terá a mesma fôrça e valor que se dêle fizesse parte.*

---

(1) Hildebrando Accioly: "Limites do Brasil" — "A Fronteira com o Paraguai", pp 61.

(2) Hildebrando Accioly: obra citada.

(3) Hildebrando Accioly: obra citada.

Durante as discussões finais em tôrno da região compreendida entre o Igureí e o Iguatemi, tendo em vista a caracterização definitiva dos limites, "o plenipotenciário paraguaio propôs que se adotasse" *"uma linha mais conveniente"*, e essa seria a do Salto Grande, que lhe parecia preencher perfeitamente *"o fim de oferecer mais fácil defesa a ambos os Estados, ficando assim tôda a margem esquerda do Paraná, do Salto para baixo, pertencendo exclusivamente ao Paraguai e, para cima, ao Brasil"*.

A linha divisória aceita pelos plenipotenciários e incorporada ao Tratado, teve a seguinte definição:

O território do Império do Brasil divide-se com o da República do Paraguai pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguaçu, até o Salto grande, das Sete Quedas no mesmo rio Paraná;

Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju, até onde ela finda: (Art. 1º do Tratado de limites de 6 de janeiro de 1872).

* * *

As demarcações foram realizadas por uma Comissão Mista brasileiro-paraguaia de 1872 a 1874. A ATA DA 11ª CONFERÊNCIA ao tratar da região das Sete Quedas consigna o seguinte:

Foi declarado pelos Srs. comissários que o fim desta reunião era autenticar-se a chegada da comissão mista neste lugar, extremo da linha Oeste-Leste, que partindo do marco do Ibicuí, vem pelo alto da serra de Maracaju até êste Salto.

De acôrdo com as instruções dos mesmos comissários não se coloca marco neste ponto, por ser o Salto das Sete Quedas baliza natural e imutável.

A posição geográfica do Salto e a descrição da linha pela serra de Maracaju serão consignadas na conferência em que forem apresentadas as plantas, que vão ser postas a limpo.

Na ATA DA 12ª CONFERÊNCIA lê-se o seguinte:

Foi declarado pelos Srs. comissários que o fim dessa reunião era dar por demarcada a fronteira norte-sul entre os dois países, limitada pelo álveo do rio Paraná, cuja demarcação prosseguiu do Salto das Sete Quedas e terminou na foz do rio Iguaçu ou Curitiba; ficando pertencendo ao domínio do Paraguai a primeira ilha que encontrarão a doze quilômetros, ao rumo de trinta e dois graus vinte e um minutos sudoeste verdadeiro, do mesmo Salto; e ao domínio do Brasil a segunda ilha que encontrarão a nove e meio quilômetros, ao rumo de um grau cinqüenta e quatro minutos Noroeste verdadeiro da referida foz e logo acima do rio Acaraí, afluente do Paraná pela margem direita.

As posições geográficas do Salto das Sete Quedas e da foz do Iguaçu ou Curitiba, e outras particularidades desta fronteira serão consignadas em outra ata por ocasião da apresentação dos respectivos mapas.

Declararam mais os Srs. comissários que achava-se concluída sôbre o terreno tôda a demarcação da fronteira, segundo o tratado de nove de janeiro de mil oitocentes setenta e dois e respectivas instruções, entre os dois países, faltando apenas os três marcos que já foram mandados construir em lugares determinados, e a troca daqueles mapas e dos da serra de Maracaju.

A ATA DA 16ª CONFERÊNCIA faz a seguinte descrição do limite:

"... continua por essa mata ao rumo geral de 69º NE na extensão de 61,3 Km, e depois, ao rumo geral de 53º SE, atravessa dois pequenos campos e, com 46,3 Km de distância neste último rumo, chega à 5ª e mais importante das SETE QUEDAS, que são formadas pelo encontro da serra com o rio Paraná, havendo em frente uma pequena ilha.

Tôdas as distâncias acima referidas são contadas em linha reta e os rumos verdadeiros.

Os pequenos detalhes da linha e particularidades da zona que a contém são consignados nas plantas.

Feita esta descrição da linha de limites à vista das duas plantas, foram elas depois de bem examinadas, assinadas por todos os membros da comissão mista. (V. figura 1).

Na ATA DA 17ª CONFERÊNCIA lê-se que nas plantas examinadas pela comissão mista (já referidas anteriormente) *a linha de limites representada por um traço contínuo de tinta encarnada, parte do Salto das Sete Quedas e vai pelo canal principal do rio Paraná até a bôca do rio Iguaçu ou Curitiba, ao rumo geral de 9º30' SO e distância de 173 Km.*

Ao partir do Salto das Sete Quedas a linha tem o rumo geral de 32º21' SO, até uma pequena ilha na distância de 12 Km.....

.....

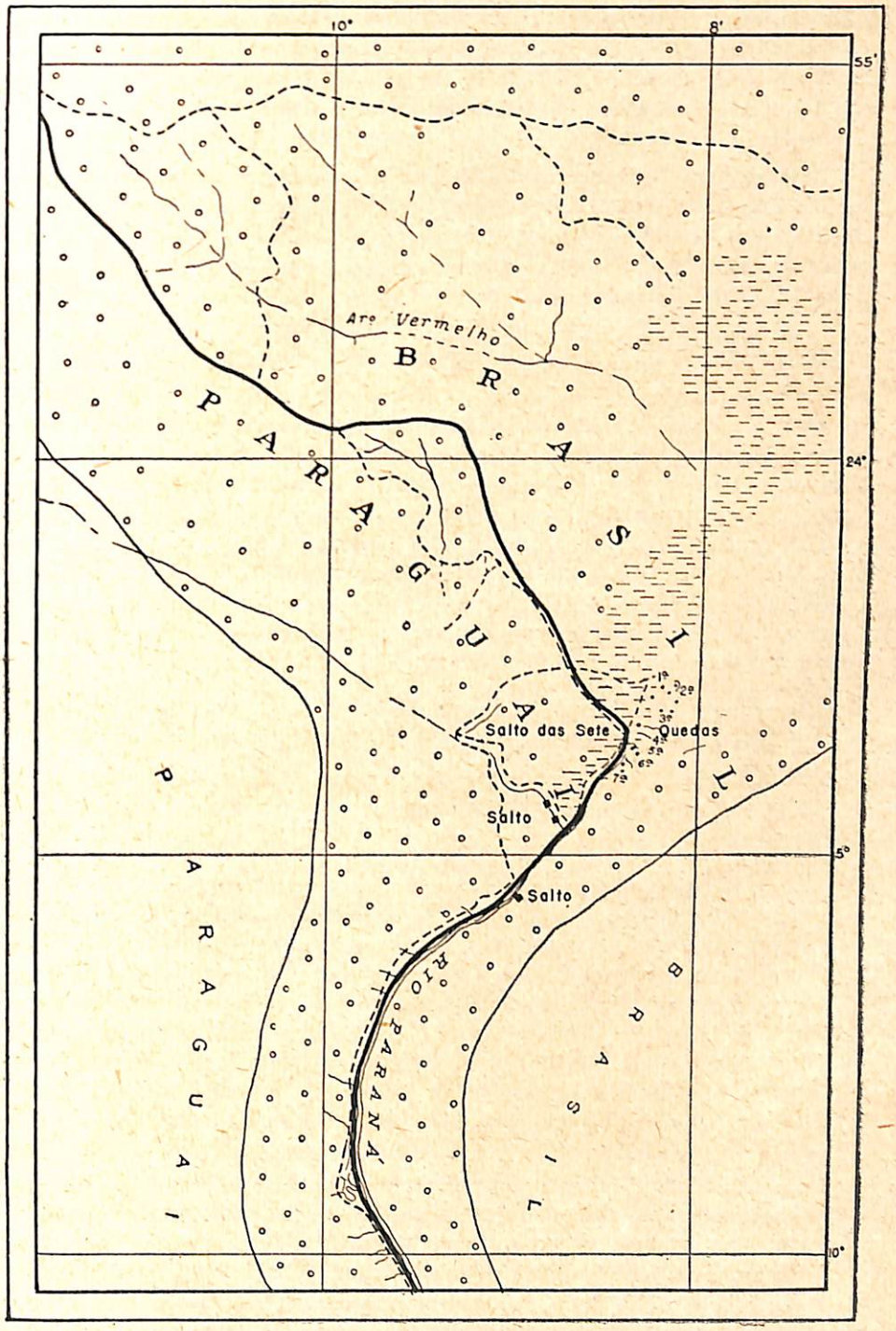
A posição geográfica do Salto das Sete Quedas é latitude 24º03'31", 42 Sul; longitude 11º06'0", 30 oeste do Rio de Janeiro; a declinação da agulha é 6º34'15" nordeste.

* * *

III — TRATADO DE LIMITES, COMPLEMENTAR DO DE 1872

No dia 21 de maio de 1927 o *Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República do Paraguai, desejando completar a determinação da linha de fronteiras entre os respectivos territórios dos dois países já definitivamente estabelecida no trecho que vai da foz do rio Iguaçu, no rio Paraná, até a foz do rio Apa, no rio Para-*

TRECHO DA PLANTA LEVANTADA EM 1874 NA REGIÃO DAS SETE QUEDAS



Linha de fronteira

guai, conforme dispôs o art. 1º do Tratado de limites firmado em Assunção aos 9 de janeiro de 1872, resolveram celebrar um Tratado de limites, complementar ao de 1872, para a parte da fronteira constituída pelo rio Paraguai, no trecho compreendido entre a foz do Apa e o desaguadouro da Baía Negra.

Consoante o *Parágrafo único* do art. III dêsse convênio complementar, *os dois Governos, em protocolo especial, a ser firmado logo depois da troca das ratificações dêste Tratado, estabelecerão o modo por que a comissão mista será constituída e as instruções por que se regerá para a execução dos seus trabalhos.*

Em 1930 (9 de maio) foi assinado um PROTOCOLO DE INSTRUÇÕES ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI com o objetivo de *dar cumprimento ao estipulado no parágrafo único do Tratado complementar ao de 1872 e, por outro lado no de atender à necessidade de serem reparados alguns dos marcos da fronteira entre os dois países, demarcada de 1872 a 1874 por uma Comissão mista brasileiro-paraguaia, de serem substituídos os marcos da mesma fronteira, que hajam desaparecido, e de serem colocados marcos intermediários nos pontos que forem julgados convenientes.*

IV — A TESE DE LUIZ GONZÁLES

No ano de 1947 foi publicado em Buenos Aires, Argentina, pela Ediciones Nogal um interessante ensaio do brilhante escritor paraguaio Luiz J. Gonzáles.

Referindo-se ao Salto das Sete Quedas (pp 111/113) o festejado escritor declara o seguinte:

> "O aspecto mais importante e delicado nas questões de limites com o Brasil é o que se refere à posse dos Saltos de Guaíra. Como já foi dito em várias ocasiões, os paraguaios têm a convicção de que êsses saltos pertencem ao Paraguai. Todavia, seu direito de propriedade não tem sido exercido nem está reconhecido por nenhum acôrdo jurídico. Pelo contrário, os Saltos foram impròpriamente adjudicados ao Brasil ao aprovar-se a primeira demarcação de 1872-74. Dizemos impròpriamente porque os levantamentos topográficos que serviram de base à adjudicação não estão de acôrdo com o Tratado de 1872 nem com as respectivas atas das Comissões Demarcadoras. A êste respeito disse Juan José Soler: "Pois bem; a contradição em que se incorreu por causa da demarcação é evidente. Por um lado se aprova a carta-geral da fronteira e a parcial de "Mbaracayú" (Maracaju) que adjudicam o Salto ao Brasil e se declara, por outro lado, nas mesmas atas da demarcação que os seis marcos que definem o Salto das Sete Quedas e a barra do rio Iguaçu entre elas — *são os pontos notáveis de linha de limites.* Se o Salto é um ponto notável dessa linha, não pode ficar fora dela.

Há nessas cartas um evidente êrro cartográfico, que consiste em conduzir a linha fluvial pela margem do rio Paraná esquecendo que o Salto e a barra do Iguaçu estão nessa linha e que se não levam marcos, é porque não são, por si mesmos, mais do que marcos, balizas naturais e imutáveis.

Isso quanto às cartas e atas demarcatórias. A contradição é mormente manifesta ao serem cotejadas as cartas com as disposições do Tratado. Já vimos que êste, em seu artigo 1º diz claramente que o Império do Brasil se limita com o Paraguai pelo *álveo ou canal* do rio Paraná, desde a confluência com o Iguaçu, "*até* o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná" e que "do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pela serra de Maracaju"...

O acidente assinalado como marco inequívoco não está constituído por um só salto, nem os saltos existentes estão situados em uma das margens do rio. Trata-se, pelo contrário, de uma série de cataratas situadas de forma a obstruir o curso regular da corrente fluvial. Se, generalizando, o Salto foi assinalado no Tratado como ponto extremo do limite fluvial, o lógico seria fazer coincidir êste limite com o ponto médio do acidente que o obstruía. Ou, pelo menos, limitá-lo ao ponto em que o salto conflui, com a calha ou canal principal do rio. Se a linha limítrofe, a partir da confluência do Paraná com o Iguaçu, desloca-se pela calha ou canal principal e prossegue dessa forma até o norte, não há razão plausível para que êsse limite se incriste de forma repentina e precisa na margem paraguaia, imediatamente antes de chegar ao Salto. A linha divisória deve, na pior das hipóteses, passar pelo ponto médio dos saltos, na região em que o canal do rio ou o seu prolongamento corta o alinhamento dos referidos saltos. Porque, não se pode conceber que a corrente principal do rio evite e corra invisìvelmente para o território paraguaio para iludir a imponência das cataratas.

O rio Paraná, em seu trecho paraguaio-brasileiro é, como tal, um rio internacional. Pertence a ambos os vizinhos. A propriedade (direito) maior ou menor de suas correntes está determinada, como é de uso, pela linha do canal principal. Os acidentes de seu curso, sejam ilhas ou quedas de água são de um ou outro ribeirinho de acôrdo com a sua situação em relação à corrente do canal, salvo, naturalmente, quando houver convênios específicos sôbre todos ou determinados acidentes. É então evidente que a copropriedade paraguaio-brasileira sôbre o rio Paraná estende-se ao Salto Grande das Sete Quedas, como diz o Tratado de 1872.

Além disso, conviria assinalar o valor do Salto em relação à prosperidade futura do Paraguai. Sua riqueza como *hulha branca* — para empregar um têrmo econômico — é, realmente, incalculável. Ainda mais, tratando-se de uma das maiores cataratas do mundo, senão a maior como se afirma. Grande parte do nosso futuro

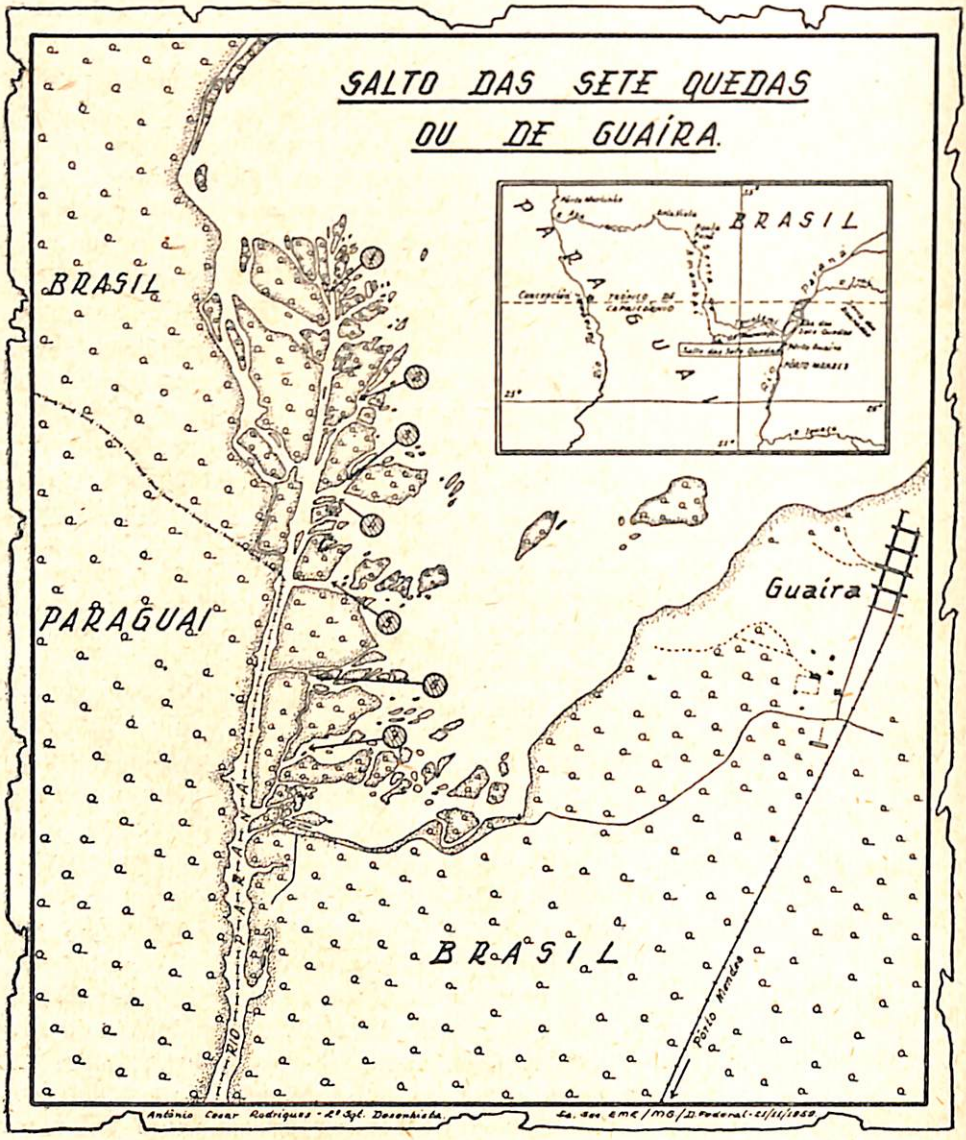


Figura 2

Nesta planta, baseada em uma fotografia aérea, observa-se o álveo do rio Paraná desenvolvendo-se no sentido geral sul-norte e o ponto de inflexão da raia internacional em frente à quinta queda do Salto

econômico pode resolver-se com essa imensa riqueza natural. Considerando seu grande e particular potencial pode, inclusive, ser explorado em benefício dos países vizinhos.

Queremos viver uma nova hora na América. O desejo geral é de afastar antigas sombras. O renascimento de nossas cordiais relações com o Brasil também está inspirado naqueles nobilíssimos propósitos. Esta é, portanto, a hora de iniciar as negociações que nos restituam o que é uma restrição vital para o país.

Cremos desde logo que ela tem sido fruto de equívoca interpretação ou de técnica insuficiente, mas não de pressões exercidas aproveitando circunstâncias angustiosas por que passava a pátria. O condomínio é o *status* jurídico definitivo que deve ter por objeto o caso em discussão".

V — IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA REGIÃO

Em 1919 foi publicado um pequeno folheto contendo observações feitas por Mirko e Stevo Seljan dois engenheiros iugoslavos que realizaram minuciosos reconhecimentos na região do Salto das Sete Quedas.

"Os grupos de pequenos saltos que constituem os 7 grandes saltos são assim descritos" pelos referidos engenheiros:

"O *grupo n. 1* das quedas, forma a bôca do canal grande; abarca a maior parte das águas do rio PARANÁ, que enche esta dantesca garganta Sua extensão é de 350 m e sua altura de 30 m sôbre o nível do canal grande. Pela hipotenusa Sueste ou bôca do funil formado pelo grupo das ilhas, inúmeros braços laterais vão em demanda do canal grande e juntando-se às correntes da costa brasileira formam na margem esquerda dêste canal os outros seis grupos de quedas.

"Os *grupos 2 e 3* estão situados, um a 500 m e outro a 100 m em direção Sul do primeiro grupo. Suas quedas são tão semelhantes em seu aspecto e desenvolvimento que formam *pendant* nas extremidades de uma faixa de vegetação.

"O *4º grupo* é uma queda de 36 m de altura e mais de 100 m de largura, cujas águas vão se encontrar com o canal grande numa garganta de 40 m de largura e 400 m de comprimento produzindo êste choque de fôrças opostas grandes redemoinhos e ruídos infernais. A meio quilômetro de distância se encontra o *grupo 5* cuja única queda é de 28 m de altura formando um canal de 28 m de extensão.

"Os *grupos 6 e 7* que um do outro estão separados por uma ilhota coberta de copada vegetação, têm aproximadamente uns 30 m de altura, e distam um quilômetro do grupo anterior. A torrente que formam as suas águas vai reunir-se ao canal grande perto da costa brasileira.

"Estas águas, mais além, correm entre duas margens estreitas e rochosas, ficando o rio PARANÁ neste trecho, com uma insondável profundidade.

"A vista total das quedas só se pode abranger da costa paraguaia; do território brasileiro apenas se avista o grupo n. 4".

A velocidade da corrente do rio PARANÁ foi calculada em 7 m por segundo na superfície, e 4m5 no curso médio. Com as sondagens que fizeram numa seção acima da bôca do funil, determinaram o volume de água por segundo nessa seção de 25.000m3.

Deduziram com êstes elementos e as alturas de todos os 7 grupos de pequenos saltos, ou sejam 18, segundo o engenheiro americano WILSON SIDWELL, o potencial teórico de 38.000.000 HP.

VI — CONCLUSÕES

1. O Tratado de 1872 (art. I) define claramente o limite do Brasil com o Paraguai como seguindo "pelo álveo" do rio Paraná até o Salto Grande das Sete Quedas". Nesse ponto a nossa raia sofre uma inflexão para oeste a fim de prosseguir "pelo mais alto da serra de Maracaju". (v. figs).

2. Essa inflexão se dá em frente à 5ª queda do Salto em um ponto cujas coordenadas foram calculadas e transcritas em ata.

3. Com exceção da queda n. 1 que se precipita no rumo geral norte-sul, as seis demais quedas principais recebem suas águas vindas do nordeste ou do leste para se lançarem na calha comum cuja orientação geral é norte-sul.

4. Portanto, tôdas as quedas se encontram em território brasileiro. As numeradas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª desaguam no álveo exclusivamente brasileiro; as numeradas 5ª, 6ª e 7ª desaguam na parte internacional do álveo.

5. A 6ª e a 7ª quedas estão na mesma situação da 5ª; a única diferença existente entre essas quedas é que em frente à 5ª se acha, como foi dito acima, o ponto de inflexão dêsse limite do Brasil com o Paraguai.

6. A soberania do Brasil sôbre a região está assinalada no Tratado de 1872, nas Atas das Conferências da Comissão Mista de 1872-1874 e na Carta-Geral da região levantada em 1874. Êstes documentos foram aprovados pelos Governos dos dois países.

7. O Protocolo de 9 de maio de 1930 se refere, tão-sòmente, "à necessidade de serem reparados alguns dos marcos da fronteira entre os dois países, demarcada de 1872 a 1874, de serem substituídos os marcos da mesma fronteira que hajam desaparecido e de serem colocados marcos intermediários nos pontos que foram julgados convenientes".

Nessas condições, as Comissões de Limites nomeadas para a execução do Protocolo de 1930 não têm, absolutamente, atribuições para modificar o que já está aprovado pelos dois Governos há cêrca de 90 anos; o Salto Grande das Sete Quedas foi considerado "baliza natural e imutável" (Ata da 11ª Conferência de 1874) e está suficientemente caracterizado como pertencente ao território brasileiro.

8. As dúvidas levantadas em tôrno da indiscutível e já reconhecida soberania do Brasil sôbre a região são prejudiciais aos dois países vizinhos e estão impedindo a construção de uma usina hidrelétrica que iria beneficiar uma grande e rica área fronteiriça.

9. Finalmente, o desenvolvimento econômico dessa futurosa região fronteiriça permitirá, sem dúvida, maior aproximação entre o Brasil e o Paraguai e servirá para aumentar a cooperação, confiança e respeito mútuos tão necessários ao progresso dos dois países irmãos.

VII — BIBLIOGRAFIA

1. ACCIOLY (Hildebrando)

1938. **Limites do Brasil (A Fronteira com o Paraguai):** II + 149 pp 18cm + 8 mapas. Brasiliana, vol 131 (Cia. Editôra Nacional), São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Pôrto Alegre, BRASIL.

2. GONZALES (Luis J.)

1947. **Paraguai Prisionero Geo-Politico:** 273 pp 20cm + II + Ediciones Nogal. (Tallers Graficos Ayacucho), Buenos Aires, ARGENTINA.

3. MARTINEZ (Marcelino Machuca)

1951. **Mapas Históricos del Paraguay Gigante:** 44 pp 26cm + 16 mapas. Tallers Graficos "El Arte", Assunção, PARAGUAI.

4. REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

1872. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa** (na quarta sessão da décima quarta legislatura) pelo Ministro e Secretário de Estado Manoel Francisco Correia: 53 pp 31cm + Anexo 1 (712 pp + 1 carta) + Anexo 2 (92 pp). Tipografia Universal de E. H. Laemmert, Rio de Janeiro, BRASIL.

1875. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa** (na quarta sessão da décima quinta legislatura) pelo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Caravellas: 31 pp 30cm + Anexo 1 (339 pp) + Anexo 2 (76 pp). Tipografia Universal de Laemmert, Rio de Janeiro, BRASIL.

5. RONDON (Cândido Mariano da Silva, Gen)

1930. **Diário do Inspetor, Campanha de 1929-1930** — original, 6ª etapa, 3º vol: 364 pp 32cm + 1 fig + 6 est. Inspeção de Fronteiras, Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, BRASIL.

6. VIANA (Hélio)

1948. **História das Fronteiras do Brasil:** 333 pp 24cm. Ed. da Biblioteca Militar (Gráfica Laemmert Ltda), Rio de Janeiro, BRASIL.

URÂNIO

A importância básica do minério de urânio antes da guerra provinha de seu teor de rádio, e, em menor grau, de vanádio. O urânio é associado ao rádio na proporção de cêrca de três toneladas longas de urânio para um grama de rádio. O óxido de urânio tem sido utilizado durante anos na coloração de cerâmica, mas pouco ou nenhum metal de urânio foi produzido antes do início do programa de desenvolvimento da energia atômica. A produção do mundo no começo da guerra era cêrca de 1.000 toneladas por ano. O urânio é encontrado na terra em quantidades consideráveis, e tem sido avaliado que a crosta terrestre compõe-se de quatro partes dêle por milhão. Muitos minerais — em número de cinqüenta e cinco, de acôrdo com algumas estimativas — contêm urânio em vários graus, e são encontrados em todo o mundo. Não obstante, as minas de urânio, localizadas principalmente em depósitos de "pechblenda", são poucas. As localidades conhecidas onde existe urânio, segundo relatório da Fundação Carnegie, são o sudoeste do Colorado e áreas contíguas a Utah; Port Radium, nos confins orientais do Lago Great Bear ao norte do Canadá; Shinkolobwe, a cêrca de setenta milhas a noroeste de Elizabethville no Congo Belga; Jachimov, setenta milhas a noroeste de Praga, na Tcheco-Eslováquia; Urgeirica, perto de Nelas, em Portugal; Mount Painter ao sul da Austrália; Kvarntorp na Suécia; Fergana, no Turquestão Soviético; Kirovsk, no distrito de Murmansk; e o Cáucaso na URSS. O corpo é também encontrado em menores quantidades nas áreas de pegmatita, que são ordinàriamente exploradas na pesquisa de feldspato para uso na cerâmica. A pegmatita é encontrada em mais de uma dúzia de Estados dos Estados Unidos, no Brasil, no leste do Canadá, em Madagáscar, no sudoeste da África, na União Soviética e na Noruega. A pesquisa intensiva que ora se desenvolve em todo o mundo descobrirá, sem dúvida, depósitos atualmente desconhecidos, e os cientistas devem provàvelmente descobrir outros minérios dos quais o urânio possa ser pràticamente extraído.

TÓRIO

O tório é ainda mais abundante que o urânio e é encontrado principalmente em depósitos de areia monazítica, a qual contém cêrca de dois a dez por cento de tório. A produção anual antes da guerra não ultrapassou 3.000 toneladas. Sua principal utilização comercial foi nas lâmpadas de gás; foi utilizado também na eletrônica e nas indústrias de petróleo sintético. Os principais depósitos de monazita encontram-se em Travancore, na Índia, que produzem cêrca de três quartos do abastecimento do mundo de antes da guerra, mas há outros depósitos no Brasil, na Austrália, na Malaia, na Carolina do Sul e do Norte e em Idaho. Foram ainda assinalados outros na Finlândia, na Noruega e na URSS. Sabe-se que o tório é encontrado em cêrca de catorze minerais, e seus subprodutos podem no futuro ser considerados de maior importância que atualmente.

("Fundamentos Geográficos do Poder Nacional", Department of The Army Pamphlet, Jul 51.)

IV — ARTIGO ESTRANGEIRO

GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA

Contra-Almirante LEPOTIER

(Traduzido da "Revue de Defense Nacionale", França, pelo Sgt Osvaldo Oliveira Santos).

PAPEL POLÍTICO E ESTRATÉGICO DOS DIFERENTES FATÔRES ECONÔMICOS

O aumento das populações, a multiplicação dos meios técnicos, criados para desenvolver suas atividades e a elevação de seu padrão de vida, resultam numa industrialização, cada vez mais tendente a e exigir enormes quantidades de matérias-primas mais variadas.

Os minerais necessários às indústrias são procurados, hoje, em regiões cada vez mais afastadas dos centros de utilização, em virtude do esgotamento ou da insuficiência de fontes de produção mais próximas. Seu transporte, através de longas distâncias, só pode efetuar-se por mar: conhecemos a famosa rota marítima alemã, de ferro, por Narvik em 1940; mas, os próprios Estados Unidos dependem, hoje, de minérios de ferro importados por mar. Suas "rotas do ferro" do Labrador e do Orinoco, são tão vitais para aquêle país, quanto as dos minérios suecos, para a Alemanha e as dos minérios africanos para a Inglaterra e Itália. Para a França, é o cobre, o níquel, o cromo, o manganês, o zinco, o chumbo, que devem ser importados por mar.

Pensa-se, e escreve-se ainda que a França pode ser auto-suficiente do ponto de vista alimentar. Isto é completamente errôneo: mesmo sem levar em conta gêneros importados de ultramar, tal como óleo de amendoim, arroz, chá, café, bananas e frutas cítricas, a agricultura francesa importa um milhão de toneladas métricas de fosfatos norte-africanos, como fertilizantes, e consome milhões de toneladas de combustível, em suas lavouras, colheitas e indústrias de transformação.

A crisè de Suez mostrou aos mais desavisados em quanta dependência está a Europa da rota marítima do petróleo, embora seja mais um "atalho" para o gôlfo Pérsico, e as rotas em tôrno da África e a do gôlfo do México estivessem abertas.

É bem evidente que a interrupção dessas rotas acarretaria a asfixia total da economia européia e a paralisação absoluta de nossa estratégia, imobilizando todos os veículos.

Não era questão de substituir a "ponte aérea" pela "ponte marítima" do *petróleo bruto*, entre a Europa e o Oriente Médio, pôsto que o avião consome uma quantidade de combustível igual a sua carga útil em cada dois mil quilômetros.

Enfim, 5/6 das matérias-primas das importantes indústrias têxteis francesas vêm de ultramar: lãs da Austrália, da Nova Zelândia e da África do Sul, algodão dos Estados Unidos e da Índia, polpa de madeira da Escandinávia e da A. E. F. para os têxteis artificiais.

A borracha natural é importada, exclusivamente da Indochina, Malásia e Indonésia. Não obstante suas fábricas de borracha sintética, a Alemanha travou batalhas navais desesperadas até 1944, para manter aberta a rota da borracha natural, de Djacarta e Bordéus.

Os combustíveis "fósseis", como o carvão, o petróleo, o urânio, são procurados em áreas mais distantes dos lugares de consumo, e requerem transportes a grandes distâncias, donde o interêsse geopolítico e geostratégico pelas zonas de extração e de trânsito: poços ou minas, traçado dos oleodutos, das vias férreas ou fluviais, canais marítimos, etc. O exemplo dos petróleos do Oriente-Médio, de suas refinarias, de seus oleodutos e do Canal de Suez, deveria salientar a todos a gravidade desta nova situação.

Diante destas enormes exigências geopolíticas, e do inelutável esgotamento destas fontes de energia fóssil, as nações se esforçam em reunir tôdas as suas possibilidades de energia hidráulica inesgotável. Mas essas instalações, geralmente amplas e vulneráveis, constituem outros tantos pontos sensíveis do potencial nacional, e fazem parte também das preocupações geopolíticas e geostratégicas.

Em resumo, para ter elementos válidos do potencial econômico de um país, é preciso conhecer:

1 — recursos naturais explorados: minérios de ferro e de outros metais, carvão e petróleo;

2 — gêneros alimentícios: trigo e outros cereais e gado;

3 — sua produção industrial de aço e outros metais. Automóveis, caminhões, tratores, aviões, vagões, estações de rádio, equipamento de radar e motores;

4 — produção de energia: térmica, hidrelétrica e atômica;

5 — estradas de ferro, rodovias, portos, navios mercantes e fluviais, tonelagens interiores e exteriores, transportadas anualmente;

6 — contribuições para a pesquisa científica.

Precisaria especificar para cada um dêstes elementos:

— o produto líquido das explorações;

— as possibilidades de aumento e em quais prazos;

— a autonomia destas explorações em confronto com a do estrangeiro:

matérias-primas, capitais, técnicos, máquinas e combustíveis;

— as possibilidades e as demoras de conversão destas atividades em vista de um esfôrço total de guerra, etc.

O potencial petrolífero dos Estados Árabes, no Oriente Médio, por exemplo, é inexplorável pelos seus próprios meios e não deve entrar em linha de conta como fator do seu poderio.

A mobilização dos enormes potenciais dos Estados Unidos tendo em vista a segunda guerra mundial durou quatro anos. A da Alemanha havia começado em 1934; a da França sòmente em 1940.

CONSEQÜÊNCIAS DA EVOLUÇÃO GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA

A evolução dos fatôres da geografia humana e econômica, tem conseqüências consideráveis, sôbre a política e a estratégia.

INTERDEPENDÊNCIA POLÍTICO-ESTRATÉGICA CADA VEZ MAIOR

A primeira conseqüência desta evolução é uma superposição, cada vez maior, das duas disciplinas. Na guerra fria ou nas guerras de subversão interna, como as da Indochina e da Algéria, isto foi evidenciado e colocou em primeiro plano a **ação psicológica,** ao mesmo tempo política e estratégica.

As ações psicológicas do diplomata e do militar exerciam-se antigamente em tempos diversos e sôbre objetivos diferentes. Futuramente, devem exercer-se conjunta e simultâneamente, ao mesmo tempo sôbre o conjunto da coletividade abertamente hostil, sôbre os neutros e sôbre nossos próprios cidadãos, a fim de manter sua vontade de luta até a obtenção dos fins políticos e estratégicos.

Essa luta psicológica permanente ao mesmo tempo universal e íntima, externa e interna, abrangendo amigos, inimigos e neutros, é, em nossa opinião, a conseqüência mais profunda da evolução geopolítica mundial.

DESDOBRAMENTO PERMANENTE DO CAMPO DE AÇÃO DAS DUAS DISCIPLINAS

A segunda conseqüência desta evolução é a ampliação da área abrangida simultâneamente pelos problemas políticos e estratégicos. No passado, os conflitos eram localizados geogràficamente e, geralmente, havia distinção bem nítida entre as revoluções internas e as

"guerras estrangeiras". Hoje, a menor perturbação tende a estender-se desde o âmbito mais doméstico até o de todo o universo. No plano político, pode evoluir da "plataforma eleitoral" do chefe de distrito ao palácio de vidro da ONU. No campo estratégico, vai da sabotagem e do atentado individual à entrada em ação dos superbombardeiros ou dos engenhos atômicos intercontinentais.

Com essa flexibilidade permanente de *mudanças de escala*, de agora em diante, político e militar devem familiarizar-se, pois ela tem influência considerável sôbre suas concepções. Na política, tôda a gama das ações, desde o argumento eleitoral ou parlamentar até ao da mais alta diplomacia internacional, são intimamente ligados. Na estratégia, as mais belas concepções de guerra termonuclear internacional, não devem esquecer as preocupações permanentes da guerra em arrozais, nas ruas e as discussões de escritórios e cafés. A bazuca, a granada ou a bala de um terrorista pode repentinamente eliminar o estrategista preocupado no estudo da trajetória de seu foguete intercontinental pelo Globo.

Isso requer flexibilidade contínua, na presteza e na concepção, quer no domínio político quanto no plano estratégico.

Sob êsse ponto-de-vista, a fórmula, segundo a qual "deve-se preparar a guerra", não deixou de receber severos desmentidos, desde a segunda guerra mundial, porquanto temos travado guerras as mais variadas, e muito diferentes dos encontros no centro da Europa verificados nas duas últimas guerras mundiais.

Em nossa opinião, prepara-se uma guerra, quando se decidiu desencadeá-la, na hora e no lugar escolhido pelo país considerado.

Se se prepara uma guerra ùnicamente porque atribui-se a um adversário a intenção de voltar-se contra nós, de certa forma, e declara-se a bom som, que em nenhum caso tomaremos a iniciativa de atacar, condenamo-nos à derrota, porque:

— É perigoso tomar como únicos dados da política e da estratégia as intenções atribuídas ao adversário. Isto seria dar-lhe condições para nos lograr, prazer de que êle não se privaria.

Nunca se poderá ser absolutamente coerente, baseado nessas intenções, seja no ambiente nacional ou entre aliados, já que se deixa ao adversário a oportunidade de alternar as ameaças e os sorrisos, e em conseqüência, não se fará a unidade de concepção estratégica nacional ou interaliada, com base na maneira pela qual estas intenções poderiam concretizar-se estratègicamente.

— Tôda gente — no interior do país, como entre aliados, tem tendência a considerar mínimas as intenções do adversário, os meios que êle pode eventualmente pôr em ação e a probabilidade de tomar a iniciativa, a fim de diminuir tanto mais sua participação no esfôrço exigido de preparação.

— Em qualquer hipótese, as medidas de preparação estarão sempre automàticamente atrasadas, em relação à iniciativa contra a qual elas pretendem efetivar-se.

— Enfim, pôsto que essas medidas objetivem uma atemorização, é bem evidente que o adversário — ao qual cedemos, por definição, a iniciativa — irá tomá-la e sob outras formas.

Há dez anos, somos os joguetes destas contradições. Temos procurado sair delas, preparando a expedição do Egito com a intenção de realizá-la.

De imediato, para a opinião mundial, ela constitui o exemplo mais típico do abôrto das operações militares triunfantes, impôsto por razões políticas.

No que concerne ao nosso estudo, vemos nisto uma confirmação do aspecto político-econômico-psicológico-estratégico inseparável de tôdas as grandes questões atuais dêste gênero, e a dificuldade de prever as "reações em cadeia", que decorrerão da decisão inicial adotada.

* * *

Numa situação político-estratégica sistemàticamente defensiva — o que é uma situação cada vez menos invejável, face ao efeito decisivo que podem ter os primeiros golpes políticos, psicológicos, econômicos e militares — só resta o recurso de se preparar para as eventualidades mais imprevisíveis, já que são precisamente elas que o adversário procurará criar. No nível estratégico, isso conduz a prever o emprêgo de "fôrças de intervenção", compreendendo os meios mais variados, mas tendo em comum o máximo de rapidez de ação, em todos os lugares, em tôdas as distâncias, com o máximo de potência e de autonomia estratégica e logística.

Isto resulta, evidentemente, na posse de tôda a gama de meios de ação existentes e, em plano saliente, de meios poderosos da época. Suez nos fêz sentir dolorosamente como as grandes potências militares "clássicas" podiam ver-se, diante da chantagem atômica, em situação semelhante à que se achavam, outrora, frente a frente com elas as tribos de seus territórios de além-mar.

Afora o potencial dinâmico de que dispõem, a influência dos Estados Unidos nas relações internacionais resulta do grau de possibilidade de intervenção, em qualquer lugar, dado às suas fôrças armadas. Até à última guerra mundial, os três oceanos protetores de suas fronteiras não lhes permitiram desdobrar suas fôrças de intervenção de além-mar senão no momento asado. Imediatamente foram tiradas vantagens do aparecimento das armas termonucleares transoceânicas mantendo-se alerta permanentemente uma fôrça de intervenção instantânea, termonuclear-geral, superior a tôdas as outras, sem deixar de lado a manutenção paralela de fôrças de intervenção, também de sentido geral, semi-atômicas e não-atômicas, que dispusessem de tôda a gama de meios.

EVOLUÇÃO DAS POSSIBILIDADES GEOESTRATÉGICAS EM FUNÇÃO DOS NOVOS MATERIAIS

Partindo da existência dos progressos sensacionais de intervenção instantânea, de poder destrutivo e de vantagens do terreno à disposição, alcançados pela utilização de certas armas novas, espíritos perspicazes concluíram que a geografia física de nosso globo tendia a perder sua influência "clássica" sôbre a estratégia.

Por exemplo, dizia um observador estrangeiro da NATO, a influência tradicional do espaço russo desaparece de agora em diante graças ao emprêgo de super-aviões ou de super-engenhos. Igualmente, na era da primazia aérea, os "ferrolhos" tradicionais de Suez e Gibraltar deixaram de desempenhar papel decisivo no contrôle do Mediterrâneo.

Os fatôres da geoestratégia no teatro de operações mundial têm sempre importância decisiva; mas, o que evolui — em função do que representam os meios de que dispomos — é o modo de os utilizar, e é neste particular que não é preciso "preparar a última guerra".

A arte do político ou do estrategista consiste essencialmente em julgar com exatidão as possibilidades do momento, considerados os diversos fatôres e os meios disponíveis.

A geografia permanece com a infraestrutura de tôdas as atividades e tanto mais quanto estas últimas se exercem sôbre os recursos mais raros e dispersos da Terra. É assim que a aviação considerada "estratégica", é, de tôdas as armas, a mais dependente dos recursos geográficos. No sentido mais amplo ela depende de:

— Depósitos de metais raros que são usados em ligas especiais na fuselagem, nos equipamentos e nos motores.

— Localização das fábricas, em função das fontes de energia, facilidade dos transportes e qualidade do pessoal científico e técnico.

— Estabelecimento de bases de operações, linhas de montagem e oficinas de manutenção.

— Suprimento das enormes quantidades de combustíveis de alta qualidade e o seu transporte através de grandes distâncias, assegurados por navios petroleiros de grande capacidade e consumo relativamente baixo.

As fôrças terrestres precisam considerar, também, os fatôres geográficos, pois êles condicionam a realização de um programa de armamentos e de movimento dos transportes terrestres, aéreos e marítimos cada vez mais intenso, que carreiam seus suprimentos alimentares, de combustíveis e munições.

EXAME DOS ELEMENTOS GEOESTRATÉGICOS MUNDIAIS EM FUNÇÃO DAS POSSIBILIDADES ATUAIS

A evolução do mundo no decorrer das últimas décadas parece confirmar as teorias geopolíticas expostas antes da guerra de 1914-18 por Mackinder e retomadas, entre as duas guerras por Haushofer. Atualmente a URSS e seus satélites ocupam a maior parte da ilha eurasiática (World Island ou Heartland de Mackinder), constituindo a mais vasta entidade geopolítica ocupada por uma só potência, estendendo-se por mais de 180° de longitude e do paralelo 35°N ao Pólo Norte.

Seu caráter essencialmente continental é realçado pelo fato de que sua maior frente marítima é a do oceano Ártico, de navegação restrita. As outras fronteiras marítimas são estratègicamente fechadas por outras — o mar Báltico, o mar Negro, o mar do Japão e o mar de Okhotsk. Por essa razão a presssão tradicional da Rússia em demanda dos mares livres mantém-se como fundamento constante de sua geopolítica que marcou dois grandes sucessos desde 1945:

— A ocupação das ilhas Curilhas, rompendo o bloqueio insular do mar de Okhotsk.

— O triunfo dos exércitos comunistas na China abrindo uma frente de mais de 3.000 km sôbre os mares da China — na medida em que o conjunto do bloco soviético pode beneficiar-se desta frente, cujo bloqueio insular permanece garantido, do Japão às Filipinas, passando por Oquinava e Formosa. Daí o avanço para a Coréia do Sul, Indochina e Singapura.

No ocidente, é a anexação do pôrto de Petsamo, antiga saída da Finlândia para o mar alto de Barents; a "cortina de ferro" na Alemanha estendida até Lubeck, na altura dos estreitos dinamarqueses, e a relutância russa em evacuar a ilha dinamarquesa de Bornholm.

No Mediterrâneo, o desenvolvimento da baía albanesa de Vlona e do "Gibraltar do Adriático" — Saseno; o ímpeto comunista na Grécia e a infiltração atual no Oriente Médio e na África Setentrional Francesa.

As zonas de fricção geopolítica e geoestratégica, entre êste bloco continental eurasiático e o complexo marítimo espalhado pelo resto do mundo, acham-se, em virtude de sua configuração, localizadas principalmente na periferia da Eurásia.

As áreas de retaguarda das cabeças-de-ponte mantidas pelos ocidentais, na orla dêste continente, estão forçosamente no ultramar e suas linhas de comunicações vitais são aéreas ou marítimas.

Na zona do Ártico, onde o litoral da URSS faz face ao dos EE.UU. devido à existência de geleira permanente, o contacto entre os líderes dos dois blocos é direto e quase ùnicamente pelo ar.

A zona atlântica compreende as cabeças-de-ponte da Ásia Menor, e suas retaguardas na América e na África.

A zona do Oceano Índico — onde passam as comunicações inter-oceânicas e circum-asiáticas dos Ocidentais — é separada, ao norte, do bloco terrestre apenas por uma frágil faixa litorânea de estados sob pressão psicológica da URSS. A OTASE parece bem simbólica em face desta pressão soviética.

No nordeste do Pacífico, acha-se a "segunda frente" oposta à da Europa, entre os dois blocos: a "cortina de ferro" do estreito de Behring.

No Extremo Oriente e geografia veio em socorro da potência líder do Oeste em sua política de contenção, dispondo uma barreira insular ao largo do continente asiático, o qual, com exceção das "cabeças-de-ponte peninsulares" críticas, da Coréia, da Indochina e de Singapura, está em poder do adversário.

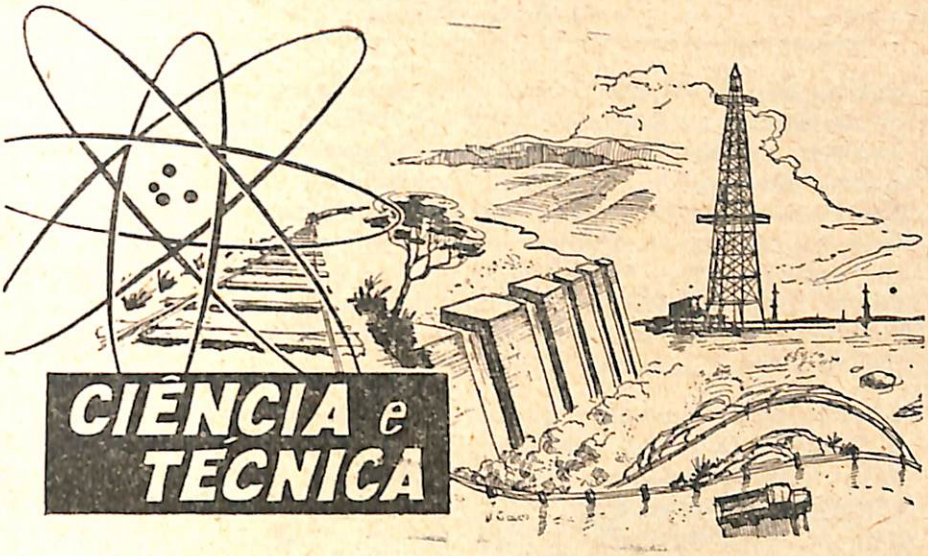
A cadeia insular estratégica é mantida pela potência marítima, (Oeste) com exceção das ilhas das Curilhas, ofertadas irrefletidamente em Yalta pelo preço da intervenção soviética de última hora. Foi esta mesma falta de visão do futuro que concedeu, tão inconsideradamente à mesma potência, o saliente turíngio na Europa Central a apenas 150 km do Reno.

Os diversos postos avançados oceânicos, situados na periferia eurasiática, só podem ligar-se novamente de modo eficaz entre si e com suas retaguardas de ultramar por vias marítimas com grandes capacidades de transportes, comerciais e estratégicas, das quais dependem — principalmente — o suprimento de combustível dos outros veículos e em primeiro lugar dos aviões.

Os atalhos de Suez e Panamá são pontos sensíveis política e militarmente, insuficientes tècnicamente para os grandes transportes e vasos de guerra.

Nestas condições, a encruzilhada da Antártida volta a tornar-se a plataforma giratória de todos os transportes interoceânicos das potências ocidentais. Ao mesmo tempo, o triângulo América do Sul-África-Austrália assegurará, em futuro próximo, as ligações aéreas do hemisfério sul.

A evolução dos fatôres geoestratégicos mais característicos, em função da conjuntura geopolítica e dos novos meios, é esta transformação das regiões polares. O Ártico, ontem inacessível, torna-se uma frente de contacto aéreo entre as duas potências líderes. A Antártida transforma-se em plataforma de retaguarda, decisiva, para os transportes marítimos e aéreos do Ocidente.



I — NÓS E A ENERGIA NUCLEAR

Procurar rememorar acontecimentos hoje incorporados à nossa história econômica, diplomática e também política, quase sempre ligados a outros fatos de repercussão internacional; procurar discorrê-los quando ainda estão bem vivos, e quase tidos os seus personagens decerto guardam ainda episódios para contar, torna-se realmente tarefa árdua.

Na verdade, o átomo faz parte de nossa época. E' mais de hoje que de ontem, embora dêle afirmasse Demócrito, há 2.500 anos: "Os átomos são infinitos em número e infinitamente variados na forma; chocam-se entre si e as translações e rotações assim provocadas são o início dos mundos".

Somos, pois, contemporâneos da era nuclear. E como a contemporaneidade nem sempre é excelente conselheira para julgar o que está bem vivo, tais as omissões, as impropriedades em que podemos incorrer, a visão mesmo muito próxima de episódios que, esboçados, não puderam ser desenvolvidos e esclarecidos com exatidão, façamos da história atual do átomo no Brasil, menos um capítulo de História pròpriamente dita, que uma recapitulação de registros, cuja importância situa nossa posição nesta era nova que o mundo ferido da segunda guerra mundial viu surgir.

Vamos encontrar, de início, um paradoxo econômico, um contraste que impressiona: por que, vivendo o Brasil ainda na era do combustível vegetal, deu já realmente passos de sete léguas à procura da libertação econômica, penetrando afoito nos segredos do átomo?

É oportuno lembrar que, apesar de todo o bacharelismo de que somos feitos, tradição importada de Coimbra e aqui instalada nos cen-

tros intelectuais do país, nossos físicos não eram de todo alheios ao que se passava no mundo das ciências. Há pouco, em conferência pronunciada no Seminário de Problemas Atômicos, realizado pela Faculdade Nacional de Filosofia, o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear fêz justiça a quantos se dedicaram no Brasil ao estudo e à pesquisa científicos, com estas palavras: "Seria injusto supor que os físicos brasileiros do fim do século passado e do princípio dêste, não se tivessem interessado pelos problemas ligados à radioatividade, ficando à margem dos trabalhos que estabeleceram o fundamento da ciência atômica de nossos dias".

Precisando, contudo, o que se iniciou de autêntico em nosso país, o Almirante Octacílio Cunha lembrou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Universidade de São Paulo, em 1934. Mais: "e o surto que nela tiveram os estudos de física teórica e experimental a partir de 1935, sob a direção do Prof. Gleb Wataghin, da Universidade de Turim". Que se fêz então? Pode-se dizer que a atual geração de cientistas e professôres nacionais teve sua formação há mais de vinte anos, quando se realizaram as primeiras experiências nossas com raios cósmicos. Era um começo, não há dúvida, mas quanto entusiasmo nêle e quanta dedicação à procura da verdade científica!

Reconhece-se hoje que, não fôssem aquêles estudos, certamente, quando a era atômica se iniciasse em pleno conflito mundial, mal saberíamos interpretar a importância do funcionamento da primeira pilha atômica ou mesmo a espantosa destruição das cidades nipônicas.

Acontece que, finda a guerra, reiniciamos, de modo acelerado, nosso aprendizado sôbre o novo campo que a ciência acabara de revelar. Em 1949 foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. E dois anos mais tarde, em 1951, criava-se o Conselho Nacional de Pesquisas, graças ao empenho tenaz do Almirante Álvaro Alberto, que vislumbrava no problema nuclear não só o aspecto técnico-científico, mas aquêles que dizem respeito à própria soberania do Estado. De modo que, no texto da Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951, não só estão inscritas recomendações tecnológicas, mas as que aludem a providências oficiais para resguardo de nossas jazidas de minerais estratégicos.

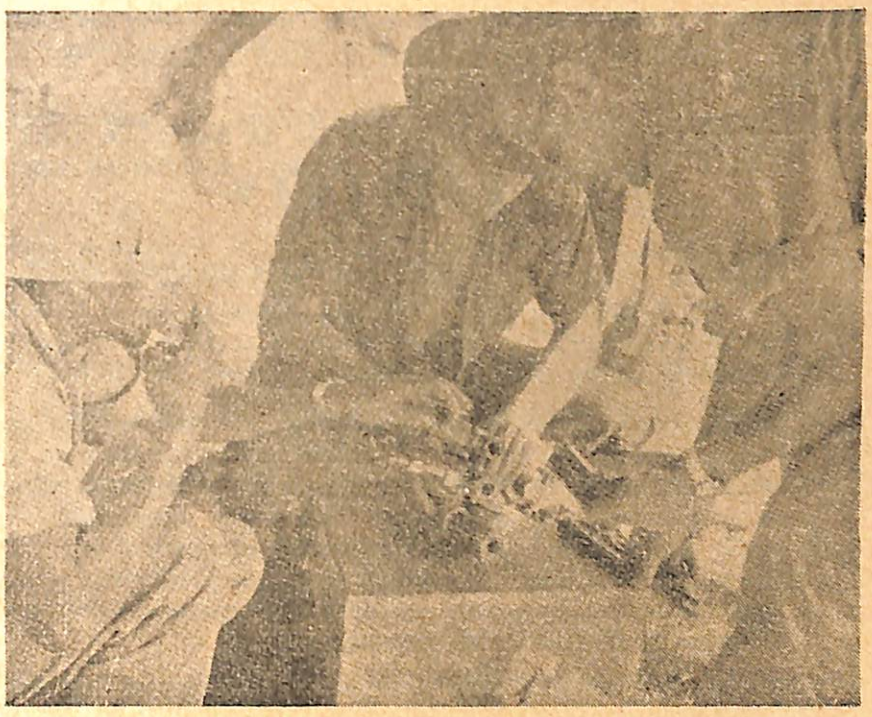
Compete ao Conselho Nacional de Pesquisas, nos têrmos do art. 3º:

"a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior;

b) estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para aquisição de material, contrato e remuneração de pessoal e para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados;

c) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professôres nacionais ou estrangeiros, concedendo bôlsas de estudo ou de pesquisa e promovendo em instituições técnico-científicas em estabelecimentos industriais no país ou no exterior;

d) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores;



1952 : Geólogos descobriram urânio em Poços de Caldas

e) entrar em entendimento com as instituições, que desenvolvem pesquisa, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos;

f) manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no país e no exterior, para estudo de temas de interêsse comum;

g) emitir pareceres e prestar informações sôbre assuntos pertinentes às suas atividades e que sejam solicitados por órgãos oficiais;

h) sugerir aos podêres competentes quaisquer providências, que considere necessárias à realização de seus objetivos."

Enquanto o art. 4º, tornando defesa "a exportação, por qualquer forma, de urânio e tório e seus compostos e minérios, salvo de govêrno para govêrno, ouvidos os órgãos competentes", definia os princípios da política estatal com respeito ao átomo, de modo a permitir que se afirme, sem vacilações, como o fêz o Almirante Octacílio Cunha em ocasião já referida: "A nossa política de energia nuclear é esboçada de modo insofismável e se colocam sob contrôle do Estado tôdas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica". Sem prejuízo, contudo, diz o art. 5º da Lei 1.310, "da liberdade de pesquisa científica e tecnológica". Por sua vez, os §§ 1º, 2º e 3º do artigo citado, esclareciam:

— a competência privativa do Presidente da República, para "orientar a política geral da energia atômica em tôdas as suas fases e aspectos";

— a competência do Conselho Nacional de Pesquisas para "a adoção de medidas, que se fizerem necessárias à investigação e à industrialização da energia atômica e de suas aplicações, inclusive aquisição, transporte, guarda e transformação das respectivas matérias-primas para êsses fins";

— ampla atribuição ao Poder Executivo para adotar "as providências que julgar necessárias para promover e estimular a instalação no país, das indústrias destinadas ao tratamento dos minérios referidos no § 4º do art. 3º (urânio, tório, cádmio, lítio, berilo e boro e os produtos resultantes de seu tratamento, grafita e outros) e, em particular, à produção de urânio e tório e seus compostos, bem como de quaisquer materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica".

Em resumo, o Conselho Nacional de Pesquisas situava suas atividades em três pontos essenciais:

1º.) a ênfase na formação de cientistas e técnicos, no incremento à pesquisa científica e tecnológica;

2º.) o incentivo à prospecção e pesquisa de reservas de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica;

3º.) a adoção de medidas necessárias à industrialização da energia atômica, incluindo o tratamento de minérios — particularmente urânio, tório e seus compostos.

INDÚSTRIA PLÁSTICA "NOVA AMÉRICA"

Botões — Fivelas — Brinquedos — Bôlsas — Capas — Carteiras — Sacolas, etc.

SANTOS, MASSA & CIA.

AVENIDA 14 n. 244 — TELEFONE 2483

RIO CLARO — ESTADO DE SÃO PAULO

PARTEZANI S. A.

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, COMÉRCIO E AGRICULTURA

Matriz: Rio Claro — Rua 2 n. 2000 — Fone 618

Filial: São Paulo — Avenida do Estado, 1812 — Fone 34-2583

Filial: Campinas — Rua Francisco Elizario, 269 — Fone 7664

CASA PESCASPORTE

ARTIGOS PARA CAÇA, PESCA, ESPORTE, CUTELARIA E MIUDEZAS EM GERAL — ATACADO E VAREJO

MATTEONI GIUSEPPE

RUA MAUÁ, 638 — SÃO PAULO

CASA AMERICANA

ESPECIALIDADE EM ARTIGOS DE CAÇA, PESCA, E MIUDEZAS EM GERAL

AVELINO MOREIRA

Inscrição Estadual n. 4.009 — Tel. 5258 — Registro Sumário n. 1.747

R. PRUDENTE DE MORAES, 773 — PIRACICABA — E. S. PAULO

OFICINA PIROTÉCNICA SÃO BENEDITO

Especialidade em fogos de estouro e de artifícios de qualquer estilo

JOSÉ BAESTEIRO FILHO

BAIRRO DO PAU QUEIMADO — FONE 156 — PIRACICABA

ARMAZÉM DO POVO

ZACARIAS JORGE BOUERI & CIA. LTDA.

RUA 9 DE JULHO, 98 — TELEFONE, 123 — INSCRIÇÃO 121

GUARATINGUETÁ — ESTADO DE SÃO PAULO

II — ANEL DE HIDROGÊNIO

Um anel de hidrogênio em expansão — e cuja procedência se ignora — é uma das mais recentes adições à nossa galáxia da Via-Láctea, declarou numa reunião da Academia Nacional de Ciências, em Bloomington, no Estado de Indiana, um astrônomo holandês. Explicou o referido cientista, Dr. J. H. Oort, do Observatório Leiden, que o anel de gás se move em grande quantidade de dentro para fora da grande galáxia em forma de prato. Na verdade, a quantidade de hidrogênio é tão grande que, ao ritmo em que o gás se move, levaria de dez a quinze milhões de anos para se consumir, caso não houvesse um constante reabastecimento.

Esta fonte de hidrogênio é um dos mistérios que preocupam atualmente os radioastrônomos. Uma solução possível sugerida pelo doutor Oort, durante o Simpósio de Radioastronomia em Bloomington, é a corona de gás que envolve a Via-Láctea. Restaria aos astrônomos, todavia, solucionar o problema da origem dêsse gás coronário.

Outra contribuição para o conhecimento de nossa galáxia é a descoberta anunciada pelo doutor Oort de um disco plano central de hidrogênio de uns três mil anos-luz de diâmetro, que gira em redemoinho perto do centro da Via-Láctea. Um ano-luz é a distância que a luz corre em um ano, a uma velocidade de 297.600 quilômetros por segundo. Os astrônomos empregam a expressão para descrever as colossais distâncias que separam os vários corpos no universo.

Embora a radioastronomia tenha ampliado consideràvelmente o campo do que pode ser "visto" no universo, duvida-se que muitas das estrêlas, nebulosas e galáxias identificadas como fontes de rádio sejam mais tarde identificadas òpticamente pelos telescópios. Esta parece ter sido a opinião dominante no simpósio. Perto de dez por cento das fontes de rádio anunciadas provàvelmente serão mais tarde comprovadas pelos telescópios, disse o Dr. R. Minkowski, dos Observatórios de Monte Wilson e Palomar.

As dimensões de alguns corpos celestes identificados como fontes de rádio criam um problema para a verificação visual. O Dr. Minkowski, por exemplo, salientou que Cisne A, a uns seiscentos milhões de anos-luz da terra, parece ter um quinze avos do diâmetro do Sol como rádiobjeto. A dimensão óptica de Cisne A, que é constituída por duas galáxias em colisão, é consideràvelmente menor.

Os recentes estudos de radioastronomia também indicaram que Vênus tem uma temperatura constante de duzentos e sessenta graus centesimais durante o dia e a noite. O Dr. Joseph A. Giordmaine, da Universidade

de Colúmbia, declarou que essa temperatura, apurada por medições pelo rádio abaixo da cobertura de nuvens de Vênus, é a mais elevada entre os planêtas, com exceção de Mercúrio. Até agora, os astrônomos não conseguiram explicar qual é a fonte dêsse calor. Disse o Dr. Giordmaine não ser muito provável que a existência de um imenso oceano seja a fonte dêsse calor, como já foi sugerido.

Referindo-se ao futuro da radioastronomia, o Dr. Merle A. Tuve, do Instituto Carnegie, de Washington, e presidente do simpósio, ressaltou a necessidade de se manterem freqüências de rádio livres para os estudos científicos. Os sinais de rádio e televisão prejudicam a recepção de sinais das fontes celestes pelos astrônomos. Diante disto, torna-se necessária a existência de convênios internacionais para manter faixas de freqüência destinadas exclusivamente ao uso dos astrônomos, nos seus esforços para desvendar os segredos do Universo.

(Science Service).

* * *

BAR DOS OPERÁRIOS

DE

BENEDITO LOPES CAMARGO

Bebidas nacionais e estrangeiras — Bilhar

RUA CORONEL TAMARINDO, 188

GUARATINGUETÁ — ESTADO DE SÃO PAULO

JOSÉ ANTONIO RIBEIRO

BAR, RESTAURANTE E DORMITÓRIO SÃO JORGE

Em frente ao Mercado Municipal — Ambiente puramente familiar

RUA 9 DE JULHO, 50

GUARATINGUETÁ — ESTADO DE SÃO PAULO

EMPRÊSA INVESTIMENTOS CAMPINAS LTDA.

TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO

RUA GENERAL OSÓRIO, 971

Conjunto 63-64 — 6º andar — Tel. 7395 — 6983 — Caixa Postal 962

CAMPINAS

AO ANZOL DE OURO

ANTONIO IGNACIO
(Nico)

CAÇA E PESCA, CUTELARIA EM GERAL

Inscrição n. 5362

RUA 13 DE MAIO, 330 — FONE 9-1878 — CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

CASA PERIAÑES

Materiais para construções — Acessórios para Indústrias — Tintas
Ferragens — Artigos sanitários

PIRIAÑES & MORALES LTDA.

DISTRIBUIDORES DA CERÂMICA "MOGI-GUAÇU S.A."
e CONEXÕES
TUPY
Inscrição Estadual n. 2221
RUA 15 DE NOVEMBRO, 1140 — FONE 4001
PIRACICABA — ESTADO DE SÃO PAULO

CURY

CHAPÉUS VICENTE CURY SOCIEDADE ANÔNIMA

FABRICANTES DE CHAPÉUS FINOS DE FELTRO

Caixa Postal 231 — Telefone 3461 — Telegramas: Cury

SUA BARÃO GERALDO DE REZENDE, 142

CAMPINAS — ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

CASA UNIVERSO

CAMPINAS

Inscrição n. 5575

FERRAGENS — FERRAMENTAS — MIUDEZAS — ELETRICIDADE — CUTELARIA — ARTIGOS DE CAÇA E PESCA — BARRACAS — APARELHOS DOMÉSTICOS — ARMAS — MUNIÇÕES EXPLOSIVOS

JOÃO BIANCHI

RUA CEZAR BIERRENBACH, 105 — FONE 3447

PEDRABRASIL S. A.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO — INSCRIÇÃO 6900

ESCRITÓRIO: RUA GENERAL OSÓRIO, 1212 — 4º ANDAR
CONJUNTO 403 — FONE 2350

PEDREIRA: BAIRRO DO BONFIM — FONE 5497

Caixa Postal 747 — Campinas



I — O PRIMEIRO BUROCRATA

Condensado pelo Major CELSO S. MEYER

Sith era filho de Debet, da tribu de Benjamim. Não era lá muito apresentável: era mirrado e tinha muito mais ossos do que músculos. Ainda que franzino, Sith tinha aprendido a ser esperto. Os israelitas admiravam-se de ver tão insignifante indivíduo aspirar a ser o escudeiro de Joatam. Mas a teimosia do jovem agradou ao filho do rei e Sith tornou-se seu escudeiro.

Não decorreu muito tempo para que os propósitos de Sith fôssem revelados. Êle desejava o cargo de escudeiro para poder ter fácil acesso aos ouvidos de Joatam, pois tinha em mente uma maravilhosa idéia. Havia observado os israelitas em combate com seus inimigos, e dizia que muitos homens não lançavam suas flechas, enquanto outros só lançavam uma ou duas; por outro lado, alguns esgotavam suas flechas logo no começo do combate. Estas considerações eram também verdadeiras no que se referia aos lançadores de javalina.

Sith alertou Joatam sôbre isso, e propôs que cada homem levasse cinco flechas e uma javalina. Isto reduziria a carga do guerreiro e lhe daria maior agilidade. Sith conservaria um depósito de flechas e javalinas e, por intermédio de uma equipe de rapazes anda muito jovens para pelejar, reaprovisionaria os guerreiros com as armas de que necessitassem, capacitando-os, destarte, para uma luta demorada. Joatam encantou-se com a idéia, e conduziu Sith à presença do pai, o Rei Saul, que ouviu a história, mas nada disse. Entretanto, mais tarde reuniu seus capitães e lhes expôs seu plano para o reaprovisionamento de armas, nomeando Sith para executar a tarefa.

Sith trabalhou àrduamente e, na batalha seguinte, os Amaquelistas foram corridos sob uma nuvem de flechas e de javalinas. E Sith ficou coberto de glória.

Teve êle, então, uma nova idéia. Constatara que muitas armas eram defeituosas e não penetravam nem nas couraças nem nos escudos. Propôs, por isso, recolher tôdas as armas dos israelitas e, reunindo todos os ferreiros e cutileiros, forjar novas armas, mais aperfeiçoadas; Saul concordou, e Sith reuniu uma multidão de operários perto de Shochon, no vale de Elat, dando início ao trabalho.

Sith foi nomeado Chefe dos Armeiros do Reino; fazia-se acompanhar por um grupo de adjuntos e por um escudeiro que ostentava sua insígnia: um punhado de armas em miniatura, ligadas por uma fita a uma grande lança.

Depois que as armas foram entregues a Sith e que tinham sido retiradas as plumas das flechas, as pontas das javalinas e o punho das espadas, os Filipinos apresentaram-se, em som de guerra.

O gigante Golias adiantou-se e desafiou os israelitas, que ficaram possuídos de profundo desespêro, pois nenhum possuía armas.

Pela graça de Deus, o menino David, que regressava da tarefa de apascentar o rebanho de seu pai, vendo que ninguém se atrevia a enfrentar o gigante, aceitou o desafio. Por sorte, Sith não havia recolhido as fundas e as pedras.

Depois da derrota de Golias e da vitória dos israelitas, Joatam arranjou um novo escudeiro, que era forte e calado, tendo Sith regressado a pastorear as ovelhas de seu pai. O cargo de Chefe dos Armeiros foi abolido. Cada israelita continuou a fabricar suas próprias armas e, num mundo pouco inclinado a mudanças, cedo foram esquecidos os ensinamentos de Sith.

Por isso, a palavra "Logística" provém dos gregos, e não dos Hebreus, e a "padronização" tem suas origens em uma antiga palavra francesa.

É também por isso que, até hoje, os "armeiros" têm grande dificuldade em aconselhar os guerreiros sôbre suas armas e sôbre a maneira de combater...

CASA DO POVO

SECOS E MOLADOS

BOUERI, SILVA & CIA. LTDA.

RUA 9 DE JULHO, 89/99 — GUARATINGUETÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

II — BRASILIANAS

Coordenador: Major CLÁUDIO LEIG

• O carvão vegetal

A concepção de Monlevade, construída em pleno sertão de Minas Gerais, foi uma iniciativa pioneira da maior coragem. Projetada inicialmente para produzir 80 mil toneladas de aço por ano, Monlevade pôde dobrar sua capacidade graças ao sistema de sinterização (aglomeração de minério fino para o fim de torná-lo mais redutível nos altos fornos), que foi inventado alguns anos antes da guerra e introduzido pela Belgo-Mineira no Brasil em 1946. Produzindo 150 mil toneladas por ano, Monlevade trouxe depois para o Brasil outra novidade tecnológica — o processo LD de fabricação do aço, para dobrar de novo sua capacidade (300 mil toneladas). A aciaria a oxigênio (LD), de Monlevade, está trabalhando com êxito desde outubro de 1957.

Presentemente, a emprêsa, que conseguiu atingir e ultrapassar o limite das 300 mil toneladas anuais, está empenhada em aumentar a sua capacidade para 500 mil toneladas. Isto implicará em novas revoluções tecnológicas no Brasil. Uma delas reside na ampliação dos altos fornos a carvão de madeira, que estão alcançando tamanho e capacidade nunca imaginados. Outra consiste na implantação de uma indústria carvoeira em bases que equivalem ao surgimento de nova fonte de riqueza no País.

Assinalando a primeira providência para a meta das 500 mil toneladas, dois altos fornos de Monlevade foram ampliados no ano passado e um terceiro está em obras para o mesmo fim.

Êstes aparelhos foram construídos originalmente para garantir uma produção unitária de 80 toneladas por dia. Com o emprêgo de sínter e aperfeiçoamentos operatórios, chegaram a dar uma produção diária da ordem de 140 toneladas, cada um. No ano passado, no entanto, aumentando o diâmetro do cadinho de 3,6 m para 4,5 m, além de outras modificações complementares, os técnicos de Monlevade tornaram aquêles aparelhos pràticamente novos, os quais, embora ainda com os seus equipamentos previstos incompletos, passaram a dar uma produção de 250 toneladas por dia.

Falta instalar nos aparelhos remodelados um terceiro "cowper" e novos compressores, além de outras modificações que brevemente serão feitas no sistema de carregamento.

A principal limitação da siderurgia a carvão vegetal — pequena capacidade de aparelhos de redução de minério — foi superada em Monlevade. As 300 toneladas de produção diária equivalem à capacidade de muitos aparelhos a coque. Em verdade, com o seu atual perfil e equipamento, os altos fornos de Monlevade tanto poderão trabalhar a carvão de madeira quanto a coque.

Êsses números para os siderurgistas têm o sabor de uma surpreendente revolução técnica. Basta dizer que os maiores altos fornos suecos a carvão de madeira nunca atingiram mais de 90 toneladas de produção diária.

O carvão é, sabidamente, o ponto crucial da siderurgia brasileira. Para uma usina como a de Monlevade, que usa combustível vegetal como redutor de alto forno, êsse problema pode ser multiplicado.

A Belgo-Mineira já equacionou o aspecto mais importante dessa questão: o plantio florestal. Com o reflorestamento intensivo (10 milhões de árvores por ano), a emprêsa cria verdadeiras minas de carvão. Minas perenes de carvão, como gostam de dizer seus técnicos, apontando que, com o plantio de eucaliptos, as reservas carvoeiras se renovam continuamente.

Para quem, entretanto, antes produzia 150 mil toneladas de aço, está produzindo 350 mil e se dispõe a chegar a mais de 500 mil, o problema do carvoejamento adquiriu volume e complexidade jamais sonhados.

Antigamente, quando a produção era pequena, as medas tradicionais, fumegando continuamente no seio das matas, foram capazes de sustentar, sem maiores transtornos, os altos fornos a carvão de madeira.

Tendo aumentado sua produção a Belgo-Mineira tratou de melhorar a tecnologia carvoeira. As antigas medas foram substituídas pelos fornos-medas de tijolos, maiores, mais estáveis, mais produtivos.

Agora, porém, a emprêsa carece de 1.650.000 m3 de carvão por ano para fazer 500 mil toneladas de gusa. Seria muito difícil e dispendioso garantir essa quantidade de combustível com fornos de tijolos espalhados na floresta. Tornou-se imperioso, por isso, pensar em unidades muito maiores, bem mais aperfeiçoadas, da mesma forma que foi preciso cogitar também de um novo método seguro e econômico de transportar o carvão.

Isto tudo importava na concentração da indústria carvoeira e é o que permitem as "florestas industriais" de eucaliptos, que se formam em tôrno das usinas.

Dentro dessa perspectiva, após dois anos de experiências de laboratório e semi-industriais, a Belgo-Mineira instalava em 1957, nas proximidades de Monlevade, um forno contínuo de destilação a sêco de

lenha, com capacidade para 12.000 m3 por ano. Foi o primeiro passo para a revolução que se anunciava. O segundo e definitivo está próximo. Trata-se de instalação — com base em projetos e "know-how" das firmas belgas "Sific" e "Lambiotte" — de fornos contínuos de destilação de lenha, com capacidade unitária para 75.000 m3 de carvão por ano e aproveitamento de subprodutos, entre os quais alcatrão, ácido pirolenhoso e gases.

São verdadeiras coquerias que funcionarão dentro das matas de eucaliptos, dando origem entre nós a uma indústria que na Europa tem alto significado: a indústria química de origem florestal.

Enquanto se aguarda a instalação dessas coquerias, entre Monlevade e Dionísio, maior região florestal da emprêsa, constrói-se um telefírico de 53 km de extensão para o transporte de carvão. No ponto de partida e de chegada dêsse cabo aéreo, dois monumentais depósitos de carvão se levantam. O de Monlevade, com instalações de tratamento e peneiramento de carvão e capacidade para 220 mil metros cúbicos, está sendo erguido numa área onde foram movimentados 900 mil metros cúbicos de terra.

As obras civis de todo êsse conjunto estão orçadas em 450 milhões de cruzeiros, e o equipamento mecânico, em cêrca de um bilhão de cruzeiros. Fazendo investimentos tão maciços no setor de carvoejamento, a Belgo-Mineira visa às seguintes finalidades:

Produzir um carvão de melhores qualidades siderúrgicas, com aproveitamento de subprodutos de lenha;

Reduzir ao máximo a umidade do carvão, aspecto-chave no caso do combustível vegetal;

Permitir, mediante peneiramento, a classificação métrica do carvão que vai alimentar os altos fornos;

Diminuir substancialmente o transporte do carvão por rodovia, tornando-o, em conseqüência, mais econômico.

A mina de ferro que abastece Monlevade (100 milhões de toneladas de minério de alto teor) fica a 10 km da usina, e a ela se liga por uma estrada de ferro eletrificada. Junto dessa mina, que os seus engenheiros apontam com orgulho como sendo a de mais alto índice de produtividade do País, está sendo erguida uma enorme instalação. Parte dela está pronta e em funcionamento: é o britador de minério com as suas peneiras, seu extenso sistema de correias transportadoras, seus colossais silos. A outra está sendo construída e deverá ficar pronta até fins de 1960: é a nova usina de sinterização, Monlevade, que é a pioneira dêsse importante sistema entre nós, será assim, também, a primeira usina no Brasil, e talvez no mundo, a ter a sua sinterização junto da fonte de minério.

A atual sinterização da Belgo-Mineira produz em média 800 toneladas de sínter por dia. A nova terá capacidade para 3.450 toneladas diárias. Será a maior do mundo do sistema "Greenwaldt", assim chamado por ter sido inventado pelo engenheiro americano John Greenwaldt.

Altos fornos, carvoejamento, sinterização, constituem a primeira etapa do plano de 500 mil toneladas da Belgo-Mineira. Tôdas as frentes de trabalho previstas nesses setores básicos estão abertas e bastante adiantadas.

A segunda etapa consistirá na instalação de novos equipamentos no laminadouro de Monlevade e na construção de nova trefilaria na Cidade Industrial de Belo Horizonte, município de Contagem.

Esta última iniciativa já está igualmente, em plena marcha, esperando-se que, até o fim do ano, a nova trefilaria funciona parcialmente, com a inauguração de seus setores de fornos de recozimento, de galvanização e da fábrica de arame farpado.

Desenvolvendo-se paulatinamente, a construção da nova trefilaria deverá estar concluída em 1962 ou em 1963. Então, estará cobrindo uma área de 57 mil metros quadrados e produzindo 200 mil toneladas de arames e derivados de todos os tipos. Atualmente, a produção de arames da Belgo-Mineira é da ordem de 60 mil toneladas. Elevando em mais de três vêzes esta sua produção, a emprêsa se propõe, em verdade, a emancipar o Brasil da importação dêsses produtos.

As obras e os equipamentos do segundo plano de expansão da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira foram orçados em maio de 1957 em 2 bilhões de cruzeiros e 27 milhões de dólares. Com a depreciação progressiva de nossa moeda, êsse orçamento já foi revisto e deverá atingir somas bem maiores.

* * *

● A Siderurgia no Nordeste

Recomendações da Comissão de Implantação de Indústria Siderúrgica

Partindo da premissa de que é preciso estabelecer na região, em condições estáveis, uma indústria siderúrgica capaz de enfrentar a concorrência de outras indústrias similares estranhas à zona e principalmente situadas no Sul do País, é indispensável que se defina com a maior brevidade uma política nesse sentido para o Nordeste.

Essa política deve envolver os aspectos técnico, econômico e administrativo. Deve procurar integrar as indústrias existentes em um todo, para o que será necessário o aconselhamento na execução de projetos que completem o atual parque industrial, nesse ramo, dando ao conjunto maior rendimento e flexibilidade. Deve considerar também, a possibilidade de expansão dêsse parque, com a instalação de novas unidades de fabricação dentro do plano regional, prevendo a escala da produção mínima, processos mais indicados, tipos de emprêsas, plano para obtenção de mão-de-obra habilitada, influência de mercados, condições de financiamento e demais aspectos do assunto.

O problema da fabricação do coque mineral, pelo menos enquanto as unidades de 50.000 toneladas não forem ultrapassadas, não precisa

ser resolvido, desde que, para o consumo previsto parece ser a importação do coque a resposta mais conveniente.

Considerando a carência do carvão mineral no Brasil, e os indícios já positivados da existência dêsse carvão na bacia do Parnaíba, é recomendável o prosseguimento e a intensificação pelos órgãos competentes das pesquisas no Piauí e no Maranhão.

Se a solução do problema fôr encaminhada para o consumo do carvão vegetal, como redutor carbônico, recomenda-se levar a efeito estudos sôbre a possibilidade de emprêgo dos carvões de côco babaçu ou das xerófilas ou do próprio côco da Bahia, todos produtos regionais.

O minério de ferro, pode ser importado possìvelmente do pôrto de Vitória, de preferência em navios apropriados, pelo menos até que o acesso às minas da região seja melhorado e feito pesquisas cuidadosas da possança e qualidade dessas reservas, de modo que as despesas com a referida melhoria sejam econômicamente justificáveis; outrossim, que tais pesquisas sejam encaradas sob aspecto prioritário.

A laminação de perfis leves e vergalhões deve merecer de início a maior atenção. A laminação de perfis pesados, face ao mercado existente, seria considerada em outra etapa da instalação da indústria siderúrgica do Nordeste. A laminação de chapas, pelo alto custo de investimento que implica, não parece aconselhável na primeira fase do projeto.

A indústria regional de refratários deve ser encarada com especial cuidado, uma vez que o Nordeste possui bom material, em franca exploração.

Recomenda-se a manutenção da complementação das necessidades da indústria regional de produtos siderúrgicos semi-acabados enquanto a região não atingir a auto-suficiência nessa indústria.

Para efeito de projetamento da indústria siderúrgica, faz-se mister a fixação imediata dos custos dos transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial, que interessem à região Nordeste. Recomenda-se que as manufaturas dos tubos, fitas de embalagem, arame liso e farpado, indústria mecânica e outros cujas matérias-primas possam ser produzidas pela indústria siderúrgica local, mereçam especial atenção na política a ser estabelecida.

A utilização das escolas de engenharia, escolas técnicas-profissionais e artesanais deve ser revista para que haja melhor entrosamento com as indústrias da região.

Parque siderúrgico no Nordeste

As unidades que formam atualmente o parque siderúrgico do Nordeste são:

Laminação Bahia — Salvador

É uma organização pioneira com três pequenos trens para relaminar palanquilhas em redondos e perfis leves que agora procura se expandir. Para uso, adquiriu no Distrito Federal, uma pequena insta-

lação paralisada, constituída dor dois "cubillots" e dois conversores Trofenas (de 200 kg de capacidade nominal). Entretanto, apesar de montado, ainda não operou êste equipamento, por visualizar, com o atual movimento da OPENO, uma integração, dependentemente de financiamentos compatíveis com suas pretensões.

Possui ainda um Banco Yoder para fabricação de tubos 1/2" a 1" 1/2 de diâmetro.

Fundição e Aço Tarzan

Município de Santo Amaro, cercanias de Salvador, Bahia.

Opera com pequeno forno elétrico a arco e um pequeno laminador, que também relamina redondos. Dedica-se ainda à fundição do ferro e aço, com um "cubillot" em operação.

Siderúrgica Marques Souza — Salvador

Instala um pequeno alto forno com a capacidade de 20 toneladas. Pretende operar com carvão vegetal e minério de ferro da região para produzir gusa de fundição.

Laminação e artefatos de ferro (LARFE) — Recife

Instalada na capital pernambucana com um forno elétrico a arco de aproximadamente 3.000 kg de capacidade nominal e um pequeno para redondos, ferro chato, quadrados, etc. É a LARFE a pioneira da indústria siderúrgica nordestina e também se dedica à fundição de ferro e aço. Atualmente se transforma na Companhia Siderúrgica do Nordeste (COSINOR) com um programa de porte médio e vai instalar uma usina integrada com a capacidade inicial de 30.000 t de produtos acabados (redondos, perfis, arames, etc.).

No projeto da nova usina se prevê o emprêgo de fornos elétricos de redução, conversores de oxigênio LD e um moderno laminador. A nova usina ficará localizada em Pontezinha, a 18 km do pôrto de Recife.

A programação de produção para a primeira etapa do projeto será de 12.000 toneladas de redondos, 6.000 t de perfis leves, 10.000 t de arames e 4.000 t de ferro gusa.

A COSINOR tem o capital de 500 milhões de cruzeiros, tendo já integralizado a metade desta importância e pleiteia um importante empréstimo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Fábrica de artigos de ferro — Recife

Com um esquema siderúrgico muito mais flexível e de menor pretensão que a sua congênere, esta organização, com financiamento proporcionado pelo Banco do Nordeste, encomendou dois fornos elétricos a arco, de fabricação nacional, de 4.000 kg de capacidade nominal cada um, e instalará 3 "cubillots". Pretende laminar perfis leves e produzir ferro maleável.

Está em expectativa para projetar uma instalação que possa fornecer matéria-prima para fabricação de seu aço enquanto que vai planejando um programa para aquisição maciça de sucata, mediante a compra na região, o desmantelamento de navios velhos, etc.

Theodoro Wille — Recife

Esta conhecida organização comercial tem paralisada, no Recife, uma trefilaria, com capacidade para produzir 6.000 t de arame. Aguarda uma fase onde possa adquirir fio-máquina na região para cumprimento de seu programa.

Natal — Rio Grande do Norte

Existe uma pequena relaminação e trefilaria paralisada.

Fortaleza

Uma relaminação com pretensões à expansão e produção de ferro redondo para concreto.

Indústria de refratários

Merece registro especial o atual esfôrço para instalação da indústria de refratários no Nordeste e entre as principais unidades em operação encontra-se a Cerâmica Senhor do Bonfim .(Salvador) que possui em operação um forno túnel e produz refratários (sílico-alumínio até 32% de alumina) e vai iniciar a produção de refratários básicos.

A Cerâmica Feira Velha, também na Bahia, com seus esforços para aumento e melhoria de produção, merece referência.

Em Recife operam com sucesso as Cerâmicas Magalhães S. A. e Cerâmica São João (Brenan) dada a abundância de boa matéria-prima.

* * *

MONTAGEM DE FÁBRICAS DE LEITE EM PÓ E LATICÍNIOS NA REGIÃO DO SÃO FRANCISCO

Com o objetivo de incentivar a indústria leiteira no sudoeste alagoano, a Comissão do Vale do São Francicco, através de seu Departamento de Produção está cogitando de montar, naquela região, uma fábrica de leite em pó e uma de manteiga de alta qualidade com capacidade para 1.500 quilos diários. Essas iniciativas visam, entre outras coisas, a reerguer o ânimo de grande número de produtores de leite, e dos que vivem, de um modo geral, das atividades pecuaristas.

Numa área de perto de 3 mil quilômetros, abrangendo os municípios de Major Izidoro, Batalha, Pão de Açúcar e os distritos de Riacho do Sertão, Jacaré dos Homens, Meirus, Olhos d'Água, Capelinha, Feira Nova, Guaribas e outros, distribui-se um plantel de gado holandês e mestiço holando-zebu que, contando com quase dez mil cabeças, apresenta uma produção de mais de 30 mil litros diários. Com a alimentação à base de palma, essa produção leiteira tem possibilidade de crescer para 50 mil litros diários.

Tôda a atual produção tem sido destinada à fabricação de requeijão e manteiga. Trata-se, porém de produtos de baixo valor nutritivo e, em conseqüência das deficiências de fabricação, são vendidos por preços baixíssimos, mas, não obstante têm muito pouca saída. A manteiga que sai dessas fábricas apresenta teor de água muito acima do máximo legal e uma percentagem de gordura inferior a oitenta por cento.

A má qualidade do queijo e da manteiga é resultado de vários fatôres, entre os quais sobressaem os seguintes: inexistência de água potável industrial; ausência de fôrça elétrica para obtenção do frio industrial indispensável à conservação do leite; falta de tradição no meio industrial no que tange ao fabrico de produtos de alta qualidade; fracas possibilidades de mercado para uma grande produção de queijos finos tanto mais que já se estão verificando sobras procedentes dos mercados de São Paulo, Minas e outros centros produtores.

Por êsse motivo os técnicos da Comissão do Vale do São Francisco consideram contra-indicada qualquer providência destinada a ampliar a industrialização, nas condições em que se verifica atualmente. E sugerem — mediante o concurso da iniciativa privada — que a produção seja utilizada na fabricação de leite em pó e de manteiga. Essas fábricas devem ser constituídas mediante a organização de sociedades por quotas ou por ações, das quais devem participar os produtores de leite da região, os fabricantes de laticínios do Norte e do Nordeste, pessoas relacionadas com a indústria leiteira do País, e os podêres públicos estadual, municipal e federal, caso não se consiga cobertura integral do capital privado.

Segundo os planos em estudo, a fábrica de manteiga deve ser instalada em Pão de Açúcar, com capacidade de 1.500 quilos diários.

* * *

● Migrações internas

Conforme o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, saíram principalmente do Nordeste, no ano passado, 82.591 migrantes que utilizaram o transporte rodoviário. Êstes dirigiram-se para o Sul do país. Eram 51.193 homens, 16.905 mulheres, 7.865 meninos e 6.628 meninas.

De procedência, assim se distribuíram: Ceará, 18.812; Rio Grande do Norte, 1.653; Paraíba, 18.573; Pernambuco, 28.058; Alagoas, 4.110; Sergipe, 5.388; Bahia, 5.771; Minas Gerais; 266.

Êstes migrantes passaram pelo pôsto que o INIC tem em Três Rios, na rodovia Rio-Bahia.

No mesmo ano, o INIC efetuou o transporte de 88.270 migrantes nordestinos, assim distribuídos: aéreo, 1.010; rodoviário, 3.715; fluvial, 5.611; marítimo, 20.237; ferroviário, 57.697. Tratava-se de aliviar a pressão demográfica do Nordeste, num ano de crise.

Imigrantes estrangeiros

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização informa que, em 1958, entraram, em nosso País, 49.839 estrangeiros como imigrantes. As cinco nacionalidades predominantes contribuíram com 82,21% do total. Foram as seguintes: portuguêses, 21.928; japonêses, 6.586; espanhóis, 5.768; italianos, 4.819; norte-americanos, 1.905. Entraram também austríacos, canadenses, colombianos, húngaros, indonésios, iraquenses, iugoslavos, luxemburgueses, mexicanos, noruegueses, poloneses, turcos, venezuelanos, apátridas e outros.

* * *

● Exportações para o Uruguai

Durante o ano passado exportamos para o Uruguai os seguintes artigos manufaturados: acessórios para máquinas, açúcar demerara, álcool etílico hidratado, amortecedores de borracha, anéis de aço, anéis de pistão, batedeiras de bôlo, blocos de vidro ótico, cápsulas carregadas, chapéus de palha, cilindros de aço, detergentes concentrados, madeira compensada, elevadores elétricos para passageiros, enceradeiras elétricas, esparadrapo cirúrgico, facas de aço, farinha de mandioca, feltros, filmes de cinema, fios de algodão, fitas de veludo e de rayon, ímãs, lâmpadas para veículos, liquidificadores, lixas abrasivas, louça sanitária, máquinas para indústria, óleo de mamona, óleo de tunga, óxido de alumínio, papel transparente, peças para automóveis, peças para enceradeiras, peças para máquinas em geral e agrícolas, sobressalentes e acessórios para automóveis, pertences e acessórios para tratores, produtos farmacêuticos em geral, rebolos de esmeris, revistas e jornais, silicato de zircônio, taxímetros, torta de cacau, válvulas para automóveis, madeiras de lei, tecidos de algodão, etc.

Dos produtos enumerados, cuja lista é das mais amplas, alcançou maior valor monetário o açúcar demerara, cujas vendas atingiram quase sete milhões de dólares-convênio. O álcool etílico hidratado também se colocou em boa posição na ordem dos valores, pois foram negociados perto de 600 mil dólares dêsse produto.

Os produtos farmacêuticos contribuíram com perto de 140 mil dólares, seguidos de perto pelas madeiras de lei que alcançaram a mais de 92 mil dólares-convênio.

* * *

● Mannesmann

Foram iniciadas em Belo Horizonte as obras (conclusão prevista para início de 1961) que duplicarão a produção anual da Companhia Siderúrgica Mannesmann de 115 para 230 mil toneladas de aço bruto.

A duplicação da produção da CSM exigirá a construção de um terceiro forno na usina de Ferro gusa, de um novo forno elétrico e a ampliação das instalações da linha de acabamento. Neste sentido, será

instalada uma segunda prensa de tubos, com desenvoltura bem maior que a primeira, ou seja, para laminação de tubos de 3/8" até 3"; uma laminação a frio para tubos de precisão; e feita a instalação de forja para tubos. Nesta ampliação serão investidos de 12 a 15 milhões de dólares, e a partir do mês em curso, a CSM já iniciará a laminação de tubos até 10 5/8".

Com êste plano, a emprêsa vai necessitar de um aumento acima de mil operários, dos quais virão da Alemanha pouco mais de 20.

Dentre os 2 mil operários, ou mais, da usina de aço e tubos do Barreiro, Belo Horizonte, encontram-se, hoje, aproximadamente 50 nacionais alemães. Nos próximos anos, êste contingente constituirá apenas 1,5 a 2% do quadro de servidores.

O grupo Mannesmann no Brasil é constituído de seis emprêsas: Companhia Siderúrgica Mannesmann e Mannesmann Mineração S. A., ambas em Belo Horizonte; Mannex do Brasil S. A. e Mannesmann Irrigação S. A., sediadas no Rio, enquanto a Siderúrgica São Caetano S. A. e a Construções Tubulares Mannesmann estão localizadas em São Paulo. Em conjunto, dão emprêgo a cêrca de 3.200 homens, podendo ser estimado o investimento global acima de 2 bilhões de cruzeiros.

Delas, a que se encontra em expansão digna de nota é a Siderúrgica São Caetano S. A. No momento, está sendo ampliada e modernizada para receber maior quantidade de aço da CSM, a fim de, já em fins dêste ano estar apta a laminar 25 mil toneladas de aços especiais para a indústria automobilística, sendo a sua capacidade atual de 12 mil toneladas.

Visando a suprir exclusivamente a CSM de minério, a Mannesmann Mineração S. A. (capital de 90 milhões de cruzeiros) inaugurou recentemente na Serra do Curral uma usina de beneficiamento de minério e dois teleféricos, onde foram gastos 120 milhões de cruzeiros.

A usina de beneficiamento é composta de 3 silos de concreto, um britador rotativo Esch, acionado por um motor de 100 HP. O transporte é feito, então, por meio de correias sem-fim, de marca "Good-Year", que têm 60 a 100 cm de largura. O engenho de beneficiamento tem uma potência total de 200 HP.

Dois teleféricos são utilizados. O principal transporta 50 toneladas de minério por hora da Serra do Curral à CSM, numa extensão de 6 quilômetros. Compõe-se de 102 caçambas, sendo que, no circuito, trabalham 96. Entre estas caçambas, existe uma distância de 122 m, e a carga útil de cada caçamba é de 720 kg. Freios mecânicos e elétricos respondem pelo êxito das paradas necessárias. Os cabos são sustentados por 21 tôrres de aço, que tem a altura máxima de 37 m e a mínima de 4 metros. A distância máxima entre elas é de 603 metros. No ponto terminal do cabo aéreo, dentro das usinas da Mannesmann, existem 6 silos destinados a receber o minério transportado, comportando, cada um, 600 toneladas. Ali, também, foi construída uma moderna plataforma para embarque de minérios destinados à exportação

e sôbre trilhos de desvio da EFCB. O cabo secundário tem uma extensão de 1,1 km e liga a mina da Serra do Curral ao engenho de beneficiamento.

Rêde telefônica particular e transformador de 400 kvw para atender às necessidades da energia e trabalho nas minas completam o conjunto.

* * *

● Fábrica de adubos

Foi inaugurada em São Paulo, e já entrou em produção, a fábrica de adubos granulados da Granubrás S. A. (capital: 40 milhões de cruzeiros). Trata-se de um empreendimento de grande significado para nossa produção agropastoril, pois é essencial o papel da adubação no esquema de "produzir mais e melhor em menor área".

A importação de adubos granulados estava proibida há mais de dois anos, sendo os nossos lavradores obrigados a fazer uso do adubo à mistura sêca, que não oferece rendimento tão elevado quanto os granulados. Êstes são melhor e mais ràpidamente absorvidos pela terra e suas fórmulas altamente concentradas possibilitam menor custo para o produtor, economia de frete e de mão-de-obra.

As instalações da Granubrás, em Presidente Altino, ocupam uma área construída de 6 mil metros quadrados, num terreno de 10 mil metros quadrados. Têm todos os requisitos indispensáveis para funcionamento ininterrupto.

A maquinaria foi inteiramente construída em Piracicaba (SP) pela Codestil S. A., que empregou na confecção exclusivamente material nacional. Desde a colocação da matéria-prima até o ensacamento final dos adubos, as máquinas operam automàticamente.

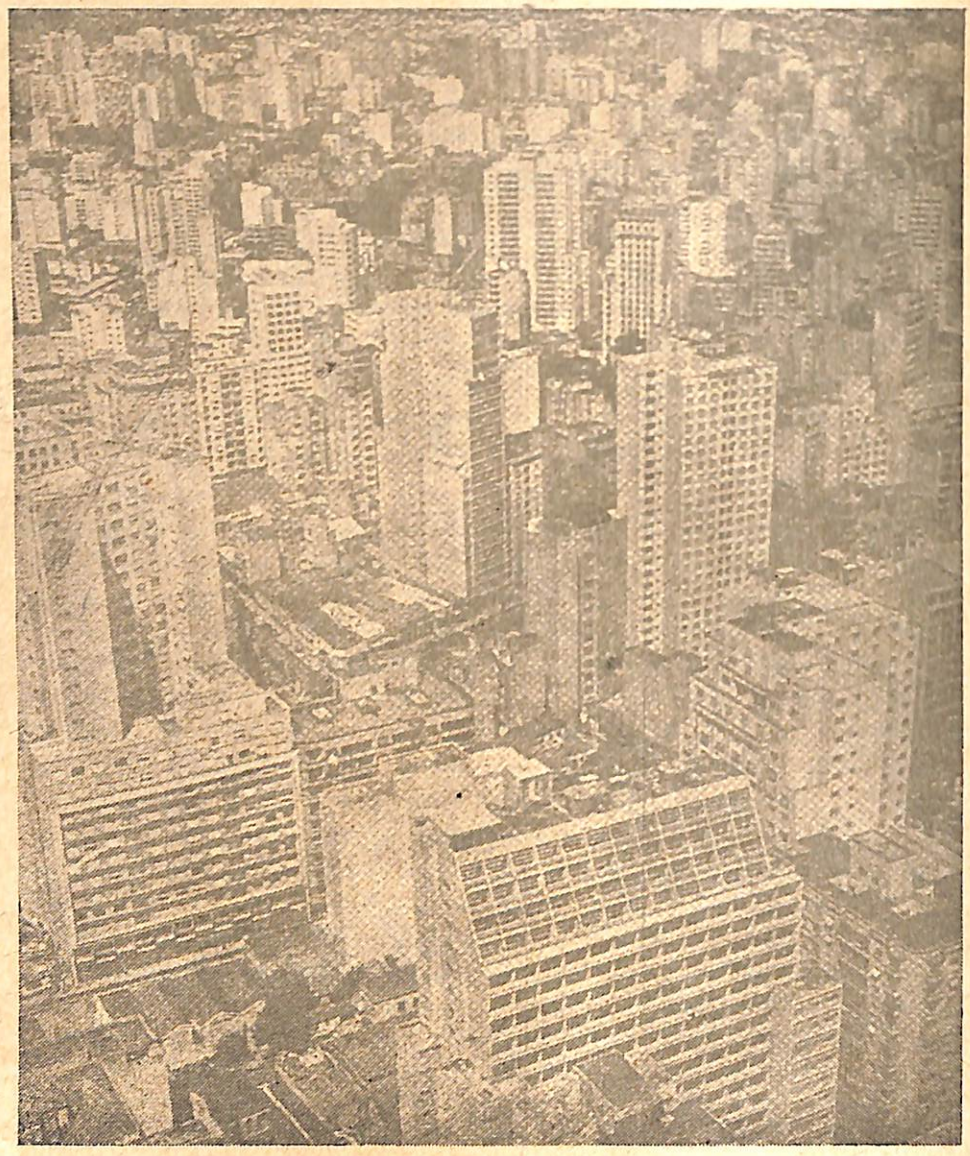
Junto à fábrica, funciona um laboratório de análise, onde são testados e classificados os adubos, bem como as terras às quais se destinam.

Os fertilizantes da Granubrás são feitos à base de azôto, fósforo e potássio — nitrocálcio, sulfato de amônio, superfosfatos simples e superfosfatos triplos. Seus principais fornecedores são a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fosforita de Olinda (PE). Os superfosfatos triplos, o clóreto e o sulfato de potássio estão sendo importados, pois a produção nacional é ainda insuficiente.

Sua capacidade de produção é de cêrca de 15 mil toneladas mensais, no caso de as máquinas operarem com matéria-prima mais simples. Funcionando com matéria-prima concentrada em soluções, a capacidade será evidentemente menor: 10 a 11 mil toneladas mensais. Atualmente, entretanto, não está operando com soluções concentradas, que só serão fabricadas no País, pela Petrobrás, a partir do próximo ano.

● Curitiba — Lajes

Completou-se a ligação de Curitiba ao município catarinense de Lajes (veja mapa) por uma rodovia de 357 km, inteiramente pavimentada, e integrante da BR-2, que unirá o Rio de Janeiro à cidade gaúcha de Jaguarão, na fronteira com o Uruguai. A construção e a pavimentação estiveram a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e do 2º Batalhão Rodoviário do Exército. Na pavimentação, foram investidos cêrca de 1,3 bilhões de cruzeiros.



Partindo da capital paranaense, a rodovia se foi estendendo em direção sul, até atingir a cidade de Rio Negro, às margens do rio do mesmo nome. Depois de transpor uma ponte de 149 metros, chega a Mafra, no território de Santa Catarina. Nesse Estado, tem o seu ponto mais alto ao atravessar, entre os quilômetros 208 e 216, a Serra do Espigão. Prosseguindo, sempre rumo ao Sul, a faixa pavimentada passa pelas proximidades de Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, Ponte Alta do Sul, Correia Pinto e, depois de cruzar o Rio Canoas, Lajes. Devido à natureza do solo e a constância de chuvas, com a conseqüente saturação do terreno e diminuição do índice de evaporação, foi necessário executar uma extensa drenagem subterrânea.

Todo o novo trecho da BR-2 serve a regiões de elevado potencial econômico e onde se acham radicados elementos colonizadores de primeira categoria. A Curitiba-Lajes poderá desempenhar papel importante no adensamento da colonização, alongamento das áreas cultivadas, aumento da indústria extrativa, principalmente de madeira. Quanto à região já altamente industrializada do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, onde se localizam Blumenau e Joinville, a rodovia facilitará o escoamento para os mercados consumidores.

* * *

São Paulo será um dos grandes produtores de borracha do país

Ninguém ignora que o Brasil em tempos idos, foi o maior produtor e exportador de borracha do mundo. Presentemente ocorre o contrário e o país passou a importar grandes quantidades do produto, onerando cada vez mais as nossas disponibilidades cambiais. Não se pode alegar que ùnicamente o progresso das nossas atividades manufatureiras seja a razão principal de tal conjuntura. A produção nacional de borracha estacionou há muitos anos, não acompanhando assim as crescentes necessidades do mercado consumidor. Acredita-se que, se um plano diretor tivesse sido pôsto em prática no momento oportuno, isto é, quando vozes autorizadas previram que chegaríamos ao ponto em que estamos, certamente a indústria nacional de artefatos de borracha não estaria atravessando a difícil conjuntura atual. A situação veio se agravar ainda mais com a implantação definitiva da indústria automobilística para a qual a borracha constitui um dos elementos básicos, destinando-se não só à fabricação de pneus e câmaras de ar, como também, a grande número de peças e acessórios que entram na montagem final de veículos automotores.

PROVIDÊNCIAS ADEQUADAS

Para se ter uma idéia da extensão do problema, basta citar que, conforme o Boletim de Estatística e Informações, órgão da Comissão Executiva de Defesa da Borracha, a importação do produto, sòmente com referência ao ano de 1957, foi da ordem de 6 milhões e 150 mil

dólares, correspondendo a um volume de 15 mil e 933 toneladas. Não é difícil deduzir que no ano passado essa importação foi muito maior e deverá ser maior ainda durante 1959.

Teremos, entretanto, que atravessar um período de dificuldades, ainda, pois que as medidas objetivando aumentar a produção de borracha nacional vêm de ser reativadas não faz muito tempo, isto no que se relaciona à borracha natural. Milhares de seringueiras foram plantadas em diversas regiões do país, inclusive São Paulo, onde centenas delas já vingaram propiciando uma pequena produção de borracha de excelente qualidade. Milhares de outras seringueiras já plantadas e a serem plantadas em nosso Estado virão contribuir decisivamente para solucionar o problema em tempo predeterminado.

Aliás, o esfôrço desenvolvido em São Paulo, nesse sentido, é bem remoto. Assim é que, o Instituto Agronômico de Campinas vem levando a efeito, desde 1941, plantações experimentais de seringueiras, visando ao aproveitamento racional de sua cultura em nosso território. As mudas e sementes da planta, nesse tempo, tiveram quatro origens diferentes, tendo sido absolutamente satisfatório o seu resultado. Seu desenvolvimento foi regular nas Estações Experimentais de Campinas, Ribeirão Prêto e Pindorama. As mudas atingiram as dimensões convenientes para o início da extração do látex, ao completar, geralmente, 10 anos de existência. A segunda etapa dêsse trabalho verdadeiramente objetivo e útil, teve prosseguimento no ano de 1951 que coincidiu, aliás, com a primeira importação de borracha natural pelo Brasil, procedente da Indústria.

Os trabalhos do Instituto Agronômico de Campinas, a cargo de sua Divisão de Agronomia, compreendem desde a observação das zonas que poderiam oferecer maiores possibilidades de aproveitamento imediato para o plantio da Hevea brasiliensis até estudos agrogeológicos das terras, bem como enxertia de 10.000 plantas com gemas de alto rendimento, plantação de clones, etc.

Assim não será exagêro esperar-se que num futuro próximo, o Estado de São Paulo esteja produzindo grandes quantidades de látex, suprimindo considerável parte das necessidades do nosso mercado consumidor.

SINTÉTICA

Conforme já é do conhecimento público, a instalação de uma fábrica de borracha sintética junto à Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias, no Estado do Rio, cuja capacidade inicial será de ordem de 40 mil toneladas, foi a solução encontrada, paralelamente ao plantio de seringueiras, para aumento da produção de borracha no país.

Com tôdas as medidas em andamento, sem solução de continuidade, São Paulo está fadado a figurar entre os mais destacados produtores de borracha do Brasil e do mundo, graças ao intenso programa de cultura de seringueiras que vem desenvolvendo.

A DEFESA NACIONAL

(Fundada em 10 de outubro de 1913)

1 — Reestruturando sua Seção de Anúncios, "A DEFESA NACIONAL" espera a colaboração de todos aquêles que tenham interêsse em tornar conhecidos seus empreendimentos, particularmente no seio das Fôrças Armadas.

2 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:

a) ela circula em todos os Estados do Brasil e Países da América do Sul;

b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vêzes mais do que o número de seus assinantes;

c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com a maioria das revistas;

d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vêzes, não chega senão através desta Revista.

3 — Se sua existência, de quase meio século, não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A DEFESA NACIONAL" ao interêsse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

AVISO N. 99

Tendo em vista que "A DEFESA NACIONAL" vem cooperando, ininterruptamente, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interêsse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen *Canrobert P. da Costa*

CASA CACIQUE

INSCRIÇÃO N. 4.076

Material para caça e pesca — Ferragens — Ferramentas — Tintas, Vernizes e Material Elétrico

JOÃO SARTI

AVENIDA 10 N. 758 — RIO CLARO — ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA MC-HARDY

RUA GENERAL OSÓRIO, 187 — CAMPINAS — E. SÃO PAULO

Fabricantes de: Máquinas de benefício de café, arroz e milho — Caldeiras — Máquinas operatrizes — Macacos hidráulicos

INDÚSTRIA DE CHAPEÚS GAROA

MORAES & OLIVEIRA

Rua Quintino Bocaiuva, 50 (Bonfim)

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: "GAROA"

CAIXA POSTAL 517 — FONE 9-1541

CAMPINAS — ESTADO DE SÃO PAULO

A DEFESA NACIONAL mantém intercâmbio com as seguintes revistas estrangeiras:

AMÉRICA DO SUL

Argentina:

— *Revista Nacional de Aeronáutica — Combustibles y Energia;*
— *Boletin del Centro Naval — Revista del Suboficial;*
— *Revista de los Servicios del Ejército — Revista del Tiro;*
— *Técnica e Indústria — Boletin de Combustibles;*
— *Boletin Mensual de Estadistica — Boletin de Informaciones Petroleras — Revista Militar — Revista de la Escuela Superior de Guerra — Revista del Servicio de Informaciones del Ejército — Revista de Publicaciones Navales — Biblioteca Nacional de Aeronautica.*

Bolívia:

— *Revista Militar.*

Chile:

— *Memorial del Ejército de Chile — Revista de Mariña.*

Colômbia:

— *Revista de las Fuerzas Armadas — Armada.*

Equador:

— *Revista Militar — Revista Municipal.*

Paraguai:

— *Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación — Boletin Naval.*

Peru:

— *Revista de Chorrillos — Revista Policial del Peru — Revista Militar del Peru — Revista de Mariña — Revista de CIMP.*

Uruguai:

— *Revista Militar y Naval.*

Venezuela:

— *Revista de las Fuerzas Armadas — Revista del Ejército, Mariña y Aeronautica.*

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos:

— *Armor-Army Information Digesti-Army.*

México:

— *El Legionário.*

AMÉRICA CENTRAL

Cuba:

— *Boletin del Ejército.*

EUROPA

Alemanha Ocidental:

— *Ibero Amerikanische Bibliothek.*

Bélgica:

— *La Revue Maritime Belge.*

Espanha:

— *Guion — Ejército.*

França:

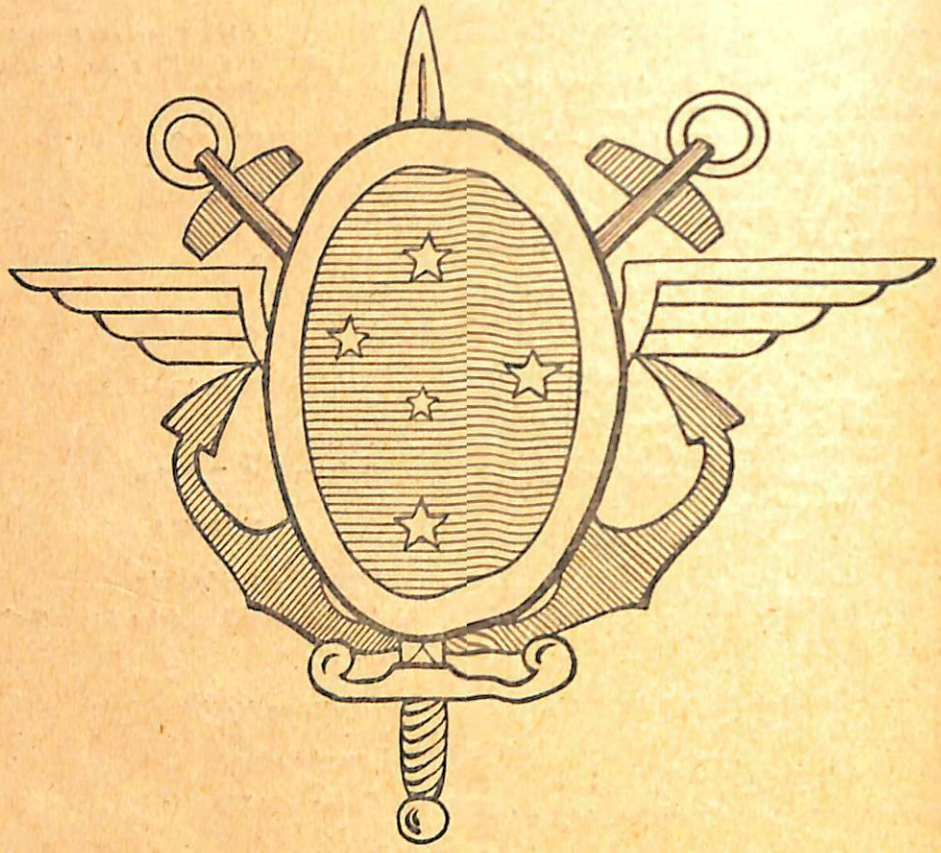
— *Revue des Forces Terrestres — Revue Militaire Générale — Revue Militaire D'Information — Defense Nationale — Revue des Forces Aeriennes Françaises.*

Itália:

— *Revista Militare — Notizziario di Aviazione — Rivista Marittima — Rivista Aeronautica.*

Portugal:

— *A Defesa Nacional — Revista Militar — Revista de Cavalaria — Revista de Marinha.*





Cr$ 30,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1960